

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Pedro Barbabela

**“PARA ROMPER SILÊNCIOS”: um estudo sobre carreiras políticas LGBTI+ nas
eleições legislativas municipais no Brasil (2020)**

Belo Horizonte
2024

Pedro Barbabela

“PARA ROMPER SILÊNCIOS”: um estudo sobre carreiras políticas LGBTI+ nas eleições legislativas municipais no Brasil (2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: *Teorias de Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro*

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Matos (UFMG)

Coorientadora: Profa. Dra. Danusa Marques (UnB)

Belo Horizonte
2024

320 Barbabela, Pedro.
B228pa “Para romper silêncios” [manuscrito] : um estudo sobre
2024 carreiras políticas LGBTI+ nas eleições legislativas
municipais no Brasil (2020) / Pedro Barbabela de Mello
Vilela. - 2024.
233 f. : il.
Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.
Coorientadora: Danusa Marques.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Liderança – Teses.
3. Pessoas LGBT+ - Teses. 4. Vereadoras – Teses.
5. Eleições locais – Teses. I. Almeida, Marlise de Matos.
II. Marques, Danusa. III. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 06ª/2024 DA DEFESA DA TESE DO ALUNO PEDRO BARBABELA DE MELLO VILELA

Realizou-se, no dia 24 de julho de 2024, às 16:30 horas, na Sala da Congregação, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da tese, intitulada "'PARA ROMPER SILÊNCIOS": um estudo sobre carreiras políticas LGBTI+ nas eleições legislativas municipais no Brasil (2020)", elaborada e apresentada por PEDRO BARBABELA DE MELLO VILELA - número de registro 2020708323, graduado no curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida - Orientadora (DCP/UFMG), Profa. Danusa Marques - Coorientadora (UnB), Profa. Máira Kubik Taveira Mano (UFBA) - Videoconferência, Profa. Daniela Leandro Rezende (UFOP) - Videoconferência, Profa. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ) - Videoconferência, Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 24 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Gomes de Jesus, Usuário Externo**, em 21/07/2024, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danusa Marques, Usuário Externo**, em 24/07/2024, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Leandro Rezende, Usuário Externo**, em 25/07/2024, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlise Miriam de Matos Almeida, Professora do Magistério Superior**, em 26/07/2024, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Kubík Taveira Mano, Usuária Externa**, em 14/10/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3395841** e o código CRC **D17BF930**.

Referência: Processo nº 23072.240318/2024-69

SEI nº 3395841

Dedico este trabalho à memória de meu tio, Marcus Pereira de Mello. Você está presente em cada ideia construída e em cada palavra escrita.

AGRADECIMENTOS

Quatro anos se passaram desde o início desse processo louco que é o doutorado. Por muitas vezes eu me peguei pensando sobre esse momento da escrita dos meus agradecimentos. Sempre, no entanto, entendia como algo finalístico e em um futuro muito distante que custaria a chegar. Parece que, (in)felizmente, esse momento chegou.

O sentimento de finalizar a Tese é muito complexo para se tentar colocar em palavras. Ao mesmo tempo em que uma felicidade insana toma conta do meu corpo, eu sinto um sentimento triste de término. Após a defesa, precisei me reencontrar em um novo sonho de vida e isso, claro, gerou medo.

Porém, é necessário celebrar a vitória da finalização desse doutorado. Em meio às entrevistas e documentos, entre linhas e ideias, as análises e resultados da pesquisa foram se materializando. Este é um dos produtos dos quase cinco anos de reflexão e diálogos construídos com diversas pessoas. A presente Tese é fruto de complexas relações que foram criadas e mantidas e que me possibilitaram entrar em contato com diferentes visões, conhecimentos e produtos de conversas coletivas. Sem as incríveis discussões que presenciei e participei com pesquisadoras e pesquisadores ao longo do meu doutorado, esse trabalho não seria possível.

Agradeço aos meus pais, Lêda e Omar, e aos meus irmãos, Barbara e Lucas. Eu não conseguiria chegar aonde estou se não fosse o apoio incondicional que recebi de vocês. Cada linha deste trabalho foi escrita com vocês, para vocês e por vocês. Muito obrigado por me ensinarem a não desistir e a enfrentar os desafios com um sorriso no rosto e com pensamentos positivos. Um agradecimento mais que especial para minha mãe, Lêda, que me auxiliou no processo longo e exaustivo das transcrições das entrevistas. Quando achei que não iria dar conta, você me ajudou e estive lá por mim. Amo você!

Ao meu companheiro de vida, melhor amigo e confidente, Gui, por estar ao meu lado durante toda essa jornada do doutorado. Não tenho dúvidas de que sem você e seu apoio incondicional teria sido quase impossível concluir esse ciclo. Em todas as vezes que eu achei que não fosse conseguir ou que não fosse bom o suficiente para ocupar esse lugar, você esteve comigo enfrentando meus dilemas e “monstros”, transformando-os em situações possíveis ou apenas em mais um passo a ser superado. Obrigado por entender os momentos de tensão e insegurança

e estar próximo a mim tornando tudo mais tranquilo, doce e divertido. Sou grato pelo amor e companheirismo e, por juntos, estarmos construindo uma vida.

A Letícia do Carmo, minha melhor amiga, que me acompanhou diariamente nesse processo de vida, me escutando e aconselhando em praticamente todos os momentos. Muito obrigado por trilhar essa jornada de vida comigo e ser essa pessoa com uma escuta tão atenta e generosa. Saiba que estarei sempre do seu lado. Te amo muito!

À minha psicóloga Lohana Morelli que me ajudou a compreender meus sentimentos e a ressignificar esse processo do doutorado.

À Professora Marlise Matos que me recebeu no NEPEM antes mesmo de entrar no meu mestrado e acreditou no meu potencial como pesquisador, muito obrigado. Admiro muito o seu trabalho e a dedicação com as lutas sociais. Aprendi e aprendo constantemente com você!

À Professora Danusa Marques que se tornou muito mais do que uma orientadora, mas uma amiga que me escutou e me ajudou a concretizar o sonho (ambicioso) dessa Tese de doutorado. Você, Danusa, foi uma das professoras que mais me marcou e que me ensinou muito mais do que teorias e metodologias de pesquisa ao longo desses anos. Muito obrigado pela oportunidade de conviver com você.

Obrigado, também, por me abrir as portas para o Núcleo de Pesquisa Flora Tristan: representações, conflitos e direitos. O Núcleo possibilitou a criação do grupo de Carreiras Políticas LGBTI+ e fomentou discussões incríveis que pude inserir nesse trabalho. Agradeço à Ludmila, Luiza, Ícaro, Nayra, Cleyton, Gabriela, Brenda, Fii, Bárbara, Arthur, Adriene, Túlio, Ju, Renata, Laura, Julia, Jamila e Alberto.

Durante o doutorado tive a oportunidade de me mudar para a Alemanha para meu doutorado sanduíche que só foi possível pela bondade e profissionalismo da Professora Gabriele Abels que, com tanta boa vontade, me recebeu no *Institut Für Politikwissenschaft* da *Eberhard Karls Universität Tübingen*. Agradeço também à Professora Riccarda Flemmer pelos diálogos dentro e fora de aula.

Ao longo do ano em que vivi junto com meu companheiro em Tübingen me defrontei com muitos medos e inseguranças. Nunca antes tinha vivido em um país onde eu não conhecia a língua e onde tive que usar meu inglês como língua principal. A experiência, no entanto, foi mais que positiva. Por mais difícil que tenha sido conheci pessoas incríveis nessa jornada.

Agradeço do fundo do meu coração a Thomas, Markus, Sonsoles, Ana e Lana pela acolhida e pelas reflexões a respeito da minha Tese e da minha vida. A Valorie, minha *best* e confidente, muito obrigado por estar comigo e me mostrar que às vezes na vida a gente tem que ter coragem para ir em frente sem pensar duas vezes.

Agradeço ao *UniSport Rugby* que me recebeu com tanto carinho e atenção. Muito obrigado Finn, Mia, Valorie, Lara, Kohei, Miri, Anna, Phillip, Pia, Renes, Alex, Leon, Christoph e Sophie. Um agradecimento especial também ao *Rugby Hirschau Tübingen* que foi minha casa durante muitos momentos na Alemanha.

Ao meu time de Belo Horizonte, Onças do Vale Rugby Clube, obrigado pelo companheirismo e pelo suporte ao longo dessa trajetória. Fico feliz de poder construir um esporte verdadeiramente inclusivo com vocês!

Às queridas Periféricas+, à Agremiação Unidos do Ranço e às minhas amigas do doutorado, o meu muito obrigado. Juntas construímos muito mais que pesquisas em conjunto, estabelecemos laços de amor e solidariedade que espero que se mantenham por muitos anos. Que continuemos fortes e abalando ainda mais as estruturas do *malestream* da Ciência Política!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, pelos ensinamentos, acadêmicos e pessoais, durante esses quatro anos do doutorado. Em especial, agradeço a Ricardo Fabrino, Leonardo Avritzer, Priscila Delgado, Magna Inácio e Cristiano Rodrigues pela partilha do conhecimento nas aulas. A Alessandro e a Thaís, que sempre estiveram presentes para resolver todas as minhas questões, me auxiliando no que foi necessário.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao professor Pablo Navarro por terem aberto uma porta de novas possibilidades e discussões teóricas para mim ao longo do Doutorado.

Aos membros da banca agradeço a leitura atenta e generosa do meu trabalho. Saber que esse texto fruto de um trabalho dedicado foi avaliado por uma banca composta por pessoas que tanto admiro me deixa ainda mais feliz. Muito obrigado, Daniela Rezende, Cristiano Rodrigues, Maíra Kubik, Jaqueline de Jesus e Ricardo Fabrino por fazerem parte desse meu processo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me dado condições para que pudesse me dedicar integralmente a esse trabalho acadêmico.

RESUMO

A presente Tese consiste em uma pesquisa que busca compreender, a partir de uma abordagem interpretativa, as carreiras políticas de vereadoras LGBTI+ que participaram do processo eleitoral nos municípios brasileiros no ano de 2020. Por meio de um trabalho empírico, procuramos responder à seguinte pergunta de pesquisa: como são construídas as carreiras políticas de pessoas LGBTI+ até a conquista do cargo legislativo municipal no Brasil? Para responder a tal pergunta, definimos três dimensões que guiam o desenvolvimento do trabalho: (i) trajetórias, perfil, capitais e ambição política; (ii) partidos políticos e as (iii) estratégias de visibilidade na campanha eleitoral. A fim de orientar o desenvolvimento da pesquisa, empregamos como método de produção de dados entrevistas semiestruturadas com 13 vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020 em diferentes municípios. A escolha dos casos se deu seguindo critérios considerados os mais relevantes pela literatura especializada por meio do reconhecimento de dinâmicas diferenciadas presentes no processo eleitoral, baseadas no porte do município; tipo de mandato (coletivo ou individual); no caso dos mandatos coletivos, se as pessoas LGBTI+ foram cabeça-de-chapa ou não; região; raça; gênero (transgênero ou cisgênero, feminino e/ou masculino) e orientação sexual da vereadora. As questões que envolvem o partido e a orientação político-partidária também foram levadas em consideração. Além das entrevistas, construímos um banco de dados de vereadoras eleitas (1992-2020) a partir da sistematização de informações disponíveis em veículos midiáticos e do Tribunal Superior Eleitoral. Após a construção dos dados, realizamos uma Análise de Conteúdo por meio da categorização e interpretação das entrevistas. Dessa forma, a Tese pretende contribuir para a superação de uma lacuna significativa na literatura da Ciência Política brasileira, possibilitando reflexões teóricas e empíricas que entrecruzam as discussões sobre representação LGBTI+, política local e eleições legislativas. A partir da análise de casos específicos, esperamos colaborar para a compreensão dos dilemas, significados e dinâmicas que atravessam as vivências das pessoas LGBTI+ que ocupam a política institucional local no Brasil.

Palavras-chave: lideranças LGBTI+; carreiras políticas; vereadoras; política local.

ABSTRACT

This PhD dissertation aims to understand, from an interpretative approach, the political careers of LGBTI+ councilors who participated in the electoral process in Brazilian municipalities in the year 2020. Through empirical work, we seek to answer the following research question: how are the political careers of LGBTI+ people constructed until the conquest of the municipal legislative position in Brazil? To answer this question, we defined three dimensions that will guide the development of the work, focusing on the following structuring axes: (i) trajectories, profile, capitals and political ambition; (ii) political parties; and (iii) strategies of visibility in the electoral campaign. In order to guide the development of the research, we organized semi-structured interviews with 13 LGBTI+ councilors who were elected in 2020 as a method of data production. The cases were chosen following criteria considered the most relevant by specialized literature through the recognition of different dynamics present in the electoral process, based on the size of the municipality; type of mandate (collective or individual); in the case of collective mandates, whether LGBTI+ people were “head” leaders or not; region; race; gender (transgender or cisgender, female and/or male) and sexual orientation of the councilor. Issues involving the party and party-political orientation were also taken into consideration. In addition to the interviews, we built a database of elected councilors (1992-2020) based on the systematization of information from the media and the Superior Electoral Court. After the construction of the data, we performed a Content Analysis through the categorization and interpretation of the interviews. In this way, the dissertation intends to contribute to overcoming a significant gap in Brazilian Political Science literature, enabling theoretical and empirical reflections that intersect discussions on LGBTI+ representation, local politics and legislative elections. Based on the analysis of specific cases, we hope to contribute to the understanding of the dilemmas, meanings and dynamics that cross the experiences of LGBTI+ people who occupy local political institutions in Brazil.

Keywords: LGBTI+ leaders; political careers; councilors; local politics.

LISTAS DE QUADROS, GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 1. Informações sobre as interlocutoras escolhidas.....	44
Quadro 2. Tópicos de análise.....	48
Quadro 3. Relação tipo de municípios por número de pessoas LGBTI+ eleitas (2016 e 2020)	115
Quadro 4. Apresentando as vereadoras.....	121
Quadro 5. Histórico de eleição das vereadoras até o ano de eleição.....	142
Quadro 6. Nível de Formação.....	143
Quadro 7. Formação/Graduação das Eleitas.....	144
Quadro 8. Ligação com Movimentos Sociais antes da eleição.....	145
Quadro 9. Ambição política das vereadoras de acordo com as entrevistas realizadas (2023)	172

GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da representação LGBTI+ no Brasil (1992-2020).....	90
Gráfico 2. Relação entre região e número de pessoas eleitas em 2020.....	100
Gráfico 3. Relação entre região e número de pessoas LGBTI+ eleitas em 2016 e 2020.....	100
Gráfico 4. Partidos que elegeram pessoas LGBTI+ (2020).....	105
Gráfico 5. Relação entre número de mulheres e homens LGBTI+ eleitas/os por partido em 2020.....	110
Gráfico 6. Estado Civil das pessoas vereadoras LGBTI+ eleitas (2020).....	113

TABELAS

Tabela 1. Partidos Políticos que elegeram vereadoras LGBTI+ ao longo dos anos (1992-2020)	103
--	-----

FIGURAS

Figura 1. Material de Campanha para vereador de Belo Horizonte - Marcus Pereira de Mello	26
Figura 2. Material de campanha para deputado estadual – Marcus Pereira de Mello.....	26
Figura 3. Matéria extraída do Jornal do Brasil intitulada “Os gays na política”.....	31
Figura 4. Matéria extraída do Jornal do Commercio intitulada “Movimento Gay lança 9 candidatos em 5 Estados”.....	32
Figura 5. Matéria extraída do Jornal do Commercio intitulada “Gays terão cerca de 24 candidatos.....	33
Figura 6. A “Coluna do Meio” de Celso Curi.....	58
Figura 7. O famoso Lampião da Esquina.....	61
Figura 8. Ativista Rosely Roth posando com a sétima edição do <i>Chanacomchana</i>	64
Figura 9. Membros do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual depois de uma reunião geral nas Ciências Sociais da USP, 1980.....	66

Figura 10. Material de Campanha Edson Nunes: “ele joga no mesmo time, uai”	74
Figura 11. Material de Campanha Edson Nunes	76
Figura 12. Matéria do Jornal Folha de São Paulo intitulada “Travesti vira líder político no Sertão”	83
Figura 13. Katia Tapety	84
Figura 14. Renildo José dos Santos	87
Figura 15. Reportagem sobre pré-candidaturas LGBTI+ em 1996	92
Figura 16. Reportagem sobre apoio a candidatas gays pelo brasil	93
Figura 17. Nota Executiva da ABGLT sobre as eleições de 2004	94
Figura 18. Peça de material de campanha de Jessião	107
Figura 19. Perfil das pessoas LGBTI+ eleitas (2020): Faixa etária, gênero e raça/cor	112
Figura 20. Bia Caminha – Partido dos Trabalhadores	122
Figura 21. Carolina Iara/Bancada Feminista – Partido Socialismo e Liberdade	123
Figura 22. Daniel Cabral – Partido Comunista do Brasil	124
Figura 23. Filipa Brunelli – Partido dos Trabalhadores	126
Figura 24. Gilvan Masferrer – Democracia Cristã	127
Figura 25. Icaro Reveles – Partido Democrático Trabalhista	129
Figura 26. Iza Lourença – Partido Socialismo e Liberdade	130
Figura 27. Jhonatan Alves/Coletivo Nós – Partido dos Trabalhadores	132
Figura 28. João Felipe - Democratas	133
Figura 29. Estudante acusa vereadora na BA de homofobia: “Chamou de Bicha Louca”	135
Figura 30. Kakinha de João Batista - Partido Social Cristão	136
Figura 31. Lilia Karipuna - Republicanos	138
Figura 32. Lins Robalo – Partido dos Trabalhadores	139
Figura 33. Noel Henrique - Partido Democrático Trabalhista	140
Figura 34. Matéria do Jornal El País intitulada “Covereadora do PSOL, que teve casa alvejada: “Não podemos ter outra Marielle Franco em São Paulo. Uma Marielle trans”	199
Figura 35. POC vota em POC – Juntas 50180	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Humana

AL – Alagoas

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

AP – Amapá

APOGLBT – Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo

BA – Bahia

DC – Democracia Cristã

DEM – Democratas

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS

GGB – Grupo Gay da Bahia

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

ILGA – International Gay and Lesbian Association

LGBTI+ – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo

MA – Maranhão

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro

MT – Mato Grosso

ONU – Organização das Nações Unidas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PI – Piauí

PL – Partido Liberal

PP – Progressistas

PR – Paraná

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RN – Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA TESE	18
CAPÍTULO 1. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	24
1.1 O meu lugar na pesquisa: de onde essa Tese parte?	24
1.2 Construindo o banco de dados	38
1.3 Seleção das Interlocutoras	43
1.4 Métodos de produção e análise dos dados: categorias analíticas	45
PARTE I. PARTICIPANDO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BREVE HISTÓRIA(S) DOS MOVIMENTOS LGBTI+ NO BRASIL.....	49
CAPÍTULO 2. (BREVES) HISTÓRIAS DAS RELAÇÕES ENTRE AS PESSOAS LGBTI+ E O ESTADO BRASILEIRO	50
2.1 De onde partimos?.....	51
2.2 Alô, alô homossexuais: por uma imprensa do “meio”	56
2.3 As LGBTI+ contra o Estado: “mais amor e mais tesão”.....	64
2.4 A “peste gay” chega ao Brasil	69
2.5 Nas ruas e nas urnas: tateando a representação política	72
2.6 Uma constituinte para todas?.....	78
2.7 Na cena local: primeiros retratos de experiências LGBTI+ na política	82
2.8 Considerações por hora	88
CAPÍTULO 3. OCUPANDO AS CÂMARAS MUNICIPAIS: POR UM PANORAMA DA POLÍTICA LGBTI+ NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2020).....	90
PARTE II. UMA COLCHA DE RETALHOS COLORIDAS: FRAGMENTOS DE VIVÊNCIAS E PERCPÇÕES DAS VEREADORAS LGBTI+ ELEITAS EM 2020	117
CAPÍTULO 04. CONDICIONANTES POLÍTICOS SOCIAIS DAS VIDAS DAS VEREADORAS ELEITAS EM 2020.....	119
4.1 Introdução.....	119
4.2 Raio X: apresentando nossas interlocutoras.....	121
4.3 O que Bourdieu tem a dizer? Conversas sobre capitais, campos e <i>habitus</i> a partir das vidas de nossas interlocutoras	141
4.4 Conclusões por ora	149
CAPÍTULO 05 – O JOGO DO PODER: PERCEPÇÕES DAS VEREADORAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	151
5.1 Introdução.....	151

5.2 A política (no) local: promessas vazias, expectativas em alta	152
5.3 O partido na campanha: impasses e potencialidades de uma relação desigual	161
5.4 Para onde ir? Cálculos, planos e sonhos	171
5.5 Considerações finais	178
CAPÍTULO 6. REPRESENTAÇÕES DE SI: ESTRATÉGIAS PARA SE FAZER CAMPANHA	182
6.1 Introdução.....	182
6.2 Uma campanha em pandemia	183
6.3 Representando a si: “tu cortou o teu cabelo por causa da política ou não?”	190
6.4 A recepção do eleitorado.....	197
6.5 Considerações por ora	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
APÊNDICE 1. Roteiro de Entrevista	232

APRESENTAÇÃO DA TESE

A presente Tese consiste em uma pesquisa interpretativa que busca compreender as carreiras políticas das vereadoras LGBTI+¹ que participaram do processo eleitoral nos municípios brasileiros em 2020. Por meio de um trabalho empírico, procuramos entender os diversos desafios enfrentados pelas pessoas LGBTI+ que concorreram a um cargo no legislativo municipal naquele ano. Esse tópico tem ganhado cada vez mais espaço: nos últimos anos, as pautas que versam sobre as diversidades sexuais e de gênero se tornaram pontos centrais para se compreender a política brasileira em seus mais diferentes níveis e dimensões. Os fenômenos dos novos conservadorismos, do masculinismo e do próprio bolsonarismo mostraram que a mobilização de pânico morais é capaz de influenciar a opinião pública e induzir um sentimento de ódio contra as diferenças (Miskolci, 2007; Miskolci; Campana, 2017; Trevisan, 2021; Camilo, 2023).

O “kit gay”, a “ideologia de gênero”, as “mamadeiras de piroca”, “os seminários LGBTI+ infantis”, as “tentativas” de “mudança de gênero” forçada de crianças, entre outras pretensas ameaças à norma denunciadas por grupos reacionários foram amplamente divulgadas nos últimos anos. Consequentemente, influenciaram diretamente as escolhas e os caminhos políticos, favorecendo candidatas com bandeiras conservadoras e contra direitos LGBTI+ em diversas localidades em nosso país.

Porém, não é de hoje que diversas autoras vêm destacando a forma como o gênero, assim como a sexualidade e outros marcadores sociais, fazem parte da estrutura de organização da sociedade e da política institucional (Matos, Paradis, 2014; Biroli, 2018; Rodrigues, 2019; Gonçalves Freitas, 2019). É impossível compreender o contexto político sem considerar as próprias identidades individuais e coletivas que muitas vezes não são representadas politicamente, mas estão constantemente demandando esse direito. Mesmo com essa convocação constante por parte de várias pesquisadoras, diversos veículos midiáticos, uma parcela da sociedade, especialistas e segmentos da academia, especialmente aquelas ligadas ao *mainstream* da Ciência Política brasileira, parecem fechar os olhos para o fenômeno.

¹ Na presente Tese, utilizamos como referência a sigla LGBTI+ para referir à comunidade de lésbicas, gays, travestis e transsexuais, pessoas intersexo e outras identidades não-cis-heteronormativas. A utilização da sigla está em conformidade com a nomenclatura adotada por organizações internacionais, como a *International Gay and Lesbian Association* (ILGA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Parece-nos que para essas agentes todas as pessoas vivem as mesmas experiências independentemente da sexualidade, gênero, raça, etnia, escolaridade, entre outras dimensões. Além disso, diante do aumento das discussões sobre a temática, observamos uma tendência de algumas especialistas classificarem as “diferenças” e os movimentos sociais progressistas como “lutas identitárias”, secundárias e menos importantes para a defesa dos ideais da democracia.

Este trabalho se posiciona em um sentido contrário a essas percepções. Para nós, a democracia é muito mais que um regime político: ela reflete o anseio de construção de uma sociedade equitativa e justa para todas as pessoas, o reconhecimento das desigualdades e a construção de caminhos para superá-las. Essa Tese pretende contribuir com um conhecimento implicado para o campo da Ciência Política brasileira, rompendo com as discussões do “identitarismo”.

Assim, no que se refere aos estudos desenvolvidos nas intersecções entre sexualidade, gêneros dissidentes e política, encontramos na Ciência Política um campo inicial de produção acadêmica sobre o tema. Em pesquisa realizada na plataforma *Scielo* em 2019, quando apresentamos o projeto dessa Tese pela primeira vez, encontramos apenas os artigos “*Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo*” (2016) e “*Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo*” (2016) do Professor Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos². A produção incipiente demonstrava a necessidade de aprofundamento das discussões e teorias sobre o assunto.

Por mais que a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 tenha consagrado o novo conservadorismo, ela produziu uma resposta. No plano local, diversas lideranças LGBTI+ passaram a conquistar espaço e a configurar novas narrativas sobre o que é possível viver e construir a partir do reconhecimento das diferenças e do respeito. Essas pessoas criaram e ainda criam constantemente uma realidade a partir das margens, daquilo do que não é dito e visto, dos *silêncios*.

Este foi um tema recorrente nas entrevistas realizadas com as vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020 para a pesquisa da Tese. Os *silêncios* não se referem apenas à impossibilidade de se expressar oralmente, mas são sentidos no que se refere ao acesso dessas agentes à

² O levantamento foi feito a partir dos termos de busca “candidaturas + LGBTI”, “representação política + LGBTI” e “eleições + LGBTI”.

possibilidade de pensar, projetar um futuro possível, concretizar os sonhos e de viver experiências³, como uma eleição.

Para nomear esse trabalho, escolhemos fazer referência a uma frase dita por uma das vereadoras entrevistadas e utilizada por ela durante sua campanha. “*Para romper silêncios*” faz referência ao slogan de campanha da vereadora bissexual Bia Caminha, eleita na cidade de Belém do Pará (PA) em 2020. A vereadora pontua a necessidade, a partir das vivências das mulheres negras, da ocupação de espaços e discussões sobre, para e por essas agentes. É essa uma das intenções desse trabalho: romper silêncios e destacar resistências. Vale pontuar, no entanto, que esse silêncio vivenciado por essas agentes não era voluntário, mas sim expressão da falta de oportunidades políticas, em outras palavras, da exclusão e opressão direcionadas a elas.

Desse modo, antes de apresentar a pesquisa, as hipóteses defendidas e a forma como o texto está organizado, torna-se importante nos localizar frente ao nosso trabalho, pois nos entendemos e nos portamos enquanto pesquisadoras e agentes políticas. Sendo assim, nossa pesquisa é socialmente implicada e eticamente orientada para com as nossas interlocutoras de pesquisa e a conjugação de nossas múltiplas identidades impactam na forma como traduzimos as dinâmicas sociais e colaboram com a construção desse (novo) campo de estudo.

Foi a partir dessa percepção e com o intuito de tornar a linguagem mais inclusiva, e de certo modo subversiva, que utilizaremos no presente trabalho o gênero linguístico feminino para generalizações. Assim, quando nos referimos a vereadoras LGBTI+, reconhecemos que existem indivíduos com diferentes identidades e gêneros que pertencem ao grupo, mas optamos por trabalhar sempre no feminino – menos quando se trata de casos de indivíduos isolados.

A nossa intenção no emprego dessa escolha linguística se explica pela necessidade de gerar tanto um desconforto como uma reflexão a partir dos vieses presentes na língua portuguesa que generaliza indivíduos de gêneros diferentes a partir do masculino. A Tese, ao tratar de indivíduos que muitas vezes não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade e por seguir uma epistemologia interpretativa, tornou-se um espaço potencialmente interessante para tensionar essa lógica linguística.

No entanto, vale pontuar que em alguns casos, como, por exemplo, quando tratamos dos militares durante a ditadura que ocorreu no Brasil, utilizo intencionalmente o gênero masculino para me referir a esses agentes. Nessa situação específica, a escolha do masculino se justifica

³ Como reportado pela Agência Brasil (2024), 254 pessoas LGBTI+ foram vítimas de morte violenta no Brasil no ano de 2023. Esse número significa que a cada 34 horas uma pessoa LGBTI+ foi morta. Vale pontuar que esse número, como sabemos, apresenta um alto grau de subnotificação, sendo muito maior do que este divulgado.

pela importância de pontuar e destacar que a ditadura civil-militar refletiu um ideal de masculinidade hegemônica que inferiorizava e reprimia indivíduos dissidentes de nossa sociedade. Era uma estratégia empregada pelos militares que buscava excluir e controlar, diferentemente da proposta da nossa Tese.

Levando esses pontos e posicionamentos em conta, a presente Tese busca compreender, a partir das vivências das vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020⁴, as negociações e tensões que envolvem determinadas categorias sociais, como gênero e sexualidade, no processo eleitoral nos municípios brasileiros. Com base em uma abordagem interpretativa, procuramos responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Como são construídas as carreiras políticas de lideranças LGBTI+ até a conquista do cargo legislativo municipal no Brasil?*

A escolha dessa pergunta de pesquisa se justifica pela necessidade de compreender, a partir de uma lente que parta do âmbito local, as diferentes dinâmicas que envolvem o processo de criação e consolidação de carreiras políticas de lideranças LGBTI+ nos municípios brasileiros. Quando olhamos para a literatura da Ciência Política, seja aquela que versa sobre política local, representação nas esferas institucionais ou carreiras políticas, as dimensões de orientação sexual e de identidade de gênero são, até o presente ano, esquecidas e marginalizadas.

A Tese busca, portanto, abrir essa caixa preta e desvendar as nuances, os conflitos, as negociações e as diversidades de tramas que são estabelecidas por pessoas LGBTI+ que desejam e concretizam a atuação nas diferentes Câmaras Municipais em nosso país. Identificar as percepções das vereadoras LGBTI+ a partir de dimensões socioinstitucionais nos permite teorizar e compreender um fenômeno que não é novo e que precisa ser entendido.

A fim de orientar o desenvolvimento da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com treze vereadoras LGBTI+ eleitas em diferentes municípios brasileiros e filiadas aos mais diferentes partidos políticos. Após a produção dos dados, realizamos uma Análise de Conteúdo por meio da categorização e interpretação das transcrições das entrevistas. Na pesquisa focamos em três principais dimensões, sendo elas: (i) trajetórias, perfil, capitais e ambição política; (ii) partidos políticos e as (iii) estratégias de visibilidade na campanha eleitoral.

⁴ Decidimos analisar as eleições de 2020, uma vez que essa foi a eleição seguinte àquela que elegeu Jair Messias Bolsonaro como Presidente do Brasil. Bolsonaro é uma pessoa abertamente LGBTIfóbica e que trabalhou no sentido de restringir direitos para o segmento. Acompanhar os desafios e as potencialidades das lideranças LGBTI+ que encontraram na institucionalidade uma forma de resistir aos conservadorismos se mostrou uma ideia frutífera e necessária.

No que se refere aos argumentos orientadores do trabalho, podemos pontuar ao menos quatro, formulados a partir das próprias entrevistas, da construção do banco de dados e da revisão da literatura, e que serão trabalhados ao longo do texto e das análises de formas interconectadas. São elas:

(i) o aumento do número de pessoas LGBTI+ no processo eleitoral está ligado a uma resposta de lideranças LGBTI+ que entendem que a institucionalidade é um ponto central a ser conquistado na garantia de direitos;

(ii) a filiação da candidata a um partido político independe de dimensões ideológicas, havendo uma mobilização estratégica do partido político com maior presença no território da liderança;

(iii) para as vereadoras, a maior parte dos partidos tendem a não considerarem suas candidaturas como competitivas;

(iv) as formas como os marcadores de orientação sexual e gênero aliada à forma como as pautas defendidas pelas candidatas são publicizadas afetam as experiências dessas agentes no processo eleitoral.

Para a construção da pesquisa, dividimos o texto em seis capítulos, para além desta apresentação da Tese e das considerações finais. No capítulo um, iniciamos nosso trabalho com uma discussão metodológica sobre questões anteriores ao processo de início da pesquisa, destacando problemas ontológicos e epistemológicos. Passamos por uma “frente” descritiva a partir da explicação da construção do mapeamento geral das vereadoras LGBTI+ eleitas (1992-2020) e o processo de produção de dados. Em seguida, por uma “frente” analítica e interpretativa, através do entendimento da escolha e operacionalização do método de análise de conteúdo e as categorias mobilizadas para lidar com os dados das entrevistas.

Após o capítulo metodológico, inicia-se uma primeira parte da Tese intitulada “*Participando da política institucional: breve(s) história(s) dos movimentos LGBTI+ no Brasil*”, que é composta por dois capítulos. No capítulo dois, buscamos brevemente reconstituir as histórias do movimento LGBTI+ no Brasil em face às suas relações com o Estado e/ou a política institucional, abordando os dilemas, conflitos e negociações presentes.

No capítulo três, apresentamos uma análise panorâmica e descritiva sobre a representação LGBTI+, construída a partir do banco de dados confeccionado para a Tese das vereadoras eleitas de 1992 até 2020. Nesse momento do texto, realizamos algumas discussões sobre os perfis das vereadoras eleitas, filiação partidária, localidade da eleição, financiamento

de campanha, posicionamentos conservadores e progressistas de algumas candidaturas, entre outros tópicos, mobilizando uma abordagem interseccional.

Em seguida, damos início à análise das entrevistas da pesquisa, na segunda parte da pesquisa, intitulada “*Uma colcha de retalhos coloridos: fragmentos de vivências e percepções das vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020*”, estruturada em três capítulos. No capítulo quatro, buscamos aprofundar as discussões que envolvem a dimensão de análise que denominamos de *condicionantes político-sociais das vereadoras eleitas*. Nesse sentido, apresentamos discussões presentes nas entrevistas com as treze vereadoras eleitas em 2020 que perpassam os eixos “*formação política e profissional*”; “*ligação com movimentos sociais*”; “*família*”; “*motivação para se candidatar*”; “*ambição política*” e “*quem te elegeu?*”. A discussão empírica será desenvolvida em diálogo com debates teóricos sobre *carreiras políticas, capital, campo, habitus e ambição política*.

No capítulo cinco, focamos nas percepções das vereadoras LGBTI+ a respeito dos partidos políticos pelos quais concorreram em 2020. Para o tópico, analisamos os eixos “*sentidos sobre o partido*”; “*escolha do partido político*”; “*suporte do partido à candidatura*” e “*atuação da vereadora no partido*”. Nesse momento, discutimos os casos empíricos em diálogo com as teorias de *partidos políticos, seleção de candidatas* e do *institucionalismo feminista* – principalmente no esforço de identificar as instituições informais que incidiram no processo eleitoral de 2020. Por fim, no capítulo seis apresentamos a análise a partir da ideia de comunicação política acionando os seguintes eixos: “*gênero e sexualidade na campanha*”; “*construção da campanha: apoios e estratégias*” e “*violências durante a campanha*”. Para tanto, traremos de teorias sobre *representação* a partir de uma literatura sociológica em conjunto com *teorias de gênero e queer*.

“*Para romper silêncios: um estudo sobre carreiras políticas LGBTI+ nas eleições legislativas municipais no Brasil (2020)*” busca, a partir da apresentação e análise das diversas e plurais experiências de lideranças LGBTI+, contribuir para a construção de uma série de “saberes localizados” (Haraway, 1995) nas experiências e vivências de vereadoras LGBTI+ nos municípios brasileiros, possibilitando aprofundar os estudos e entendimentos sobre os processos eleitorais no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, provoca a Ciência Política brasileira a pensar a partir das fronteiras das sexualidades e dos gêneros dissidentes, destacando as construções sociais que permeiam a política da heterossexualidade (Mucciaroni, 2011; Reynolds, 2013) e as ricas trajetórias políticas de diversas parlamentares LGBTI+ em nosso país.

CAPÍTULO 1. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do presente capítulo é apresentarmos algumas informações e reflexões que envolvem diferentes dimensões da presente Tese de doutorado. Diferentemente do fazer ciência das ciências naturais, em que o capítulo metodológico se localiza após a revisão bibliográfica, defendemos a ideia de que toda a pesquisa, inclusive a literatura revisitada, perpassa pela forma como as pesquisadoras compreendem o universo à sua volta e as relações [de poder] que envolvem a produção do conhecimento científico.

Os entendimentos e discussões sobre ontologia e epistemologia guiam as pesquisadoras e influenciam a forma como a pesquisa é feita e o texto, escrito. Além disso, por se tratar de uma pesquisa interpretativa, adotamos uma lógica oposta às pesquisas positivistas. Se os significados estão em jogo é importante destacar de onde partimos com todas as nossas bagagens e posicionamentos. Assim, nessa lógica, para nós a apresentação metodológica com todas as escolhas que perpassam esse processo deve ser apresentada em um momento inicial.

O capítulo divide-se, assim, em quatro momentos. No primeiro, apresentamos algumas informações sobre o processo de construção da pesquisa a partir das vivências do pesquisador responsável por ela, buscamos destacar a forma como experiências pessoais guiam as pessoas pesquisadoras ao longo do processo investigativo. Na segunda seção apresentaremos a forma como o banco de dados das pessoas vereadoras LGBTI+ eleitas de 1992 a 2020 foi construído destacando as fontes, a investigação, a validação dos dados e o cruzamento com as informações disponíveis no site do TSE.

Na parte três introduzimos a seleção das nossas interlocutoras de pesquisa, apresentando um panorama a partir das categorias de gênero, raça, localidade, identidade de gênero, sexualidade e partido político. Por fim, na última seção, apresentamos os métodos de construção e análise dos dados que foram usados ao longo do desenvolvimento da pesquisa de Tese.

1.1 O meu lugar na pesquisa: de onde essa Tese parte?

Talvez essa seja a primeira e a única seção que escreverei na primeira pessoa do singular para esta Tese e isso se deve a alguns fatores que irei discutir ao longo desse texto. Porém, antes de chegar a essa parte, gostaria de refletir sobre a forma como a escolha de nossos temas de pesquisas está intimamente relacionada a nós, às nossas ambições, lutas e projetos de futuro. Isso pode soar um pouco estranho para algumas cientistas políticas brasileiras⁵ que, orientadas

⁵ E não apenas brasileiras.

a partir de uma lógica hiper positivista, acreditam que existem uma neutralidade entre a pessoa pesquisadora e o contexto social, incluindo aqui as mais diversas interlocutoras presentes no campo a ser estudado.

Esse capítulo traz um pouco da minha história e das múltiplas conexões que foram criadas e estabelecidas ao longo dessa jornada investigativa. Essa pesquisa de Tese surge em meados de 2019, em meio a uma crise no processo de pesquisa e escrita da minha dissertação de mestrado. Naquele momento, sentia uma angústia enorme ao estudar um tema tão importante, que era a participação do movimento de mulheres e feministas no processo de construção de paz na Colômbia, mas que, ao mesmo tempo, era tão distante de mim. Essa distância estava relacionada não apenas a uma questão geográfica, visto que não consegui fazer um efetivo trabalho de campo no país, sobretudo, por falta de financiamento e tempo, mas havia ainda uma distância do tema com relação às minhas vivências.

Estudar os movimentos de mulheres e feministas na Colômbia, a partir da chave dos ativismos interseccionais feministas (Matos, Simões, 2018; Barbabela, 2020) me ensinou sobre as potencialidades da estruturação de lutas sociais conjuntas, nas quais as pautas interconectadas orientam uma atuação política emancipadora para diversos movimentos sociais. Porém, eu, como um homem cisgênero e gay, não me via conectado e pertencente, de fato, a esse tema. Parecia que meu “tópico de pesquisa” era parte de um quebra-cabeça e que eu não me encaixava nele.

Foi nesse momento que parte da minha história pessoal se chocou com a minha vida acadêmica. Remexendo fotos e documentos antigos de família descobri que meu tio, Marcus Pereira de Mello, um homem gay que vivia com HIV e que morreu meses antes do meu nascimento, havia concorrido por algumas vezes para o cargo de vereador na cidade de Belo Horizonte e, também, a deputado estadual em Minas Gerais.

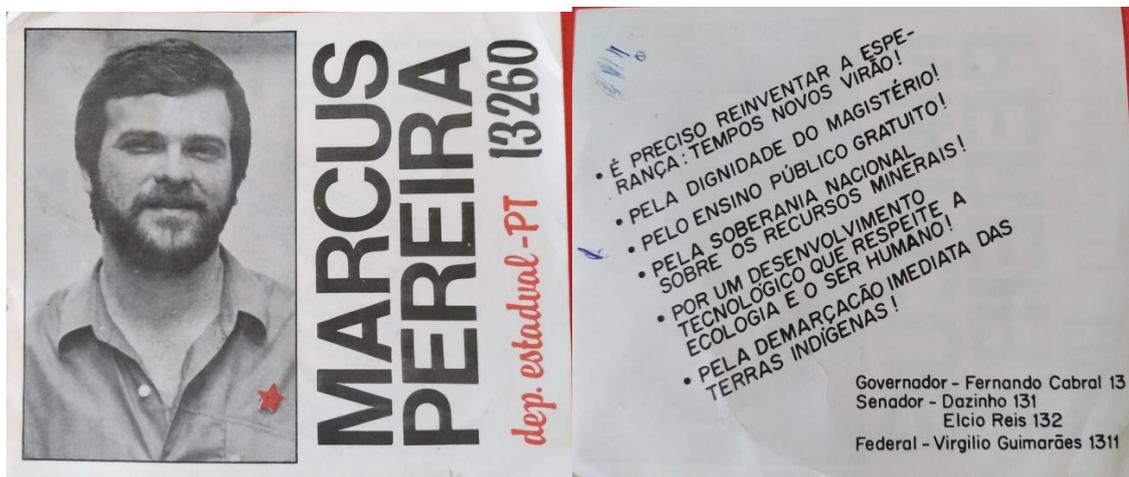
Ao me deparar com seus materiais de campanha pude notar uma infinidade de pautas defendidas por ele, tais como: a proteção do meio ambiente, a gratuidade dos transportes públicos, a defesa da cultura e da educação, a demarcação das terras indígenas, a valorização do magistério, dentre outras. Pelos materiais resgatados de sua campanha, não consegui a identificação ou qualquer menção à defesa das pessoas LGBTI+.

FIGURA 1. MATERIAL DE CAMPANHA PARA VEREADOR DE BELO HORIZONTE - MARCUS PEREIRA DE MELLO



Fonte: arquivo pessoal

FIGURA 2. MATERIAL DE CAMPANHA PARA DEPUTADO ESTADUAL – MARCUS PEREIRA DE MELLO



Fonte: arquivo pessoal

Porém, em uma conversa com minha mãe, foi-me contado que, naquela época, meu tio já dizia que iria representar os homossexuais – o que gerou uma enorme tensão na família, especialmente com algumas irmãs dele, minhas tias, dizendo que não votariam nele caso levantasse essa bandeira. Muitas das histórias do meu tio foram perdidas e poucas coisas me

foram reportadas por parte da minha família. Acho que em grande parte isso aconteceu pelo fato do meu tio ter morrido de pneumonia em decorrência da AIDS, o que virou um “grande assunto” a não ser conversado na minha família.

Diante dessas descobertas e da forma como elas me afetaram, me veio à mente um livro que havia lido em uma disciplina cursada em 2018 e que me marcou muito. *Interpretative Research Design: Concepts and Processes* de Peregrine Schwartz-Shea e Dvora Yanow (2012) tratava sobre os fundamentos das abordagens interpretativas na Ciência Política e pontuava uma outra forma de produção de conhecimento científico que parecia dialogar diretamente com as minhas vivências que, por sua vez, iam além do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. As autoras argumentavam, entre tantas ideias e reflexões, que nossos interesses e temas de pesquisas emergem do nosso cotidiano, do dia a dia da pesquisadora, da história e das vivências individuais e coletivas que podem ser influenciadas ademais pelas categorias de gênero, raça, etnia e até por questões que atravessavam religião e esportes.

É importante pontuar que a ideia da influência dos marcadores sociais da diferença na escolha de nossos objetos de estudos não foi algo inédito dito pelas autoras. Se entrarmos nas discussões que dão base às epistemologias feministas (Harding, 1987; Haraway, 1995; Sardenberg, 2002; Hill Collins, 2016; Fox Keller, 2006) é possível destacar dezenas de autoras que mostraram em suas obras a forma como os processos subjetivos e as próprias características encarnadas afetam tanto a escolha do objeto de estudo quanto a forma como conseguimos analisá-los.

A presença de indivíduos tidos e lidos como “marginalizados” em espaços de produção de saber afeta o conteúdo e a forma como o trabalho é feito. A pesquisa desenvolvida por Evelyn Fox Keller (2006) é um exemplo disso. Em seu trabalho, a autora demonstra como a presença de mulheres feministas no campo acadêmico desencadeou um processo de questionamento em relação a determinados conceitos e noções amplamente difundidos nas ciências naturais, mas que, na verdade, possuíam um forte viés masculinista e que não eram de fato verdadeiras. Como exemplo, partindo do seu próprio campo de investigação – a biologia – a autora ilustra o papel do óvulo no processo de fertilização⁶.

Se antes havia a ideia de que este assumia um papel de “passividade” em oposição ao espermatozoide que seria o agente ativo no processo de fertilização; foi apenas a partir do ano de 1983, com os trabalhos desenvolvidos por Gerald e Helen Schatten, e por outras

⁶ Vale pontuar que Donna Haraway (1991) e Londa Schiebinger (1993) são outras duas referências nessa discussão.

pesquisadoras, que houve uma mudança nessa interpretação canônica e já bastante enraizada. Hoje, sabemos que o óvulo tem um papel ativo no desenvolvimento do próprio folículo, afetando o seu crescimento e a diferenciação das células no processo de fertilização (Fox Keller, 2006).

Assim, como pontuado por David Marsh e Paul Furlong (2002), as diferentes formas pelas quais cada cientista (inclusive social) escolhe e lida com seus objetos de pesquisa é moldada pelas suas próprias percepções ontológicas e epistemológicas. Mesmo que estas não sejam explícitas e percebidas pela cientista, elas afetam a escolha das teorias e dos métodos utilizados na investigação. Para os autores, “eles são como uma pele, não um suéter”⁷ (Marsh; Furlong, 2002, p. 17), não podendo ser “tirados” ou “colocados” toda vez que a pesquisadora ache que cabe.

Ainda segundo as discussões metodológicas apontadas pelos autores, a minha pesquisa se enquadra em um marco ontológico anti-fundacionista. Em convergência com e influenciado por parte significativa dos estudos feministas, passo a compreender todas as relações sociais como fruto de construções sociais que são moldadas por uma dada cultura e temporalidade e que estruturam as relações de poder. Assim, não consigo compreender que o mundo ou a realidade sejam únicas, no sentido de que é igual para todas as pessoas. No meu ponto de vista, cada pessoa cria a sua realidade a partir dos significados e das percepções a que ela tem acesso, sendo esse acesso marcado fortemente por desigualdades que são coletivamente vividas.

No caso da minha pesquisa, o estudo dos desafios enfrentados pelas vereadoras LGBTI+ no Brasil reflete uma série de fatores sociais que impactam seu processo eleitoral e que não deve ser entendido como um fenômeno dado ou estático, como a vertente ontológica essencialista pontuaria. O que percebi foi uma série de realidades que se enfrentam e tensionam relacionamentos e estruturas sociais temporalmente situadas em cada município brasileiro. É por essa e outras posições que esse trabalho se desenvolve a partir de uma posição interpretativista.

O que quero apontar aqui é que a descoberta do fato do meu tio ser gay e ter se candidatado em algum momento, produziu em mim uma motivação científica para ir além. Essa pesquisa fazia parte da história e de quem eu sou. Talvez essa tenha sido a primeira vez em que eu me identifiquei e construí um objeto de pesquisa conscientemente, me reconhecendo em todo o processo dessa escolha. A partir daí, uma série de questões surgiram na minha cabeça.

⁷ No inglês: “*They are like a skin not a sweater.*” (MARSH; FURLONG, 2002)

Quem eram as pessoas LGBTI+ que concorriam a cargos eletivos? Por que elas faziam isso? Quem já havia sido eleito? Quais foram os desafios para as pessoas eleitas desse segmento? E para as não eleitas? Mas havia uma questão que me chamava muito a atenção: o que a Ciência Política brasileira tem a dizer sobre as experiências das pessoas LGBTI+ nos processos eleitorais?

Com o passar do tempo, na busca por respostas especialmente para a última indagação, me defronto com um completo vazio de informações. Não existiam respostas, não existiam pesquisas, praticamente não havia uma agenda de pesquisa sobre pessoas LGBTI+ na arena política brasileira. Ao mesmo tempo que era angustiante, esse era o espaço perfeito para desenvolver uma Tese de doutoramento. Poderia pesquisar sobre um tema super caro para mim e criar um conhecimento implicado socialmente, cobrindo um campo de estudos ainda praticamente inexistente. Um conhecimento feito por e com as pessoas LGBTI+, e não apenas para elas.

Para criar o projeto que deu origem a essa Tese, estabeleci como meta tentar reconstruir essa história de candidaturas LGBTI+ – um objetivo muito ambicioso, devo admitir. Isso porque, inicialmente, esse trabalho tratava de pessoas candidatas, e não de pessoas eleitas. Achava que seria interessante compreender essas experiências eleitorais a partir de uma “lente das faltas e das ausências”. Porque a liderança x não foi eleita? Faltou apoio institucional do partido? Faltou dinheiro? Faltou apoio e mobilização do eleitorado? Na minha cabeça, uma vez que há uma baixa representação de pessoas LGBTI+ em espaços de deliberação, talvez fosse mais interessante descobrir o que limitava esse acesso aos espaços de poder.

Dessa forma e baseado nas argumentações desenvolvidas por Mucciaroni (2011), os estudos empíricos como o meu, que tratam sobre política LGBTI+, poderiam ajudar a embasar e a contradizer importantes teorias, além de possibilitar identificar variáveis críticas e gerar novas formulações e um melhor entendimento a respeito da vivência dessas lideranças. Para resgatar essa história e preencher as lacunas, comecei a fazer buscas em portais de notícias e na Biblioteca Nacional Digital Brasil, consultando por palavras chaves como: “gays na política”, “homossexuais+política”, “homossexuais+eleições”. Busquei também o nome de algumas lideranças importantes como Soraya Meneses, Katia Tapety, Edson Nunes, Herbert Daniel, Toni Reis, Luiz Mott, dentre outros.

Devo pontuar que não achei muito material e aqueles que estavam disponíveis se apresentaram como um grande desafio para o desenvolvimento do trabalho. As imagens 3, 4 e 5, apresentadas a seguir, ilustram algumas matérias jornalísticas que buscaram noticiar a entrada

de lideranças LGBTI+ no processo eleitoral brasileiro, em diferentes níveis de disputa. O desafio de trabalhar com elas residia, então, em dois principais pontos. O primeiro se baseava na impossibilidade de encontrar informações de muitas dessas lideranças citadas nas matérias. Ao longo do desenvolvimento do pré-projeto de Tese, entrei em contato com diversos partidos políticos e com alguns setoriais LGBTI+ de partidos que tiveram pessoas LGBTI+ se candidatando e/ou sendo eleitas.

Quando perguntava algo sobre essas lideranças, tais instituições praticamente não sabiam do que eu estava falando. Não havia nenhum tipo de memória institucional partidária que buscasse identificar ou recontar a atuação dessas pessoas dentro do partido. Não havia nada. E, quando havia, eu cheguei a duvidar se realmente existia algo, tais órgãos partidários lançavam mão de um discurso da “proteção de dados” para não compartilhar informações comigo – mesmo eu explicando sobre a minha pesquisa e enviando documentos que comprovassem o motivo das perguntas.

Um segundo ponto desafiador foi a falta de publicização da temática. Até pouco tempo atrás, os veículos midiáticos invisibilizam ou tratavam de temas que perpassam a vivência das diversidades de gênero e sexuais de maneira pejorativa e/ou com muito preconceito. Segundo o levantamento realizado, a matéria jornalística mais antiga que tratou sobre o tema datou do ano de 1996 (Figura 3).

E antes disso? Não havia lideranças LGBTI+ se candidatando no Brasil? Como poderíamos recontar essa história?

FIGURA 3. MATÉRIA EXTRAÍDA DO JORNAL DO BRASIL INTITULADA “OS GAYS NA POLÍTICA”

4 JORNAL DO BRASIL
POLÍTICA
DOMINGO, 4 DE FEVEREIRO DE 1996

Os gays na política

Em pelo menos nove estados do Brasil, há pré-candidatos do movimento gay interessados em disputar uma cadeira de vereador

Os homossexuais brasileiros, cansados da discriminação, decidiram disputar o espaço político. Em pelo menos nove estados, os gays estão entrando na disputa por uma cadeira de vereador nos dias de outubro.

Alcances dos partidos são limitados, que formam um acervo de ideologias. Vão desde os socialistas, como PT e PSB, até as agremiações de doutrinas conservadoras, como PPR e PFL. A maioria dos candidatos trabalha com organizações de governamentais (ONGs), em defesa das minorias e tem como principal objetivo acabar com a discriminação contra homossexuais, negros e mulheres.

O grande articulador do movimento que costuma homossexuais a tornarem candidatos é o Grupo Gay da Bahia. Seu presidente, Luiz Mott, professor de Antropologia e UFRJ, defende a entrada da Bahia na política estadual de uma maneira ampla, desde candidatos de uma pessoa.

“Temos os candidatos homossexuais para três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte”, explicou Mott. “Mas, no momento, estamos trabalhando com os membros do grupo, sobretudo com quem temem a ideia de ser respeitados em sua comunidade”, disse o articulador.

Cartilha — Se não costuma ser o tipo de candidato que se apresenta sozinho, Luiz Mott propôs a ideia de uma cartilha para os candidatos. “É preciso a maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos, a maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele.

partidos, se não que eles possam oferecer melhores condições de apoio e vitória. A vereadora travesti Katia Tapete, do município de Colônia do Piauí, no Piauí, por exemplo, é do PFL — lembra o documento.

O material pode ser considerado politicamente correto. Acostuma os candidatos homossexuais a lerem no programa “a defesa da cidadania plena para gays e lésbicas e a criação, nos postos de saúde, de serviços eficientes de prevenção à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis”.

Um encontro nacional de candidatos gays está marcado para os dias 12 e 13 em Salvador, onde fica a sede do Grupo Gay da Bahia.

Macabu — Mas o apoio a candidatura de homossexuais para a Câmara dos Vereadores não está restrito aos partidos de esquerda. O PPR, por exemplo, está apresentando sua legenda ao presidente do Grupo União Homossexual Macabuense, Eudes Cordeiro, no município de Macabu, a 18 quilômetros de Natal, no Rio Grande do Norte.

O PPR, o maior partido de Macabu, é a legenda da atual prefeita, Odéira Mercês. A maioria dos candidatos homossexuais do PT, mere e natural que surtam os “músicos” Eudes. Segundo o candidato, o presidente do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, propôs a ideia de uma cartilha para os candidatos.

“É preciso a maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele.



Candidatos homossexuais

Eleições municipais de 1996

Nome	Entidade	Cidade - Estado	Partido
Toni Reis	Grupo Dignidade	Curitiba - PR	PT
Cláudio Nascimento	Amo-Éis	Rio de Janeiro - RJ	PT
Luiz Mott	Grupo Gay da Bahia	Salvador - BA	PT
Eudes Bezerra	Grupo Homossexual de Londrina	Londrina - PR	PT
Eudes Cordeiro	Grupo União Homossexual Macabuense	Macabu - RN	PPR
Roberto Rocha	Grupo Esperança	Campana - SP	PT
Adriana	Travesti Unidos	Santo André - SP	PT
Carlos Alberto Odeiro	Lufando Incumbidos na Presidência do AOS, TULIPA	Colombo - PR	PSB
José de Silva	Cidadania Plena	Paranaíba - PR	PSB
João Flei	Movimento do Espírito Livre	Santa Rita - PD	PCT
Jaferson de Souza	Primeira Vez - GAP	Poreciatu - SP	PTB
Elias Ribeiro	Centro de Estudos da Homossexualidade da USP	São Paulo - SP	PT
João Batista Mariano	Independente	Pogoy de Castro - MG	PT
Manoel Freire Moura	Independente	Maracá - PA	PT
Rinaldo Tavares	Associação Gay de Pernambuco	Laboatão de Quaranaripe - PE	PSB



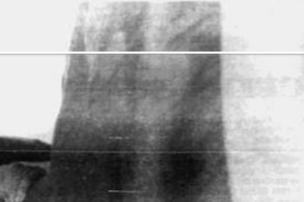
Cláudio luta por defesa da cidadania

Cláudio diz que as pré-candidaturas gays estão sendo estimuladas porque “chegou a hora de a comunidade gay ter sua própria representação”.

Segundo Cláudio, os gays do primeiro mundo têm hoje um grau de cidadania aceitável por causa das atuações políticas que conquistaram. “Apesar de termos direitos no parlamento, nossas aspirações não são as prioridades deles. Com isso, nossa luta acaba o apoio de artistas — que eu admito não posso divulgar quem são — e parlamentares, como a deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), que apresentou no Congresso projetos a favor dos homossexuais”, conta.

Um dos projetos de lei de Marta Suplicy, que tramitam na Câmara dos Deputados, é o que obriga a sites e em outras pessoas do mesmo sexo. “O casal acredita um patrimônio comum e, quando um dos dois morre, a família do outro tem o direito de usufruir todos os bens”, define Cláudio, que foi protagonista do primeiro casamento gay público do Brasil, realizado por dois parceiros, sematizados, há dois anos, no Rio, com direito a aliança e tudo.

Cláudio compartilha



“Chegou a hora de os gays terem sua própria representação”

Cláudio Silva

Paraná reúne maior número de postulantes

Curitiba — Cidadania para todos. Sob o abrigo deste slogan, cinco homossexuais do Paraná se juntaram a lista dos pre-candidatos a vereador nas eleições municipais deste ano. São dois deputados, um candidato do PT, dois do PSB e um do PFL, que fazem do Paraná o estado com maior número de gays assumindo candidaturas a uma cadeira de vereador em outubro. A atribuição desses militantes ainda depende das convenções dos partidos.

Em Curitiba, Tom Reis, 33 anos, ex-deputado estadual, foi o primeiro a se declarar candidato. “Não sou progressista”, afirma Reis, que trabalha em uma empresa de engenharia. “Mas não quero ser considerado um homossexual de esquerda”, afirma Reis. “Quero ser considerado um cidadão”, afirma Reis. “Quero ser considerado um cidadão”, afirma Reis.

Em Curitiba, Tom Reis, 33 anos, ex-deputado estadual, foi o primeiro a se declarar candidato. “Não sou progressista”, afirma Reis, que trabalha em uma empresa de engenharia. “Mas não quero ser considerado um homossexual de esquerda”, afirma Reis. “Quero ser considerado um cidadão”, afirma Reis. “Quero ser considerado um cidadão”, afirma Reis.

Plataforma — A maioria dos candidatos homossexuais não quer se apresentar sozinho. “É preciso a maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele.

O poderoso PPR (partido de maioria) André Varga também poderá ter em seu candidato homossexual assumido. “É preciso a maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele.

Cartilha — Se não costuma ser o tipo de candidato que se apresenta sozinho, Luiz Mott propôs a ideia de uma cartilha para os candidatos. “É preciso a maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele. “A maioria dos partidos”, disse ele.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil – Jornal do Brasil, domingo, 4 de fevereiro de 1996

FIGURA 4. MATÉRIA EXTRAÍDA DO JORNAL DO COMMERCIO INTITULADA “MOVIMENTO GAY LANÇA 9 CANDIDATOS EM 5 ESTADOS”

Movimento gay lança 9 candidatos em 5 Estados

Nas eleições de 2000, só 3 em todo o País elegeram-se

Nove candidatos assumidamente homossexuais vão disputar eleição para cargos legislativos este ano, em cinco Estados brasileiros, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), a entidade mais antiga do gênero no País. Nas eleições municipais de 2000, 23 gays disputaram o pleito, mas apenas três deles conseguiram se eleger vereadores. Ao contrário da eleição passada, este ano eles não traçaram uma estratégia nacional de campanha, mas continuam defendendo os mesmos pontos, a luta por ensino público de qualidade, educação sexual nas escolas, programas de prevenção e combate a doenças sexualmente transmissíveis e defesa dos direitos civis dos homossexuais.

O maior número de candidatos é de São Paulo. Eles são quatro: Beto de Jesus (PT) candidato a deputado federal; Róbson Cerqueira (PSDB), Leandro Paixão (PSTU) e Zuba (PT), que disputarão uma vaga na Assembleia Legislativa. No Paraná, Heliziane Nilton (PSB) e Otair Santos (PT) pleiteiam uma vaga de deputado estadual. Em Santa Catarina, Katiely Lanzinni (PFL) disputa vaga na Assembleia Legislativa.

Em Minas Gerais, Soraya Menezes (PSTU) quer ser senadora, enquanto Marcelo Cerqueira (PV), diretor do Grupo Gay da Bahia

(GGB), tentará uma vaga na Assembleia Legislativa baiana, para, segundo ele mesmo diz, “quebrar o conservadorismo da Casa”.

MOMENTO POLÍTICO. É a segunda eleição legislativa que Cerqueira disputa. Em 2000 tentou uma vaga na Câmara Municipal de Salvador, obteve 3.153 votos e não se elegeu. Ela acredita que agora o momento político é outro.

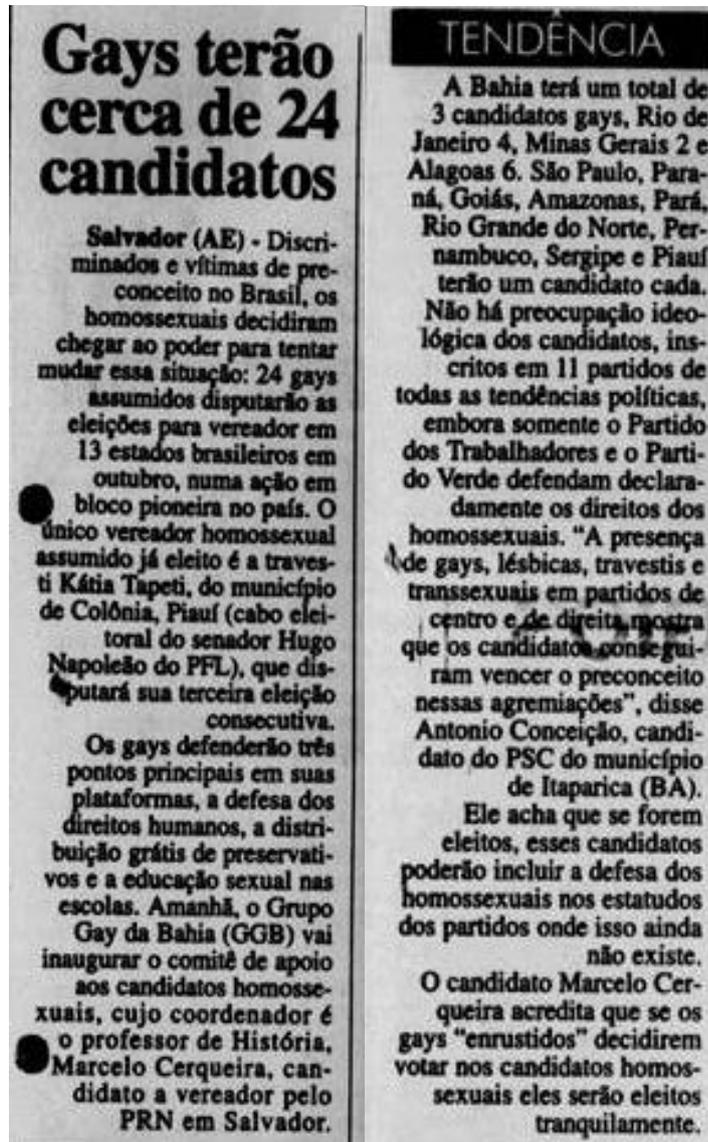
- Houve preconceito na eleição passada pois os brasileiros são muito conservadores, mas este ano, existe uma disposição de mudança com a possibilidade de eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva presidente da República - disse, querendo aproveitar esse mesmo vento “progressista”. Embora apoie Lula, Cerqueira reconheceu que o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, deu uma grande contribuição, no Ministério da Saúde, para a melhoria da qualidade de vida dos portadores de Aids.

Baseados em estatísticas científicas que atribuem um percentual de 10% de homossexuais nas populações de países, Estados e cidades, os gays baianos acreditam que dos cerca de 8,5 milhões de eleitores existentes no Estado, pelo menos 800 mil são homossexuais.

- Só preciso que 30 mil desses votem em mim - brinca Cerqueira, informando que sua campanha é de poucos recursos e será centrada nos militantes das organizações ligadas à luta dos gays como o GGB e à Associação dos Travestis de Salvador.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil – Jornal do Commercio, domingo, 4 e segunda-feira, 5 de agosto de 2002

FIGURA 5. MATÉRIA EXTRAÍDA DO JORNAL DO COMMERCIO INTITULADA “GAYS TERÃO CERCA DE 24 CANDIDATOS



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil – Jornal do Commercio, quinta-feira, 6 de julho de 2000.

Essas dificuldades se tornaram, então, em verdadeiras barreiras para o desenvolvimento de um projeto e de uma Tese de doutorado. Foi aí que precisei mudar a minha estratégia. Junto com as informações sobre candidatas, eu havia conseguido identificar matérias jornalísticas que indicavam pessoas LGBTI+ eleitas – não apenas na base da Biblioteca Nacional Digital Brasil, mas em pesquisas no Google, usando as mesmas palavras chaves indicadas anteriormente. Se encontrar candidatas a vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais e senadoras estava sendo quase impossível, e realmente era, talvez trabalhar com pessoas eleitas poderia ser algo mais possível. Mesmo tendo em mente que sempre haveria subnotificação dos casos identificados, construí um banco de dados de vereadoras LGBTI+ eleitas de 1992 até o ano de

2020⁸. Nesse sentido, torna-se importante destacar que em conversas com amigas e diversas professoras, chegamos à conclusão de que as análises das dinâmicas de representação no legislativo municipal poderiam trazer contribuições valiosas para a Ciência Política brasileira e para os movimentos LGBTI+ que passariam a compreender as tensões e negociações que perpassam o processo eleitoral. A Ciência Política ainda hoje foca seus estudos no nível federal e, em alguns casos, no estadual. Assim, um trabalho como o meu que tem como foco as relações políticas nos municípios poderia contribuir para o fortalecimento das discussões além de possibilitar confeccionar um retrato da representação LGBTI+ em nível local/municipal no Brasil.

Esse processo de constante reconstrução da nossa pesquisa é um ponto que Jeanne Favret-Saada (2005) traz em seu artigo “Ser afetado”. Para a autora, quando a pesquisadora se coloca em uma posição de “ser afetada”, ela assume o risco de ver o seu projeto de conhecimento cair por terra, uma vez que nenhum projeto poderia explicar todas as situações ou contextos (Favret-Saada, 2005). Mesmo que para a autora os contextos em que uma pesquisadora pode ser afetada sejam bem limitados⁹ e que meu trabalho não se enquadre nesse ideário, acredito que existam pontos em convergência entre os nossos trabalhos, como, por exemplo, esta questão da constante desconstrução e/ou readequação da pesquisa.

Essa visão é compartilhada por pesquisadoras que se aventuram a desenvolver pesquisas a partir de abordagens interpretativistas e feministas. As adequações, as trocas de foco e tema ocorrem, em grande medida, porque tais pesquisadoras, e eu me incluo nesse meio, têm o entendimento de que nossas ações são direcionadas para um propósito de transformação do mundo. Nós reconhecemos a forma como os marcadores sociais da diferença, interseccionalmente manifestados em nossos corpos e experiências, impactam a forma como fazemos as ciências – sempre no plural.

Vivenciamos um processo similar àquele descrito por Patricia Hill Collins (2016) intitulado de *status de outsider within*. Para a autora, as mulheres afro-americanas possuiriam um ponto de vista especial “quanto ao *self*, à família e à sociedade” (p. 100) e esse espaço marginalmente orientado ocupado por diversas intelectuais negras na academia seria fundamental para a produção de análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

⁸ As informações a respeito do processo de criação, sistematização e construção dessa base de dados serão discutidos na próxima seção da Tese.

⁹ Para a autora, ser afetada se refere a uma vivência etnográfica localizada onde a pesquisadora se funde ao campo e às interlocutoras e passam a compartilhar entendimentos a partir de uma comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade, podendo ser verbal ou não.

Nesse sentido, a teoria do ponto de vista desenvolvida por Sandra Harding (1986, 1991, 1998) nos ajuda ainda a compreender que o pertencimento a um determinado grupo social politicamente marginalizado produz uma posição de “privilegio epistêmico”, uma vez que as agentes que não pertencem ao grupo dominante conseguem ter um olhar mais crítico e real da constituição e do funcionamento das respectivas estruturas sociais. Eu, enquanto um pesquisador, cisgênero, branco, gay, advindo de um lar de trabalhadoras, ocupo um espaço intermediário. Reconheço os meus privilégios de gênero e da branquitude, mas também não faço parte desse espaço da hegemonia.

A minha vivência enquanto LGBTI+, minha atuação em movimentos sociais e minha formação em teoria feminista e Ciência Política orientou e impactou a forma como compreendo o meu campo e as minhas interlocutoras de pesquisa. Acredito que minha posicionalidade possui um potencial importante e que é transformador para se compreender as experiências LGBTI+ nos processos eleitorais brasileiros, principalmente o de 2020. Gostaria de pontuar, no entanto, que a maior parte das produções feministas focam nas realidades das mulheres, algumas vezes mobilizando uma análise também racial e de classe, tendo como base os marcadores de gênero, raça e classe. E, na presente pesquisa, combinaremos os marcadores anteriormente expostos com os de sexualidade e identidade de gênero.

Nas formulações teóricas existentes não há menção ou reconhecimento da forma como as vivências das diversidades sexuais e de gênero a partir de um enfoque transgênerocentrado impactam na produção do conhecimento científico. Eu defendo que tanto a teoria do ponto de vista quanto o status de *outsider within* possam ser amplamente explorados e aplicados para outras realidades, de forma crítica e fundamentada na teoria. Talvez, as discussões apresentadas na presente Tese ajudem a construir um piso de onde extrapolações teóricas que considerem a população LGBTI+ possam surgir e se multiplicar.

No que se refere à relação construída entre a pessoa pesquisadora e seu campo, foi forçoso pensar que a proximidade com o tema e a maneira, talvez única, de me relacionar com ele estejam ligadas ao próprio conceito de “empatia” dentro das pesquisas científicas. Aqui, novamente eu recorro a Joanne Favret-Saada (2005), quando esta apresenta sua ideia de ser afetada e a sua diferença da noção de empatia. Para a autora, a segunda acepção de empatia apresentada em seu trabalho deriva do termo alemão *emfühlung*, que poderia ser entendido a partir da ideia de comunhão afetiva.

A empatia, nesse sentido, ocorreria quase como um processo de fusão com a outra, pessoa ou causa, que se daria pela identificação profunda com ela. Quando escuto as histórias

das minhas interlocutoras, percebo a força de lideranças que durante tanto tempo foram alijadas para as margens, tendo seus desejos e paixões jogados para debaixo do tapete e que passaram a adentrar em um espaço ocupado majoritariamente por homens cisgêneros, brancos, heterossexuais e ricos. A minha empatia, ou comunhão afetiva, surge quando percebo uma relação entre minhas interlocutoras e minha própria história.

Para muitos pode parecer estranho, mas para além de ser doutorando em um Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, sou um dos fundadores e atleta do primeiro time de rugby LGBTI+ de Belo Horizonte, as Onças do Vale Rugby Clube. E, assim como a política é dominada por estruturas masculinistas, heterossexuais e cisgêneras que excluem as diferenças, o ambiente esportivo é constituído da mesma forma, podendo ser violento e discriminatório para muitas de nós. Se afirmar enquanto LGBTI+ e conquistar um espaço que não está dado e que nem é simples de entrar e permanecer: é uma tarefa árdua e que merece todo o reconhecimento e admiração das lutas conduzidas por nossas companheiras.

Ver pessoas com desejos, paixões e aspirações parecidas com as minhas, sendo eleitas, vivendo abertamente suas identidades e sexualidades e confrontando padrões e entendimentos que em um primeiro momento pareciam estar cristalizados, me dá força para continuar meu trabalho com o esporte LGBTI+ e, sobretudo, fortalece a escrita desse trabalho, que tem um potencial transformador das nossas realidades. É nesse sentido que eu sinto a necessidade de reafirmar novamente o meu papel nessa pesquisa.

Eu me entendo e me porto enquanto um pesquisador e um agente político progressista, alinhado às lutas por direitos do movimento LGBTI+ e feministas. Sendo assim, minha pesquisa é socialmente implicada e eticamente orientada para com minhas interlocutoras de pesquisa e a conjugação dos marcadores sociais da diferença que afetam minhas identidades impacta na forma como eu traduzo as dinâmicas e colaboro com a construção desse campo de estudo.

Isso, no entanto, não quer dizer que eu renuncio à objetividade do trabalho ou de critérios metodológicos presentes em qualquer trabalho acadêmico. Foi por meio desse comprometimento com essas pessoas e as nossas lutas aliadas à minha escuta sensível e empatia que foi capaz de identificar situações e questões que, para muitas pesquisadoras, não são entendidas como relevantes e que muitas vezes passam despercebidas das análises.

Assim, desde o processo de definição do tema e na própria construção do banco de dados, busquei posicionar a produção do conhecimento em favor das minhas interlocutoras, o que produziu, ao longo do tempo, um relacionamento próximo e estratégico entre nós. Por meio do meu levantamento, foi possível dar um passo importante na criação e no fortalecimento da

Frente Nacional Transpolítica, que foi efetivamente criada em 28 de junho de 2021 e que “reúne parlamentares trans e travestis eleitas no Brasil e movimentos sociais organizados pela luta da garantia do pleno exercício do cargo e uma atuação qualificada em defesa dos direitos das populações LGBTI+” – conforme descrição da Frente ¹⁰.

Também atuei na formação da Rede Mineira de lideranças LGBTQIA+, surgida em parceria com o vereador Daniel Cabral (PCdoB) da cidade de Viçosa. Essa Rede tem como objetivo reunir parlamentares para discutir políticas públicas, trocar experiências e buscar formas de tornar mais digna e justa a vida da população LGBTI+. A organização teve seu primeiro encontro no dia 27 de maio de 2022, na Câmara Municipal de Uberlândia e contou com a participação de diversas vereadoras LGBTI+ eleitas em diferentes municípios do estado. A criação desses espaços, a partir dos dados construídos por mim, foram essenciais para a estruturação de redes de cumplicidade e apoio mútuo entre as vereadoras, facilitando, inclusive, o dia a dia do trabalho parlamentar.

Ao mesmo tempo que meu trabalho as ajudou a construir contatos e a identificar parlamentares parceiras, tais agentes me possibilitaram uma aproximação e facilitaram a disponibilização efetiva de mais informações e de contatos com outras vereadoras eleitas que, por sua vez, não haviam sido mapeadas anteriormente, ou por não terem mobilizado a sexualidade, ou sua identidade de gênero ao longo do processo eleitoral, ou por não terem tido acesso a mídias de uma forma geral. O meu trabalho passou a ser, então, um trabalho coletivo e contou com a colaboração e a ajuda de diversas vereadoras e estudiosas sobre o tema.

Além da mobilização do banco de dados de pessoas vereadoras LGBTI+ (1992-2020) utilizado para a construção e consolidação das Redes, em parceria com o [Núcleo Flora Tristan: representação, conflitos e direitos](#) estamos desenvolvendo uma pesquisa e a produção de verbetes biográficos das vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020. Com a intenção de tornar o conhecimento aberto e que outras pesquisas possam ser desenvolvidas a partir do banco construído, tanto o mapeamento como os verbetes produzidos serão disponibilizados nos próximos meses na página do núcleo de pesquisa coordenado pelas professoras Danusa Marques, Flávia Biroli e Carlos Machado da Universidade de Brasília (UnB).

Espero que o desenvolvimento da presente pesquisa, assim como as ações paralelas desenvolvidas junto e a partir dela, para além de continuar impactando a realidade de lideranças LGBTI+ que ocupam espaços legislativos, seja capaz de incentivar mais pessoas a participar da esfera pública e que abra caminho para outras pesquisas dentro do campo da política

¹⁰ É possível acessar o manifesto da Frente Nacional Transpolítica clicando [aqui](#).

LGBTI+. Esse processo fortalece tanto as dinâmicas do jogo democrático em nosso país quanto as discussões que envolvem democracia, instituições e pessoas LGBTI+ no campo da Ciência Política brasileira.

Esse trabalho – é preciso reconhecer – passou a ser conjunto: produzido por diversas pessoas e é o motivo central pelo qual esse será o único capítulo escrito na primeira pessoa do singular. Todos os outros foram escritos, por sua vez, na primeira pessoa do plural. Isso porque acredito ser importante lembrar em cada linha e palavra escrita que todos os conhecimentos, reflexões, ideias e argumentações construídas ao longo das próximas páginas fazem parte de um projeto coletivo real que contou com a colaboração de diversas pessoas que, em momentos de troca, me ajudaram a conhecer um pouco mais da realidade e da vivência das minhas interlocutoras, ao mesmo tempo que me ajudaram a conhecer um pouco sobre a minha própria história e luta política dentro do movimento LGBTI+.

Essas páginas podem ter sido redigidas por mim, mas contaram com a ajuda de dezenas de amigas que contribuíram para o desenvolvimento dessa Tese. Não quero com isso tirar minha responsabilidade ou o dever da construção da pesquisa, mas pontuar que esse texto é fruto de um pensamento coletivo e de um processo que contou com várias interlocutoras.

1.2 Construindo o banco de dados

Enquanto os metodologistas positivistas entendem “descobertas” como úteis para a construção de uma teoria geral apenas para fins de previsão e explicação, os metodologistas interpretativos observam que a pesquisa também pode ser útil para uma variedade de outros propósitos – não apenas explicativos, mas também os emancipatórios e críticos. (Schwartz-Shea; Yanow, 2012, p.48)¹¹.

A citação que dá início à seção foi fundamental e norteadora para o desenvolvimento da pesquisa e da construção do banco de dados de vereadoras abertamente LGBTI+ eleitas no Brasil (1992-2020). Com a mudança de enquadramento de pessoas candidatas para vereadoras, já explicada pela possibilidade de encontrar dados sobre essas agentes políticas, percebemos o potencial transformador da construção e visibilidade de informações antes não documentadas.

Esse processo, como também já destacado anteriormente, se uniu e foi apropriado por movimentos sociais e vereadoras LGBTI+ que viram na sistematização dos dados uma possibilidade de atuação política por meio de redes de apoio, assistência e formação de lideranças. Um ponto importante relativo ao processo de construção e consolidação das

¹¹ “Whereas positivist methodologists understand “findings” as useful for building general theory solely for the purposes of prediction and explanation, interpretive methodologists observe that research can also be useful for a variety of other purposes—not only explanatory ones, but emancipatory and critical ones, as well”.

informações é a própria inexistência delas em um primeiro momento. No Brasil, não existem ações de nenhum órgão do governo brasileiro no sentido de realizar a identificação de candidatas e vereadoras que se autodeclaram LGBTI+¹².

A única pista ou possibilidade de identificação através do site do Tribunal Superior Eleitoral dizia respeito às pessoas trans, especialmente aquelas que não mudaram seu nome de registro. E, nesse sentido, era perceptível uma diferença entre a foto disponibilizada, o nome completo [nome de registro] e o nome na urna, indicando que a pessoa poderia ser transgênera. Porém, essa desconexão é algo problemático e inconclusivo por pelo menos dois motivos.

O primeiro deles se refere às diferentes formas pela qual uma pessoa pode apresentar expressões de gênero e não ser uma pessoa LGBTI+. A forma como construímos nosso entendimento de gênero e as diferentes maneiras de publicizar não são exclusivos das pessoas LGBTI+. Além disso, há o fato de que a maior parte das pessoas candidatas utilizam de outros nomes na urna que não seu nome de registro, não sendo novamente exclusividade das pessoas trans. Mesmo havendo essa questão da identificação de pessoas trans, ela não pode ser aplicada para pessoas que possuem sexualidades dissidentes, uma vez que tal marcador não perpassa necessariamente pelo território do corpo.

Após apresentação breve do panorama sobre o banco de dados, buscaremos realizar um relato do processo de construção em si. De modo, geral podemos compreender os processos a partir de três movimentos, sendo eles: (i) identificação das vereadoras, (ii) validação do dado e (iii) cruzamento de informações com o material disponível na plataforma do TSE.

No que se refere ao primeiro movimento, identificação das vereadoras, buscamos ao longo do ano de 2020 resgatar matérias jornalísticas de jornais locais, estaduais e nacionais que produziram informações sobre o tema, além de notas, publicações, relatórios, postagens em redes sociais como o *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* de movimentos sociais e lideranças LGBTI+. Muitas informações foram encontradas em documentos escritos por associações como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT), o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Aliança Nacional LGBT e o #voteLGBT.

Tais organizações possuem como um braço de trabalho o mapeamento de pessoas LGBTI+ na política e algumas deles já vem desenvolvendo esse acompanhamento há muitos

¹² Durante o processo de revisão final da tese já temos conhecimento que para as eleições de 2024 vai haver um campo de registro de candidatura para construção posterior de dados sobre o grupo.

anos. Porém, como toda iniciativa de movimentos sociais, os levantamentos apresentam *gaps* e informações divergentes – que precisaram ser checadas para a construção do banco. Além disso é importante destacar que tais organizações parecem não possuir um diálogo entre elas na produção desses materiais, o que reflete nos diferentes achados.

Outra fonte importante, especialmente para as eleições de 2020, foram os partidos políticos. Ao longo do processo eleitoral, entrei em contato com as entidades por meio das redes sociais dos setoriais LGBTI+ de diversos partidos como do PT, PDT, PSDB e CIDADANIA. Como estratégia buscamos, inicialmente, apresentar a pesquisa e as pesquisadoras, mas não obtivemos muita atenção nem interesse por parte dessas agentes. Muitas pessoas envolvidas nos setoriais, principalmente as pessoas que trabalhavam nas redes sociais, me diziam que não possuíam informação sobre quem eram as pessoas LGBTI+ candidatas, não possuíam materiais de campanha nem nenhuma documentação. Houve ainda casos em que os setoriais nos responderam dizendo que não poderiam divulgar tais informações para o público.

De todo modo, na semana seguinte às eleições, diversos setoriais passaram a realizar publicação com fotos e informações como orientação sexual, identidade de gênero, gênero, idade, município em suas redes sociais. E em alguns casos, até marcavam a pessoa LGBTI+ eleita na publicação. Devemos dizer que nos aproveitamos desse momento para seguir e nos aproximar das então vereadoras eleitas.

Outra estratégia de identificação foi por meio de conversas informais com lideranças LGBTI+ de diferentes localidades. Inclusive, chegamos a publicar nas redes sociais e no *Twitter*, recebemos muitos retuites com mensagens de diversas pessoas indicando vereadoras LGBTI+ em seus municípios. O emprego e os “encaixes” dessas diferentes estratégias nos possibilitou, dentro do possível, iniciar nosso mapeamento e a identificação das vereadoras eleitas.

Após a identificação, foi necessário *confirmar* que tais vereadoras eram mesmo LGBTI+. Isto não foi uma tarefa fácil e conclusiva. Perguntar sobre a orientação sexual de uma pessoa, mesmo essa sendo LGBTI+ se mostrou complexa¹³. Primeiro porque muitas pessoas não utilizavam das terminologias de orientação sexual, a saber gay, lésbica, bissexual,

¹³ Acreditamos ser importante conceituar aqui o que compreendemos como gênero, identidade de gênero e orientação sexual. *Gênero* se refere aos papéis, comportamentos, expressões, atividades e atributos socialmente construídos que uma cultura considera apropriados para homens, mulheres e pessoas não-binárias. Assim, o conceito de gênero se difere do significado de sexo biológico. A *identidade de gênero* é a maneira como reconhecemos o nosso gênero, que não necessariamente corresponde ao sexo biológico. Já *orientação sexual* se refere a atração sexual - involuntária e inerente - que uma pessoa sente por outras pessoas (TODXS, n.d.).

pansexual e heterossexual. Então quando indagadas, algumas vereadoras não sabiam os significados das categorias e se mostravam chocadas com a pergunta.

Isso leva a outra questão, que foi refletida insistentemente pelas pesquisadoras da Tese, por mais que fosse possível identificar as pessoas LGBTI+ eleitas, em alguns casos elas e suas assessoras não se sentiam confortáveis em falar sobre a orientação sexual ou se sentiam incomodadas com a pergunta. Para ilustrar o que estamos tentando descrever, mobilizaremos três casos que ocorreram durante a etapa de confirmação das vereadoras eleitas no ano de 2020.

Em mensagens trocadas com a assessora de uma vereadora trans eleita no Nordeste, perguntei sobre a orientação sexual da parlamentar, uma vez que muito se falava sobre sua identidade de gênero e sua orientação sexual ficava apagada das narrativas. Em resposta a assessora disse:

Assessora: Boa tarde, você está falando com [nome da assessora suprimido] assessora da Vereadora [nome da vereadora suprimido], **não entendi muito bem o propósito da pergunta**, seria uma entrevista ou precisa da informação para fazer uma citação? Caso queira fazer uma entrevista podemos ver a disponibilidade na agenda e marcar, mas se for para citação eu preciso conversar com [nome da vereadora suprimido] para obter a resposta, mas precisaria de mais detalhes da citação.

Paralelamente à conversa com a assessoria da vereadora, enviamos uma mensagem para outra vereadora trans eleita em um município do estado de São Paulo. Quando perguntamos sobre sua orientação sexual, a vereadora se sentiu incomodada e respondeu de forma direta a pergunta. Buscamos argumentar, apresentando a pesquisa e a importância da informação para a construção do nosso banco de dados. Recebemos a seguinte resposta:

Boa noite, interessante, sua pesquisa, desculpa, **mas eu ainda acho invasiva**. Sobre **minha orientação sexual diferente do meu gênero é uma construção e desconstrução**, ser homo, hetero, bi ou pan é muito **relativo pra mim**.

Em contato com um vereador eleito em um município da região Centro-Oeste, quando realizamos a mesma pergunta a respeito de sua orientação sexual, obtivemos como resposta:

Vereador: **eu não entendi a pergunta**.

Pesquisadora: Eu estou realizando o levantamento das sexualidades de todas as pessoas LGBTI+ eleitas em 2020. E queria saber qual a sua sexualidade.

Vereador: Sim. **Acho que nunca ninguém tinha me perguntado** isso kkkk. Homem gay.

Das conversas realizadas com essas três vereadoras eleitas, dois pontos ficaram evidentes e que nos fizeram refletir muito ao longo da pesquisa principalmente no que se refere à forma como iríamos abordar a temática ao longo das entrevistas, sendo eles: a visão negativa ou incômoda que a orientação sexual pode vir a ocupar no espaço público e o descompasso entre as experiências sexuais e as terminologias vigentes nos estudos de gênero e sexualidade. O primeiro deles diz respeito, a partir de uma leitura nossa, à forma como a orientação sexual na esfera política/pública continua sendo entendida como algo negativo, quase como se a discussão ou a visibilidade dessa camada de identidade não pertencesse a esse espaço ou então como se não fosse normal ou possível conversar abertamente sobre isso.

As respostas “*não entendi muito bem o propósito da pergunta*”, “*eu acho invasiva*” e “*eu não entendi a pergunta*” demonstram que mesmo para indivíduos que possuem identidades de gênero e sexualidades dissidentes, as questões que perpassam o afeto e o sexo ainda parecem produzir incômodo. Claro que isso não reflete todo o universo de pessoas vereadoras eleitas, muitas delas quando questionadas em relação a sua orientação sexual respondiam com facilidade e às vezes agradeciam a pergunta e o fato de estarmos verificando a informação, visto que muito dos dados foram divulgados pela mídia e pelos movimentos sociais sem a devida verificação, como pode ser visto na resposta recebida no Instagram:

Vereadora: Olá, tudo bem? Parabéns pela pesquisa. Sou bissexual, alguns sites fizeram confusão me colocando como lésbica, mas sou bi mesmo. Muito obrigado pelo contato.

No que se refere à segunda reflexão, gostaríamos de destacar a segunda fala [da vereadora de um município de São Paulo]. Quando a vereadora responde, ela diz que sua sexualidade era fluida e não estava delimitada nos termos existentes. Isso nos fez questionar a forma como poderíamos seguir a pesquisa. Categorias existem para nos ajudar a criar um universo inteligível e mais ou menos compartilhado com outras pessoas. Mas nesse caso, a experiência individual da vereadora extrapolava as categorias existenciais. Como classificar algo para padronizar e nos ajudar na contabilização que não pode ser definido e enquadrado?

Para essa pergunta, não temos uma resposta pronta. Para os fins da pesquisa, buscamos delimitar as orientações sexuais entre as categorias existentes e usadas, a saber: gay, lésbica, bissexual, pansexual e heterossexual. Porém, quando uma vereadora dizia que não se entendia dentro dessas caixinhas classificamos a orientação sexual na opção “outra”. Posteriormente, durante a realização das entrevistas uma das vereadoras disse que se entendida como outra

coisa, mas preferiu pontuar que era heterossexual – abordaremos isso mais a frente na tese nos capítulos onde analisamos as entrevistas.

Seguindo esse questionamento das denominações, outro ponto surge. Tais categorias de orientação sexual e de identidade de gênero não são de fácil acesso para todas as pessoas. Naquele momento, no final de 2020, quando começamos os contatos com as vereadoras, muitas delas não possuíam bagagem nem atuação em movimentos sociais. Em um caso, quando perguntamos sobre a orientação sexual da vereadora, ela não sabia o que significava o termo e também não sabia como ela se definia no momento. Em conversas posteriores, é possível perceber uma outra retórica da vereadora que passa a mobilizar os termos e algumas teorias dos estudos queer, feministas e antirracistas para justificar a importância da ocupação de um cargo público no município.

Por fim, a última etapa do processo de construção do nosso banco de dados se refere ao cruzamento de informações com o material disponível na plataforma do TSE. Após identificada a pessoa vereadora, utilizamos os dados do TSE das eleições de 2020 e de eleições anteriores para preencher informações como nome na urna, nome completo, partido, número na urna, gênero, data de nascimento, raça, estado civil, ocupação, naturalidade, grau de escolaridade, coligação, composição do financiamento de campanha, se a vereadora já havia sido eleita em outro pleito, filiação anterior a um partido político.

Os dados que se referem a identidade de gênero (transgênero ou cisgênero) e a orientação sexual não são sistematizados pelo TSE. Para preencher essas informações, conforme explicitado anteriormente, contatamos algumas vereadoras para checar as informações. Aqueles que se referiam à quantidade de votos recebidos pela vereadora eleita e o número de votantes em cada município foram consultados em sites paralelos que noticiaram as eleições.

1.3 Seleção das interlocutoras

Uma questão muito importante que merece ser pontuada para darmos andamento nas próximas etapas metodológicas do projeto diz respeito à escolha de casos para as pesquisas na Ciência Política. De modo a delimitar o plano amostral, selecionamos os casos a partir da classificação de casos diversos a partir da terminologia de Seawright e Gerring (2008). A escolha dos grupos se deu em conformidade com a literatura por meio do reconhecimento de dinâmicas diferenciadas presentes no processo eleitoral baseadas no: gênero, identidade de gênero, raça/cor, orientação sexual, região, porte do município; tipo de mandato (coletivo ou

individual) - nos casos dos mandatos coletivos, se as pessoas LGBTI+ foram cabeça-de-chapa ou não; e partido político. As questões que envolvem ideologia também foram levadas em consideração na seleção da amostra. As informações sobre as pessoas selecionadas para entrevistas podem ser encontradas no quadro abaixo.

A partir dos critérios apresentados anteriormente, selecionamos as treze entrevistas para a pesquisa. São elas:

- . Bia Caminha (PT/Belém/PA)
- . Carolina Iara - Bancada Feminista (PSOL/São Paulo/SP)
- . Daniel Cabral (PCdoB/Viçosa/MG)
- . Filipa Bruneli (PT/Araraquara/SP)
- . Gilvan Masferrer (DC/Uberlândia/MG)
- . Icaro Reveles (PDT/Várzea Grande/MT)
- . Iza Lourença (PSOL/Belo Horizonte/MG)
- . Jhonatan Alves – Coletivo Nós (PT/São Luís/MA)
- . João Filipe (DEM/Barreiras/BA)
- . Lilia Karipuna (Republicanos/Oiapoque/AP)
- . Lins Roballo (PT/São Borja/RS)
- . Noel Henrique (PDT/Oiapoque/AP)
- . Wagno Kakinha - (PSC/Poço Redondo/SE)

QUADRO 1. INFORMAÇÕES SOBRE AS INTERLOCUTORAS ESCOLHIDAS

VEREADORA	GÊNERO	IDENTIDADE DE GÊNERO	RAÇA COR	ORIENTAÇÃO SEXUAL	REGIÃO	PARTIDO
BIA CAMINHA	Feminino	Cisgênero	Preta	Bissexual	Norte	PT
CAROLINA IARA	Feminino	Transgênero	Preta	Bissexual	Sudeste	PSOL
DANIEL CABRAL	Masculino	Cisgênero	Branca	Gay	Sudeste	PCdoB
FILIPA BRUNELI	Feminino	Transgênero	Branca	Heterossexual	Sudeste	PT
GILVAN MASFERRER	Feminino	Transgênero	Parda	Heterossexual	Sudeste	DC
ICARO REVELES	Masculino	Cisgênero	Parda	Gay	Centro-Oeste	PDT
IZA LOURENÇA	Feminino	Cisgênero	Preta	Bissexual	Sudeste	PSOL
JHONATAN ALVES	Masculino	Cisgênero	Preta	Gay	Nordeste	PT
JOÃO FELIPE	Masculino	Cisgênero	Branca	Gay	Nordeste	DEM
LILIA KARIPUNA	Feminino	Cisgênero	Indígena	Lésbica	Norte	Republicanos
LINS ROBALLO	Feminino	Transgênero	Preta	Heterossexual	Sul	PT
NOEL HENRIQUE	Masculino	Cisgênero	Indígena	Gay	Norte	PDT
WAGNER KAKINHA	Masculino	Cisgênero	Parda	Gay	Nordeste	PSC

Fonte: autoria própria

O Quadro 1 busca sintetizar e categorizar as dimensões postuladas anteriormente a fim de facilitar a compreensão dos dados trabalhados ao longo da tese. Gostaríamos de pontuar, no

entanto, que, por se tratar de uma pesquisa interpretativa, acreditamos que cada interlocutora representa um universo único e singular de experiências e visões de mundo¹⁴. Assim, mesmo levando em consideração os critérios de seleção (que se entrecruzam), as escolhas das interlocutoras se deram pela seleção de casos emblemáticos e heterogêneos que indicavam interessantes achados de pesquisa.

1.4 Métodos de produção e análise dos dados: categorias analíticas

A fim de orientar o desenvolvimento da pesquisa, empregamos como método de produção de dados a construção e consolidação do banco de vereadoras eleitas (1992-2020) e a realização de treze entrevistas semiestruturadas com as parlamentares escolhidas. Vale pontuar que o acompanhamento online nos forneceu informações sobre as pautas levantadas pelas candidatas, a agenda de mobilização, os diálogos com as eleitoras entre outros dados que nos possibilitaram reconstituir o período eleitoral daquele ano.

As entrevistas ocorreram entre os dias 28 de fevereiro de 2023 e 31 de março de 2023 de forma online por meio da plataforma do Google Meet. Tiveram duração média de 60 minutos e os áudios foram gravados após a autorização das interlocutoras. Adotamos como estratégia de pesquisa entrar em contato com a vereadora por meio das redes sociais, especialmente o Instagram. Porém em alguns casos, foi necessário acionar outras redes como o e-mail institucional da vereadora, através de assessoras conhecidas ou da própria militância LGBTI+.

Após o contato inicial, solicitávamos os endereços de e-mail e enviávamos uma mensagem padrão que continha o link da reunião e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No início das entrevistas, costumávamos nos apresentar e falar um pouco da pesquisa e logo dávamos início a nossa conversa. Por uma questão de tempo limitado da vereadora, optamos por não ler conjuntamente o TCLE – por mais que saibamos da importância e da necessidade desse momento.

Um ponto importante a ser considerado diz respeito à realização das entrevistas. Como inicialmente proposto no projeto de tese devido ao impacto da pandemia de Coronavírus no Brasil, as entrevistas virtuais seriam uma forma de dar andamento à pesquisa sem precisar locomover e estar sujeito a riscos da pandemia – e claro, seria uma forma mais barata e possível,

¹⁴ A singularidade das entrevistadas, no entanto, não deve ser entendida como ausência de busca por padrões, algo que marca o campo das Ciências Sociais. Assim, mesmo cada interlocutora representar um universo único de significados e experiências, o intuito da Tese é buscar as experiências que as conectam e que nos ajudam a compreender a representação LGBTI+ local no Brasil.

visto que apenas com a bolsa de doutorado não seria possível entrevistar vereadoras de distintas regiões do país.

Assim, as entrevistas online possibilitaram acessar diferentes interlocutoras em territórios distantes, porém trouxe consigo outras questões. Por mais que todas as interlocutoras tivessem acesso à internet, a qualidade era questionável. Em algumas ocasiões a internet falhava, a pessoa vereadora “caía” da chamada, a imagem ficava borrada e/ou o áudio lento. Nesses momentos, era necessário pedir para vereadora repetir alguma parte. Isso exigiu das pesquisadoras constantemente uma escuta atenta e cuidadosa sobre cada um dos pontos levantados pelas interlocutoras.

Após a produção dos dados das entrevistas, realizamos uma análise de conteúdo. Como aponta Bardin (2012), esta é uma técnica empregada para produzir inferência a partir de um determinado texto para seu contexto social de maneira objetivada. O autor utiliza do termo “objetivada” para se referir aos procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis na pesquisa.

Assim, para aplicação desse método de análise de dados torna-se necessário explicitar os caminhos percorridos na pesquisa, os materiais empregados e, principalmente, a adequação entre a teoria mobilizada pela pesquisadora frente ao objetivo da pesquisa. Além disso, vale ressaltar que análise de conteúdo é um método focado na sintaxe e na semântica, ou seja, o intuito é compreender a utilização de certas palavras e os sentidos próprios construídos por cada pessoa para se referir a determinada situação.

Dessa forma, iniciamos o processo por meio da categorização e a interpretação das transcrições. Seguiremos três fases de organização dos materiais, sendo eles: (i) descrição inicial, onde buscaremos tomar conhecimento do material gerado e como serão criadas categoriais iniciais para a organização do texto; (ii) codificação temática, onde revisamos a categorização inicialmente proposta e realizamos a organização dos fragmentos de texto a partir das categorias construídas em conformidade com a literatura; e por fim (iii) cruzamento das dimensões. Neste momento, haverá a expansão do foco analítico e realizaremos um cruzamento das análises desenvolvidas até então para compreender as convergências e divergências entre as diferentes dimensões de interação¹⁵.

Essa tese caminhou um longo processo até chegar aqui e dialogou com diversos métodos que, por mais que não sejam mais usados, nos influenciaram a compreender nosso objeto por

¹⁵ Em conformidade com a estratégia de análise de entrevistas empregado por Birchall (2019), as dimensões de interação serão formuladas a partir da análise de 10% do material produzido.

lentes e perspectivas diferenciadas. É impossível não pontuar, por exemplo, a grande influência que o texto “A prática feminista da Análise de Conteúdo” (*The feminist practice of Content Analysis*) da Patricia Lina Leavey teve nessa tese.

Compreender a forma como determinados tópicos são reproduzidos a partir de uma hierarquia de gênero nos ajudou muito a entender as vivências das pessoas LGBTI+ no processo eleitoral de 2020. Identificar e trazer para a discussão essas reflexões enriquecem e tornam o texto mais comprometido com as lutas sociais e com a nossa realidade.

Além da influência do campo feminista, durante grande parte do desenvolvimento da tese, acreditávamos que utilizaríamos como método a análise do discurso político de Patrick Charaudeau (2013). Essa abordagem ao focalizar no processo de formação de identidade e criação de legitimidade no setor ou campo político desenvolve uma teoria do discurso capaz de mobilizar diferentes formulações teóricas. Para Charaudeau (2013), a identidade dos sujeitos nada mais é do que uma imagem co-constituída que resulta desse encontro social. Essa talvez seja a base que orienta o desenvolvimento teórico do autor ao analisar o discurso político. Para ele, o discurso político é o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra escolhida pela pessoa que pronuncia algo no campo político deve ser entendida e analisada ao mesmo tempo pelo que ela diz e o que não diz.

A utilização do termo máscara é um elemento interessante de ser pontuado, para Charaudeau (2013), sendo o que constitui nossa identidade em relação ao outro – quase como um elemento performativo na linguagem mobilizada por Judith Butler (2003; 2020). E as máscaras, assim como todo ato de linguagem, são conformadas mediante diferentes relações de força que os sujeitos constroem e mantem entre si, relações essas que estruturam o vínculo social (Charaudeau, 2013). Foi por meio dessa ideia de máscara e formação de identidade que passamos a dialogar com Goffman no capítulo 6 da Tese.

Essas discussões influenciaram a construção dos nossos capítulos e o tratamento dado ao texto dessa pesquisa. Por meio delas construímos o quadro abaixo com as informações referentes às famílias e aos temas identificados ao longo das transcrições e tratadas a partir da parte II da Tese.

QUADRO 2. TÓPICOS DE ANÁLISE

	FAMÍLIAS		
	Condicionantes políticos sociais	Partidos Políticos	Representação de si na Campanha
TEMAS	<p>Formação política e profissional</p> <p>Ligação com movimentos sociais</p> <p>Família</p> <p>Motivação para se candidatar</p>	<p>Sentidos sobre o partido</p> <p>Escolha do partido político</p> <p>Suporte do partido à candidatura</p> <p>Atuação da vereadora no partido</p> <p>Ambição política</p>	<p>Identidade de gênero e orientação sexual na campanha</p> <p>Violências e corporalidades</p>

Fonte: autoria própria

Por fim, vale salientar que o emprego dos métodos nos possibilitará acessar, a partir de diferentes dimensões, os entendimentos construídos por nossas interlocutoras de pesquisa no que tange ao processo eleitoral e às experiências que atravessam as dinâmicas partidárias e o relacionamento com as eleitoras em municípios brasileiros de diferentes portes. Mais do que a realização de um mapeamento e sistematização panorâmica de informações de vereadoras eleitas ao longo da história, pretendemos também fazer uma análise aprofundada de alguns casos de sucesso e do processo de eleição nesse contexto adverso, em âmbito local. Entender as diferentes dinâmicas experienciadas por vereadoras LGBTI+ no que tange aos relacionamentos estabelecidos com os partidos políticos, as eleitoras e as instituições políticas nos ajudam a compreender de forma aprofundada e diferenciada os processos que envolvem a democracia e as desigualdades no Brasil.

**PARTE I. PARTICIPANDO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BREVE
HISTÓRIA(S) DOS MOVIMENTOS LGBTI+ NO BRASIL**

CAPÍTULO 2. (BREVES) HISTÓRIAS DAS RELAÇÕES ENTRE AS PESSOAS LGBTI+ E O ESTADO BRASILEIRO

Bem como o título do capítulo nomeia, buscaremos aqui entender um processo não linear e nem mesmo único, mas que é de suma importância para compreensão do nosso campo de pesquisa da tese. Acreditamos que as relações entre os movimentos LGBTI+ e o Estado que são ilustrados por memórias e narrativas de ativistas ao longo do tempo constitui o que hoje denominamos de história do movimento LGBTI+ no Brasil, ou melhor, as histórias. Estamos aqui trabalhando com um emaranhado de narrativas, argumentos e compreensões da realidade¹⁶ que muitas vezes são concorrentes entre si.

Por mais que haja uma narrativa quase oficial reconstruída por diversas autoras e pesquisadoras (Fry, 1982; Facchini, 2005; Simões; Facchini, 2009; Trevisan, 2018; McRae, 2018; Green, 2019; Quinalha, 2022) é importante destacar que existem diversas outras vozes e histórias que recontam um período vivenciado por diferentes agentes e que foram perdidas ou que não ganharam reconhecimento durante esse processo de reconstituição. Os silêncios, as faltas de informações e o apagamento foram, e ainda são, estratégias usadas por alguns setores sociais, principalmente conservadores, para invisibilizar as lutas e demandas do movimento LGBTI+.

Talvez a narrativa que mais tenha ganhado atenção tenha sido a da professora Regina Facchini (2002; 2005), que se apropria da metáfora das ondas¹⁷, amplamente utilizada para compreender a evolução do movimento feminista, para categorizar e criar uma linha temporal do movimento LGBTI+ em nosso país. Para a autora, os movimentos LGBTI+ teriam passado por três principais ondas. A primeira corresponderia ao período entre a segunda metade da década de 1970 e meados da década de 1980, que marcou o surgimento e expansão dos movimentos e uma relação conflitiva com o Estado, que organizava uma perseguição moral¹⁸ e não reconhecia a plena cidadania dessas agentes.

¹⁶ Gostaríamos de pontuar novamente que a Tese parte de uma base interpretativa onde reconhecemos e lidamos exatamente com as diferentes realidades construídas pelo agente sociais. Cabe a nós pesquisadoras explorar essas construções sociais e indicar as tensões e divergências ao longo da nossa escrita.

¹⁷ As discussões que envolvem movimentos sociais e sua evolução por meio da metáfora das ondas traz consigo alguns problemas conceituais e interpretativos. Nesse sentido, é importante pontuarmos que a ideia das ondas não significa que as lutas e demandas de momentos anteriores foram superadas, mas sim que ao mesmo tempo que surgem novas pautas e reivindicações, questões e conflitos antigos continuam a estar presentes estabelecendo novos enquadramento de discussões e estratégias coletivas.

¹⁸ Estamos nos referindo às diversas tentativas das autoridades policiais que buscavam através do apelo à moral enquadrar comportamentos sexuais dissidentes como obscenos e imorais. Tal justificativa fora utilizada pelos órgãos policiais e outras autoridades para perseguir homossexuais, travestis e indivíduos desviantes e manter uma suposta ordem social. Vale lembrar que no período da ditadura militar existia uma Delegacia dos Costumes que fiscalizava as ações de indivíduos desviantes (MORANDO, 2018b).

Por sua vez, a segunda onda, vivida durante a segunda metade da década de 1980, teria sido marcada pela epidemia de HIV/AIDS e a reconfiguração dos movimentos brasileiros, que passaram por uma rápida profissionalização de suas ativistas, as quais buscaram se relacionar com o Estado por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Já a terceira onda, iniciada na década de 1990, no período pós redemocratização, seria caracterizada pela institucionalização do movimento junto ao Estado, a partir da participação das agentes em conselhos e conferências e na formulação de políticas (Facchini, 2002; 2005).

Por mais que essa metáfora nos ajude a compreender a partir das junções de ações convergentes e similares, ela acaba por deixar de fora informações e demais eventos que aconteceram em períodos anteriores que não possuíam características análogas às aquelas presentes em determinada onda. Esse é um dos motivos pelo qual não iremos recontar a história do movimento LGBTI+ a partir das ondas.

Além disso, todas essas informações “invisíveis”, ou seja, aquelas que não foram mobilizadas ou levadas em consideração, uma vez que todo ponto de vista é parcial, estarão presentes em toda a tentativa de reconstituição histórica, principalmente nessa que estamos tentando estruturar na nossa pesquisa de tese, uma vez que nunca é possível compreender um evento em sua totalidade. Outro ponto importante de ser destacado diz respeito às diferentes e similares temporalidades dos eventos. Assim, quando estivermos discutindo as formas cooperativas estabelecidas entre os movimentos LGBTI+ e o Estado durante a epidemia de HIV/AIDS é necessário lembrar que uma série de outros eventos aconteciam nesse mesmo momento. Buscaremos sempre indicar o período de análise para que seja possível construir um contexto (in)completo do período.

2.1 De onde partimos?

Assim como Regina Facchini destaca, diversas outras pesquisadoras (Simões; Facchini, 2009; Rodrigues, 2013; Trevisan, 2018; Green, 2019) apontam que o surgimento formal do que poderíamos entender hoje como movimento LGBTI+¹⁹ no Brasil tem início com a criação do *Somos: grupo de afirmação homossexual* e do jornal *Lampião da Esquina* no ano de 1978. Para tais autoras, o movimento social surge com um propósito de articulação política que busca

¹⁹ O termo movimento LGBTI+ é uma expressão atual que não era adotada à época. Em 1978, quando o grupo *Somos* surge o movimento era denominado Movimento Homossexual Brasileiro.

impactar a partir de processos de desconstrução e reconstrução os paradigmas e preconceitos em torno das diversidades sexuais e de gênero na nossa sociedade.

Se há um marco de criação do movimento LGBTI+ no Brasil, é importante pontuar que mesmo antes dessa data histórica existiram outras formas de agrupamento de pessoas LGBTI+ que não foram classificadas enquanto uma organização social. As pesquisas organizadas pelo doutor em literatura e pesquisador de Memórias LGBTI+, Luiz Morando, apontam para essa direção. Segundo Morando (2018a), existiriam traços de um protoativismo que se caracterizaria pelo estabelecimento de redes de sociabilidades aparentemente difusas com a finalidade de formar uma associação em diversas cidades brasileiras.

Em seus estudos, que têm como foco a cidade de Belo Horizonte (MG), Morando (2018a) consegue identificar, a partir de matérias jornalísticas e de processos judiciais, a presença de espaços de sociabilidade LGBTI+ que datam de 1946. Esse ano talvez tenha recebido grande atenção pelos veículos midiáticos devido ao famoso crime do parque. No mês de setembro de 1946, o paulista Luiz Gonçalves Delgado foi encontrado morto com 28 facadas no “paraíso das maravilhas”, um local dentro do Parque Municipal Américo Renné Giannetti frequentado por homens homossexuais que buscavam contatos afetivos e sexuais com outros homens. O crime chocou as moradoras da cidade e evidenciou toda uma rede de sociabilidade homossexual em Belo Horizonte que era ignorada ou invisibilizada por diversos setores da sociedade (Morando, 2012).

Porém a (tentativa de) organização de um agrupamento de pessoas LGBTI+ não parou por aí. No final de janeiro de 1959, em uma manchete do Diário da Tarde, há a menção à criação de um clube [LGBTI+] na capital mineira que logo gerou uma resposta dos órgãos competentes que passaram a realizar batidas em vários pontos da cidade, principalmente no Parque Municipal, impedindo a fundação do clube. Importante pontuar, conforme destaca o autor, que há uma diferença fundamental entre o espaço de sociabilidade descoberto pela polícia durante o crime do parque e a organização dos jovens que queriam criar um clube na cidade: no primeiro caso não havia o desejo declarado de construir uma associação (Morando, 2018a).

Entre as tentativas de organização de eventos e de criação de bares e pontos de encontro que foram duramente sufocados por ações policiais, acreditamos ser importante mencionar o desejo ou tentativa de criação por parte de alguns homossexuais e travestis da capital da Associação dos Libertados do Amor (ALA). Segundo material identificado por Morando (2018a), há uma primeira nota sobre a organização que data do dia 7 de outubro de 1966, porém

as informações a respeito do processo de criação e organização do grupo não foram registradas, não sendo possível saber exatamente o que aconteceu com a associação.

Nesse sentido, organizações informais [LGBTI+] de diversos tipos sempre existiram ao longo da história. Tais agentes buscaram construir espaços escondidos para viverem suas paixões e vidas, mas a violência sempre foi elemento presente na realidade dessas pessoas. Violência essa que se agrava drasticamente com o início da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964. Para Rafael Aguiar (2020), a ditadura civil-militar não deu início aos processos de homotransfobia institucional em nosso país, mas as ações dos líderes políticos e institucionais caminharam no sentido de promover violência e contenção das subjetividades das agentes sociais que possuem a diversidade como marca de existência.

A ditadura civil-militar mobilizou o que o autor denomina de *homotransfobia institucional* para orientar suas práticas de atuação, inserindo as sexualidades, o sexo e os desejos como “bens jurídicos que deveriam ser administrados pela racionalidade estatal” (Aguiar, 2020, p. 178). Assim, uma das marcas desse período repressivo foi a imposição de uma suposta ordem estabilizadora, segura e unitária que agiria no sentido de desorganizar e desarticular qualquer tipo de perturbação ou presença incômoda (Quinalha, 2018). Conforme pontuado por Green (2019), as medidas repressivas adotadas pelos militares com o objetivo de erradicar os desviantes tiveram um efeito importante no processo de sociabilidade “homossexual” entre os anos de 1969 e 1972. Nesse período, a Polícia Militar efetuava constantemente diversas operações, as famosas batidas, em vários estabelecimentos nos grandes centros urbanos que acabavam por ameaçar e até prender algumas frequentadoras.

Pedimos permissão para trazer uma reflexão no meio dessa discussão. É importante destacar que o Estado brasileiro, no entanto, não deve ser entendido como o único responsável por adotar medidas normalizadoras no tange os discursos e as práticas sexuais. A maior parte das ações possuíam um respaldo de uma parcela significativa da sociedade brasileira do período.

Assim, se por um lado, durante a ditadura civil-militar o Estado tenha se tornado um *locus* de onde saiam regras proibitivas sobre as diversidades sexuais e de gênero, ajudando a construir um entendimento de que tais condutas seriam inaceitáveis no Brasil (Quinalha, 2018), por outro, diversos segmentos da sociedade brasileira pareciam concordar e reproduzir ações violentas e discriminatórias contra essa população.

Naquele período tais questões tidas como “questões comportamentais” se tornaram um objeto a ser tratado pelo Estado ditatorial enquanto questão de segurança nacional. Além disso,

a própria construção da ideia de “inimigo interno” fez com que as homossexualidades fossem entendidas enquanto um fator social de degeneração e de corrupção da juventude. As sexualidades e identidades de gêneros dissidentes passaram a ser entendidas enquanto uma temática central para a moralização e o fortalecimento da sociedade, assim era necessário moralizar a sociedade e criar uma subjetividade, conforme destacado por Quinalha (2018).

No resumo histórico do Movimento de Travestis e Mulheres transexuais no Brasil escrito pela ativista Jovanna “Baby”, publicado em 2021 pela Fonatrans, há a menção da forma como a “vadiagem”, somada ao racismo, foi acionada em diversos momentos contra as travestis no período da ditadura militar, e como as ações policiais se concretizaram em prisões arbitrárias contra essas mulheres. Além disso, Jovanna relata uma operação militar ocorrida em Vitória (ES), nomeada de “Operação Pente Fino”, que foi responsável pela detenção arbitrária de travestis que transitavam no centro da capital do Espírito Santo (Dos Passos, Garcia, 2021).

As ações repressivas e punitivistas sobre as pessoas LGBTI+ eram incentivadas e possuíam respaldo da própria sociedade brasileira. Um exemplo e reflexo disso consta no documentário “[Temporada de Caça](#)” lançado no ano de 1988 e dirigido por Rita Moreira. A partir da onda de crimes LGBTIfóbicos ocorridos na cidade de São Paulo na década de 1980, a produtora busca explorar as diferentes narrativas tanto de agentes sociais engajadas na luta contra o preconceito e a intolerância como também de pessoas comuns, expondo pensamentos como:

Repórter: Você tem ouvido falar em noticiário, jornais, tv e rádio sobre o assassinato de homossexuais?

Entrevistada: Já, já sim.

Repórter: E o que você pensa disso?

Entrevistada: Eu acho que tem mais é que assassinar mesmo”

Entrevistado: Eu tenho muito contra eles, muitas coisas contra eles, eu acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo”

Repórter: E o que você acha desses assassinatos que estão ocorrendo, que já ocorreram muitos em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. O que você acha de matar homossexuais?

Entrevistado: Ah eu acho que acabar tem que acabar, de uma forma ou de outra, prendendo ou matando. Eu sou contra isso também, homossexuais.”

Repórter: Você acha que deveriam matar travestis?

Entrevistado: Eu acho que se a lei permitir seria uma boa, né?"
(TEMPORADA DE CAÇA, 1988)

Os trechos acima refletem todo um ideário de pensamentos que em algum grau ainda se encontram presentes na mentalidade de diversas brasileiras em nosso país nos dias de hoje. Reconhecemos, porém, que há uma distância temporal entre o ano de lançamento do documentário, no final dos anos 1980, e o início da ditadura civil-militar no Brasil em 1964. O intuito de trazer as falas presentes na obra audiovisual foi destacar e ilustrar que existem estruturas de continuidades e de permanência das moralidades e ideias que se relacionam às pessoas LGBTI+. A aversão, a patologização e a desumanização desses indivíduos possibilitaram, com o apoio ou apenas com a inação de grande parcela da população brasileira da época, a ação dos militares contra as populações LGBTI+.

Assim, como foi dito anteriormente, as operações policiais foram pontos presentes e percebidos por diversas pessoas LGBTI+ que vivenciavam espaços de sociabilidade nos grandes centros urbanos no período. Como aponta Quinalha (2018), existem alguns valores que serviram como elementos estruturadores do ditadura civil-militar brasileira como a proteção da família, a defesa dos valores religiosos cristãos e das tradições. Como resultado da adoção dessas pautas, observamos uma cruzada repressiva contra grupos sociais entendidos como indesejáveis e ameaçadores da ordem moral e sexual da época. No livro “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX” (2019), James Green traz um relato de um interlocutor chamado Clóvis. Segundo ele:

O golpe militar de 1964 demora em se fazer sentir no pedaço; 1966-1967 foi o auge da Galeria Metrôpole. A revolução de 1964 não surtiu efeito imediato entre as pessoas, só a partir do AI-5²⁰, em 1969. Aí houve um grande momento de *blitz* maciça. Na Galeria Metrôpole foram fechadas as suas três portas, e em camburões levaram todo mundo preso. Isso conseguiu diminuir a frequência, e a Galeria Metrôpole caiu no declínio. (Green, 2019, p.278)

Se naquele período as subjetividades LGBTI+ eram possíveis de serem vividas em espaços “escondidos” do público, durante a ditadura civil-militar observou-se um aumento significativo de boates e saunas destinadas para o público LGBTI+, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Como indica Green (2019), por mais que as proprietárias desses espaços fossem pressionadas pelas autoridades, havia meios de negociação que os mantinham abertos como o pagamento de propina para as forças policiais. Daí decorre um outro ponto

²⁰ O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi assinado no dia 13 de dezembro de 1968.

interessante: se o governo militar censurava tudo aquilo que era considerado imoral, esperava-se que haveria ações contundentes no sentido de fechar esses espaços de sociabilidade LGBTI+ de uma vez por todas, porém isso não ocorreu.

Além do mais, se o governo censurava o “conteúdo imoral” das produções artísticas, por que permitia aos homossexuais se reunirem em bares e saunas? A resposta está no grau de controle que os militares eram capazes de impor à sociedade brasileira. As disputas da censura nos anos 70 estavam circunscritas em larga medida às expressões literárias e artísticas que os militares encaravam como um desafio direto à política do regime ou à moralidade pública. Sob esse aspecto, o território social das casas de banho e pistas de dança era relativamente insignificante. Além do mais, as duas décadas anteriores haviam testemunhado uma tolerância crescente em relação às manifestações de homossexualidade — contanto que permanecessem em espaços fechados, deixando seu ambiente semiclandestino apenas uma vez por ano, durante as festividades do carnaval. Do mesmo modo, os *shows* de travestis dos teatros de Copacabana ou da Praça Tiradentes não representavam uma ameaça aberta ao decoro público. (Green, 2019, p.399)

As negociações que perpassavam a possibilidade de existência dessas pessoas nos espaços públicos foram pontos centrais para a criação de redes de resistência à lógica violenta e moralizante da ditadura civil-militar brasileira. Foi explorando essas brechas nas possibilidades de existir que surgiram os jornais e revistas clandestinos que incitavam discussões sobre a realidade LGBTI+ e que criaram as bases para as primeiras organizações formais do movimento LGBTI+ em nosso país. A visibilidade passa a ser tida como elemento central da luta por direitos e era preciso se fazer ser *entendido* por quem era de fora do movimento social.

2.2 Alô, alô homossexuais: por uma imprensa do “meio”

Mas um jornal homossexual, para quê? (Trevisan, 1980, p.120)

Por mais que houvesse uma censura forte por parte do governo durante o final da década de 1960 e início da década de 1970, especialmente após a apresentação do Ato Institucional nº5 (AI-5), as informações sobre o surgimento e evolução do movimento internacional de homossexuais [LGBTI+] começaram a ganhar espaço na imprensa brasileira. Os materiais jornalísticos que trabalhavam com a temática possuíam diferentes posicionamentos que dependiam do jornal, podendo apresentar uma postura extremamente hostil ou simpatia pelo movimento. Nessas matérias costumavam ser relatados os protestos e atividades que visavam ampliar os direitos de gays e lésbicas, especialmente nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa Ocidental (Green, 2019).

Para trazer alguns exemplos de jornais do período que trabalhavam com a temática homossexual de maneira aberta e livre de estereótipos podemos aqui citar o jornal *O Snob*, o *Já*, o *Última Hora*, o *Gente Gay*, o *Entender*, *Mundo Gay* e até mesmo *O Pasquim*. Tais plataformas foram essenciais para a difusão de ideias e um importante espaço de visibilidade para um grupo até então extremamente marginalizado na sociedade. Além disso, podemos apontar como ferramentas fundamentais para a criação anos mais tarde de jornais homossexuais, feito por homossexuais para homossexuais, como o *Lampião de Esquina* e o *Chanacomchana*.

Dessa forma, apresentaremos brevemente algumas iniciativas presentes nesses jornais para divulgar o movimento homossexual e fomentar discussões. Importante pontuar que essa discussão não está desconectada das relações entre os movimentos LGBTI+ e o Estado, objetivo central desse capítulo da tese. Todas as iniciativas apresentadas receberam uma resposta do estado ditatorial, seja de perseguição às editoras e jornalistas ou até mesmo de estratégias para fechar tais espaços de difusão de informações.

Talvez um dos primeiros jornais que abriu espaço para discussões sobre o movimento homossexual do período tenha sido *O Snob*²¹, que, entre os anos de 1963 e 1969, totalizou 100 edições, incluindo duas extras e uma especial. O jornal buscava discutir diversas dimensões do universo homossexual a partir da divulgação de fofocas, informações sobre locais de encontros sexuais, além de comentários sobre cinema, teatro, festas e concursos que aconteciam no período. O jornal iniciou sua distribuição de forma privada, entre amigos, mas com o passar do tempo passou a ganhar destaque entre as homossexuais e começou a ser distribuída de alguns pontos de encontro do meio (Costa, 2010).

Possuindo uma trajetória um pouco diferente, podemos apontar o Jornal *Já*, que foi sediado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), esteve nas bancas na segunda metade de 1971 e mantinha uma coluna chamada “Gay Power”, além de uma série de notas breves e algumas notícias que traziam reflexões sobre o movimento homossexual em outros países (Green, 2019). O jornal de vida curta finalizou seus trabalhos após lançar doze números, porém representou um importante espaço para as discussões e reflexões sobre sexualidade e ação política, servindo de incentivo para que outros veículos abrissem as portas para o tema.

²¹ Segundo pesquisa desenvolvida por Costa (2010), antes de *O Snob* havia pelo menos dois jornais que trabalhavam com a temática homossexual e que circularam na cidade do Rio de Janeiro, sendo eles: o *Taradinho* e o *Glamour*. Posteriormente, ambos veículos se fundiram dando origem ao *Terceira Via* que se diferenciava do *O Snob* pelo primeiro possuir uma circulação interna (não pública).

FIGURA 6. A “COLUNA DO MEIO” DE CELSO CURI

Coluna do Meio Celso Curi

“Ser mulher, não é só vestir saia, não” (Mirabeau)

MARÇA ALEGRE, MAS NEM TANTO.

Numa tarde de sábado, Londres teve a oportunidade de presenciar uma bela passeata. Milhares de pessoas, em sua maioria jovens, carregando imensos cartazes e faixas. Não era nenhum movimento político, e sim uma marcha dos homossexuais ingleses — de ambos os sexos — para o reconhecimento dos seus direitos e mudança imediata das leis.

Em 67, um Ato do Parlamento considerou o homossexualismo livre, mas somente para maiores de 21 anos. Descontentes, eles saíram a rua para ampliar essa lei. Além de pretenderem abalar a idade para 16 anos — como é na lei heterossexual — eles querem ampliar os direitos para a Escócia, Irlanda e principalmente para o Exército Inglês — que

ainda são reprimidos. E ainda, lutam para poder mostrar afeto em público. Quando a Rainha Vitória liberou o homossexualismo masculino, depois de ter recebido manifesto assinado por milhares de pessoas, inclusive Oscar Wilde, foi consultada a respeito do lesbianismo. Sua resposta: “Não é necessário uma lei igual para as mulheres. Lesbianismo é uma lenda, não existe.” Indignadas com as atitudes de desprezo, as mulheres também saíram às ruas.

Os ingleses e americanos, por mais liberais e apoiados na lei que estejam, ainda tem muito para reclamar. E, quanto a América do Sul? Até quando o homossexualismo vai ser considerado pecado, por uma, e doença por outros?

Chega de Sensacionalismo!

Os crimes passionais, quando acontecem no mundo homossexual, tomam um corpo inacreditável. Logo chamam os protagonistas de anormais. E, nunca por causa do crime, e sim, por suas atitudes sexuais.

Matérias sensacionalistas e destaques sempre na primeira página, nos fazem crer que, hoje em dia, a classe gay está sendo muito explorada por aí.

Quando é que vão encerrar as coisas como elas, realmente, são? E, tem mais: anormal é quem come macarrão com arroz, e acha supimpa.

Entrega Rápida

- Os campeiros, em honra ao título que carregam, estão preparando o famoso Balle das Bonecas, que no ano passado teve repercussão nacional. Com medo da repressão estão fazendo tudo por baixo do pano, deixando a divulgação para alguns dias antes do acontecimento. A Miss Boneca, campineira, de 75, “Mirtz Heiena” garante que ninguém vai lhe tomar o cetro.
- Comentário de um espectador sobre o travesti Vicky, uma das estrelas do show do Medieval: “Ela é um músculo”.
- Valéria esteve, na sexta-feira passada, fazendo um show na Churrascaria Chicote, em Santos. Um pouco nervosa, a moça não queria entrar em cena, mas depois que pisou no palco foi um luxo só. Na platéia: a nata da confraria da balxada santista comandada por Tony Fernandes.
- Mario Campello está com a bolsa pronta pra ir ao Rio. O carnaval está chegando.
- O show da Elis Regina anda lotado até não poder mais. Quem quer ver a moçola é obrigado a comprar ingressos no cambio negro — descarado — à porta do Teatro Bandeirantes. Apesar das pernas e pés feios a Pimentinha é ídolo das sapatas. Que falta de bom gosto, meu Deus.
- Marina Montini está nua na revista Homem. Atenção garotas.

Segundo a Rainha Vitória, lesbianismo não existe. É lenda.

LIBERDADE PARA OS HOMOSSEXUAIS — HOMENS E MULHERES — PARA MOSTRAR AFETO EM PÚBLICO.

FREEDOM FOR GAY MEN & WOMEN TO SHOW AFFECTION IN PUBLIC !!!



Fonte: Museu da Diversidade Sexual, 2020

Cinco anos mais tarde, em fevereiro de 1976, o jornalista Celso Curi inicia sua coluna diária intitulada “Coluna do Meio” na edição paulistana do *Última Hora*. Como destaca Green (2019), os artigos produzidos por Celso Curi foram um sucesso imediato por darem destaque a personalidades gays nacionais e internacionais, além de incluir notas sobre bares e clubes noturnos em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Diferentemente de outros jornais da época que trabalhavam com a temática de forma satírica, Celso Curi abordava as vivências das pessoas LGBTI+ de forma natural e sem estereótipos (Museu Da Diversidade Sexual, 2020).

Por apresentar uma proposta tão nova e inédita, o jornal era inundado por cartas de homossexuais que elogiavam a coragem do jornalista por trabalhar com o tema em sua coluna. Esse sucesso levou o jornal a organizar uma seção de classificados pessoais que virou muito popular no período, chamada de “Correio Elegante”. Como resposta à repercussão, a Coluna foi censurada pela ditadura e Celso Curi foi demitido e processado por ofender a moral e os bons costumes (Museu da Diversidade Sexual, 2020).

Em dezembro de 1976, inspirados pelos trabalhos de Curi e outros, um grupo de jornalistas formado por Anuar Farad, Agildo Guimarães, Hélio Fonseca, José Rodrigues e alguns antigos redatores e leitores do jornal *O Snob* criaram uma publicação chamada *Gente Gay* (Green, 2019). Especialmente após a perseguição e o processo direcionado ao jornalista Celso Curi, o grupo optou por divulgar o jornal de modo informal, assim seria possível evitar qualquer tipo de violação da lei de imprensa na época.

Com o passar do tempo e com a boa recepção do público ao *Gente Gay*, os editores tomaram a decisão de dar um tratamento mais profissional, porém a falta de experiência na administração de um jornal de grande circulação e altos gastos envolvidos no processo foram fatores determinantes para o fim da iniciativa. Além disso, a decisão de expansão do *Gente Gay* não contava com o surgimento do *Lampião da Esquina*, que continha com um corpo de jornalistas e intelectuais com anos de experiência, o que os permitiu torná-lo um jornal mensal com dezenas de milhares de exemplares (Green, 2019).

No ano de 1977, outros dois jornais voltados para o público gay foram lançados na cidade de São Paulo. O *Entender* e o *Mundo Gay: o jornal dos Entendidos*, assim como o *Gente Gay*, começaram de forma caseira e com pouca estrutura e apresentavam notícias a respeito de bares, pontos de encontro gays e saunas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ambos chegaram a um fim por diversas dificuldades, como a falta de habilidades jornalísticas e administrativas necessárias para manter um jornal de grande circulação, além de questões financeiras (Green, 2019).

Por fim, *O Pasquim* foi um jornal encabeçado pelo jornalista Tarso de Castro na cidade do Rio de Janeiro e teve sua primeira edição lançada em 22 de junho de 1969 (Green, 2019; Paiva, 2019). Como o próprio nome sugere a proposta seria produzir um jornal de baixa qualidade e com caráter difamador, cujo objetivo seria o compromisso com a “íconoclastia, o deboche irrestrito, o desrespeito às formalidades jornalísticas e o dever de se tornar uma pedra no sapato dos poderosos” (Paiva, 2019, p.1). Diferentemente do jornal *Já*, que possuía uma coluna direcionada para o público homossexual, *O Pasquim* durante muitos anos adotou uma postura crítica contra as homossexuais e as lideranças feministas. No entanto, houve uma mudança editorial no final dos anos 1970, quando os movimentos em questão passam a ganhar destaque no cenário político e cultural do país (Green, 2019).

Essa relação de proximidade entre o movimento feminista e o movimento homossexual da época é um ponto interessante de ser esmiuçado. O desafio do movimento feminista de segunda onda no Brasil, que buscava mobilizar as mulheres na luta por direitos e cidadania

contra o governo autoritário no país (CFEMEA, n.d.), trouxe consigo questões que foram absorvidas pelo movimento homossexual emergente. As discussões que perpassavam as dimensões de luta ao patriarcado, os papéis de gênero e os costumes sexuais tradicionais tornaram-se pilares de discussão e atuação no movimento [LGBTI+] a partir de 1978 e evidenciaram uma estrutura de aliança e cooperação entre os movimentos. Os passos e os espaços de oportunidade identificados pelos movimentos feministas da época foram seguidos pelas lideranças homossexuais, que os utilizaram para consolidar a construção do movimento, conforme aponta Green (2019).

No final de 1977, veio ao Brasil o editor da revista estadunidense *Gay Sunshine Press*, Winston Leyland, para a coleta de materiais para a produção de uma antologia de literatura gay latino-americana. O ativista e advogado João Antônio Mascarenhas foi o anfitrião do editor enquanto ele esteve no Rio de Janeiro e abriu portas para uma série de entrevistas com a imprensa brasileira, com a qual Leyland falava sobre o movimento internacional pelo direito dos gays (Green, 2019).

Durante o seu período de estadia no Brasil, ocorreu um encontro entre ativistas, intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais na casa do pintor Darcy Penteado. Trevisan (2018a) pontua que desse encontro surgiu a ideia de se formar um coletivo para a criação de um jornal feito por, para e a partir do ponto de vista das homossexuais. A ideia era colocar a sexualidade em ponto central de discussão e assim romper com “o isolamento do gueto restrito no qual os homossexuais brasileiros circulavam, bem como de derrubar os estereótipos sociais associados à homossexualidade” (Green, 2019, p. 430)

FIGURA 7. O FAMOSO LAMPIÃO DA ESQUINA



Fonte: ESTIMGA, 2017

Conforme destacado por Green (2019), o título do jornal brincava com a figura do rei do cangaço, o Lampião, e com a realidade das homossexuais nas ruas, ou nas esquinas. O Conselho editorial era composto por nomes de peso nos círculos artísticos e acadêmicos da época, como o antropólogo Peter Fry, o cineasta e crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, o pintor e escritor Darcy Penteado, assim como intelectuais e ativistas como João Antônio Mascarenhas e João Silvério Trevisan.

Com capital angariado por meio de uma carta solicitando fundos a “amigos e amigos de amigos”, o *Lampião* começou com uma circulação de dez mil exemplares por edição e era vendido em bancas de todo o país. O tabloide publicava contos, ensaios, notícias do movimento internacional de gays e lésbicas, informações sobre bares e pontos de interação e notas sobre eventos que pudessem interessar aos leitores gays. Com redatores experientes e recursos financeiros, os editores produziram um jornal de qualidade (Green, 2019, P.431).

Nesse sentido, é importante destacar que por mais que inicialmente o jornal propunha uma abordagem capaz de unir mulheres, pessoas negras, homossexuais, ecologistas e outros grupos, em sua estrutura organizacional havia apenas a presença de homens homossexuais. Porém, a partir de uma leitura das matérias e entrevistas realizadas pelo jornal é possível identificar discussões que perpassam as vivências e as lutas das mulheres e feministas, do movimento antirracista, das mulheres lésbicas e outras questões importantes para aquele período.

Outro meio de divulgação relevante é o *Chanacomchana*. Com as tensões constantes vividas pelas ativistas lésbicas dentro do *Grupo Somos* e cientes da necessidade de uma

discussão mais profunda sobre os dilemas que perpassavam a sexualidade, o gênero e outros marcadores sociais da diferença, no ano 1980 duas ativistas remanescentes do Grupo Lésbico-Feminista (LF), Míriam Martinho e Rosely Roth, juntamente com algumas colaboradoras, separam-se do Somos e fundam o *Grupo de Ação Lésbica-Feminista* (GALF) (Morando, 2022).

Aqui abriremos mais um parêntese para discutir a formação do *Grupo Lésbico-Feminista* no *Somos*. Com a diversificação da participação das pessoas membros do grupo, um número cada vez maior de mulheres passa a participar das reuniões. Nesse ponto, diferentes percepções e narrativas foram construídas ao longo do processo de participação de mulheres lésbicas. Para Trevisan (2018a), a presença feminina cresceu tanto que o número chegou a igualar a presença de homens no *Somos*. Esse argumento se contrasta com aquele apresentado por Marisa Fernandes no texto “Ações Lésbicas” (2018), no qual destaca que após a participação no debate na USP, em 1979, o grupo foi surpreendido com a chegada das lésbicas (Fernandes, 2018)²². Porém, a participação delas era invisibilizada pela maior presença de homens gays na organização. Com a estrutura organizacional do *Somos*, as lésbicas acabaram ficando separadas em diferentes subgrupos e enfrentavam diversas situações de violências dentro da organização – Fernandes destaca que elas mal conseguiam falar durante os debates.

Passados poucos meses, as mulheres começam a experimentar outras formas de violência, especialmente no que se refere à forma como queriam ser nomeadas. Conforme pontua Fernandes (2018), naquele período e dentro do *Somos* a palavra usada para identificar gays e lésbicas era bicha/bixa, porém as mulheres da organização queriam ser chamadas de lésbicas, termo que havia sido imputado com uma conotação pejorativa, mas as lésbicas queriam dele se apropriar, esvaziando-o de seu conteúdo violento. Além disso, há menções (Trevisan, 2018a) de que muitos gays utilizavam os termos racha ou rachada para se referir às mulheres do grupo, o que gerou grande descontentamento e debates na organização.

Cada vez mais se tornava necessário criar um núcleo exclusivamente feminino. As discussões sobre a criação de um núcleo lésbico-feminista duraram semanas e deixou claro que ser homossexual não significava estar alinhado com a luta das mulheres (Trevisan, 2018a). A decisão para a construção do grupo feminino se deu na reunião geral do *Somos* do dia 7 de julho de 1979, quando as mulheres lésbicas se colocaram à frente e afirmaram a criação do subgrupo

²² A entrada de mulheres lésbicas no grupo, em 1979, foi acompanhada por um convite do Lâmpião da Esquina para escrever uma matéria sobre as lésbicas. O convite foi aceito e durante o mês de abril, 25 mulheres lésbicas se reuniram para escrever uma matéria capaz de potencializar as vozes lésbicas. Com o encerramento da matéria, as ativistas sentiram a necessidade de continuar a se encontrar e a discutir sobre suas vidas e realidades e encontraram no *Somos* uma possibilidade de concretizar o plano.

dentro do *Somos* com posicionamento político independente, contra a centralidade do poder masculino e com um viés feminista (Fernandes, 2018).

Surgia então o *Grupo Lésbico Feminista* (LF). Marisa Fernandes (2018) aponta que não foram todas as mulheres lésbicas do *Somos* que participaram da criação do grupo, mas apenas aquelas que decidiram por sentir a necessidade de abrir um espaço para discussão sobre machismo e feminismo entre as mulheres da organização. As participantes do LF eram plurais nos quesitos étnico-racial, de credo, escolaridade e classe social.

[...] desde empregada doméstica até programadora de software, todas mulheres que não vinham da Academia, mas dos "armários" e do "gueto". O ponto comum entre elas era apenas a lesbianidade. O LF possibilitava o encontro de mulheres fora dos ambientes de badalação dos guetos e era um lugar seguro para as garotas do "armário", que ficavam sabendo do LF pela mídia (Fernandes, 2018, p. 94).

O LF chegou a receber mais de 30 mulheres lésbicas em seus encontros e ações. Normalmente as reuniões eram marcadas por debates teóricos feministas, a partir dos eixos de discussão sobre o combate à reprodução dos estereótipos de gênero e fim da monogamia – as mulheres acreditavam que existiam outras formas de expressão de amor mais livre sem a reprodução da ideia de mulher enquanto uma propriedade privada (Fernandes, 2018). Como apresentado mais à frente no texto, a participação do grupo *Somos* na manifestação do Dia do Trabalho e as discussões desenvolvidas no período posterior a ela levaram à saída de diversos ativistas do grupo *Somos*. Foi nesse momento, inclusive, que as lésbicas saem do grupo e formam o GALF, como associação autônoma.

O GALF passa a construir sua militância a partir de um diálogo próximo com o movimento feminista, que nem sempre era tão favorável à inclusão de mulheres com sexualidades dissidentes dentro do movimento. Para tentar tensionar essa relação e mostrar as conexões e diálogos possíveis, o GALF passa a participar de forma constante em eventos feministas no Brasil. Esse posicionamento reflete a postura das ativistas na publicação do *Chanacomchana* (Fernandes, Lissa, Rodrigues, 2020).

O boletim que teve seu número zero no ano de 1981 pode ser apontado como uma das principais ações desenvolvidas pelo GALF (Morando, 2022). As fundadoras da publicação tinham o intuito de se posicionar enquanto mulheres lésbicas que desejavam viver sua plena sexualidade e estabelecer uma rede de apoio e partilha entre as mulheres (Fernandes, Lissa, Rodrigues, 2020).

FIGURA 8. ATIVISTA ROSELY ROTH POSANDO COM A SÉTIMA EDIÇÃO DO CHANACOMCHANA



Fonte: Morando, 2022

Conforme apontado por Fernandes *et al* (2020), o boletim possuía uma frequência variável e vinculava conteúdos como poesias e cartas enviadas por leitoras, atos públicos de reivindicação de direitos, além de referências acadêmicas e literárias que retratavam as vivências das mulheres lésbicas, como as intersecções entre lesbianidade e mulheridade, feminismo, família; trabalho, entre outros tópicos. O veículo pode ser apontado como o primeiro que tinha como público-alvo mulheres lésbicas, servindo como um importante espaço de visibilidade e resistência para esse grupo em nosso país.

2.3 As LGBTI+ contra o Estado: “mais amor e mais tesão”

De acordo com a literatura [hegemônica] a respeito do que conhecemos hoje como um movimento LGBTI+, a primeira incursão no sentido de criação de um espaço onde discussões que permeavam as experiências das homossexualidades com o campo político- social data do ano de 1976. Com a volta do ativista João Silvério Trevisan de seu autoexílio nos Estados Unidos, México e outros países latino-americanos, há uma tentativa de criação de um grupo na cidade de São Paulo (Trevisan, 2018a).

A associação informal era formada majoritariamente por homens jovens e de esquerda que possuíam vínculos com universidades ou eram profissionais recém-formados. Nas reuniões que ocorreram nunca estiveram presentes mais de uma dúzia de participantes. Como aponta Trevisan (2018a), o grupo possuía o objetivo de discutir alguns textos, porém o plano não foi executado conforme o esperado. A sexualidade naquele momento para aqueles homens

representava um elemento secundário da luta por justiça e democracia. Isso gerava nos participantes do grupo de discussões um sentimento de culpa baseado em suas convicções ideológicas²³.

Por essas questões, o grupo teve uma vida curta, porém serviu de base e de experimento para o que viria a ser o movimento homossexual dois anos mais tarde. Pouco tempo após o *Lampião da Esquina* aparecer nas bancas de jornais de todo o país, um pequeno grupo de gays na cidade de São Paulo passou a realizar reuniões de modo a organizar discussões e ações liberacionistas. Formado majoritariamente por jovens atores, profissionais liberais e estudantes, o grupo permaneceu pequeno ao longo de seu primeiro ano (Trevisan, 2018a).

Conforme destaca Trevisan (2018), não havia incentivos suficientes para gerar engajamento e participação por parte das homossexuais da cidade. “Éramos um bando de solitários, atacados pela direita e abastardados pela esquerda, tateando em busca de uma linguagem mais adequada às dimensões recém-descobertas do nosso desejo. Sentíamos o gosto da impotência e da frustração” (Trevisan, 2018b, p.138).

Os pontos de contatos entre esses indivíduos e os agrupamentos de esquerda foram elementos importantes para a decisão inicial de desalinhamento com os partidos e de criação de uma ação política baseada nas vivências das homossexuais (Trevisan, 2018a). O que era entendido como a revolução era algo do outro, que não considerava as sexualidades e identidades dissidentes. A *revolução do outro* não era mais um eixo fundamental de preocupação das homossexuais, que agora se preocupavam em destacar a inseparabilidade das esferas pública e privada, a criação das consciências individuais e a transformação social.

Nas reuniões semanais do grupo, as participantes criaram um espaço de solidariedade e conhecimento a partir do compartilhamento de reflexões sobre suas experiências, dúvidas, projetos e problemas enfrentados, quase como um espaço de criação de consciência tanto coletiva como individual sobre suas identidades. É importante destacar, nesse sentido, conforme pontua Trevisan (2018a), que uma das questões constantemente trazidas pelo grupo se referia ao baixo número de mulheres lésbicas que participavam desse espaço. Para muitas ativistas do grupo, era importante trazer essas mulheres para conhecer a partir de uma perspectiva feminista o entendimento da repressão sexual, além de possibilitar o estabelecimento de uma aliança com os grupos de mulheres.

²³ Nesse contexto específico da esquerda ortodoxa da época, os homossexuais participantes do grupo não conseguiam discutir ou se entender naquele ambiente. Trevisan (2018) destaca que quase 70% do grupo admitia se sentir anormal pela sua sexualidade.

No dia 8 de fevereiro de 1979, o grupo teve a oportunidade de participar de um debate público na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. O debate, segundo reconta Trevisan (2018a), foi permeado por dois grupos. Por um lado, havia aqueles que pautavam a existência de uma “luta maior”, ou seja, o foco deveria recair a luta do proletariado que levaria a uma revolução de maneira abrangente. Nesse sentido, as discussões de sexualidade e identidades dissidentes eram entendidas enquanto algo secundário ou marginal. Por outro lado, as participantes do grupo e outras homossexuais que estavam presentes no debate destacavam a importância das vivências homossexuais e a necessidade de análises que não partissem necessariamente da classe social.

Nas palavras de Trevisan (2018a), “ao final de três horas de debate, nossas camisas empapadas de suor davam a sensação que o movimento homossexual brasileiro acabava de conquistar o espaço que lhe era devido. Nossa luta estava enfim na rua.” (p. 327). Outro resultado direto da participação no debate público foi a consolidação da identidade do grupo que passou a adotar o nome de *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*.

FIGURA 9. MEMBROS DO SOMOS – GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL DEPOIS DE UMA REUNIÃO GERAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA USP, 1980.



Fonte: Uol, n.d.

A participação do grupo no debate gerou visibilidade para o movimento que passou a contar com uma média de 100 novos membros, obrigando o Somos a se reorganizar e assumir uma postura contra hierárquica e descentralizada, buscando evitar a concentração de poder em determinadas lideranças (Trevisan, 2018a, 2018b). Com o tempo, ninguém mais entrava no Somos se não passasse antes pelos grupos de “reconhecimento ou identificação”. Surgiram então os subgrupos de atuação externa, serviços burocráticos, atuação lésbico-feminista, divulgação, estudos na área homoerótica e atividades artísticas.

Enquanto o Somos aperfeiçoava a sua atuação política e construía mecanismos internos de organização, o *Lampião da Esquina* passa a ser perseguido pelo governo, que abriu um inquérito policial nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. As autoridades militares acusavam os editores do jornal de ofender a moral e os bons costumes (Trevisan, 2018a; Green, 2019). Além disso, Green (2019) destaca que em um documento vazado constava um plano em que o governo pretendia fechar a publicação por meio de alguma cláusula da lei de imprensa ou então a partir de uma auditoria financeira.

A Associação Brasileira de Imprensa, algumas intelectuais, figuras públicas e o sindicato dos jornalistas denunciaram as ações do governo. Inclusive, o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo ofereceram advogados gratuitos e apresentaram todo apoio ao *Lampião*. Em meados de 1979, a Polícia Federal encerrou o inquérito por não encontrar elementos suficientes para fomentar um processo judicial contra o jornal e seus editores (Trevisan, 2018; Green, 2019).

No mês de abril de 1980, ocorre no Centro Acadêmico de Medicina da USP, na cidade de São Paulo, o *I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados*, que reuniu mais de 200 ativistas representantes de mais nove grupos homossexuais de todo o Brasil. No encontro, marcado por tensões ideológicas e divergência no direcionamento das ações²⁴, houve um momento de crise quando da votação de uma moção que, segundo Trevisan (2018) obrigaria todo o movimento homossexual a participar da comemoração do Dia das Trabalhadoras na cidade de São Bernardo do Campo (SP).

A votação da moção traz para o jogo muito mais que a participação em uma manifestação política: ela coloca no centro do palco a relação, em estado inicial de desenvolvimento, entre as lideranças e grupos homossexuais e os partidos de esquerda da época.

²⁴ João Silvério Trevisan (2018a) em seu livro *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil - Da colônia à atualidade* reconta a forma como a presença de um grupo de trotskistas ligados à Convergência Socialista e Organização Socialista Internacionalista passa a influenciar nos processos de discussão do Encontro e gera tensões que demonstravam uma ruptura com antigos entendimentos que vinham sendo construídos especialmente dentro do *Grupo Somos*, como as ideias de autonomia, contestação ao poder central e não alinhamento partidário.

O não alinhamento e a não concordância com o alinhamento a determinado partido político pode ser apontado como um dos motivos para a desestruturação e divisão do grupo em um futuro próximo.

Após ter a proposta de moção derrotada no I Encontro, um grupo de trotskistas que faziam parte do Somos lança o Comitê Homossexual Pró-Primeiro de Maio, que ajudou a organizar a participação de um grupo de gays e lésbicas na manifestação do Dia do Trabalho. Green (2019) destaca que devido ao evento, o governo decretou estado de sítio e convocou o segundo exército para acompanhar as ações dos manifestantes. As ativistas do Somos que estiveram presentes marcharam carregando uma faixa com os dizeres: “Contra a discriminação ao(à) trabalhador(a) homossexual”. Além disso, o grupo distribuiu panfletos que ligavam a luta dos trabalhadores a outros grupos dissidentes, como negros, mulheres e homossexuais, denunciando casos de discriminação no ambiente de trabalho e pedindo a união das classes.

Trevisan (2018) reconta que talvez o último ato em comum organizado entre o movimento homossexual, feminista e negro tenha sido o protesto em junho de 1980 contra as batidas e prisões arbitrárias orquestradas pelo delegado de polícia Wilson Richetti no centro de São Paulo.

Em 13 de junho de 1980, quinhentas pessoas se reuniram nos degraus do Teatro Municipal para protestar contra as prisões do mês anterior. Sob a garoa fina, os ativistas pediram a demissão do delegado e convocaram a assembleia para uma passeata pelas ruas do centro. Depois de alguns breves discursos de Darcy Penteado e outras figuras públicas, a multidão saiu em protesto contra as prisões arbitrárias, entoando “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”. (Green, 2019, p.436).

A remodelação do Somos não foi o fim do movimento homossexual no Brasil, porque uma série de grupos passaram a surgir da fragmentação e a pautar demandas específicas em cada localidade. O surgimento e crescimento do ativismo homossexual em nosso país pode ser compreendido a partir de uma série fatores, como a difusão de ideias a partir do movimento homossexual internacional, o espaço social conquistado pelas bixas na década de 1960 e a construção de uma nova identidade, o “entendido”, que encontraram uma janela de oportunidade para se lançarem a impactarem a forma como a sociedade percebe as sexualidades e os corpos não normativos (Green, 2019). As questões que foram centrais durante os primeiros anos de surgimento dos movimentos homossexuais parecem ter sofrido grandes mudanças quando os primeiros casos de AIDS começam a ser noticiados no país.

2.4 A “peste gay” chega ao Brasil

O final da primeira metade da década de 1980 configurou um novo contexto de articulação do então movimento homossexual brasileiro, marcado por uma diminuição significativa no número de organizações atuantes em diversas localidades²⁵. Com a chegada da epidemia de AIDS no país, diversas organizações e lideranças passam a voltar suas atenções e esforços no sentido de criar uma resposta para a crise. Como pontua Facchini (2002), o movimento homossexual brasileiro fora a primeira organização da sociedade civil a criar uma resposta à epidemia de HIV/AIDS no Brasil.

Com o aparecimento do primeiro caso de AIDS no Brasil, amplamente divulgado pela imprensa como “peste gay” ou “câncer gay”, observamos um processo de moralização dos discursos que se referiam aos vírus do HIV²⁶. Setores religiosos argumentavam que a AIDS era um castigo divino devido à promiscuidade das homossexuais, ao mesmo tempo que o discurso médico-científico legitimava uma manifestação violenta contra as sexualidades dissidentes a partir de conceitos e termos estigmatizadores (Quinalha, 2022).

A doença que, até aquele momento se pensava que atacava apenas gays [e as travestis], mobilizou algumas organizações do movimento, forçando-as a reorganizar suas estruturas organizativas e de ações. Tais entidades passaram a estabelecer contatos com agentes da saúde e do Estado a fim de criar protocolos e ações para evitar novos casos da doença. Campanhas de conscientização, publicação de materiais, distribuição de preservativos e a pressão nas agentes tomadoras de decisão foram algumas das ações empreendidas pelo movimento (Quinalha, 2022).

Vale salientar que naquele momento as discussões que envolviam saúde encontraram um campo aberto de possibilidades na luta pela estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse cenário de plurais oportunidades, as parcerias entre Organizações Não Governamentais e agentes estatais nacionais e internacionais se tornaram elementos estratégicos para o recebimento de investimentos financeiros que foram direcionados para o desenvolvimento de

²⁵ A epidemia de AIDS não foi o único fator apontado para a diminuição numérica das organizações, com o começo do fim da ditadura militar diversas agentes sociais passaram a conviver com um vácuo, ou seja, se antes da luta pela existência estava ligada à oposição ao regime civil militar, com o fim da ditadura restava aos movimentos reestruturarem suas ações. O que não aconteceu para muitas organizações. Esse vácuo, como anteriormente pontuado, pode ser apontado como um fator relacionado ao encerramento das atividades do Lâmpião da Esquina e de diversas organizações do movimento homossexual brasileiro que trabalhavam seguindo uma lógica comunitarista e antiautoritária (FACCHINI, 2002).

²⁶ É importante pontuar que esse processo não ocorre apenas no Brasil, mas sim em um contexto do qual o Brasil faz parte. A moralização da pauta foi uma estratégia empregada por diversos segmentos conservadores em diversos países.

ações ligadas à luta contra a AIDS. Esse relacionamento com agentes nacionais e internacionais impactou, também, a formação e profissionalização das ativistas do movimento que passaram a se familiarizar com termos e processos de parcerias (Quinalha, 2022).

A necessidade de resposta à AIDS e as oportunidades existentes para organizações formalizadas mostrou a necessidade de criação de ONGs que pudessem dialogar com as estruturas do Estado e propor políticas de saúde para a população LGBTI+. A esse fenômeno, Facchini (2002; 2005) e outras autoras nomeiam de “onguinização”. À medida que os casos se multiplicavam em todo mundo, o debate do sexo invade novamente a esfera pública a partir das discussões sobre os métodos de prevenção, os contraceptivos e as práticas sexuais. Por mais que a pauta fosse “quente” e central no período, muitas vezes ela era apresentada de forma conservadora.

Novamente, acreditamos ser importante destacar que se em alguns anos antes o Estado era entendido como contrário e perseguidor das pessoas LGBTI+, há uma mudança de postura. Mesmo que muitas vezes ainda marcadas por uma moralidade religiosa e conservadora, diversas agentes, principalmente no campo da saúde pública e da assistência social, passam a abrir um espaço para o diálogo e para a criação de suporte à comunidade.

Na cidade de São Paulo, já em 1983 um grupo de trabalho foi formado para discutir a temática da AIDS dentro da Divisão de Doença de Hansen e Dermatologia Sanitária no Instituto de Saúde da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo (SES-SP), onde um programa para o tratamento das então nomeadas DSTs já estava em desenvolvimento (Contrera, 2000; Parker, 2003). Foi nesse diálogo próximo e constante que, por exemplo, em 1985 um grupo de médicos, ativistas homossexuais, artistas e acadêmicos passam a se encontrar e a criar uma ONG de base comunitária.

Com sede provisória em uma sala cedida pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA) passa a atuar por meio de três linhas de frente: (i) da prevenção e informação, (ii) da assistência às pessoas vivendo com HIV/AIDS e seus familiares e (iii) do ativismo político. A ONG, nascida dentro da Secretaria de Saúde, com participação de movimentos e organizações homossexuais e outras serviu como um importante instrumento para as gestoras e técnicas da secretaria que utilizavam a “voz” do GAPA para denunciar as ações que iam em direção contrária às respostas à AIDS no Estado (Contrera, 2000; Parker, 2003).

Assim, em São Paulo, em 1985, apenas meses depois da organização do GAPA, o Ministério da Saúde passa a trabalhar no sentido de criar um Programa Nacional de AIDS no

país. Nesse período, já existiam Programas Estaduais de AIDS em funcionamento em pelo menos 11 dos 27 estados brasileiros. Em âmbito federal o programa foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 236 em 2 de maio de 1985 após uma série de reuniões com ONGs, funcionárias estaduais do Programa de AIDS e a mídia (Parker, 2003).

Com o trabalho iniciado efetivamente em 1986, uma outra portaria, a de número 199 de 24 de abril de 1986, vem para tentar trazer uma transversalidade na discussão do tema. A portaria institui a criação do Comitê Consultivo Nacional, que anos mais tarde foi renomeado e passou a ser conhecido como Comissão Nacional da AIDS, que incluía representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e representantes da sociedade como a Associação de Advogados e algumas ONGs que trabalhavam diretamente com a questão da AIDS, como a *Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS* (ABIA), o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a *Associação Brasileira de Planejamento Familiar* (ABEPF) (Parker, 2003).

Por mais que o foco de atenção para os casos de AIDS estejam sempre direcionados para os gays, diversas travestis e mulheres trans, especialmente aquelas inseridas em contextos de prostituição, estabeleceram uma relação próxima com o vírus HIV. Essas realidades ainda são apagadas e pouco discutidas dentro dos círculos de ativismos LGBTI+ e até mesmo das reconstituições históricas que pretendem trabalhar com a história do movimento LGBTI+ em nosso país. Nos trabalhos desenvolvidos por Chequer (2010), Carvalho e Carrara (2013), Coacci (2018) e Dos Passos e Garcia (2021) nos é apresentada a forma como o movimento de mulheres trans e travestis surgem de uma auto-organização, seja em resposta à violência policial nos territórios de prostituição e/ou a prevenção à AIDS junto às populações de travestis e profissionais do sexo²⁷.

É devido a essa proximidade com a temática da AIDS que Carvalho e Carrara (2013) sugerem que existiria um empoderamento tutelado, uma vez que a prática política dessas pessoas foi possível pelos entrecruzamentos de relações tecidas com agentes e lideranças gays e lésbicas, órgãos governamentais e profissionais de saúde vinculados aos programas de prevenção de Infecções Sexualmente Transmitidas (IST) e AIDS. Assim, mesmo que tais populações [ainda] façam parte do primeiro lugar nas estatísticas de vitimização da população LGBTI+, observamos a importante mobilização de um uso estratégico das suas presenças nas organizações a fim de angariar fundos internacionais direcionados à prevenção da HIV/AIDS no Brasil.

²⁷ Para Coacci (2018), esse contexto de surgimento de um movimento travesti e de mulheres trans deve ser entendido como a primeira onda do movimento e seria marcado pela luta contra a violência, especialmente a policial, e a prevenção ao HIV e AIDS.

A história de luta dos movimentos travestis e trans em nosso país está essencialmente conectada com a evolução e criação do Programa Nacional de DST* e AIDS. Na análise desenvolvida por Chequer (2010), é possível perceber a proximidade da relação entre os movimentos de travestis, transexuais e pessoas vivendo com HIV/AIDS com o Programa Nacional de DST e AIDS, o que mostra como essas agentes e dimensões se interconectam e influenciam ao longo dos anos.

Assim, o então movimento homossexual [LGBTI+] assumiu um papel importante e central na construção e desenvolvimento de uma resposta comunitária e solidária à epidemia. Inicialmente articulada na cidade de São Paulo, a resposta foi nacionalizada e tornou-se referência internacional sobre o tema (QUINALHA, 2022). Talvez esse momento inaugure uma nova forma de relacionamento entre o movimento e o Estado, baseada e fortemente tensionada em laços de cooperação entre as agentes.

2.5 Nas ruas e nas urnas: tateando a representação política

Como havíamos dito anteriormente, as histórias não são únicas nem lineares. Em diversos momentos dessa reconstituição histórica, nos vimos diante de fatos que ocorreram em diferentes dimensões e localidades, simultaneamente. Se, para muitas autoras, o movimento homossexual havia ingressado em um período de desmobilização com o final do ciclo de protestos pela democratização, a fragmentação do Somos e o surgimento da epidemia de AIDS no país, Cruz (2015) pontua que a partir de 1981 a mobilização foi direcionada para outra arena, a partidária²⁸.

Na pesquisa empírica construída para a dissertação “Do protesto às urnas: o movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)”, Cruz (2015) destaca que no mesmo ano de criação do Somos já havia casos esporádicos de candidaturas defensoras da causa homossexual. Como apontado pelo autor, já nas eleições de 1978²⁹, Baiardo de Andrade Lima foi candidato a deputado federal pelo MDB defendendo as bandeiras da “liberdade gay” e da legalização do aborto.

A intensificação do debate público sobre a questão homossexual entre os anos 1978 e 1982 parece ter impactado o salto do número de candidaturas em 1982, como aponta De La

²⁸ Importante destacar que, como pontua Cruz (2015), já naquele período o caminho de engajamento via arena eleitoral configurava-se enquanto uma tendência do movimento homossexual internacional na passagem dos anos 1970 para os anos 1980 e que passou a ser adotada no Brasil, especialmente a partir das eleições de 1982.

²⁹ Como pontua Fleischer (1984), as eleições de 1978 representaram uma vitória do MDB, partido de oposição ao governo. A eleição representou para o Arena e para o governo um processo de fragmentação de força.

Dehesa (2010). Além disso, ainda segundo o autor, nas eleições de 1982, quatro dos cinco partidos que disputaram cargos eletivos se referiram de algum modo aos “direitos das minorias” ou das mulheres em suas plataformas eleitorais. O Partido dos Trabalhadores foi a única legenda a incluir em sua plataforma eleitoral o compromisso com a luta homossexual já nas eleições de 1982 (Cruz, 2015).

As eleições de 1982 representaram um momento ímpar e estratégico de experimentações políticas para o movimento homossexual brasileiro, que a partir da identificação de uma janela de oportunidades foi capaz de organizar uma readequação de repertórios e quadros interpretativos na tentativa de conquistar terreno na política institucional (Cruz, 2015)³⁰. Essa janela de oportunidades, porém, só foi possível pela controversa Reforma Eleitoral de 1979, que ao mesmo tempo possibilitava a retomada do pluripartidarismo e as diversificações de engajamento político e eleitoral pelos movimentos sociais, mas que também criou um contexto de cerceamento da oposição ao governo ditatorial por meio de normas e regras rígidas que impactavam a criação e a atuação dos novos partidos políticos.

É nesse contexto que a criação do PT se torna um espaço de disputa para diversas lideranças do movimento homossexual - e não apenas desse grupo. Por mais que o partido já houvesse sinalizado que estaria alinhado programaticamente com a defesa das homossexuais, o que abriu espaço para discussões e diálogos sobre o tema, uma grande parcela das lideranças homossexuais compreendia esse interesse “pelo” movimento, não do PT, mas por outros partidos, como um cálculo eleitoral e não um compromisso real com a causa (Cruz, 2015).

Na pesquisa de Cruz (2015) encontramos a análise de cinco campanhas eleitorais que apoiavam as demandas do movimento homossexual, sendo três dessas candidaturas pessoas homossexuais, a saber: Edson Nunes (candidato a deputado federal por Minas Gerais), José Carlos Dias de Oliveira (candidato a vereador por Porto Alegre/RS) e João Baptista Breda (candidato a deputado estadual por São Paulo), e duas candidatas aliadas, Litsz Vieira (candidato a deputado estadual do Rio de Janeiro) e Catarina Koltai (candidata a vereadora por São Paulo/SP)³¹, todas filiadas ao Partido dos Trabalhadores.

Para os fins desta Tese, escolhemos descrever o caso de Edson Nunes, não apenas pela maior disponibilidade de informações sobre sua trajetória, como também por identificarmos em sua história aspectos que são compartilhados ainda hoje por candidatas e vereadoras LGBTI+.

³⁰ A identificação de uma janela de oportunidades e a atuação dos movimentos sociais foi algo importante para todos os movimentos democráticos no país. A eleição de 1982 tornou-se um marco do processo de democratização.

³¹ Ambas foram capazes de mobilizar as pautas e trazer para dentro de suas campanhas ativistas homossexuais que criavam uma ponte entre o movimento [LGBTI+] e as candidatas.

Assim, buscaremos apresentar alguns pontos que servirão de base para as discussões que serão construídas a partir das entrevistas com as treze vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020 – e que serão desenvolvidas posteriormente na tese.

FIGURA 10. MATERIAL DE CAMPANHA EDSON NUNES: “ELE JOGA NO MESMO TIME, UAI”



Fonte: Machado, 2007.

A presença de pautas ligadas às sexualidades e identidades de gênero dissidentes no processo eleitoral de 1982 gerou uma série de questionamentos do público em geral, mas em especial de pessoas LGBTI+ em diversas cidades brasileiras. A desconfiança, em grande parte, vinha da ideia de que partidos políticos instrumentalizariam as pautas em uma tentativa de angariar votos, como já apontado anteriormente no texto. Tal questionamento parece ter sido direcionado até mesmo para as pessoas LGBTI+ que concorriam para cargos eletivos.

Na cidade de Belo Horizonte, nos anos de 1980, o ativista Edson Nunes, que durante uma temporada na cidade de São Paulo esteve em contato com o grupo *Somos*, se envolveu ativamente com a fundação do Partido dos Trabalhadores na capital de Minas Gerais. Com o apoio de um grupo de homossexuais, Nunes criou um Núcleo Gay do PT que serviu de espaço

de acolhimento e discussão para as antigas integrantes do grupo [extinto] *Terceiro Ato*³² que eram filiadas ao partido. De modo a ampliar o espaço de participação das ativistas homossexuais na cidade, especialmente para aquelas não filiadas ao PT, o núcleo se desdobrou em outro grupo, intitulado de *Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais* (Machado, 2007; Cruz, 2015).

A criação do novo grupo e os diálogos estabelecidos ali foram essenciais para a construção, alguns anos mais tarde, da campanha eleitoral de Edson Nunes a deputado federal por Minas Gerais. Nunes é apontado pela literatura como um dos primeiros candidatos assumidamente homossexuais a concorrer a um cargo político em nosso país (Machado, 2007; Cruz, 2015). O jornalista buscou unir a sua identidade à sua luta política, assim, no que se refere às pautas defendidas, o deputado destaca a luta pela defesa das homossexuais através da revogação do artigo 302.0 do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), que classificava a homossexualidade como “transtorno social” e na garantia das liberdades individuais já previstas pela lei (Cruz, 2015).

Interessante pontuar que, conforme destaca Cruz (2015), em um dos materiais de campanha de Nunes havia a argumentação de que algumas forças conservadoras ligadas ao regime militar estavam planejando apresentar projetos de leis que tornassem legais a criminalização da homossexualidade no país. Para impedir essas ações e retrocessos, “os homossexuais precisavam eleger um **representante legítimo para defender seus direitos** no Congresso Nacional” (Cruz, 2015, p.142, grifos nossos).

A Figura 11 faz parte do material de campanha do candidato ao lado de outras candidatas, como Helena Greco e Américo Antunes.

³² Segundo Cruz (2015), o Terceiro Ato foi o primeiro grupo homossexual organizado da cidade, fundado entre os anos de 1979 e 1980 na cidade de Belo Horizonte.

FIGURA 11. MATERIAL DE CAMPANHA EDSON NUNES



Fonte: Machado, 2007.

Os integrantes do comitê de campanha de Edson Nunes passaram a adotar o nome de “Viva o amor” e ficaram conhecidos dentro e fora do PT de Minas Gerais. A adoção desse nome se deve a uma ideia do grupo de tentar romper estereótipos que envolviam as identidades homossexuais no período, criando assim uma estratégia para angariar votos e apoio de outros setores e grupos sociais (CRUZ, 2015).

Porém, parte do eleitorado não “sentia” o amor quando se tratava do candidato. Como parte da estratégia de campanha de Nunes, o candidato e seus apoiadores frequentavam bares, boates e lugares que eram frequentados por pessoas LGBTI+ da cidade. Porém, muitos donos de estabelecimentos não permitiram a realização de atividades no local e parte do eleitorado gay de Belo Horizonte se mostrou contrária à campanha e à candidatura de Edson Nunes.

Cruz (2015) recupera um caso narrado por Lima (1983), quando em uma noite em uma boate gay da cidade um frequentador conversa com Nunes explicando os motivos pelo qual ele não votaria em um gay assumido. Segundo ele, a eleição de pessoas abertamente LGBTI+ geraria uma atenção [negativa] ao movimento por “levantarem muita poeira nos parlamentos”, fazendo com que se intensificassem uma perseguição contra o grupo. O frequentador da boate termina: “Ninguém quer bancar o Tiradentes. Votar em gay? Nunca! Corta essa, santa!” (Lima, 1983: 188; Cruz, 2015).

Essa dificuldade de comunicação com alguns setores da capital leva o candidato e sua equipe a buscarem apoio em outras cidades do interior do Estado. Nesse processo, passaram por cidades como Juiz de Fora, Ipatinga, Divinópolis e Ponte Nova, onde realizaram diversas atividades como sabatinas e debates. Como pontua Cruz (2015),

Os repertórios de ação utilizados na campanha de Nunes correspondiam basicamente às rotinas mais tradicionais em termos de campanhas eleitorais: eram panfletagens, debates, sabatinas, comícios domésticos. Contudo, devido ao conteúdo inovador da campanha, repertórios comuns ganharam contornos de ousadia e experimentação. A audácia em levar o debate político eleitoral para bares, boates e zonas boêmias e em ocupar espaços públicos pouco receptivos à presença de gays, lésbicas, bissexuais e travestis, como no caso do plenário da Câmara Municipal de Ipatinga, conferia à campanha um forte impacto moral e simbólico. O clima de “desbunde” permeava a prática dos atores: se o bar “simpatizante” não estava mais aberto para receber o debate, a atividade era transferida para outro bar na zona boêmia, onde a discussão política se misturava com a festa sem que isso fosse um problema (Cruz, 2015, p. 145).

Percebe-se, assim, que a estruturação da campanha de Nunes trouxe consigo a criação ou a adaptação de rotinas eleitorais que atestavam a novidade e a possibilidade de construção de novas formas de ação política.

Porém, por mais que as eleições de 1982 tenham representado a possibilidade de algo novo, de acordo com Délcio Monteiro de Lima (1983) a eleição foi “um festival de derrotas”. Das candidaturas analisadas por Cruz (2015), apenas uma conseguiu ser eleita, Liszt Vieira (RJ). As outras quatro ativistas, José Carlos Dias de Oliveira, Edson Nunes, João Baptista Breda e Caterina Koltai, apresentaram um desempenho interessante com a mobilização de pessoas e votos, porém isso não foi o suficiente para garantir o seu sucesso eleitoral.

Importante destacar aqui a trajetória de João Baptista Breda³³ (SP) que buscava a sua reeleição para a Assembleia Legislativa de São Paulo (De La Dehesa, 2010; ALESP, 2016). Anos antes, durante seu mandato para o qual foi eleito em 1978 pelo MDB, Breda assumiu sua

³³ Por mais que a presente Tese tenha criado uma reconstituição histórica de pessoas LGBTI+ eleitas para o cargo de vereadora nos municípios brasileiros, nos deparamos, em raros momentos, com informações da eleição de LGBTI+ para o cargo de deputadas estaduais e federais. Acreditamos que Breda tenha sido o primeiro homossexual eleito, mesmo que durante sua campanha de 1978 ele não falasse abertamente sobre sua orientação sexual.

homossexualidade, o que gerou grande atenção dos veículos de comunicação da época. O psiquiatra e ativista desempenhou um importante papel no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) participando ocasionalmente de algumas produções do *Lampião da Esquina* e de algumas manifestações como contra a “Operação Limpeza” orquestrada pelo delegado Wilson Richetti em São Paulo (Cruz, 2015).

Com a fundação do PT, Breda troca de partido e em 1982 dá início à campanha “Prazer para todos”, em busca de sua reeleição. Ao longo da campanha buscou pautar uma série de demandas ligadas a direitos humanos, como sexualidade, encarceramento em massa, luta antimanicomial, preservação do meio ambiente, direitos das crianças e adolescentes, descriminalização da maconha, entre outras (De La Dehesa, 2010; Cruz, 2015).

Anos mais tarde, com a eleição das deputadas constituintes que participariam da Assembleia Nacional e da formulação da nova Carta Magna Brasileira, a demanda do movimento homossexual de lutar contra toda e qualquer discriminação motivada por orientação sexual chegou a ser assimilada por algumas candidatas. Como aponta Lelis (2021), a candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo, Irede Cardoso, lança o documento “Dê um basta à discriminação às vivências homossexuais”, destacando seu apoio à demanda do MHB de incluir um parágrafo na futura Constituição que proibisse a discriminação contra o grupo.

Outras candidatas a deputadas federais e estaduais também apresentaram apoio à demanda nas eleições de 1986, como o ativista Herbert Daniel (PT/RJ) (Fundação Verde, 2016), Dulce Pereira Cardoso (PT/SP) e Rosalina Santa Cruz (PT/SP). Estas últimas chegaram a divulgar cartas de intenção direcionadas para homossexuais e travestis, conforme aponta Lelis (2021).

2.6 Uma constituinte para todas?

Como marco do processo de redemocratização do país, foi proposta a construção de uma nova Constituição que refletisse os anseios da população brasileira. Para tanto, um Congresso Constituinte foi formado por parlamentares eleitas em 1986 que tinham como objetivo a elaboração de um novo texto. Esse processo, apesar das limitações, representou um importante momento para diversos setores e movimentos sociais que puderam, a partir de diferentes estratégias, impactar o processo de decisão sobre o que constaria e o que ficaria de fora da nova Carta Magna (Quinalha, 2022). Vale lembrar que mesmo questões que não foram

aprovadas, por exemplo o aborto, tiveram um ganho enorme no debate público só por terem sido pautadas

Nesse sentido, o movimento homossexual brasileiro (MHB) esteve presente especialmente com a participação do grupo *Lambda – Movimento pela Livre Orientação Sexual* e do *Triângulo Rosa*, tendo como seu porta voz João Antônio Mascarenhas³⁴ defendendo a inserção no texto constitucional de 1988 a proibição da discriminação em decorrência das orientações sexuais (Gama, 2021; Lelis, 2021; Quinalha, 2022). A participação de João Antônio, como gostava de ser chamado, no processo da Constituinte se tornou um marco por ter sido a primeira vez que um ativista homossexual falou para parlamentares reivindicando por direitos (Simões; Facchini, 2009).

Para a reivindicação do Movimento Homossexual Brasil, João Antônio apresentou a demanda em duas diferentes Comissões da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A primeira delas foi apresentada à *Comissão da Ordem Social* cabendo à *subcomissão de negros, populações indígenas, pessoas deficientes [com deficiência] e minorias* e na *Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher* onde o tema ficou encarregado da *Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais*. Após discussões em ambas as subcomissões, a questão foi enviada para deliberação na Comissão de Sistematização, conforme apontado por Gama (2021).

A intenção do Movimento Homossexual Brasileiro era incidir sobre o “substitutivo do 1º parágrafo do artigo 153 da Constituição Federal de 1969” (Gama, 2021, p.90). Assim, o plano era inserir o termo “orientação sexual” na redação junto com outros marcadores sociais da diferença que já estavam contemplados na CF-69. Para defender a necessidade do acréscimo, João Antônio proferiu um discurso intitulado “Homossexualidade e Constituinte” para as parlamentares, relatando as diversas formas de violências e discriminação pelas quais as homossexuais estão sujeitas no país. Além disso, buscou demonstrar como o machismo deve ser entendido como elemento central e articulador das opressões sobre as mulheres e as homossexuais.

Um ponto importante de ser destacado ao longo do pronunciamento de João Antônio à ANC diz respeito a uma tentativa de desvinculação entre homens gays e as travestis. Para João Antônio, a “mídia brasileira confundia ambos e ao relacionar as travestis a confusão acaba por

³⁴ João Antônio de Souza Mascarenhas foi um importante ativista do movimento LGBTI+. Nasceu no dia 24 de outubro de 1927, no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. João era advogado e atuou como servidor público do INCRA até o ano de 1964, ano do golpe militar no Brasil. O ativista foi um dos responsáveis pela criação do *Lampião da Esquina* – sendo o anfitrião do editor da revista *Gay Sunshine Press*, e um dos criadores do Grupo *Triângulo Rosa* que atuou fortemente durante a epidemia de AIDS no país (HOWES, 2003).

prejudicar a imagem social dos gays” (Gama, 2021, p. 91). Sobre essa questão, Lelis e Oliveira (2021) destacam que o ativista, ao longo de seu discurso, caiu em um contexto de inclusão excludente. Ao tentar pontuar a identidade e a presença das homossexuais, há uma tentativa paralela de se distanciar das travestis e transexuais. João Antônio cria uma associação negativa para se referir ao grupo através do emprego dos termos “travesti-prostituto” e “submundo” relacionando-as à marginalização, prostituição e ao uso de drogas.

Para além das tensões incorporadas no discurso proferido, a presença de João Antônio foi capaz de deslocar e afetar diversas parlamentares que se sentiram obrigadas a debater um tema que muitas delas preferiam ignorar. Quando o ativista começou seus trabalhos na ANC, encontrou um espaço complexo de atuação que contava com uma participação majoritária de parlamentares conservadores ou então pertencentes ao “centrão” e de muitas legisladoras evangélicas. No entanto, como destaca Lelis (2021), a exploração de certas previsões regimentais pela direita aliada a alguns fatores conjunturais possibilitaria a aprovação de propostas progressistas.

Para além do discurso proferido para as parlamentares constituintes, João Antônio, com o apoio do Lambda e do Triângulo Rosa, realizou uma série de ações e estudos que serviriam de base para a incidência política junto às parlamentares. De forma geral podemos nomear pelo menos três ações: (i) estudos conjunturais sobre as parlamentares constituintes, (ii) levantamento de normativas internacionais e (iii) envios de cartas para pressionar os constituintes – tática essa entendida hoje como *advocacy*. No que se refere aos estudos conjunturais, as lideranças homossexuais organizadas produziram uma lista de parlamentares negras, judeus e de mulheres. A ideia do MHB era de que por vivenciarem diversas situações e contextos de discriminação social, tais parlamentares poderiam apresentar uma postura mais próxima e convergente do pleito organizado pelo movimento homossexual (Lelis, 2021). O Triângulo Rosa realizou também um levantamento sobre o grupo contrário à pauta, efetuando uma análise das parlamentares do “centrão”.

Em conjunto, as ativistas do Lambda e do Triângulo Rosa incluíram na preparação e organização para ANC uma pesquisa sobre legislações internacionais procurando por toda normativa que estabelecesse algum nível de proteção para a comunidade homossexual. A estratégia era utilizar dessas experiências de outros países para argumentar e conscientizar as parlamentares a apoiar a demanda do movimento. Por fim, o Triângulo Rosa realizou o envio de diversas cartas para parlamentares identificadas como pertencentes ao grupo de esquerda e

centro-esquerda na Constituinte. Lelis (2021), a partir de registros pessoais de João Antônio, afirma que:

havam sido postadas ao menos 273 cartas apenas no início de 1988. O que significa que o número total de envios era muito maior, uma vez que diversas outras remessas haviam sido feitas em 1987 – conforme registro, no mínimo 475 cartas para 288 Constituintes –; a maioria delas, sem resposta (p.73).

Assim, a estratégia de pressionar e influenciar as tomadoras de decisão por meio de cartas e comunicados, o mapeamento do campo e das condições favoráveis e contrárias a demanda e os estudos prévios de experiências internacionais que hoje fazem parte dos estudos e das ações de *advocacy* político amplamente utilizado pelo movimento LGBTI+ parecem ter sido gestadas e ganharam força durante a empreitada da Assembleia Nacional Constituinte.

Um outro ponto interessante de destacar na análise de Lelis diz respeito a uma nota de João Antônio, datada de novembro de 1999, que chega a sugerir a presença de algumas parlamentares homossexuais na Assembleia Nacional Constituinte. Porém, para o ativista, essa informação não faria diferença para o processo, uma vez que nenhuma delas publicizava a sua sexualidade e não estavam engajadas com as pautas do movimento homossexual brasileiro (Lelis, 2021).

Todo o trabalho e movimentação organizada por João Antônio, com o apoio das organizações do MHB, foram derrotadas após os votos das constituintes. A frustração pela derrota levou João Antônio a querer se afastar do ativismo e não mais encabeçar as ações de *advocacy* do movimento em diversas localidades do país, especialmente no processo de revisão constitucional. Porém, acabou convencido a continuar contanto que tivesse ajuda de mais organizações. Assim, ficara decidido que o Dignidade - Grupo de Conscientização e Emancipação Homossexual seria responsável por auxiliar diretamente o porta voz, e o Grupo Gay da Bahia prestaria eventuais suportes (Lelis, 2021).

Após cinco anos da Assembleia Nacional Constituinte, em setembro de 1993, João Antônio volta a Brasília para cumprir sua promessa ao MHB durante os trabalhos de revisão da Constituição. Para esse novo processo, fora convidado para falar na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias durante uma audiência pública. E assim como antes, como aponta Lelis (2021), João Antônio não poupou esforços para a preparação para o evento. Para além do trabalho que já havia feito anos antes, agora com o apoio do grupo Dignidade que participava ao lado do Triângulo Rosa, o processo de incidência política ganha outros contornos que chegaram a ter um caráter internacional. A atuação das organizações, para além das

sistematizações das informações e da consulta a órgãos brasileiros e de outros países, se orientou para a produção de uma série de documentos que passaram a ser produzidos e divulgados³⁵ em todo o país.

Naquele momento, porém, o contexto havia mudado e uma nova estrutura de alianças passa a vigorar. O MHB perde o suporte da bancada do Partido dos Trabalhadores, uma vez que após deliberação do diretório nacional o partido tomou a decisão de não participação nas atividades de revisão, por medo das ameaças aos direitos conquistados antes. Outros agentes passam a dialogar com o movimento homossexual, como o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), que patrocinou a emenda para a inclusão no artigo terceiro da Constituição (Lelis, 2021).

Os esforços do Movimento Homossexual Brasileiro, no entanto, não alcançaram o resultado esperado. Em fevereiro de 1994, com 250 votos contrários, 53 favoráveis e sete abstenções, a proposta é recusada (Lelis, 2021). Por mais que o aparente contexto possa parecer uma derrota para o MHB, a participação nas esferas da política institucional ao longo das discussões da ANC trouxe ganhos fundamentais para o movimento, especialmente no que se refere à importância dos espaços políticos de tomada de decisão e as formas de impactá-los³⁶.

2.7 Na cena local: primeiros retratos de experiências LGBTI+ na política

Durante o processo de reconstituição histórica da representação LGBTI+ local no Brasil, que serviu de base para o desenvolvimento da presente tese e que será apresentado de forma sistematizada no capítulo 3, nos deparamos com uma série de notas e matérias jornalísticas que vinham de alguma forma visibilizando esse fenômeno. Em uma delas, publicado no jornal *Folha de São Paulo* no dia 26 de março de 1995, identificamos uma matéria produzida pelo jornalista Xico Sá intitulada “Travesti vira líder político no Sertão” (Figura 12).

Por mais que o texto foque quase que exclusivamente na história de Kátia Tapety – a primeira pessoa abertamente LGBTI+ a ser eleita vereadora no Brasil, encontramos a menção a outra figura importante: Renildo José dos Santos, que diferentemente de Kátia Tapety possuiu uma trajetória marcada pelo esquecimento. Assim, na presente seção, buscaremos apresentar um pouco da história de cada uma das vereadoras. É importante pontuar que dez anos após as

³⁵ Conforme pontua Lelis (2021), a maior parte das comunicações produzidas pelos movimentos homossexuais no período eram assinadas por Toni Reis, David Harrad e Marcos Ribeiros. É nesse contexto que a figura política e de grande capacidade de impacto sobre o legislativo, Toni Reis, ganha visibilidade.

³⁶ Em alguns anos mais tarde, o movimento passa a dialogar de forma mais próxima com o Estado e traz consigo todos os ensinamentos do *advocacy* político que foram construídos ao longo do processo da Constituinte.

eleições de 1982, quando tivemos a candidatura de pessoas abertamente LGBTI+ em diversas cidades e estados de nosso país, o ano de 1992 representou um avanço na luta dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo.

Foi nesse momento que o povo brasileiro elegeu, pela primeira vez na história, duas pessoas LGBTI+ para o cargo de vereadora em nosso país.

FIGURA 12. MATÉRIA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO INTITULADA “TRAVESTI VIRA LÍDER POLÍTICO NO SERTÃO”

São Paulo, domingo, 26 de março de 1995 **FOLHA DE SÃO PAULO** [brasil](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Travesti vira líder político no sertão

XICO SÁ
ENVIADO ESPECIAL A COLÔNIA DO PIAUÍ

José Nogueira Tapeti Sobrinho, 42, trocou o apelido de Zé de Bastim pelo codinome Kátia, vestiu-se definitivamente de mulher e hoje é liderança política numa região dominada pelo machismo. Vereadora do PFL de Colônia do Piauí, a 360 km de Teresina, Kátia é, na definição dos seus eleitores, "pai e mãe" dos 7 mil moradores do município, que vivem em ambiente miserável no interior do Estado mais pobre do país.

Polivalente, ela —como prefere ser tratada— é o que as feministas considerariam uma mulher exemplar: assiste aos carentes, arranca dentes, aplica injeções, ajuda nos partos, cuida de crianças, distribui comida, esclarece sobre a Aids, milita na Câmara e ainda encontra tempo para criar galinhas, porcos e dedicar-se a seu "marido". É dessa forma que Kátia trata Benervaldo Francisco de Assis, 28, com quem vive há nove anos. Ela leva uma aliança na mão direita, símbolo que substitui o casamento oficial, legalmente impossível. "Sempre fui homossexual, baitola, como dizem aqui", diz. "Mas queria mostrar que era possível vencer assim, até na política, em terra de cabro macho."

A vereadora conquistou o respeito dos moradores e o seu prestígio já se espalha por toda a região. Especialmente em Oeiras, ex-capital do Piauí, município que originou Colônia, emancipada politicamente há três anos.

Se em qualquer metrópole do Brasil o triunfo político de um homossexual assumido já é uma proeza, no Nordeste a façanha é mais surpreendente. E arriscada.

No ano passado, em Coqueiro Seco (AL), o vereador Renildo José dos Santos, que se dizia homossexual, foi esquarterado por inimigos que não o aceitavam. Ele teve a cabeça jogada num rio e partes do corpo espalhadas pela cidade.

Durante a campanha para vereador, em outubro de 1992, Kátia enfrentou a indignação de muitos contra a sua pretensão. Políticos rivais, do PDT e PL, diziam que sua candidatura desmoralizava o município, recém emancipado e às vésperas da primeira eleição da sua história.

Kátia deu de ombros. Percorreu todo o município a pé, montada em lombo de jegue ou bicicleta. Visitou casa por casa e saiu das urnas como o segundo vereador mais votado, com 175 votos. O campeão obteve 240, 10% dos votos válidos para a Câmara.

Ela registrou a candidatura com dois nomes: Zé de Bastim —como era conhecida desde criança, por ser filha de Sebastião Nogueira Tapeti— e Kátia.

Na hora do voto, Zé foi lembrado por 55 eleitores, e Kátia ganhou a preferência da maioria: 120 dos 175 votos. "Isso provou que me olham mais como mulher do que homem", diz a vereadora.

Na divisão do eleitorado, os mais velhos optaram pelo nome masculino, e os jovens sufragaram Kátia, apelido dado por um amigo de Fortaleza que visitava Colônia, há dez anos.

"Votei em Zé, pois desde menino conheço ele por Zé", diz o agricultor Raimundo Marcelino, 68, um empolgado cabo eleitoral.

Nas sessões da Câmara, onde assina documentos como José Nogueira e exerce o posto de primeiro secretário, Kátia é tratada por "ela". Somente por deslizes dos colegas é chamada de "ele".

Para o presidente da Câmara, Elias da Costa Souza (PPR), 63, essa é uma questão superada na Casa. "Ela conseguiu, com a sua competência, eliminar essa coisa de ser homem ou ser mulher", diz, com a autoridade de quem "estranhava" a candidatura Kátia.

Entre os vereadores, José de Adão (PDT) era o mais estridente. Centrou sua campanha no combate ao homossexualismo. Continua com a mesma opinião e se recusa a comentar o trabalho da colega.

No início da legislatura, em 93, a Câmara comprou paletós e gravatas para Kátia e mais seis vereadores. Trabalho perdido. A roupa masculina mofou no cabide.

Kátia frequenta as sessões vestida como as suas duas únicas colegas de Casa, Carmelita Carmém (PPR) e Maria Osana (PL).

Fonte: Sá, 1995

Como foi apontado por Sá (1995), Katia Tapety (PHS) abriu caminho e se tornou uma liderança política em uma região brasileira marcada pelo machismo e pelo conservadorismo religioso. A vereadora obteve a votação mais expressiva em uma das primeiras eleições municipais realizadas em Colônia do Piauí (PI), tendo sido reeleita para mais dois mandatos como vereadora (1996, 2000) e um como vice-prefeita da cidade (2004) (Gontijo, 2014; Trevisan, 2018). O que se torna interessante de indagar diz respeito à forma como Kátia Tapety conquistou esse resultado.

FIGURA 13. KATIA TAPETY



Fonte: Híbrida. 2021

Nascida na final da década de 1940, filha de uma das mais tradicionais famílias do sertão piauiense (Mirella, 2010; Gontijo, 2014), Tapety foi a única dos oito irmãos que permaneceu em Colônia do Piauí. Os demais saíram da vila para estudar em cidades maiores e o tratamento diferenciado é explicado por Kátia devido à vergonha que seu pai sentia dela, por seus trejeitos afeminados. Como aponta Gontijo (2014), a partir de entrevistas realizadas com Tapety, desde muito nova ela apresentava uma performance social de feminilidade esperada no contexto em que vivia, identificando-se “com as coisas de mulher, brincar de boneca, fazer comida, lavar roupa, ajudar a mãe nas costuras” (Gontijo, 2014, p. 302).

Essa permanência [quase que forçada] na cidade de Colônia a fez seguir trabalhando na roça junto a seu pai quase como uma espécie de punição por não se adequar às expectativas. Porém, essa permanência acabou por fazer com que se tornasse a sucessora de seu pai – construindo uma carreira na política. Nesse sentido, é importante pontuar que, conforme destacado por Gontijo (2014),

[...] pode-se dizer que a família Tapety, enquanto clã, possui diversas ramificações ou linhagens que se apoderam de microrregiões no entorno de Oeiras. Colônia – “naturalmente” o local da linhagem de Kátia – estava fadada a se emancipar de Oeiras e tornar-se, então, importante campo eleitoral dessa linhagem, o que ficou a cargo de Kátia (p. 303).

A emancipação do município de Colônia do Piauí da cidade de Oeiras ocorreu no ano de 1992, no mesmo período que ocorreria na nova cidade a primeira eleição para cargos municipais – chegaremos a essa discussão. Ainda no que se refere à relação com seu pai, Kátia Tapety pontua uma relação marcada por tensões e conflitos. Segundo ela, houve um caso em que seu pai chegou a sequestrá-la após ficar sabendo de seu relacionamento com um homem mais velho. Kátia consegue fugir por algum tempo e, segundo informações obtidas por Gontijo (2014) e por Holanda (2013), seu pai chegou a contratar alguém para matá-la.

Com o adoecimento e posterior morte de seu pai, Tapety³⁷ retorna para Colônia do Piauí e passa a morar sozinha na casa da família, uma vez que sua mãe [que quase não é mencionada nos trabalhos que discutem a sua vida] decide morar com um de seus filhos na cidade de Oeiras, onde a família possuía propriedades. No documentário intitulado *Kátia*, da diretora Karla Holanda (2013), é possível perceber as desigualdades estruturais e pessoais presentes em cada uma das localidades, Colônia e Oeiras. Essa última possuía uma estrutura muito mais desenvolvida, com pontos comerciais e serviços públicos, enquanto Colônia do Piauí, cidade onde Kátia mora e atuou posteriormente como vereadora, é marcada por uma falta de serviços e infraestrutura.

Isso nos faz pensar o lugar possível de existência de Kátia Tapety. Naquela pequena cidade, marcada pelo machismo e conservadorismo, ela consegue criar suas bases e relacionamentos, que a colocavam em um lugar de destaque e reconhecimento. Talvez até mesmo a sua formação acadêmica possa ter contribuído para isso. Mesmo seu pai não deixando-a estudar, Kátia Tapety concluiu seus estudos, por correspondência, e se formou em auxiliar de enfermagem. Sendo conhecida como a arrancadora de dentes e parteira da cidade, Kátia acumulou prestígio e se tornou referência na temática de saúde na região. Além disso, passou a desenvolver projetos e campanhas próprias para a luta contra as infecções sexualmente transmissíveis como o HIV/AIDS (Gontijo, 2014).

³⁷ Por decisão nossa aqui optamos por contar a vida da Kátia Tapety assumindo esse nome e essa história como central. Kátia já nasceu Kátia e será tratada dessa forma no nosso texto. Há, porém, uma informação interessante de ser trazida aqui. Kátia assume essa identidade definitivamente a partir da morte de seu pai, o que pode indicar constrangimentos familiares que se baseiam em expectativas criadas pelo patriarca e direcionados para Kátia. Uma vez que seu pai havia morrido e sua mãe já não estava mais presente em cena, Kátia pode construir sua história de forma mais livre e liberta.

Essa posição de referência na cidade a colocou em um lugar de visibilidade, mas não conseguimos encontrar registros que explicassem o motivo ou como se deu o processo de entrar na política, nem mesmo porque ela decidiu se filiar ao Partido da Frente Liberal (PFL) para concorrer à vereança. O que sabemos e que virou conhecimento público foi que, pelo PFL, Kátia concorreu e foi eleita vereadora, sempre com votações expressivas, nos anos de 1992, 1996 e 2000, tornando-se presidenta da Câmara Municipal de Colônia do Piauí no biênio 2001-2002. Nas eleições de 2004, Tapety é eleita como vice-prefeita na chapa com Lúcia de Moura Sá, contando com 62,13% dos votos no município (Benevides, 2020).

A ambição política de Kátia Tapety não terminou por aí. No ano de 2008, filiada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ela volta a concorrer para a vereança, não se elegendo e ficando como suplente ao cargo³⁸. A partir daí, se afastou por um longo tempo da vida da política representativa do município. Em 2020, voltou a se candidatar, agora pelo Progressistas (PP), e recebeu 18 votos no município, o que representa 0,36% dos votos válidos (G1, 2020). Novamente, Kátia Tapety não se elege e fica com a suplência do cargo³⁹.

Já a história de Renildo José dos Santos vai em outra direção. Muitas das suas informações, como data de nascimento, naturalidade, filiação partidária, escolaridade e informações sobre vínculos afetivos e familiares se perderam ao longo da história⁴⁰. O que se sabe é que Renildo foi eleito vereador no município de Coqueiro Seco, no estado de Alagoas (AL), para seu primeiro mandato parlamentar nas eleições de 1992. Durante toda a campanha, Renildo não falou sobre sua bissexualidade, o que veio a ocorrer durante uma entrevista de rádio já em seu primeiro ano como vereador.

³⁸ Não conseguimos encontrar dados sobre a quantidade de votos recebidos por Kátia nas eleições de 2008.

³⁹ Acreditamos ser importante a construção de mais pesquisas para compreender quais foram as mudanças sociais que ocorreram ao longo dos anos que impossibilitaram a eleição de Kátia à vereança. Tida como a candidata mais votada em três eleições consecutivas para a vereança, dezoito anos mais tarde, Kátia consegue apenas dezoito votos em 2020.

⁴⁰ Mesmo no site do TSE não foi possível encontrar informações sobre o registro de candidatura do vereador.

FIGURA 14. RENILDO JOSÉ DOS SANTOS

Fonte: Fazendeiro..., 2006.

Em seguida à declaração, a Câmara de Municipal de Coqueiro Seco afastou o vereador alegando quebra de decoro parlamentar. Após um período afastado, quando da data de retorno às atividades, no dia 10 de março de 1993, aos 29 anos de idade, o vereador foi sequestrado, morto e esquartejado (Rodrigues, 2013; Green, 2019) – ele teve a cabeça jogada em um rio e as partes do corpo espalhadas em diferentes cantos da cidade. Na matéria do jornalista Xico Sá (1995), reproduzida na Figura 12 acima, há a menção de que o crime foi cometido por inimigos que não o aceitavam.

O caso foi denunciado à organização Anistia Internacional e no ano de 1994 o crime contra o vereador constava no relatório sobre “violações dos direitos humanos dos homossexuais” da mesma organização. O julgamento das pessoas envolvidas foi adiado onze vezes, ocorrendo somente em 2006, com a condenação de três acusados, incluindo o “autor intelectual” do crime, o fazendeiro José Renato Oliveira (Fazendeiro..., 2006; Rodrigues, 2013; Renildo: O caso..., 2015).

Em matéria produzida pelo jornal *Alagoas 24 horas* (2006), há a menção de personagens da política local de Coqueiro Seco, os irmãos Coutinho. O fazendeiro José Renato Oliveira disse, ao longo do julgamento, ser vítima de uma armação política dos irmãos Robson e Doca Coutinho, que almejavam a Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco naquele período. O fazendeiro, ao tentar criar um argumento para se defender, acaba por desenhar um contexto político da cidade ligando Renildo ao grupo político dos Coutinho, como um “pau mandado” dos irmãos.

“Tudo que acontecia de ruim em Coqueiro Seco o José Renildo ia às rádios me acusar. Inclusive, quando ele assumiu a homossexualidade dele disse que meu filho (Tadeu

Fragoso, ex-prefeito de Coqueiro Seco) também era homossexual, só não tinha coragem de assumir”, declarou. (Fazendeiro..., 2006, p. 1)

O crime com motivações políticas parece ter sido influenciado também por questões que envolvem a honra familiar, uma vez que Renildo expõe uma possível homossexualidade [ou bissexualidade] do ex-prefeito da cidade e filho do fazendeiro. A partir dos casos apresentados, é possível perceber que cada uma dessas pessoas percorreu caminhos próprios no campo político, enfrentando diferentes dilemas durante o processo eleitoral e depois de eleitas. Os casos de Kátia e Renildo representam duas das múltiplas e diferentes dinâmicas enfrentadas por pessoas abertamente LGBTI+ que participam do jogo eleitoral no Brasil, apontando para complexas dimensões que perpassam questões partidárias e sociais e afetam a trajetória de cada candidata. Nos próximos capítulos, apresentaremos um panorama da representação LGBTI+ no Brasil entre os anos de 1992 e 2020 e depois focaremos na análise de trajetória e de percepção de 13 casos de vereadoras LGBTI+ eleitas em diferentes regiões do país no ano de 2020.

2.8 Considerações por ora

Ao longo do capítulo buscamos mostrar temporalmente as diferentes dinâmicas e formas como as quais os movimentos LGBTI+ se relacionaram com diversos agentes e setores do Estado brasileiro. Para muitas autoras, é possível observar diversas formas de interação ao longo do tempo, que variam entre modelos conflitivos e cooperativos em relação ao reconhecimento do segmento e a formulação de políticas e programas específicos.

As dissidências de gênero e sexualidade produzem na sociedade cisheteropatriarcalbranca uma resposta que ainda hoje marginaliza, violenta e exclui uma série de agentes da possibilidade de se viver uma vida plena e de participar de forma ativa da sociedade. Porém, mesmo diante do quadro de violência, as LGBTI+ colocaram e ainda colocam “a cara no sol”.

A atuação das lideranças LGBTI+ na esfera pública, conforme buscamos demonstrar ao longo das páginas desse capítulo, impactou diretamente as dinâmicas políticas e sociais desde o período de surgimento formal do movimento. A criação do *Somos*, dos jornais e colunas LGBTI+, os grupos de resposta à AIDS, as candidaturas abertamente LGBTI+ e as aliadas, as discussões sobre orientação sexual na ANC e a própria eleição de Kátia Tapety e Renildo José dos Santos apontam para a rica bagagem de experiências acumuladas ao longo dos anos que

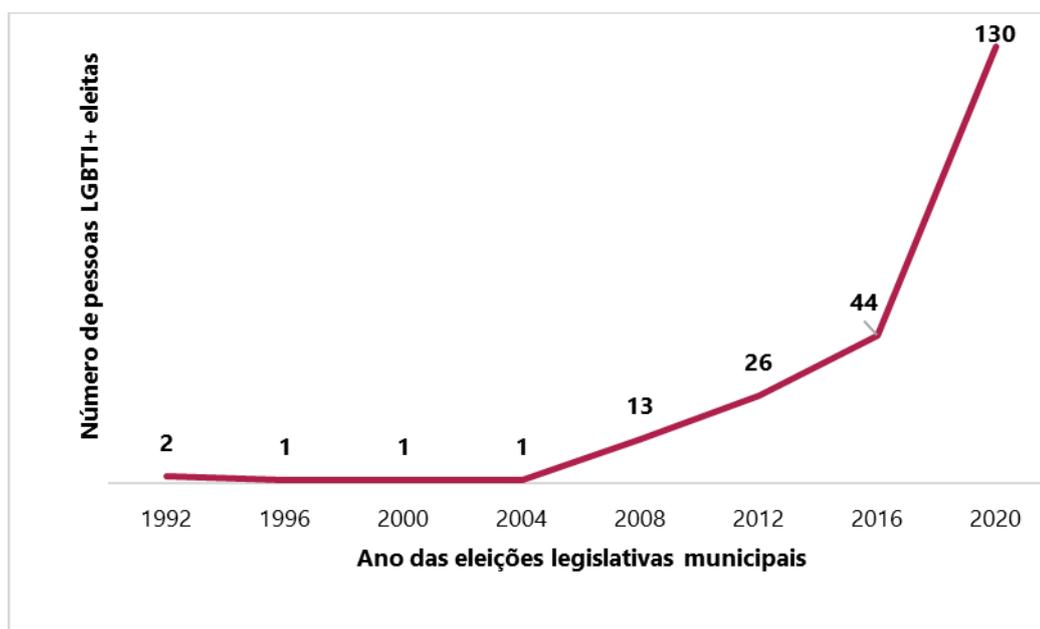
impactam hoje as estratégias de ocupação de cargos eletivos, especialmente aqueles em nível local.

A eleição de pessoas LGBTI+ não é um fenômeno novo e traz consigo uma longa trajetória construída por aquelas que vieram antes e aprenderam a duras custas a importância da ocupação desse espaço de representação e negociação política. Esperamos, assim, que esse capítulo situe a pesquisa em uma base histórica da atuação dos movimentos LGBTI+ na esfera pública, o que será essencial para o desenvolvimento da presente Tese.

CAPÍTULO 3. OCUPANDO AS CÂMARAS MUNICIPAIS: POR UM PANORAMA DA POLÍTICA LGBTI+ NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2020)

De modo a darmos início às nossas discussões sobre as vivências LGBTI+ presentes no processo eleitoral brasileiro de 2020 a partir das diferentes dimensões de análise propostas na Tese, acreditamos ser importante construirmos um panorama histórico, mas ao mesmo tempo focalizado, no que tange à representação LGBTI+ nas eleições legislativas locais no Brasil. No levantamento conduzido, identificamos as primeiras pessoas eleitas LGBTI+ em 1992, conforme apresentado anteriormente. Esse número diminuiu nas três eleições seguintes e, a partir daí, acompanhamos um processo tímido de crescimento. Nas eleições de 2008, foram eleitas 13 pessoas LGBTI+, número que chegou a 26 em 2012, 44 em 2016 e 130 pessoas em 2020 (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO LGBTI+ NO BRASIL (1992-2020)



Fonte: Elaboração própria, com base em Folha de São Paulo (1996, 2000), Reis (1996; 2000; 2004; 2008; 2012; 2016), Santos (2016), Antra (2016; 2020) e Barbabela (2020)

A partir dos dados apresentados acima, ao menos três reflexões tornam-se importantes e necessárias de serem destacadas: (i) o início desse processo de monitoramento e contabilização de casos via organizações da sociedade civil; (ii) a maneira como as dinâmicas de âmbito federal podem ter, afinal, afetado as eleições municipais de 2012 e 2016; e, por fim, (iii) a relação entre o aumento do número de pessoas LGBTI+ eleitas e as diferentes inovações

democráticas presentes nas eleições de 2020. Cada uma delas contribuiu, a seu próprio modo, para se compreender os processos sociais que estavam (e ainda estão) em andamento e que afetaram diretamente o número de pessoas LGBTI+ eleitas para o nível local.

No que tange ao primeiro ponto, foi possível identificar dados levantados e sistematizados por organizações da sociedade civil, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que datam o seu monitoramento a partir do ano de 1996. A partir desse ano, em diálogos estabelecidos entre o GGB⁴¹ e alguns veículos midiáticos, como o jornal *Folha de São Paulo*, passaram a ser divulgadas, com maior frequência, notícias e notas com listas de pré-candidaturas e de pessoas LGBTI+ eleitas, tanto para a vereança quanto para as prefeituras. Já naquela época questões que perpassam o tipo de representação, a rotina do trabalho parlamentar, as pautas defendidas e a relação conflituosa com os partidos políticos eram abordadas e discutidas nesses meios. Em matéria publicada pelo jornalista Luiz Francisco da *Agência Folha*, em 2000, é apresentada a discussão abaixo sobre a relação entre a defesa dos direitos LGBTI+ e partidos políticos.

Para quem associa as candidaturas homossexuais a partidos que costumam assumir a defesa dos direitos do grupo, como PT e PV, a lista traz surpresa. A orientação política dos homossexuais é diversa: há candidatos de praticamente todos os grandes partidos, como PPB e PFL. (Francisco, 2000, p.1).

Esse é um ponto central para quem pretende analisar as candidaturas e os mandatos LGBTI+. Como apresentaremos nas próximas páginas deste capítulo a partir daquilo que foi possível identificar nos dados aqui levantados (e que contém as limitações metodológicas de identificação e coleta já tratadas), é possível observar dois movimentos que se relacionam entre si; por um lado, temos a maior parte das pessoas LGBTI+ eleitas nos municípios filiadas a partidos de direita e centro-direita⁴²; por outro lado, observamos, nos últimos anos e principalmente nas eleições de 2020, a forma como partidos políticos conservadores passaram a compreender as candidaturas LGBTI+ como potencialmente competitivas e “chamadoras” de votos. Assim, a partir dos dados que temos acesso, é possível fazer a afirmação de que a orientação sexual e a identidade de gênero de uma candidata não se relacionam

⁴¹ O Grupo Gay da Bahia é considerado a mais antiga associação de defesa dos direitos dos homossexuais (pessoas LGBTI+) no Brasil. Foi fundado pelo ativista Luiz Mott no ano de 1980 na cidade de Salvador/Bahia. Segundo descrição da própria organização, o GGB é uma entidade guarda-chuva que oferece espaço e abriga diferentes entidades da sociedade civil que trabalham com temáticas similares como, por exemplo, o combate a LGBTIfobia e a prevenção do HIV/AIDS (GRUPO GAY DA BAHIA, n.d.). A organização ganhou muito destaque nas mídias e redes sociais por meio da contabilização de assassinatos de LGBTI+ a partir de notícias divulgadas – uma vez que o governo brasileiro não realiza tal mapeamento.

⁴² Essa filiação a partidos políticos de direita e centro-direita pode estar relacionada ao tamanho e à capilaridade dessas organizações nos territórios.

obrigatoriamente com um tipo específico de ideologia ou de partido político ou com uma agenda específica. Essa argumentação será desenvolvida mais adiante.

Na Figura 15 e na Figura 16 resgatamos duas matérias jornalísticas publicadas no jornal *Folha de São Paulo*, nos anos de 1996 e 2000, que trabalham com a questão da representação de pessoas LGBTI+ na política local. Na Figura 15 é possível destacar o nome de ativistas importantes no processo de fortalecimento e institucionalização de organizações LGBTI+ no Brasil, tais como o fundador do GGB, Luiz Mott, e do primeiro presidente da *Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos* e fundador da *Aliança Nacional LGBT*, anos mais tarde, Toni Reis⁴³,

FIGURA 15. REPORTAGEM SOBRE PRÉ-CANDIDATURAS LGBTI+ EM 1996

São Paulo, terça-feira, 13 de fevereiro de 1996 FOLHA DE S.PAULO **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

GAYS PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR EM 96

Nome - Partido - Cidade
 Carlos Alberto Onório - PSB - Colombo /PR/
 Cláudio Nascimento - PT - Rio de Janeiro
 Edson Bezerra - PT - Londrina /PR/
 Elias Ribeiro - PT - São Paulo
 Eudes Cordeiro - PPB - Macaíba /RN/
 Jerferson de Souza - PTB - Porecatu /PR/
 João Batista Mariano - PT - Poços de Caldas /MG/
 José Flor - PDT - Santa Rita /PB/
 Luiz Mott - PT - Salvador /BA/
 Manoel Freire Moura - PT - Manaus /AM/
 Milanes da Silva - PSB - Paranaguá /PR/
 Roberto Rocha - PT - Campinas /SP/
 Rinaldo Tavares - PGT - Jaboatão dos Guararapes /PE/
 Toni Reis - PT - Curitiba /PR/
 Vivaldo Silva - PT - Natal /RN/

Fonte: Grupo Gay da Bahia

Texto Anterior: [Encontro de candidatos gays lança manifesto com plataforma eleitoral](#)
 Próximo Texto: [Descoberto 'centro do tempo' no cérebro](#)
[Índice](#)

Fonte: Folha de São Paulo (1996)

⁴³ Toni Reis é uma figura importante para se pensar a institucionalização do movimento LGBTI+ no Brasil. O professor e ativista social foi um dos fundadores do Grupo Dignidade, considerada a primeira organização da sociedade civil do estado do Paraná voltada para a promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+. Sua trajetória é perpassada por diversas esferas do Estado, como na participação nos conselhos municipais e estaduais de saúde, e por organizações sociais como a ABGLT, *Aliança Nacional LGBTI+* e a rede *GayLatino* (REIS, 2022).

FIGURA 16. REPORTAGEM SOBRE APOIO A CANDIDATAS GAYS PELO BRASIL

poder

AA Maior | Menor Enviar por e-mail Comunicar erros Link

05/07/2000 - 21h39

Comitê vai apoiar 24 candidatos gays pelo Brasil

Luiz Francisco, da Agência Folha, em Salvador PUBLICIDADE

Uma das mais representativas entidades brasileiras de defesa dos direitos dos homossexuais, o GGB (Grupo Gay da Bahia) inaugura sexta em Salvador um comitê nacional de apoio a 24 candidatos que vão disputar as eleições de outubro. São os candidatos assumidamente homossexuais, cadastrados pelo grupo.

Segundo o presidente do GGB, Luiz Mott, 53, Alagoas é o Estado que tem o maior número de candidatos homossexuais _seis. "O mais importante de tudo é que o nosso comitê tem o apoio de toda a sociedade", disse Mott, que é professor de antropologia de UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Levantamento realizado pelo GGB afirma que apenas um candidato declaradamente homossexual ocupa um cargo político no Brasil. Ocupante de uma vaga na Câmara Municipal de Colônia (PI), Kátia Tapebi vai disputar a reeleição pela segunda vez.

"Como vereadora, Kátia Tapebi apresentou projetos que defendem os nossos direito", afirma Mott. Tapebi é um travesti.

O levantamento do GGB mostra ainda que, além da Bahia e Piauí, existem candidatos homossexuais disputando as eleições em Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas, Goiás, São Paulo e Paraná. Todos disputam uma vaga para vereador. Não há registro de candidatos assumidamente gays a prefeituras.

Para quem associa as candidaturas homossexuais a partidos que costumam assumir a defesa dos direitos do grupo, como PT e PV, a lista traz surpresa. A orientação política dos homossexuais é diversa: há candidatos de praticamente todos os grandes partidos, como PPB e PFL.

Professor de história da Universidade Católica do Salvador, Marcelo Cerqueira também vai disputar uma das 35 vagas de vereador em Salvador. "Como as outras minorias, os homossexuais também querem eleger seus legítimos representantes", disse Marcelo Cerqueira, companheiro de Mott e filiado ao PT.

Candidato pelo PSC em Itaparica, Antonio Conceição disse que quer aproveitar o seu mandato para apresentar um projeto estabelecendo a livre orientação sexual na ilha, um dos principais pontos turísticos da Bahia.

Para Luiz Mott, a eleição de candidatos homossexuais é importante no combate à discriminação que existe na sociedade brasileira. "Em média, um homossexual é assassinado a cada dois dias no Brasil. Isso precisa acabar", disse o presidente do GGB.

Clique [aqui](#) para ler mais sobre política na [Folha Online](#).

Discuta esta notícia nos [Grupos de Discussão da Folha Online](#)

Fonte: Folha de São Paulo (2000)

O processo de contabilização dessas representantes e candidaturas vai se complexificando a partir dos anos 2000, principalmente após a criação da ABGLT, em Curitiba, no ano de 1995, e sua institucionalização nos anos posteriores. A presença de Toni Reis na presidência da organização impulsionou esse processo de monitoramento de candidaturas e de pessoas LGBTI+ eleitas, assim como o número de pessoas aliadas aos movimentos desse

segmento. Já naquele tempo, a organização entrava em contato com as pessoas candidatas e as convidava a assinar um termo de compromisso no qual estavam listadas as principais pautas e demandas políticas do movimento LGBTI+ no país. Havia a possibilidade da candidata se declarar pertencente a comunidade LGBTI+ ou aliada. A partir desse tipo de monitoramento e contabilização, a ABGLT passava a divulgar as respectivas candidaturas por meio de notas emitidas pela Coordenação Executiva da organização (conforme ilustrado na FIG. 16) e pela publicização em matérias jornalísticas⁴⁴.

FIGURA 17. NOTA EXECUTIVA DA ABGLT SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2004

Executiva da ABGLT orienta sobre votos na eleição 2004

{16/09/2004 14:32}

A Executiva da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ABGLT, dentro da sua missão institucional de fortalecimento da luta contra a Homofobia e todas as formas de violência sofridas pelos Homossexuais no Brasil vem orientar aos ativistas e diretores de suas ONGS filiadas, que enquanto cidadãos e cidadãs utilizem suas energias para ajudar eleger os/as candidatas aos cargos de Vereador em 2004 e que são ativistas homossexuais.

Além de contribuir para a fiscalização do Executivo e a elaboração de leis municipais, os nossos candidatos a vereador ativistas homossexuais serão um grande parceiro nosso na luta contra as formas de violência que sofremos diariamente.

Para tanto orientamos o envolvimento pessoal de cada um e cada uma como cidadão e cidadã e como líder homossexual no sentido de estar solicitando a nossa comunidade para votar em candidatos e candidatas que lutam e lutarão conosco por um mundo melhor.

Lideranças GLTTB candidatas a vereador em 2004 no Brasil

Cidade	U.F	Nome	Número Partido	Cargo Ong
Alvorada	RS	Lilica	(PT)	
Aracaju	SE	Kathely	PMDB	
Belém	PA	Cleó Ferreira	23.674 (PPS)	Diretora MHB
Belo Horizonte	MG	Danielo Oliveira	43024 (PV)	Presidente do Clube Raimbow
Boa Vista	RR	Mário Pankeka	23.122 (PPS)	Ativista Gay
Caldas Novas	GO	José Lourenço	13456 (PT)	Presidente da Associação dos gays
Colônia	PI	Kátia Tapeti	(PFL)	
Contagem	MG	Márcia Marão	(PT)	
Curitiba	PR	Allan Johan -	40510 (PSE)	Ativista Diversidade
Curitiba	PR	Isislene Newton	40.900 (PSB)	Presidente do Safos
Curitiba	PR	Beto Kaiser	43.123 (PV)	Presidente Iapar
Duque de Caxias	RJ	Charlene		
Esmeralda	MG	Elder Mansueto	(PL)	
Feira de Santana	BA	Kleber Gouveia	65.024 (Podob)	Presidente do Grupo Gay
João Pessoa	PB	Fernanda Benvenuto	13.222 (PT)	Presidente da Associação das Travestis
Marcopoli	CE	Simone Rodrigues	43.111 (PV)	Presidente da

Cidade	U.F	Nome	Número Partido	Cargo Ong
Natal	RN	Paulo Augusto	43.120 (PL)	Associação dos Homossexuais
Ponta Grossa	PR	Otací Luiz	(PT)	Diretor do Gênes
Porcatu	PR	Jéferson Paulo	(PEL)	Pres. Assoc. Gays
Rio de Janeiro	RJ	Virgínia Figueiredo	13659 (PT)	Presidente Grupo Gay
Salvador	BA	Marcelo Cerqueira	43.100 (PV)	Liderança Lésbica
São Paulo	SP	Fernando Quaresma	23.524 (PPS)	Presidente GGB
				Diretor da Defensoria Homossexual

Executiva da ABGLT aos 16 dias de Setembro de 2004

Fonte: arquivo cedido por Toni Reis (2004)

Alguns anos após o término de seu segundo mandato como presidente da ABGLT, em 2012⁴⁵, Toni Reis passou a trabalhar de forma mais próxima com a *Aliança Nacional LGBTI+*, uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos. A organização teve

⁴⁴ Nesse sentido, é importante pontuar que pode ter havido casos em que pessoas LGBTI+ não assinaram o termo de compromisso ou até mesmo não se declaravam enquanto pessoa abertamente LGBTI+, não sendo, assim, contabilizadas no mapeamento da organização.

⁴⁵ Não foi possível encontrar informações sobre as causas do afastamento do ativista da ABGLT e sua aproximação com a Aliança Nacional LGBTI+.

seu registro formal realizado em 2003, mas foi apenas em 2016 que passou a atuar de forma mais incisiva e estruturada no que tange à promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+ nos estados brasileiros (Aliança Nacional LGBTI+, 2022a).

A mudança de Toni Reis para a outra organização, de fato, impactou no processo de construção de dados de pré-candidaturas, de candidaturas e de pessoas LGBTI+ e aliadas eleitas. Em uma busca realizada na internet e no acervo disponibilizado por Toni Reis, o último mapeamento realizado pela ABGLT datava do processo eleitoral de 2016. Já para as eleições municipais de 2020, foi a Aliança Nacional LGBTI+ que lançou o “Programa Vote com Orgulho”, com o intuito de acompanhar e monitorar a participação de pessoas LGBTI+ (Aliança Nacional LGBTI+, 2022b).

Esse projeto estruturou-se em quatro pilares, sendo eles: (i) o levantamento de pré-candidaturas LGBTI+ e aliadas; (ii) a promoção de um curso de formação de pessoas candidatas LGBTI+ e aliadas, com foco nas atividades desenvolvidas para as prefeituras e as vereanças; (iii) a criação da *Plataforma Compromissos pela Cidadania e Direitos LGBTI+* e sua respectiva assinatura e, por fim, (iv) o monitoramento de episódios de discursos de ódio, de notícias falsas e a realização de denúncias desses eventos ao Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral (Aliança Nacional LGBTI+, 2022b).

Para além do mapeamento construído pelo GGB, ABGLT e *Aliança Nacional LGBTI+*, a *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (ANTRA) também vinha desenvolvendo, desde o ano de 2014, a contabilização de pessoas trans e travestis nos processos eleitorais. Em seu primeiro ano de mapeamento, a associação trabalhou de forma colaborativa com a iniciativa #VOTELGBT⁴⁶ e a ABGLT, sendo que estas realizavam o esforço de indicar as pessoas candidatas que faziam parte da comunidade LGBTI+ e aquelas que estariam comprometidas com os direitos de tal população.

Para citar um pouco do trabalho dessas organizações, a ANTRA, por exemplo, conta para este fim com o trabalho de apenas uma pessoa, Bruna Benevides. Ela é a pessoa responsável por mapear todas as candidaturas de pessoas trans e travestis no Brasil. Trata-se, inclusive, de um trabalho voluntário da ativista que, por sua vez, baseia-se no contato estabelecido com movimentos territorialmente localizados e com um e-mail institucional

⁴⁶ O #VoteLGBT é uma organização que desde 2014 vem buscando aumentar a representação das pessoas LGBTI+ em todos os espaços da sociedade, principalmente nos espaços da política institucional. De modo geral, a organização trabalha com duas frentes de atuação. A primeira delas diz respeito às iniciativas de visibilidade às candidaturas LGBTI+ e o combate à violência política nos níveis municipais, estaduais e federal. Já a segunda frente de atuação se refere à realização de trabalhos e pesquisas de campo, seja aquelas realizadas nas paradas do Orgulho LGBTI+ em diferentes cidades do país ou pesquisas voltadas para entender o percurso das pessoas LGBTI+ dentro da política (VOTELGBT, 2022).

através do qual recebe indicações de pré-candidaturas e candidaturas ao longo do processo eleitoral. Após os resultados das eleições, Benevides elabora um relatório para computar as pessoas eleitas e trazer algumas análises interseccionais sobre seu perfil.

Vale ressaltar que todo esse processo de construção de dados apresenta falhas e limitações. Assim, podemos pensar que o baixo número de pessoas LGBTI+ eleitas ao longo da história, mas principalmente entre os anos de 1992 e 2004, pode ser explicado por alguns fatores tais como: a imensa dificuldade de construção de dados e de um efetivo acesso a essas informações, que se justificava pelo baixo grau de conectividade entre ativistas e os territórios em um momento em que o acesso à internet era ainda muito limitado, o que pode ter feito com que muitas informações tenham sido perdidas e as pessoas eleitas não contabilizadas. Dentro dessa dimensão da não contabilização podemos destacar que há pessoas LGBTI+ que não se declaram como sendo abertamente LGBTI+, fazendo com que haja sempre uma subnotificação de parlamentares LGBTI+.

Dentro desse tópico, acreditamos ser importante destacar que uma forma de silenciar ou invisibilizar as desigualdades se dá por meio da não produção de dados sobre determinados grupos em situação de vulnerabilidade social. A inação do Estado brasileiro no sentido de contabilizar as candidaturas é uma forma concreta de silenciar a agenda política LGBTI+.

Além dos fatores que dificultam o trabalho das organizações, podemos tentar compreender a dificuldade de identificação e o baixo número de pessoas LGBTI+ eleitas a partir de uma discussão sobre a produção de políticas para essa população, que tem início na primeira metade dos anos 2000. Isso nos permite levantar a ideia de que a produção de políticas públicas, sejam elas federais, estaduais e locais, impacta diretamente na realidade dessas agentes sociais e produz como efeito algum grau de naturalização sobre seus corpos, rompendo (mesmo que parcialmente) com preconceitos e estigmas relacionados aos segmentos. Esse cenário possibilitaria uma certa aceitação da sociedade em geral a respeito das pessoas LGBTI+, o que poderia garantir seu relativo sucesso eleitoral, em conformidade com os dados apresentados no que se refere ao aumento do número de pessoas eleitas na segunda metade dos anos 2000⁴⁷.

⁴⁷ Outro fator importante de ser destacado está relacionado ao caso de Jean Wyllys. O ex-deputado federal participou da quinta edição do Big Brother Brasil, o que garantiu uma alta exposição midiática e a construção de um capital midiático que impulsionou a sua entrada na política institucional. O ponto central desse caso está no aumento de visibilidade e presença de indivíduos com sexualidades e identidades dissidentes na esfera pública por meio da televisão e da mídia em geral. A participação de Jean criou uma ponte, em nível nacional, que englobou e trouxe para a discussão a realidade das pessoas LGBTI+ no Brasil. A visibilidade rompe com paradigmas e impacta na construção de políticas públicas e outras ações voltadas para a comunidade LGBTI+ - como impulsionamento de candidaturas e pessoas eleitas.

Por mais que seja possível observar um aumento tímido de pessoas eleitas em 2008 em comparação com os anos anteriores, acreditamos que muitos dados e informações tenham se perdido e que outras pessoas LGBTI+ possam ter sido eleitas e não contabilizadas pelo esforço das organizações sociais. A não contabilização pode também estar relacionada, por certo, ao receio de assédios e ataques contra essas pessoas, uma vez que mesmo em um ambiente que vem se abrindo para as discussões a respeito de sexualidade e gênero, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo (Brasil..., 2024).

Essa discussão nos leva ao segundo ponto de reflexão, referente às distintas maneiras como as dinâmicas de âmbito federal podem ter afetado as eleições de 2012 e 2016. Diversas autoras (Natividade, 2016; Corrêa, Kalil, 2020; Miskolci, Campana, 2017), apontam que no Brasil as ações neoconservadoras passaram a ganhar terreno mais intensamente a partir da Era Lula (2003-2010) e, ainda mais especialmente, a partir das eleições presidenciais de 2010.

O espaço conquistado por agentes conservadores pode ser considerado como um dos elementos a afetar, não apenas a formulação e a implementação de políticas específicas para os segmentos LGBTI+, tal como o programa “Escola sem Homofobia”, mas impactar ainda na ocupação desses agentes nos espaços institucionais relevantes para a discussão de direitos LGBTI+. Um claro exemplo desta situação foi a eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-RJ) para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados, em 2013 (Néri, 2013; Carvalho, 2022). Esse cenário de recrudescimento pode ter impactado o processo de decisão sobre tentar ou não a entrada na política institucional. Assim, podemos pensar que pessoas LGBTI+ eleitas a partir de 2012 podem indicar um ponto de inflexão de possível mudança de foco em relação ao ativismo dos movimentos sociais, que, por sua vez, passaram estrategicamente a buscar ocupar espaços políticos, principalmente os de nível local, como uma aberta estratégia de resistir e tentativa de conter os esforços de retrocesso e de apagamento dos parques direitos conquistados.

Acreditamos ser interessante apontar que o aumento no número de candidaturas também aumenta a pluralidade de quem tenta se eleger. Vemos, por exemplo, tanto LGBTI+ progressistas quanto pessoas desse segmento se candidatando por partidos conservadores e cristãos⁴⁸, como mencionado na reportagem anteriormente. Esses achados estão em consonância com a ideia do Paradoxo da Diversidade (*Diversity Paradox*) de Kanthak e Krause

⁴⁸ Importante trazer novamente a reflexão de que as dinâmicas partidárias locais não são as mesmas que as de nível estadual e federal, assim mesmo havendo candidaturas de partidos de direita não significa necessariamente que são pessoas alinhadas a valores conservadores. Por mais que nas eleições de 2020 tenham sido eleitas pessoas conservadoras por partidos de direita.

(2012). Para as autoras, o paradoxo está em que o aumento da presença de tais grupos nos espaços legislativos em vez de aumentar a eficácia da atuação, pode ter o efeito contrário: reforçar processos e ações de *backlash* por parte dos grupos majoritários. Essa reação contra os segmentos minoritários, faz, afinal, com que esse grupo não consiga trabalhar efetivamente de forma conjunta. Além disso, o aumento numérico de representantes de grupos minoritários pode dificultar a coordenação interna do grupo no que se refere a organização de ações coletivas para se opor às ações de grupos majoritários – devido à maior diversidade interna do grupo.

Claro que, para as autoras, as análises realizadas focaram na atuação de um grupo representado em uma esfera federal e subnacional nos Estados Unidos (Kanthak; Krause, 2012), o que não é o caso das pessoas LGBTI+ eleitas em 2020, já que muitas delas são as únicas atuando em suas respectivas Câmaras Municipais. O que nos interessa aqui pontuar é que a diversidade de pessoas LGBTI+ eleitas pode gerar diferentes respostas de outros segmentos representados nas esferas institucionais e também dentro do próprio grupo LGBTI+, caso tenha mais de uma pessoa eleita no município. É possível que a presença desses segmentos tenha deflagrado a criação de barreiras e o apoio a candidaturas LGBTI+ que se opõem ou se antagonizam ao próprio movimento, o que acabaria por gerar alguns problemas de ação coletiva.

Por fim, na terceira dimensão de reflexão, é importante pontuar que as eleições municipais de 2020 parecem representar um marco no que tange à entrada na institucionalidade das pessoas LGBTI+. A eleição de 130 pessoas LGBTI+ visibilizou enfim, algum sucesso na adoção de estratégias plurais por essas agentes, que buscaram, na maior parte dos casos, se conectar com o eleitorado e estabelecer uma forma de representação mais próxima e comprometida com setores sociais. Os mandatos coletivos foram, por exemplo, uma das inovações democráticas mobilizadas por essas agentes.

Em uma forma de conter o que Boswell et all. (2019) denominam de desafeto ou insatisfação pública (*public disaffection*), elementos comumente relacionados a um sentimento de ressentimento e até mesmo de ódio às instituições democráticas e às elites políticas, no Brasil, especialmente a partir do ano de 2016, surgiram os mandatos coletivos. Como apontado por algumas autoras (Campos, 2021; Almeida, 2022; Campos, Matos, 2023), tal tipo de organização traz consigo o potencial de alteração de uma lógica personalizada da política, além de alterar uma “correlação de forças entre grupos que acessam o sistema representativo brasileiro” (Almeida, 2022, p.1).

Em pesquisa intitulada “As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil” organizada por Leonardo Secchi e Leonardo Leal (2021), as pessoas autoras compreendem os mandatos coletivos como sendo:

formas de exercício do poder legislativo por um grupo de cidadãos que, juntos, têm tarefas de elaboração de projetos de leis, fiscalização do poder executivo, representação e posicionamento parlamentar. Esses mandatos são liderados por uma/um porta-voz que possui o vínculo formal com o partido político e com a casa legislativa (Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional), mas com um compromisso político de compartilhamento deste mandato com seu grupo de “co-parlamentares”. A diferença entre as duas modalidades [mandato coletivo e mandato compartilhado] é que o mandato coletivo apresenta-se com um número reduzido de pessoas, com um alinhamento ideológico entre seus membros e que deliberam conjuntamente sobre os assuntos parlamentares, enquanto o mandato compartilhado possui um número maior de pessoas, sem necessariamente apresentar um alinhamento ideológico e que tomam decisões através de votação individual, geralmente por meio eletrônico (RAPS, 2019). (Secchi; Leal, 2021, p.5)

Nos mandatos coletivos, então, haveria, por meio de uma convergência ideológica e de práticas compartilhadas específicas, a ideia de um maior comprometimento no que se refere à ampliação da participação, da diversidade e da transparência no exercício legislativo (Secchi; Leal, 2021). Nesse sentido, é importante pontuar que no levantamento realizado por Almeida (2022), nas eleições de 2020, 85% das pessoas porta-vozes dessas candidaturas estavam ligadas a algum tipo de movimento social, organização da sociedade civil e/ou coletivo das mais diversas temáticas, como aqueles que tratam da questão racial, de gênero, da população LGBTI+, além da defesa de políticas sociais e de promoção de direitos para segmentos historicamente excluídos.

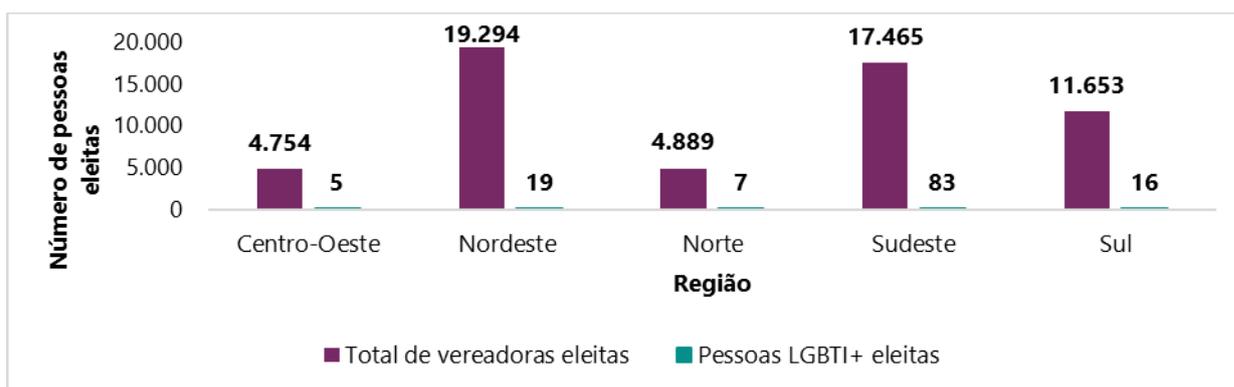
Ainda segundo Almeida (2022), nas eleições municipais de 2020, cerca de 319 candidaturas coletivas foram localizadas para concorrer a um cargo na vereança, em 161 municípios e 24 estados da federação, das quais 34 foram eleitas. Destas candidaturas, ao menos 18 pessoas LGBTI+ foram eleitas por meio de 11 movimentações coletivas⁴⁹. Tais candidaturas se concentraram na região Sudeste (8) e Nordeste (3), estando ligadas majoritariamente a partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Há, também, casos de mandatos coletivos eleitos, que tiveram a pessoa cabeça de chapa identificada como LGBTI+ e/ou na qual alguma das pessoas co-candidatas se

⁴⁹ Pela falta de informações e contabilização do Tribunal Superior Eleitoral não é possível saber ao certo o número de mandatos coletivos e quantas pessoas LGBTI+ estiveram envolvidas neste tipo de inovação democrática no processo eleitoral de 2020.

identificaram como LGBTI+, por partidos de centro-direita e direita, como o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), CIDADANIA e o PODEMOS – todos eleitos na região Sudeste⁵⁰.

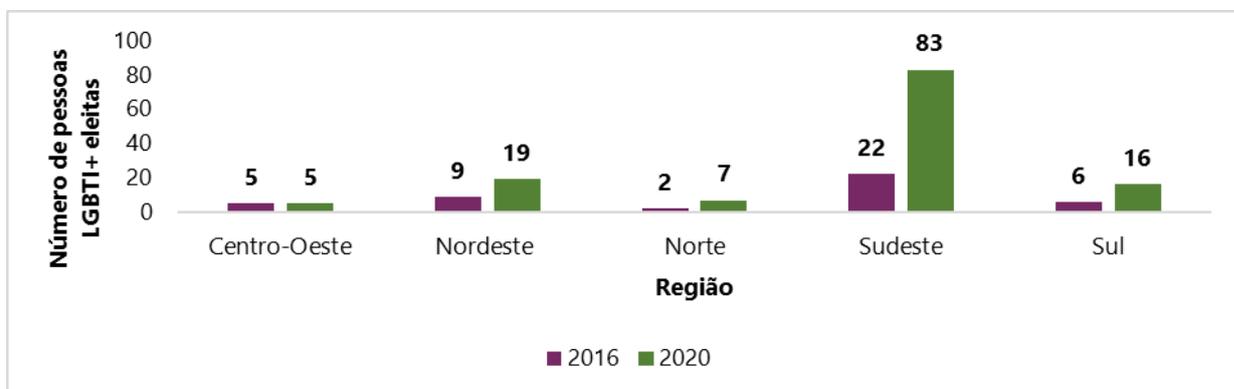
Após ter apresentado nossas reflexões iniciais no que se refere à evolução da representação LGBTI+ ao longo dos anos nos municípios brasileiros é importante focarmos a nossa atenção agora para as regiões brasileiras e a eleição das pessoas LGBTI+. Se as primeiras pessoas eleitas em 1992 tiveram suas origens principalmente na região Nordeste, de 2008 em diante observamos uma mudança de padrão e um aumento expressivo de pessoas eleitas na região Sudeste. No gráfico abaixo, por exemplo, vemos a relação entre o número de pessoas LGBTI+ eleitas em cada uma das regiões para o ano de 2020 em comparação com a quantidade de vagas disputadas (GRÁF. 2).

GRÁFICO 2. RELAÇÃO ENTRE REGIÃO E NÚMERO DE PESSOAS ELEITAS EM 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em Antra (2020) e Barbabela (2020)

GRÁFICO 3. RELAÇÃO ENTRE REGIÃO E NÚMERO DE PESSOAS LGBTI+ ELEITAS EM 2016 E 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em Reis (2016), Santos (2016), Antra (2016; 2020) e Barbabela (2020)

⁵⁰ Refiro-me aos mandatos *Dialogue* (PODEMOS/SP), *Representa Taubaté* (CIDADANIA/SP) e o *Coletivo Somos* (PSDB/SP).

Por mais que as eleições de 2020 tenham representado um aumento importante no número de pessoas eleitas, principalmente se compararmos com as eleições de 2016 (GRAF. 3), ainda estamos tratando de um número extremamente baixo de representantes eleitos a partir dos monitoramentos realizados pelas pesquisadoras da Tese e pelos movimentos LGBTI+. No Sudeste, por exemplo, foram eleitas 22 pessoas LGBTI+ em 2016 e 83 em 2020. Porém mesmo a região tendo a maior concentração populacional do país, as 83 pessoas LGBTI+ eleitas representam apenas 0,47% do total de vagas em disputa na região.

Esse baixo percentual de ocupação de pessoas LGBTI+ nas Câmaras Municipais se repete em todas as regiões brasileiras e, além de refletir problemas de mensuração e contabilização, pode ser um reflexo de barreiras estruturais presentes na sociedade e em espaços partidários. Porém, vale ressaltar que há esse pequeno aumento das pessoas LGBTI+ eleitas em 2020 em comparação com o ano de 2016. No Nordeste, passou de nove (9) eleitas em 2016 para 19; no Norte, de duas (2) para seis (7); e no Sul, de seis (6) para 16. Esse crescimento, portanto, foi perceptível em todas as regiões, com exceção da região Centro-Oeste que manteve o número de cinco pessoas eleitas.

A partir dos gráficos apresentados anteriormente, podemos refletir que o aumento e a concentração de pessoas LGBTI+ eleitas na região Sudeste podem ser explicados pela presença e força dos movimentos sociais da região que conseguem mobilizar recursos, tanto em termos financeiros quanto de visibilidade. São Paulo, por exemplo, é a capital do estado e palco da Parada do Orgulho LGBT, que é considerada o maior evento de diversidade do mundo, por reunir mais de 3 milhões de pessoas todos os anos. Essa maior visibilidade na região pode ainda produzir um dos vieses do levantamento, uma vez que, como esses movimentos estão mais atuantes e concentrados no Sudeste, temos acesso a mais informações nessa região. No entanto, mais pessoas podem ter sido eleitas em outras regiões e, como têm menos visibilidade pública, não foi possível acessar esses casos. Além disso, podemos argumentar também que o aumento de pessoas LGBTI+ eleitas na região Sudeste pode estar relacionado a uma maior concentração de pessoas vivendo nessa região do país, sendo, ao menos em parte, esperado esse aumento no número desses casos.

Outra reflexão importante é que mesmo na região Sudeste, encontramos desigualdades internas, relativas à composição populacional, tamanho das cidades e no que se refere à própria representação de pessoas LGBTI+ na política institucional. Enquanto os municípios do estado de São Paulo elegeram 39 pessoas LGBTI+, nos municípios do estado do Espírito Santo, a

princípio, apenas uma vereadora foi eleita em 2020. O estado, no entanto, tem um histórico ligado ao movimento trans e inclusive elegeu, em 2004, 2008 e 2012, no município de Nova Venécia, Moa Sélia, filiada ao Partido Social-Democrata Cristão (PSDC) e, posteriormente, ao Partido da República (PR)⁵¹ – este, atual PL, cujo presidente é Waldemar da Costa Neto.

A questão partidária é um aspecto interessante em relação ao levantamento. Nos períodos eleitorais anteriores, era comum encontrarmos pessoas LGBTI+ eleitas frequentemente mais filiadas a partidos de direita e centro-direita⁵², principalmente candidaturas travestis e de pessoas trans. Kátia Nogueira Tapety, a primeira mulher transexual a se eleger no Brasil - é um exemplo disso. A ex-vereadora e ex-vice-prefeita do município de Colônia do Piauí (PI) concorreu e se elegeu em 1992, 1996 e 2000 pelo PFL (Partido da Frente Liberal, atual União Brasil) considerado o principal partido de direita política do Brasil (Câmara dos Deputados, n.d.).

Em 2016, por exemplo, por mais que fosse possível observar um maior número de candidatas concorrendo por partidos de esquerda, não foram exatamente essas pessoas que conseguiram se eleger. A eleição de 2016 seguiu os mesmos padrões observados nas eleições anteriores: a maioria das pessoas LGBTI+ eleitas era filiada a partidos de centro-direita e direita⁵³ (25 vereadoras eleitas por 11 partidos políticos)⁵⁴.

Vale pontuar que essa lógica da filiação partidária, e outras dinâmicas que se referem ao perfil da pessoa eleita, que serão trabalhadas mais a frente, são alteradas nas últimas eleições legislativas municipais. Em 2020, segundo o levantamento até aqui realizado, foram eleitas 67 pessoas filiadas a partidos de esquerda e centro-esquerda, 15 ligadas a partidos de centro e 46 ligadas a partidos de centro-direita e direita. No número total estão contabilizadas tanto as vereadoras como as co-vereadoras eleitas.

A fim de possibilitar uma melhor visualização dos dados que podemos atualmente contar, elaboramos a tabela abaixo (TABELA 1), que contém a sistematização de todos os partidos que elegeram pessoas LGBTI+ de 1992 até 2020. As marcações em vermelho representam partidos políticos que se enquadram no espectro da esquerda e centro-esquerda, as em amarelo representam partidos de centro e as em azul representam os partidos de centro-

⁵¹ Ambos os partidos são de direita.

⁵² A classificação dos partidos está em conformidade com os trabalhos desenvolvidos por Bruno Bolognesi, Ednaldo A. Ribeiro e Adriano Codato (2020) em pesquisas do Observatório das Eleições.

⁵³ São eles: DEM, PMDB, PEN, PR, PHS, PP, PSD, PSDB, PTB, PRB e SD.

⁵⁴ Foram eleitas 6 pessoas vereadoras LGBTI+ filiadas a três partidos de centro (PV, REDE e PPS) e 13 pessoas LGBTI+ eleitas por cinco partidos de esquerda e centro-esquerda (PCdoB, PDT, PSB, PSOL e PT).

direita e direita. Essas mesmas cores serão usadas no gráfico 4 (GRAF. 4) para trabalhar com os partidos que elegeram pessoas LGBTI+ em 2020.

TABELA 1. PARTIDOS POLÍTICOS QUE ELEGERAM VEREADORAS LGBTI+ AO LONGO DOS ANOS (1992-2020)

Ano	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	Total
AVANTE/PTdoB	0	0	0	0	1	1	0	2	4
CIDADANIA/PPS	0	0	0	0	0	1	3	6	10
DC/PSDC	0	0	0	1	0	0	0	1	2
DEM/PFL	1	1	1	0	0	0	2	3	8
MDB/PMDB	0	0	0	0	2	3	4	5	14
PATRIOTA/PEN	0	0	0	0	0	1	1	2	4
PCdoB	0	0	0	0	0	1	1	4	6
PDT	0	0	0	0	0	3	3	12	18
PL/PR	0	0	0	0	3	2	1	3	9
PODEMOS/PHS	0	0	0	0	0	0	1	8	9
PP	0	0	0	0	0	2	5	4	11
PROS	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PSB	0	0	0	0	2	4	3	3	12
PSC	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PSD	0	0	0	0	0	1	1	4	6
PSDB	0	0	0	0	2	3	4	4	13
PSL	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PSOL	0	0	0	0	0	0	3	15	18
PT	0	0	0	0	0	2	3	33	38
PTB	0	0	0	0	1	1	1	4	7
PV	0	0	0	0	1	0	1	9	11
REDE	0	0	0	0	0	0	2	0	2
REPUBLICANOS/PRB	0	0	0	0	1	1	4	5	11
SD	0	0	0	0	0	0	1	0	1
NÃO DISPONÍVEL	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	2	1	1	1	13	26	44	130	218

Fonte: Elaboração própria, com base em Folha de São Paulo (1996, 2000), Reis (1996; 2000; 2004; 2008; 2012; 2016), Santos (2016), Antra (2016; 2020), TSE (2008, 2012, 2016, 2020) e Barbabela (2020)

Nesse sentido, é importante pontuar que as dinâmicas ideológico-partidárias que operam em nível estadual e federal não são as mesmas do nível municipal (Kerbauly, 2005; Rocha, Kerbauly, 2014). Em muitas cidades, principalmente as do interior, existe uma série de fatores que impactam diretamente o processo eleitoral das candidatas. Podemos elencar aqui alguns, como a baixa presença de partidos com real estrutura competitiva, o caráter personalista das eleições locais e a influência dos arranjos familiares no processo político-eleitoral (Kerbauly, 2005; Rocha, Kerbauly, 2014).

Assim, o fato de estarem filiadas a partidos de esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita ou direita não significa necessariamente que essas parlamentares atuam seguindo a lógica ideológica do respectivo partido e nem que elas não estejam aliadas às lutas dos

movimentos LGBTI+. Historicamente, diversas vereadoras LGBTI+ eleitas no interior do país, mesmo filiadas a partidos que, na esfera federal, são classificados como conservadores, apresentaram pautas que buscavam garantir o reconhecimento e direitos aos segmentos LGBTI+, tais como o uso do nome social, políticas de empregabilidade trans e de combate à violência LGBTIfóbica.

O argumento converge com a formulação teórica de diversas autoras (Reynolds, 2013; 2019; Haider-Markel, Bright, 2014; Haider-Markel, 2010) que pontuam que a presença ou existência de corpos LGBTI+ nos espaços políticos produziria um impacto (i) na qualidade da deliberação, (ii) na produção de políticas específicas e (iii) na alteração de construções sociais em relação a esses indivíduos. Como exemplo, podemos apresentar o caso da vereadora Najara Gomes dos Reis (PSDB/Caldas-MG). No ano de 2017, após dez meses da sua posse como vereadora, a Câmara Municipal da cidade aprovou um projeto de autoria de Najara que autoriza o uso do nome social nas sessões do Legislativo.

Durante o processo de votação, o prefeito Ulisses Suaid Porto Guimarães Borges (PTB/Poços-MG) esteve presente para assistir à votação e posterior aprovação unânime do projeto. Com a mudança da lei passou-se a permitir à vereadora assinar os documentos oficiais com seu nome social, além do respeito ao nome escolhido em eventos públicos no qual a vereadora viria a participar (Transexual...2016; Lei..., 2017; TV Poços, 2017).

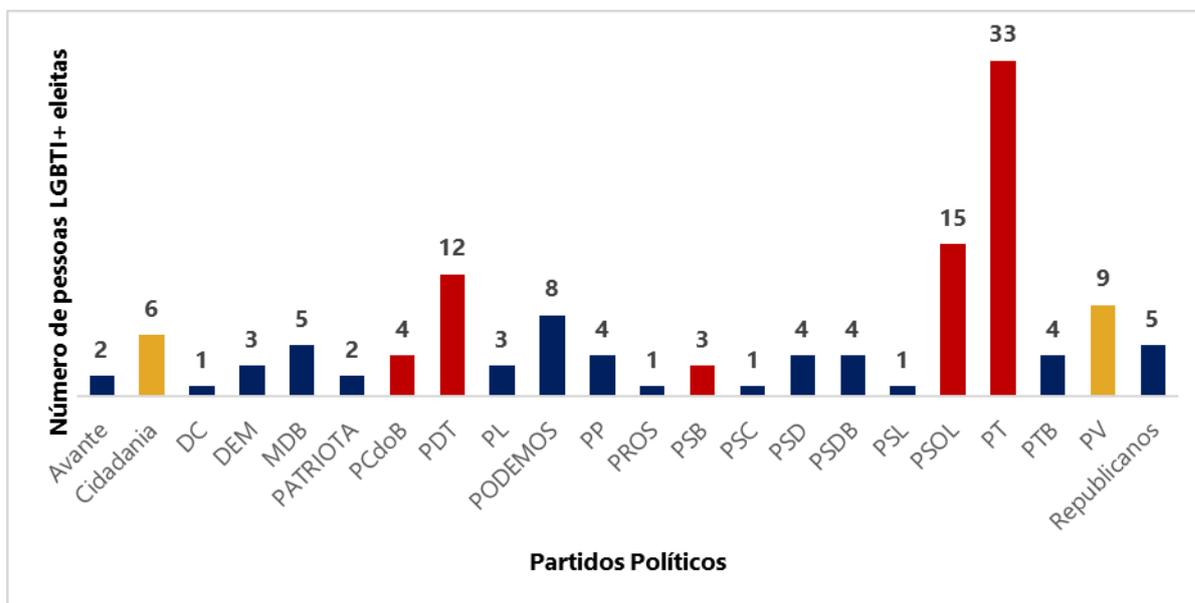
Artigo primeiro, fica assegurada a travestis, mulheres transexuais e homens transexuais, mediante requerimento, o direito a escolha de utilização do nome social nos atos e procedimentos da administração direta e indireta municipal (ORADORA, 2017).

Para nós é um orgulho hoje, um orgulho e um exemplo, um exemplo que sai de Caldas para toda a região, nosso sul de Minas, para o nosso país. A gente tá valorizando as pessoas como ela é, sem o preconceito, né, valorizando o total, o LGBT, né. **Esse movimento que vem crescendo em nosso país, que tem que ter o respeito de todos. Eu quando fui convidar, né, a Najara para ser candidata a vereadora pelo nosso município** a gente sabia da capacidade, do potencial, do quanto a população de Caldas especialmente do distrito de São Pedro de Caldas gostava dele, né. Uma família muito íntegra, muito trabalhadora, muito honesta que a gente tem no nosso distrito de São Pedro de Caldas e não seria diferente (SAUID PORTO GUIMARÃES BORGES, 2017, grifos nossos)

Assim, em âmbito local, as dinâmicas partidárias apresentam outras roupagens que fogem da lógica ideológico-partidária estrita de outros níveis de legislatura. No local, como no caso de Caldas, as autoridades políticas adotaram posicionamentos que perpassam por vivências e subjetividades compartilhadas que, por fim, acabaram por influenciar suas posturas

e ações nos ambientes parlamentares. A sexualidade e a identidade de gênero fazem parte de uma das múltiplas camadas de negociações e interesses no processo político.

GRÁFICO 4. PARTIDOS QUE ELEGERAM PESSOAS LGBTI+ (2020)



* Nos municípios de Itajubá (MG), Uberlândia (MG), Rio de Janeiro (RJ), Aguaí (SP), Araçatuba (SP), Natal (RN) e Belém (PA) foram eleitas duas pessoas LGBTI+ em cada cidade – em Itajubá e Araçatuba foram eleitos mandatos coletivos que possuíam a vereadora ou co-vereadoras LGBTI+. Em Araçatuba o mandato coletivo continha 5 pessoas LGBTI+ - sendo contabilizado como uma candidatura.

** Nos municípios de Niterói (RJ) e Araraquara (SP) foram eleitas 3 pessoas LGBTI+ em cada uma delas.

*** No município de Belo Horizonte (MG) foram eleitas 5 vereadoras LGBTI+, sendo que um mandato coletivo continha 3 pessoas LGBTI+ - sendo contabilizado como uma candidatura.

**** No município de São Paulo (SP) foram eleitas 6 pessoas LGBTI+, com a eleição de duas co-vereadoras ligadas a movimentações diferentes.

Fonte: Elaboração própria, com base em TSE (2020), Antra (2020) e Barbabela (2020)

Nas eleições de 2020, para além da alteração nas dinâmicas partidárias, observamos um processo crescente de politização das pautas LGBTI+, ou seja, muitas candidatas foram eleitas levantando as pautas do movimento no que tange à busca e consolidação de direitos (Mendes; Barbabela, 2021). Acreditamos, e adotamos como hipótese, a ideia de que o processo eleitoral passou a ser disputado de forma estratégica por determinados agentes dos movimentos LGBTI+, que trouxeram suas pautas e demandas em uma tentativa de gerar resistência contra os retrocessos neoconservadores intensificados nas eleições presidenciais de 2018.

Por mais que acompanhamos a eleição de pessoas LGBTI+ comprometidas com as pautas dos movimentos, observamos ainda um processo igualmente crescente de cooptação por parte de determinadas estruturas partidárias que antes não se posicionavam sobre tais temáticas.

Em 2020, diversos partidos e agentes sociais, principalmente os de viés conservador, foi possível observar a estruturação de um duplo processo de instrumentalização das pessoas LGBTI+, sendo eles: (i) o apoio no sentido de garantir mais votos para o partido e (ii) a interpretação de pautas a partir de um viés conservador. Por um lado, é possível notar a forma como os partidos políticos instrumentalizaram as candidaturas LGBTI+, uma vez que, por conta do fim das coligações para as eleições proporcionais⁵⁵, os partidos passaram a “apojar” tais candidatas a fim de atrair votos para eleger candidatos do interesse dos agentes partidários (Mendes; Barbabela, 2021).

Nesse sentido, é importante retomar o entendimento de que partidos políticos têm como uma das funções fundamentais atuarem enquanto “guardiões dos portões” (*gatekeepers*) da democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018). Isso significa que partidos políticos são aqueles responsáveis pela manutenção da ordem que pode ser abalada quando uma liderança acessa o sistema e coloca em risco as regras, normas e o próprio funcionamento das instituições⁵⁶.

Assim, quando uma liderança almeja alguma posição política, esta passa pelo crivo do partido. O processo de seleção pode ser entendido enquanto um dos momentos centrais da vida partidária, pois permite compreender o funcionamento interno da instituição, além de permitir identificar a estrutura de autoridade (Braga; Veiga; Miriade, 2009), ou seja, quem são as lideranças partidárias (*os “caciques”* – importante destacar o gênero desses agentes) que ditam a forma como os processos devem acontecer. Independentemente do processo, o objetivo final da seleção de candidaturas é angariar votos e, nesse sentido, pessoas candidatas que possuem forte apelo eleitoral são normalmente bem-vindas⁵⁷ (Braga; Veiga; Miriade, 2009).

No trabalho desenvolvido por Braga, Veiga e Miriade (2009), as autoras pontuam como resultado da pesquisa que, no Brasil, o processo de seleção de candidaturas é permeado por relações de controle de lideranças locais e nacionais. Além disso, como o número de candidaturas normalmente não chega a superar o número de vagas na lista partidária, as autoras

⁵⁵ No Brasil, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta é adotado nas eleições para o Poder Legislativo em todas as esferas da federação, menos para o Senado. Nesse sistema, a candidata filiada a um partido recebe o voto do eleitorado, a sua eleição depende do quociente eleitoral (soma total de votos válidos dividido pelo número de cadeiras em disputa) e do quociente partidário (divisão do quociente eleitoral pelo número de votos válidos de cada partido ou coligação. Lembrando que no ano de 2020, não houve coligação para os cargos legislativos). O quociente partidário indica o número de cadeiras que cada partido obteve e que serão ocupadas pelas candidatas mais votadas das listas de cada partido (PEREIRA; GELAPE, 2015).

⁵⁶ E, nesse sentido, vale pontuar que a aproximação dessa construção teórica com o caso brasileiro se mostra complexa e cheia de condicionantes. Nos últimos anos, por exemplo, é difícil compreender os partidos como *gatekeepers* uma vez que são eles os responsáveis pelo tensionamento e pela negação da democracia e das normativas.

⁵⁷ É importante e necessário destacar que o trabalho das autoras tem como objeto as eleições nacionais e não locais, porém a atuação da liderança partidária no processo de seleção de candidaturas é algo muito presente na realidade local e que apareceu em diversos momentos ao longo das entrevistas com as vereadoras participantes da pesquisa.

pontuam que não há um processo de seleção muito competitivo, a real competição acontece no processo de distribuição dos recursos de campanha⁵⁸. O financiamento de campanha é um tópico essencial para nossa discussão e será abordado mais a diante nesse capítulo. Ele também será mais bem desenvolvido ao longo das análises das entrevistas.

Por outro lado, observamos que partidos que não discursavam sobre as temáticas de direitos LGBTI+ começaram a fazê-lo a partir de uma leitura e tradução conservadoras. Assim, observamos a defesa da eleição de pessoas LGBTI+ conservadoras para que direitos não fossem garantidos (Mendes; Barbabela, 2021). Como exemplo, podemos citar os casos do vereador reeleito Fernando Holiday na cidade de São Paulo (SP) e da vereadora Jessicão em Londrina (PR) – o que pode indicar uma tendência na aposta de narrativas e discursos que defendem a luta contra direitos (“privilégios”, a partir de seus pronunciamentos e entendimentos) e buscar um “tratamento igualitário para todos os cidadãos”.

FIGURA 18. PEÇA DE MATERIAL DE CAMPANHA DE JESSICÃO



Fonte: Jessicão, 2020

⁵⁸ Financeiros e simbólicos como a priorização na distribuição no tempo de exposição no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral que são definidos pelos líderes partidários.

Em entrevista cedida ao canal do Youtube da jornalista bolsonarista Leda Nagle no dia 08 de agosto de 2022, Jessicão (PP) nos contou um pouco sobre sua sexualidade, família, trajetória nos movimentos Direita Londrina e Direita Paraná, sua relação com Jair Bolsonaro, seus pensamentos e percepções sobre o movimento LGBTI+, além de contextualizar as suas lutas e pautas defendidas desde o processo eleitoral de 2020, quando foi eleita a primeira pessoa LGBTI+ para a Câmara Municipal de Londrina⁵⁹. Segundo Jessicão, suas pautas buscam:

(...) Proteger as **crianças** contra a **doutrinação escolar**, contra a erotização infantil porque isso é uma coisa que vem a muito tempo batendo nas portas das **famílias**. Porque hoje as crianças não têm mais direito de ser criança, de ser inocente. Já quer impor para dançar funk, já **querem falar sobre orientação sexual**, na qual eu sou contrária, mesmo eu sendo assumida desde os 12 anos, **eu não creio que seja por esse caminho falar com crianças sobre sexualidade, orientação sexual** (...) (Jessicão, 2022, grifos nossos).

(...) e agora como vereadora eu continuo fazendo o mesmo trabalho em projetos que são de **proteção das crianças**. Como por exemplo, um projeto que eu consegui aprovar depois de um ano e meio porque a burocracia foi gigantesca que é o **projeto que proíbe a linguagem neutra no município de Londrina** que infelizmente é uma aberração para a língua portuguesa, uma vergonha (...) (Jessicão, 2022, grifos nossos).

(...) eu estou brigando contra o projeto, o **ambulatório de transição** que estão querendo instalar aqui na cidade. [...] aqui em Londrina é ainda acima dos 18, não estão falando em mexer com criança ou adolescentes, **mas a gente sabe que em outros países, em outros estados, estão tentando liberar isso para crianças e adolescentes**. E aí aqui na cidade eu estou brigando por uma seguinte questão eu creio que a partir do momento que você quer trocar de sexo, que você quer tirar o seio, ou quer tirar o seu órgão genital, modificar, enfim. **Isso é uma particularidade sua. Isso é como se, quando você decide pintar o cabelo, quem tem que pagar para pintar seu cabelo? você ou o Estado?** (...) (Jessicão, 2022, grifos nossos).

As falas de Jessicão demonstram como suas pautas se alinham perfeitamente com aquelas de deputadas conservadoras que foram eleitas em 2020 na onda bolsonarista. Assim como outros agentes políticos, Jessicão mobiliza em seu discurso a estratégia do emprego de pânico morais para sensibilizar e conectar indivíduos e grupos. Segundo Richard Miskolci (2007), podemos compreender o conceito de pânico moral como sendo a quebra de padrões sociais esperados que gera uma série de reação da mídia, opinião pública e de outros agentes e grupos da sociedade⁶⁰. O perigo da doutrinação escolar e o ataque à estrutura familiar (e as

⁵⁹ Durante a entrevista à jornalista, Jessicão pontuou que sua sexualidade foi “explorada” precocemente aos 12 anos de idade quando ela muda de escola, já naquela época sua mãe pontua que sua sexualidade não deveria ser exposta para seus irmãos mais novos. Devido a essa experiência que parece ter sido traumática para a vereadora, nas palavras da entrevistada, “hoje estou casada com uma mulher, amo só ela, não gosto de mulheres”.

⁶⁰ Indicamos a leitura da monografia de conclusão de curso do cientista político Arthur Henrique Santana Carvalho intitulada “A discussão conservadora dos direitos LGBTI+ na Câmara dos Deputados e o discurso de pânico

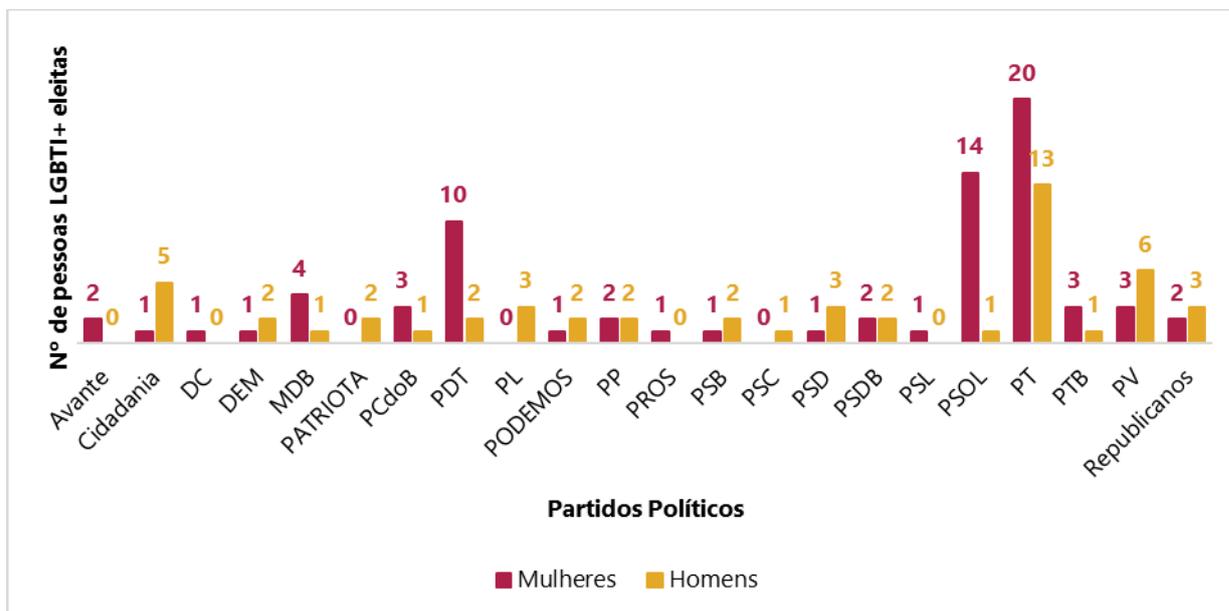
crianças) foram/são focos centrais em suas pautas e lutas enquanto candidata, parlamentar e cidadã.

Além do aumento no número de pessoas eleitas em organizações partidárias de esquerda e centro-esquerda com pautas convergentes aos movimentos LGBTI+ progressistas em 2020, se compararmos o gênero das pessoas LGBTI+ eleitas por partido (GRÁF. 4), fica evidente o comprometimento dessas organizações com outras lutas sociais. Os três partidos políticos que mais elegeram pessoas LGBTI+ em 2020 foram o PT (30), PSOL (15) e o PDT (13). Em todos eles, mais mulheres foram eleitas em comparação a candidatos homens.

Esses números podem apontar para uma série de fatores que, por sua vez, podem ter influenciado as dinâmicas eleitorais e garantido a eleição e representação de mais mulheres na política institucional, já que existem conquistas que podem facilitar esse caminho, tais como o financiamento partidário, o cumprimento efetivo das cotas de gênero e outras ações de suporte e apoio a essas candidatas. O seguimento de tais regras muitas vezes está relacionado à maior institucionalização partidária, ou seja, quanto mais institucionalizado seja o partido, com estatuto, regimento interno, regras bem definidas e com uma organização interna mais bem estruturada (Freidenberg; Levitsky, 2007), mais este garantiria o cumprimento das mesmas, o que levaria a um maior número de mulheres eleitas (Lovenduski, Norris, 1993; Monzoy, 2011). Haveria, nesse sentido, uma menor oportunidade de brechas na aplicação das ações afirmativas de fomento à participação feminina junto a esses partidos.

moral” (IPOL/UnB) para pessoas que desejam aprofundar o tema de direitos LGBTI+, pânico moral e novo conservadorismo brasileiro.

GRÁFICO 5. RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE MULHERES E HOMENS LGBTI+ ELEITAS/OS POR PARTIDO EM 2020



*Foram consideradas apenas vereadoras eleitas por candidaturas individuais e vereadoras que encabeçavam a candidatura coletiva.

Fonte: Elaboração própria, com base em TSE (2020), Antra (2020) e Barbabela (2020)

O fomento a uma maior eleição de pessoas LGBTI+, assim como de mulheres, pessoas pretas e, enfim, de qualquer pessoa que almeja um cargo eletivo, está diretamente ligada ao financiamento de campanha. Como demonstrado por Sacchet e Speck (2012) há uma forte correlação entre o financiamento eleitoral e o desempenho eleitoral das candidatas. Se não há recursos financeiros disponíveis para a construção de uma candidatura torna-se muito difícil para a candidata realizar atividades simples do processo eleitoral como o deslocamento para diferentes localidades, reuniões de trabalho, produção de material publicitário (Sacchet, Speck, 2012)⁶¹.

Mesmo não existindo pesquisas como essa realizada por Sacchet e Speck (2012) devido à indisponibilidade de dados sobre candidaturas LGBTI+, o caso desse segmento na política local no Brasil se assemelha à realidade das mulheres que concorreram ao cargo de deputadas federais e estaduais no pleito de 2006, excluindo as peculiaridades do processo eleitoral de cada cargo. Assim, as lideranças LGBTI+, como as mulheres analisadas na pesquisa, sofrem de uma dupla barreira, além de serem minorias entre as pessoas candidatas, ainda sofrem de

⁶¹ Em trabalho recente publicado na Revista Feminismos, Teresa Sacchet, Marcus Vinícius Chevitarese Alves e Thiago Matheus (2023) apontaram que o aumento das receitas de campanha está relacionado com o aumento de votos obtidos pelas mulheres que concorreram ao cargo de deputada federal no ano de 2018.

desvantagens e discriminações no que tange o apoio do partido político, o que impacta na distribuição de recursos e, por consequência, em seu desempenho eleitoral.

Para trabalhar com os dados sistematizados sobre financiamento de campanha das pessoas LGBTI+ eleitas em 2020, criamos quatro categorias para classificar estas informações, sendo elas: (i) Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC/Fundo Eleitoral, (ii) Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos/Fundo Partidário, (iii) Financiamento Privado Autodoadção e (iv) Financiamento Privado Outras Fontes. Após essa sistematização alguns dados nos chamaram a atenção.

O primeiro deles é que nem todas as candidatas receberam alguma forma de suporte financeiro por parte do partido político a que estão filiadas, seja do fundo eleitoral (FEFC) ou do fundo partidário. Das 126* candidaturas analisadas, 68 simplesmente não receberam nenhum aporte financeiro direto por parte do partido político. Desse número, temos quatro candidatas (Regininha/AVANTE/Araçatuba/SP, Rihana/PSL/Mineiros do Tiete/SP, Dandara/MDB/ Patrocínio Paulista/SP e Lorim de Valéria/PDT/Pontal/SP) que não tiveram nenhuma movimentação financeira em suas contas, ou seja, não contaram com nenhuma forma de financiamento.

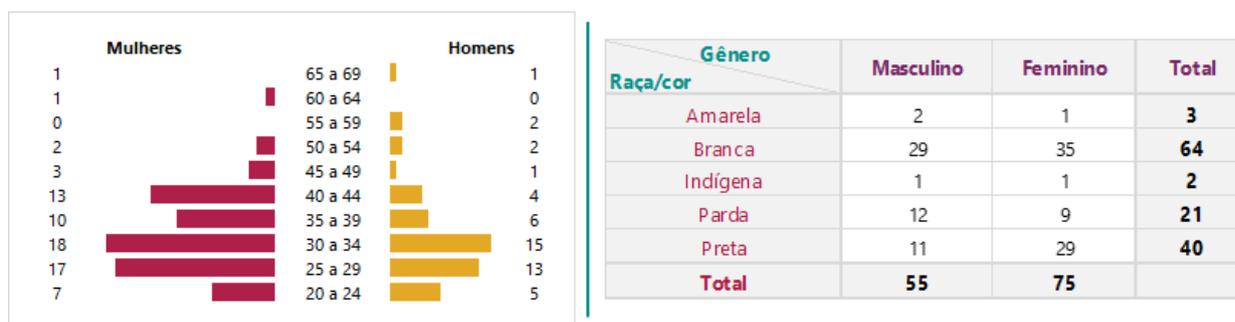
Um segundo aspecto interessante diz respeito à distribuição do fundo partidário. Este parece seguir critérios pouco claros de distribuição, foram apenas 9 (nove) das 124 candidaturas LGBTI+ eleitas em 2020 que receberam esse aporte financeiro (Bruna Spitzner/PODEMOS/Guarapuava/PR, Serginho Marques/PT/Jacarezinho/PR, Carla Ayres/PT/Florianópolis/SC, Juliana Sales/CIDADANIA/Nova Lima/MG, Kará/PDT/Natividade/RJ, Verônica Lima/PT/Niterói/RJ, Luna Meyer/PST/Araraquara/SP, Thammy Miranda/PL/São Paulo/SP e Vivi/PSOL/Belém/PA). O valor recebido pelas candidatas variou de R\$ 200,00 à R\$ 20.000,00.

Outro ponto notável diz respeito ao financiamento dos Mandatos Coletivos. A análise das contas de campanha nos mostrou que as candidatas cabeças de chapa em mandatos coletivos são aquelas que costumam realizar alguma autodoadção para campanha, quando a fazem. Não foi possível encontrar nenhum indício de doação direta realizada por co-vereadoras, porém não podemos descartar a possibilidade de que tal transferência seja feita via financiamento coletivo – o que torna mais difícil a identificação da origem do dinheiro, ou seja, da pessoa que doou o valor.

Além do aumento no número de mulheres eleitas, se comparado com as eleições de 2016, observamos que, em 2020, ainda houve a persistência de pessoas LGBTI+ brancas sendo

eleitas (64), principalmente no Sul do país⁶². Nas últimas eleições (2020), no entanto, foi possível perceber um número significativo de pessoas que se identificam como pardas (21) e pretas⁶³ (40). O aumento no número de pessoas eleitas que se identificam como pretas pode estar relacionada, em contrapartida, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou que as verbas do fundo partidário deveriam ser distribuídas de forma proporcional e equânime para negras (pretas e pardas) e brancas⁶⁴. Por mais que ainda apresente um caráter preliminar, visto que a princípio seriam instituídas somente em 2022, a normativa vigorou nas eleições de 2020, estabelecendo uma relação direta com o gênero, uma vez que as verbas seriam distribuídas primeiro entre as candidatas e depois entre os candidatos do gênero masculino (Mendes; Barbabela, 2021).

FIGURA 19. PERFIL DAS PESSOAS LGBTI+ ELETAS (2020): FAIXA ETÁRIA, GÊNERO E RAÇA/COR



Notas:

* Não foi possível acessar a idade e a autodeclaração de raça/cor de uma pessoa co-vereadora ao longo do processo de sistematização dos dados e escrita do artigo. A informação das pessoas vereadoras Cabeça de chapa de mandatos coletivos eleitos foram acessadas pelo site do TSE.

** Pirâmide etária n=115 (não contém as informações de idades dos membros dos mandatos coletivos que não foram cabeça de chapa)

Fonte: Elaboração própria, com base em TSE (2020), Antra (2020) e Barbabela (2020)

Outro ponto relevante em relação ao perfil das pessoas eleitas diz respeito à idade. A Figura 18 demonstra uma concentração de presença de vereadoras eleitas em duas faixas etárias, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. Assim, observamos um perfil diversificado de vereadoras eleitas,

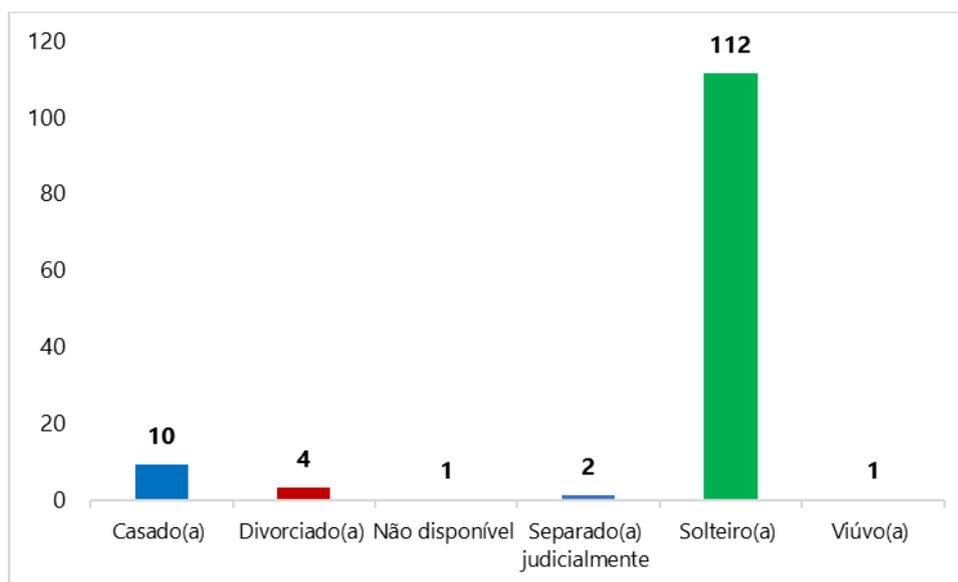
⁶² O dado pode ser justificado a partir da existência de uma maior concentração de pessoas brancas vivendo no sul do país, sendo assim possível relacionar a existência de tal prevalência com a eleição de mais pessoas LGBTI+ brancas no sul.

⁶³ Termo utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral no que tange à identificação de raça/cor das candidatas, segundo definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶⁴ Gostaria de pontuar aqui que identifique por meio de autoras como Vieira (2020) a existência de questões mais amplas que perpassam por autoidentificação, valorização da negritude e a atuações dos movimentos negros em nossa sociedade.

mas o perfil etário vem marcado pela eleição de jovens mulheres principalmente se compararmos com o perfil médio de vereadoras eleitas no Brasil em 2020, cuja idade média é de 45 anos (Matos, 2020).

GRÁFICO 6. ESTADO CIVIL DAS PESSOAS VEREADORAS LGBTI+ ELEITAS (2020)



Fonte: Elaboração própria, com base em TSE (2020), Antra (2020) e Barbabela (2020)

O gráfico 6 (GRAF. 6) apresenta um importante dado para nossa pesquisa. Das 130 pessoas LGBTI+ eleitas nas eleições legislativas municipais de 2020, 112 delas se autodeclararam solteiras. Nesse sentido, podemos pensar em duas dimensões compreensivas capazes de contextualizar e quiçá desvendar esse dado. O primeiro deles pode estar relacionado aos estudos desenvolvidos por Angelia Wagner (2019), que têm demonstrado o impacto do escrutínio público no processo de recrutamento político e da atuação de candidatas e parlamentares.

Segundo a autora, o escrutínio público que perpassa a realidade das pessoas LGBTI+ que se candidatam a algum cargo público é mais agudo, envolvendo julgamentos sobre aparência, identidade de gênero, sexualidade, conduta pessoal, organização familiar etc. Wagner (2019) aponta que esse “controle” público busca reproduzir um modelo tradicionalmente aceito por meio da regulação dos corpos LGBTI+. Isso acaba por reforçar estereótipos e os papéis de gênero, produzindo um cenário de discriminação e violência direcionada para as pessoas LGBTI+ que concorrem a um cargo eletivo ou que já estão eleitas.

Nesse sentido, iniciar uma carreira política poderia ser entendida enquanto um processo “mais fácil” se a liderança LGBTI+ fosse solteira, uma vez que a sexualidade e a outra pessoa

envolvida no relacionamento não seriam pontos focais de processos discriminatórios e de pré-julgamentos; e nem poderiam ser entendidos enquanto fatores negativos para o sucesso eleitoral da liderança.

Uma outra dimensão pode estar baseada nos diferentes padrões e arranjos de relacionamento que estão presentes na realidade das pessoas LGBTI+ no Brasil. Muitas vezes, há modelos de relacionamento onde as pessoas estão juntas há muitos anos, vivem em um mesmo domicílio, mas não oficializaram o relacionamento perante o Estado. É importante ressaltar que a Resolução 175 que se refere ao casamento entre pessoas do mesmo gênero só foi conquistada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 14 de maio de 2013.

Há também o entendimento de que o casamento, da forma como é concebido, reflete um padrão de tradicional e de hegemonia heterossexual. Isso faz com que tais indivíduos passem a criar modelos de relacionamento e de vivência de sexualidade que não perpassam, necessariamente, pelas formas de união reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro. Estamos nos referindo aqui a modelos poli amorosos, relacionamentos abertos e outros moldes.

Para além dos dados e de algumas reflexões tecidas sobre gênero, autodeclaração racial e étnica, faixa etária e estado civil, acreditamos ser importante destacar que as eleições de 2020 representaram um marco para a representação LGBTI+ no Brasil. Elegemos lideranças jovens, negras (pretas e pardas), um número expressivo de mulheres. Mas também foi em 2020 que elegemos as duas primeiras vereadoras abertamente LGBTI+ indígenas, Noel Henrique (PDT) e Lília Karipuna (REPUBLICANOS), ambas na cidade de Oiapoque, no Amapá (AP).

O ano de 2020 representou também um aumento no número de pessoas trans e travestis eleitas. Segundo nosso levantamento, se em 2016 foram eleitas 11 mulheres trans e travestis, em 2020 esse número passou para 34. Cabe destacar que foram eleitas pela primeira vez homens trans (Thammy Miranda, PL/São Paulo/SP e Heitor Gabriel, PODEMOS/Araçatuba/SP⁶⁵) e uma vereadora travesti intersexo (Carolina Iara, PSOL/São Paulo/SP). Novamente, a maior parte dessas vereadoras está filiada a partidos de esquerda e centro-esquerda e elas estão concentradas na região Sudeste do Brasil. Além disso, a maioria das pessoas trans e travestis eleitas se declara como branca (19), seguidas pelas que se identificam como pretas (10), pardas (4) e amarela (1).

A raça/cor das vereadoras trans e travestis é outro aspecto interessante a ser destacado. Segundo levantamento realizado pela Antra (2020), por meio do estudo de 63 candidaturas de um total de 294, tornou-se possível perceber que a maior parte dessas agentes se identifica como

⁶⁵ Heitor faz parte do Mandato Coletivo Dialogue.

negras (pretas ou pardas), ou seja, cerca de 69% das candidaturas eram de pessoas negras. Esse dado é contrastado com o número real de pessoas eleitas, mudando para um perfil eleito para majoritariamente branco.

Além disso, o número de vereadoras trans, de fato, triplicou: de 11 em 2016 para 34 em 2020. No entanto, é importante mencionar que a eleição de vereadoras em 2020 representou o fim (ou a suspensão) de alguns mandatos anteriormente eleitos e que tentaram reeleição no legislativo municipal. Ou seja, das onze vereadoras eleitas em 2016 em todo o território nacional, apenas uma conseguiu garantir a sua reeleição. Como apontado por Mendes e Barbabela (2021), essa dinâmica se estabeleceu mesmo com algumas vereadoras terem conquistado um número expressivo de votos, principalmente em municípios do interior – o que acaba por corroborar nossa argumentação sobre as compreensões e significados dessas candidaturas como sendo simbólicas e também benéficas a diferentes partidos políticos.

Por fim, torna-se interessante discutir a respeito do porte dos municípios que elegeram pessoas LGBTI+ em 2020. Conforme os dados apresentados no Quadro 3, foram eleitas 33 vereadoras LGBTI+ em municípios de grande porte ($x > 500$ mil habitantes), 31 em municípios de médio porte ($500 \text{ mil habitantes} < x < 100 \text{ mil habitantes}$) e 67 em municípios de pequeno porte ($< 100 \text{ mil habitantes}$). Esse cenário apresenta novas dinâmicas de representação política que aquelas de anos anteriores (Mendes; Barbabela, 2021), assim, acredito ser necessário apresentar uma breve comparação com as eleições de 2016.

QUADRO 3. RELAÇÃO TIPO DE MUNICÍPIOS POR NÚMERO DE PESSOAS LGBTI+ ELEITAS (2016 E 2020)

Tipo de município	Número de pessoas LGBTI+ eleitas em 2016	Número de pessoas LGBTI+ eleitas em 2020
Pequeno Porte	22	67
Médio Porte	14	31
Grande Porte	8	33

*Os dados referentes ao porte do município foram retirados do último Censo do IBGE realizado em 2010.

Fonte: Elaboração própria, com base em Reis (2016), Santos (2016), Antra (2016; 2020), TSE (2016, 2020), Censo (2010) e Barbabela (2020)

De forma geral, observamos nas eleições de 2016 uma preponderância de pessoas LGBTI+ eleitas nas cidades do interior do país. Nessas localidades, como já exposto em outro momento, haveria uma série de fatores, como uma maior proximidade entre as candidatas com o eleitorado, a existência de dinâmicas locais que perpassam por experiências de raça, classe, geração e, principalmente, família, e que permeiam as relações com essas agentes possibilitando

sua eleição. Esse dado é interessante uma vez que existe a percepção de que as capitais seriam lugares mais abertos para pessoas LGBTI+ e suas propostas (Barbabela, 2022).

Porém, não era bem essa a dinâmica percebida. Como exemplo, temos a cidade de São Paulo que, em 2016, elegeu o primeiro vereador LGBTI+ negro filiado a um partido de direita com pautas conservadoras (Fernando Holiday/DEM-São Paulo/SP). Enquanto isso, no interior, diversas cidades de pequeno e médio porte passaram a eleger pessoas LGBTI+, muitas delas com pautas progressistas e em convergência com os movimentos LGBTI+.

Em 2020, essa dinâmica parece ter mudado. Nessas eleições, ainda podemos observar uma continuidade no que tange a maior presença de pessoas LGBTI+ eleitas em municípios de pequeno e médio porte, havendo inclusive 11 (onze) cidades que elegeram mais de uma vereadora LGBTI+. O que mudou foi que em municípios de grande porte, incluindo as capitais, aumentou expressivamente o número de pessoas eleitas. Quando focamos nas capitais, percebemos que em 2020 foram eleitas 26 vereadoras em 12 capitais brasileiras, um número superior às eleições anteriores que elegeram apenas 8 (oito) vereadoras em 6 (seis) capitais. Em 2020, sete (7) foram eleitas em Belo Horizonte, seis (6) em São Paulo, e em Belém, Rio de Janeiro e Natal (duas vereadoras em cada município). Além do mais, Aracaju, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Luís elegeram uma vereadora LGBTI+ em cada município.

O levantamento nos permite ainda refletir a respeito da diversidade e das múltiplas dimensões que perpassam as vivências das vereadoras LGBTI+ que adentraram a política institucional em 2020. Fatores como gênero, raça/cor, faixa etária, partido político e outros demonstram os paradoxos de um cenário ainda pouco conhecido entre nós, mas extremamente rico no que tange às dinâmicas de representação política LGBTI+ no Brasil. Além disso, o aumento expressivo no número de eleitas pode apontar para um novo enquadramento no que se refere à institucionalidade, que tem sido entendida enquanto uma esfera de luta e reivindicação de direitos para esses segmentos. Pretendemos sustentar essa argumentação com a análise das entrevistas e dados nos próximos capítulos.

PARTE II. UMA COLCHA DE RETALHOS COLORIDOS: FRAGMENTOS DE VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DAS VEREADORAS LGBTI+ ELEITAS EM 2020

Todo esse nosso caminho passou pelo trajeto de compreensão das motivações da pesquisa, pelos apontamentos metodológicos por trás dela, pela breve (e longa) história dos ativismos e movimentos LGBTI+ em nosso país, para finalizarmos com esse grande quadro da representação política LGBTI+. Tudo o que foi pontuado, discutido e analisado nas páginas anteriores servirão de base para o desenvolvimento da Parte II.

Essa nova “etapa” da pesquisa possui uma importância singular para nós pesquisadoras. Durante cada fala, cada olhar e cada movimento corporal criamos um vínculo profundo com cada uma das interlocutoras. Mesmo com aquelas com as quais achávamos que não criaríamos uma conexão, fomos surpreendidas por um sentimento de pertencimento. Percebemos que algumas vivências, por mais únicas que sejam, estão presentes nas nossas vidas. Além disso, ficou claro que nossas lutas para a construção de uma sociedade livre da discriminação e do preconceito são compartilhadas, pelo menos em alguma medida.

Pontuamos que há um nervosismo particular na escrita da parte II da Tese. Talvez ela seja a maior contribuição que o texto tem para a nossa sociedade, para os movimentos LGBTI+ e para a própria Ciência Política – que precisa se abrir e ver que o mundo mudou e que é necessário estudar essa nova realidade que nos cerca. Trabalhamos intensa e exaustivamente para que cada sentença escrita, cada citação usada e cada sentimento emanado por cada interlocutora tenha recebido o cuidado e a atenção que merecem.

CAPÍTULO 04. CONDICIONANTES POLÍTICO-SOCIAIS DAS VIDAS DAS VEREADORAS ELEITAS EM 2020

4.1 Introdução

Os estudos relativos às carreiras políticas têm buscado entender as diferentes formas como as dimensões institucionais do sistema eleitoral e partidário impactam a construção de rotas em direção à institucionalidade (Marques, 2012; 2021). A discussão base da área se desenvolve a partir do paradoxo da individualização das experiências de cada pessoa na política *versus* o compartilhamento de padrões vivenciados. É exatamente essa discussão que gera a divergência de perspectivas no campo.

Nesse sentido, é importante pontuar que a presente Tese se desenvolve a partir dos estudos de carreiras políticas por meio de uma abordagem compreensiva e interpretativa da sociologia política, em conformidade com os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, sobretudo, por Marques (2012; 2021). A autora, em sintonia com outras acadêmicas da área da Ciência Política (Scott, 1989; Phillips, 1995, 1998; Matos, 2009; Mucciaroni, 2011; Rezende, 2019), vem buscando desmistificar a ideia de indivíduo neutro e racional, mostrando como gênero e raça/cor afetam diretamente o processo eleitoral no que tange aos padrões de recrutamento partidário, financiamento de campanha, participação interna nos partidos, entre outros focos de estudo. O que se torna evidente nesses trabalhos, e o que a presente Tese busca evidenciar, é o (não) lugar ocupado pelas lentes de sexualidade e gênero (não cisgênero) nessas análises.

Para as LGBTI+, por se tratar de um grupo heterogêneo entrecruzado por diferentes marcadores sociais da diferença, é importante compreender quais são as dimensões que impactam mais as respectivas experiências dessas agentes no processo eleitoral e quais seriam os compartilhamentos de padrões identificados em outros grupos mais visibilizados e trabalhados na Ciência Política (Tremblay, 2017; Pereira, 2018; Reynolds, 2019; Wagner, 2019). Essa aproximação com os estudos de representação de mulheres e pessoas negras possibilita o estabelecimento de uma ponte teórica com as investigações feministas na Ciência Política.

É nesse sentido que Santos (2016) aponta para a existência de uma relação próxima entre LGBTI+ e as mulheres cis heterossexuais, uma vez que, no Brasil, tais grupos encontrariam dificuldades similares no processo de entrada e permanência na vida pública, sendo possível estabelecer um paralelo entre as experiências desses grupos. Porém, é importante

ressaltar os limites dessa aproximação ao compreendermos que as pessoas LGBTI+ não representam um grupo homogêneo de indivíduos. Apresentam perfis diferentes que perpassam por marcadores como gênero, raça, escolaridade, classe, entre outros. Essa intersecção de marcadores acaba por complexificar ainda mais as vivências dessas pessoas. Assim, nem todas as experiências são compartilhadas entre as pessoas LGBTI+ e as mulheres.

Essa dificuldade em adentrar e se manter nos espaços institucionais formais pode ser explicada, em grande parte, pelo seu caráter generificado. Nos partidos políticos, por exemplo, a dimensão de gênero (e raça, assim como, sexualidade) constitui um relevante eixo de hierarquização e desigualdade e seus objetivos e estratégias são fundamentadas em normas relacionadas a definições a respeito do que se compreende por masculinidades e feminilidades. Diversas pesquisas, como aquelas organizadas por Matos (2009), Rezende e Silva (2018), Rezende (2019), Rezende, Sarmento e Tavares (2020), entre outras, destacam o grau em que filiadas influenciam as estratégias partidárias, eleitorais e organizacionais, bem como a ideologia partidária, o tamanho dos partidos, as características de sua base social e a relação entre partidos e movimentos sociais.

Assim, nesse primeiro capítulo da nossa parte empírica, buscaremos apresentar o que chamamos de condicionantes políticos e sociais da eleição e atuação dessas vereadoras, ou seja, ressaltar diferentes dinâmicas que permeiam a vivência das lideranças e que as ajudaram a alcançar o sucesso eleitoral. Antes de darmos início ao “Raio X” das nossas interlocutoras de pesquisa, organizamos as informações no quadro abaixo de forma a facilitar a compreensão do cenário.

QUADRO 4. APRESENTANDO AS VEREADORAS

VEREADORA	PARTIDO	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RAÇA/COR
BIA CAMINHA	PT	Cisgênero	Bissexual	Preta
CAROLINA IARA	PSOL	Transgênero	Bissexual	Preta
DANIEL CABRAL	PCdoB	Cisgênero	Gay	Branca
FILIPA BRUNELI	PT	Transgênero	Heterossexual	Branca
GILVAN MASFERRER	DC	Transgênero	Heterossexual	Parda
ICARO REVELES	PDT	Cisgênero	Gay	Parda
IZA LOURENÇA	PSOL	Cisgênero	Bissexual	Preta
JHONATAN ALVES	PT	Cisgênero	Gay	Preta
JOÃO FELIPE	DEM	Cisgênero	Gay	Branca
LILIA KARPUNA	Republicanos	Cisgênero	Lésbica	Indígena
LINS ROBALLO	PT	Transgênero	Heterossexual	Preta
NOEL HENRIQUE	PDT	Cisgênero	Gay	Indígena
WAGNER KAKINHA	PSC	Cisgênero	Gay	Parda

Fonte: autoria própria

4.2 Raio X: apresentando nossas interlocutoras

Compreender quem são as nossas interlocutoras de pesquisa se torna um elemento essencial para o desenvolvimento do presente capítulo. Por meio da identificação de dimensões da vida pessoal de cada uma, é possível construir um panorama de possibilidades do que é possível ser vivido e de como isso ocorre. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar brevemente as nossas colegas que compartilharam com tanta boa vontade diversos conhecimentos e reflexões sobre suas experiências e realidades. Advertimos que elas caminharão conosco dialogando uma com a outra ao longo das análises realizadas no restante dessa grande jornada conhecida como Tese de Doutorado.

FIGURA 20. BIA CAMINHA – PARTIDO DOS TRABALHADORES



Fonte: Página da vereadora Bia Caminha no Instagram⁶⁶

A vereadora Bia Caminha nasceu na cidade de Belém no estado do Pará no dia 12 de março de 1993.

Sou filha de duas pessoas que são daqui. Nós somos netas de vários imigrantes assim, né, não de de outros lugares do mundo, também, né, de África, mas de várias outras regiões do país. Sou neta de dois nordestinos, né? Sou neta também de duas pessoas do interior do estado, sou bisneta de uma mulher indígena, de um homem negro. Sou filha de um homem negro. (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém do Pará/PA)⁶⁷

Desde jovem Bia esteve envolvida com a Universidade Federal do Pará (UFPA), fosse por meio das aulas de violoncelo na EMUFPA - Escola de Música da UFPA ou como bailarina clássica na ETDUFPA – Escola de Teatro e Dança da mesma universidade.

Bia nos conta que com quatro anos de idade adentrou a universidade por meio de um projeto de extensão. Em 2017 iniciou a sua graduação em Arquitetura e Urbanismo e “me filiei no PT com 18 anos de idade, meu aniversário de 18 anos.” (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém do Pará/PA). A relação com o Partido dos Trabalhadores ocorre por Bia ser filha de um militante e um dos fundadores do partido no estado do Pará – “mas que nunca foi parlamentar nem nada, só ajudava a construir” (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém do Pará/PA).

⁶⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4dj9-huM1Z/?igsh=bXpqZnNwc3Z2NDR3>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

⁶⁷ Para a reprodução das transcrições das entrevistas realizamos pequenas modificações ao retirar algumas expressões que são importantes na oralidade, mas que na expressão escrita ficam redundantes.

A vereadora Bia Caminha se entende enquanto uma mulher jovem, cisgênera, preta e bissexual. Foi eleita em 2020 para o seu primeiro mandato como vereadora da cidade de Belém/PA pelo Partido dos Trabalhadores (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

FIGURA 21. CAROLINA IARA/BANCADA FEMINISTA – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE



Fonte: Página da covereadora Carolina Iara no Instagram⁶⁸

A covereadora Carolina Iara nasceu na zona leste da cidade de São Paulo/SP. Carolina é uma mulher diversa em todos os sentidos.

A Carolina é escritora, a Carolina é poeta, Carolina é cientista social, [*e designer*] Carolina, é, eu tenho aí uma trajetória de uma década no serviço público municipal de 2011 a 2020, né, quando eu fui eleita. Trabalhei com vítimas de violência num hospital público. Eu era assistente de políticas públicas na prefeitura da Secretaria municipal e ativista pelos direitos sociais e humanos em geral. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Em 2023, a vereadora se tornou mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), desenvolvendo uma dissertação sobre os trabalhos das pessoas vivendo com HIV negras.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CwgO965vn7A/?igsh=bGpkb3Z5MTh4cDRm>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

Sua entrada na política e nas lutas sociais ocorreu em grande parte através da figura de seu tio-avô Francisco que foi expedicionário de guerra e que mantinha longas conversas sobre marxismo e desigualdades sociais com Carolina, marcando-a de uma forma especial.

Carolina se identifica como sendo uma mulher intersexo, travesti, negra, bissexual e que vive com HIV/Aids. No ano de 2020, Carolina Iara foi eleita junto com outras mulheres (a Bancada Feminista) para o seu primeiro mandato como vereadora da cidade São Paulo/SP pelo Partido Socialismo e Liberdade. Em 2022, a Bancada Feminista foi reestruturada⁶⁹ e eleita para assumirem como Deputadas Estaduais pelo PSOL (Uol, 2022; Diadorin, 2023; Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

FIGURA 22. DANIEL CABRAL – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



Fonte: Página do vereador Daniel Cabral no Instagram⁷⁰

O vereador Daniel Cabral nasceu e cresceu na cidade de Viçosa no estado de Minas Gerais. Nascido no dia 06 de janeiro de 1997, Daniel é apaixonado e se orgulha profundamente pelo Doce de Leite de Viçosa e adora falar sobre isso.

Segundo Daniel,

⁶⁹ As membras da Bancada Feminista foram alteradas na segunda corrida eleitoral.

⁷⁰ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C1MzkDRulDt/?igsh=MW1lbmNpYzQ5NHR1cQ==>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

E aí assim, eu sempre fui um ser político, não com essa trajetória que todo mundo tem de mundo acadêmico, DCE, coisas assim. Mas eu sempre falo isso, mas eu sempre fui politizado pelo próprio cinema, assim, sabe? Eu brinco que falo que o cinema fez de mim quem eu sou, era uma, é, como se fosse uma válvula de escape, porque quando você é gay e você é gay em uma família extremamente religiosa, tradicional, você fica muito, enfim, angustiado, com muito medo. (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

Sua infância e parte da adolescência se deu dentro de uma igreja evangélica onde sua sexualidade era encarada como um problema a ser escondido. Ao finalizar o Ensino Médio, Daniel foi aprovado em dois vestibulares, para o curso de Ciências Sociais e Direito, porém optou por iniciar Ciências Sociais. “Por que que eu quis fazer Ciências Sociais? Porque eu entendia que, dado a minha questão política eu já sabia que eu iria me candidatar uma hora ou outra.” (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG). Desde muito novo, Daniel sentia que queria entrar para a política.

Daniel tornou-se bacharel em Ciências Sociais e logo ingressou no Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) – tornando-se mestre anos mais tarde. O vereador se entende enquanto um homem jovem, cisgênero, branco e gay. Foi eleito em 2020 para o seu primeiro mandato como vereador da cidade de Viçosa/MG pelo Partido Comunista do Brasil (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

FIGURA 23. FILIPA BRUNELLI – PARTIDO DOS TRABALHADORES



Fonte: Página da vereadora Filipa Brunelli no Instagram⁷¹

- Quem é Filipa?
- Nossa, que complexo. Quem é Filipa, hein? Vixe, tem um tempão que eu não me revisito assim, mas vamos lá bem! (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP).

A vereadora Filipa Brunelli nasceu e viveu na periferia da cidade de Araraquara no estado de São Paulo no dia 29 de setembro de 1992. A vereadora nos conta que sua formação política teve início em sua infância.

Quando eu vi a dificuldade dos meus pais, por exemplo, é, em não ter casa e não ter habitação, em passar fome e ter que ter esses cores, né, porque acontece na periferia. Eu passo, também, quando criança, com os seus pais. Então eu acho que ali começa meio que a me formar um agente político. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP).

Desde então, Filipa tem participado prontamente dos ativismos, principalmente, o LGBTI+ em sua cidade. No ano de 2016, após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, Filipa decidiu se filiar ao Partido dos Trabalhadores.

Em 2018, iniciou o curso de Ciências Sociais na Universidade Paulista (UNIP). Durante o primeiro mandato do prefeito Edinho (2018), foi convidada para assumir o cargo de Assessora Especial de Políticas LGBT da Prefeitura Municipal de Araraquara.

⁷¹ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C43tbGgRx87/?igsh=MWYyMWZneW5laTNyaw==> >. Acesso em: 12 de abril de 2024.

Filipa se entende enquanto uma mulher travesti, branca e heterossexual. É interessante pontuar que quando indagada sobre sua orientação sexual, Filipa destaca um processo de questionar os rótulos e caixinhas das sexualidades.

Vamos lá então, vamos, olha, é publicamente, é, eu digo que eu sou **uma mulher travesti heterossexual**. Porque eu só me relaciono com homem, né? É, meu direcionamento, **o meu desejo é por homens**, mas meu, eu estou num processo, não de me questionar, **mas questionar esses rótulos**, sabe? Porque o que eu quero, o que eu gosto é isso mesmo. Agora, **questionar esses rótulos porque a heterossexualidade ela pertence à binaridade de cisgênera**. Então, e aí, eu às vezes eu me pego, será que é uma forma de visibilizar as pessoas bissexuais? O que que é bissexualidade? Então, assim, **eu me identifico como uma pessoa heterossexual, mas eu passo por um processo de questionar todos esses rótulos que eu sei que é importante na sociedade que a gente vive**. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP).

Esse processo constante de se descobrir e de questionar as dinâmicas impostas sobre os corpos LGBTI+, em especial os corpos trans, é que levou Filipa a um reconhecimento local, estadual e federal quando se trata da luta LGBTI+. A vereadora foi eleita em 2020 para o seu primeiro mandato na cidade de Araraquara/SP pelo Partido dos Trabalhadores (Tribunal Superior Eleitoral, 2024; Câmara Municipal de Araraquara, n.d.).

FIGURA 24. GILVAN MASFERRER – DEMOCRACIA CRISTÃ



Fonte: Página da vereadora Gilvan Masferrer no Instagram⁷²

⁷² Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C3skj1sLned/?igsh=cTl2dDU5ZWh5bnpj>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

Eu sonhei com a vida pública desde criança, eu sonhei em poder representar a comunidade, representar as pessoas esquecidas, as pessoas de periferia, os negros, o público LGBTQIAP+. (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

A vereadora Gilvan Masferrer nasceu no dia 09 de junho de 1990, na cidade de Buritizeiro no estado de Minas Gerais. A vida de Gilvan é marcada por constantes desafios. Aos quatro anos perdeu seu pai e aos dez se mudou para Uberlândia com seu irmão e mãe para viver na casa de uma família, na qual sua mãe trabalhava como doméstica.

A inconformidade com o sexo de seu nascimento fez com que Gilvan precisasse lutar desde muito jovem em todos os lugares que ela ocupava. Gilvan nos contou sobre uma série de situações de preconceito e LGBTIfobia que sofreu por parte da comunidade escolar. Além dos xingamentos, vivenciou uma série de violências físicas, até que a diretora da escola, uma mulher lésbica, chamou sua mãe para conversar e passou a apoiar Gilvan em sua trajetória escolar.

Gilvan nos contou que em 2013 foi vítima de um episódio LGBTIfóbico que marcou a cidade de Uberlândia. Gilvan foi apedrejada, o que fez com que perdesse 26 dentes e 6% de massa encefálica. Concluiu o Ensino Médio, trabalhou como atendente de telemarketing e aos 19 anos tornou-se manicure. Gilvan chegou a trabalhar na Câmara Municipal de Uberlândia e nos relatou que

a pessoa que trabalhava comigo de funcionário, virava para mim e falava bem assim: "Gilvan, tira os brincos, senão você vai ser **demitido**. Gilvan, tira esse anel. Ou pra que que você vem com as unhas pintadas?" Cheguei a trabalhar uma semana, eu tava com o esmalte preto, com as mãos escondidas. E uma vez a pessoa que trabalhava me chamou lá e falou pra mim, "**olha, o seguinte, você usa vestido nos finais de semana. Você usa batom**. Qual é o perfil que eu busco?" Tanto que eu não podia vir com meu cabelo solto, cabelo sempre preso. E aí você vai imaginando a minha dor e a minha agonia. (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

A violência vivida parece ter sido um elemento potencializador e motivador para sua entrada na vida política. A vereadora Gilvan se entende enquanto uma mulher trans, parda e heterossexual. Gilvan foi eleita em 2020 para o seu primeiro mandato como vereadora da cidade de Uberlândia/MG pelo Partido Democracia Cristã (Tribunal Superior Eleitoral, 2024; Câmara Municipal de Uberlândia, n.d.).

FIGURA 25. ICARO REVELES – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA



Fonte: Página do vereador Icaro Reveles no Instagram ⁷³

O vereador Icaro Gibran Reveles nasceu na cidade de Várzea Grande no estado do Mato Grosso no dia 20 de outubro de 1988. É filho de pai jornalista e mãe professora, ambos servidores públicos efetivos da Prefeitura de Várzea Grande. Após se formar na faculdade de Direito, em 2011, Icaro passou a atuar na garantia de direitos para os servidores municipais. Conforme nos conta,

quando eu me formei, minha mãe pediu "Icaro, eu preciso que você ajude.". [...] minha mãe falou "Icaro, eu preciso que você nos ajude, né, os professores, a gente está...tem muitos problemas para enquadramento, para progressão na carreira". Então, eu comecei advogando nesse circuito e aí eu já acabei sendo bem conhecido na prefeitura de Várzea Grande por advogara favor dos servidores, né? (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Essa atuação, aliada ao reconhecimento dos pais de Icaro na comunidade, possibilitou que ele construísse um conhecimento especializado sobre direito administrativo e das próprias dinâmicas e estruturas da Prefeitura. Icaro passou a trabalhar no Executivo municipal a partir de seus 17 anos. Futuramente, o vereador se formou na pós-graduação em Direito do Consumidor, em Processo Civil e em Direito Administrativo. Além da formação acadêmica e profissional, Icaro é conhecido também em sua cidade como atleta de handebol, esporte que pratica e compete há mais de 20 anos.

⁷³ Disponível em:

< <https://www.instagram.com/p/CUBkikOsrOo/?igsh=MXRjbG50NXRpaWpoag%3D%3D>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

Icaro se entende enquanto um homem, cisgênero, pardo e gay. Foi eleito em 2020 para o seu segundo mandato como vereador da cidade de Várzea Grande/MT pelo Partido Democrático Trabalhista. Sua primeira eleição ocorreu no ano de 2016 quando se tornou vereador do seu município pelo Partido Socialista Brasileiro. Além disso, antes da filiação e de concorrer à vereança pelo PSB em 2016, Icaro era filiado ao DEM (Tribunal Superior Eleitoral, 2024; Icaro Reveles, n.d.).

FIGURA 26. IZA LOURENÇA – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE



Fonte: Página da vereadora Iza Lourença no Instagram⁷⁴

A vereadora Iza Lourença nasceu e cresceu nas periferias da cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais no dia 01 de setembro de 1993. Nos primeiros anos de vida, sua família morou no município de Santa Luzia e aos seis anos, Iza mudou-se com sua família para o bairro Minas Caixa, na região de Venda Nova, Belo Horizonte. Foi no Bairro Minas Caixa que Iza passou grande parte da sua vida escolar como estudante de escola pública.

Aos quinze anos, a vereadora passou a ter contato com a descoberta da sua orientação sexual, se apaixonando e começando um namoro com sua melhor amiga. Iza nos conta que a reação de seus pais foi complexa e nos reporta uma fala interessante para pensar o papel da interseccionalidade já naquele momento na vida da vereadora.

⁷⁴ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C3-St5ZuXUw/?igsh=MjU4ajN3cjVzbDJk>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

Lembro assim da minha mãe falando “**ah, já é preta, pobre, mulher e agora você quer ser lésbica?**”. Porque na época também, nem eu, e muito menos a minha família, tinha compreensão de qual era a minha afirmação de orientação sexual, eu também não estava nem preocupada com isso na época. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

Durante seu último ano de Ensino Médio, Iza trabalhava e frequentava o cursinho popular. A sua entrada na Universidade foi um marco, e a partir desse momento, a vereadora passou a ter mais contato com o movimento estudantil e com coletivos feministas e de igualdade racial. Com 17 anos, Iza compreendeu a sua bissexualidade e passou a se entender enquanto uma mulher cisgênera e preta. Ao longo de nossa conversa, Iza nos contou sobre seu trabalho como bilheteira do Metrô de Belo Horizonte e como suas lutas e pautas de defesa foram sendo construídas. No processo eleitoral de 2020, Iza estava casada com seu companheiro e já era mãe de sua filha Ana Victória.

Um ponto importante a se ressaltar é que antes de ser eleita pelo PSOL, Iza já possuía uma vivência partidária no PSTU, conforme nos conta

E aí foi nesse momento que eu estava ali, né, nessa situação política que eu entrei no PSTU e pra mim tinha uma coerência muito grande naquele momento de luta contra opressões vinculada à luta de classes, né? A luta contra o capitalismo, a luta de organização dos trabalhadores, em organizações de classe mesmo. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

Sua saída do partido esteve condicionada por desacordos internos, principalmente aquele ocorrido durante e após o *impeachment* da presidenta Dilma. Após a saída do PSTU, Iza passou a integrar o corpo de militantes do PSOL e a participar de alguns processos eleitorais como aquele do ano de 2018. Em 2020, foi eleita para o seu primeiro mandato como vereadora da cidade de Belo Horizonte/MG pelo Partido Socialismo e Liberdade (Tribunal Superior Eleitoral, 2024; Iza Lourença, n.d.).

FIGURA 27. JHONATAN ALVES/COLETIVO NÓS – PARTIDO DOS TRABALHADORES

Fonte: Página do vereador Jhonatan Soares no Instagram⁷⁵

O vereador Jhonatan Soares nasceu na cidade de Santa Rita no estado do Maranhão no dia 01 de janeiro de 1989. Jhonatan é residente do bairro Cidade Olímpica, uma região considerada uma das maiores ocupações urbanas da América Latina, sendo fruto da luta dos movimentos por moradia (Wikifavelas, n.d).

Então, eu resido nessa região que é onde eu trabalhava e ali, é, eu dava aula na comunidade, trabalhar com crianças, adolescentes e jovens. Foi pra mim, foi muito importante naquele momento, né, para conhecer melhor a realidade da minha comunidade, do meu bairro, das crianças, dos adolescentes e jovens. As dificuldades que passam. O teatro também me ajudou muito nesse sentido. Depois eu comecei a me engajar numa organização social chamada Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, que é uma fundação vinculada à igreja católica, daqui da Cidade Olímpica, é, ela desenvolve projetos sociais, projetos na área de saúde pra criança e adolescente, projeto de educação. Tinha uma Rádio Comunitária, então eu fazia parte da produção do programa da Rádio Comunitária, que era feito todo por jovens. Eu dava aula de teatro. Projeto educacional com crianças e era voluntário na organização, né, na entidade e aí fiquei durante muito tempo voluntário nessa organização (Jhonatan Alvez, Coletivo Nós, 34 anos, PT, São Luís/MA)

Com uma participação ativa na vida da comunidade, a entidade logo indicou Jhonatan para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, sendo eleito com 21 anos o conselheiro mais jovem do Maranhão⁷⁶. Esteve também envolvido em diversas atividades como a criação do grupo de teatro Gamar (Grupo de Arte Maria Aragão) e a Pastoral da Juventude.

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cm5BsPapDx3/?igsh=MWo3dHUXM2M5anVoeg%3D%3D>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

⁷⁶ Importante ressaltar que a carreira eleitoral de Jhonatan é anterior a sua eleição à vereança.

Em 2015, no seu último ano de mandato como Conselheiro, Jhonatan abriu mão do cargo após um convite do então Governador eleito, Flávio Dino, que o convidou para trabalhar na Secretaria de Juventude do governo do Estado. No mesmo período entrou na faculdade por meio do PROUNI e cursou Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Espanhol. Anos mais tarde realizou uma especialização em Direitos Humanos e em Gestão Pública. Além disso, Jhonatan é mestrando em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais.

Jhonatan se entende enquanto um homem cisgênero, preto e gay. Foi eleito em 2020, junto com o Coletivo Nós, para o seu primeiro mandato como vereador da cidade de São Luís/MA pelo Partido dos Trabalhadores (Tribunal Superior Eleitoral, 2024; Coletivo Nós, n.d.).

FIGURA 28. JOÃO FELIPE - DEMOCRATAS



Fonte: Página do vereador João Felipe no Instagram⁷⁷

O vereador João Felipe nasceu e cresceu na cidade de Barreiras, no “Oeste da Bahia, bem mais perto de Brasília do que de Salvador” (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA), no dia 31 de março de 1992.

Sou filho de uma cearense, dona Luciene e de um barreirense, de um baiano, sr. Jackson. Minha mãe veio para cá junto com o Quarto Batalhão de Engenharia e construção na década de 70, né, [...] com o intuito de, é, trazer o progresso para essa região, abrir estrada, [...] ligado ao Ministério dos transportes. [...] Meu avô veio com

⁷⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C3dsvFfvi6W/?igsh=OHpkNDA4cXkxbjkw>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

os filhos e aí vem minha mãe, aqui conhece meu pai. Eu sou filho do meio. (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

A trajetória política de João teve início no movimento estudantil. Durante o fundamental II, esteve como presidente de Grêmio de sua escola. João nos conta que morava em um bairro periférico da cidade com seus pais, sua mãe era professora e seu pai motorista de ônibus, porém no período escolar saiu da periferia para estudar no centro entrando em contato com uma outra realidade. Após a sua eleição e posterior reeleição no grêmio, João relembra que a diretora

me pega no braço e fala, "você vai ser vereador dessa cidade" e aí eu guardei aquilo pra mim e fui...e fui me empolgando com essa possibilidade, né? Até porque trago comigo essa característica de ser líder, de liderar, enfim, e daí, é, comecei a amadurecer essa ideia, mesmo muito jovem. Na época, eu lembro que era a época de ascensão do MSN. Aí eu criei um MSN. Assim João Felipe vereador 2012, que a minha ideia era ser candidato em 2012. (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Sua atuação no movimento estudantil continuou em 2009, quando iniciou seu Ensino Médio no CEFET, atual IFBA, participando de manifestações e atos como, por exemplo, contra o aumento das passagens de ônibus. No mesmo ano, enquanto trabalhava no Jornal Novo Oeste, passou a ter contato com uma Deputada Estadual que havia acabado de se eleger Prefeita do município.

João se emancipou aos 16 anos para assumir um cargo na gestão tornando-se Coordenador de Políticas Públicas para a Juventude. No ano de 2011, se filiou ao PCdoB, "seu partido do coração", e ingressou na União da Juventude Socialista, UJS. Naquele período, João era graduando do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia e participava ativamente do Diretório Acadêmico do curso.

Nesse sentido, a luta pela educação tornou-se uma pauta importante da liderança. João Felipe nos conta um episódio que o marcou muito e que sentiu necessidade de compartilhar conosco durante nossa conversa. Antes de ser eleito para seu primeiro mandato em 2016, João participou de uma marcha pela educação na Câmara Municipal de Barreiras. Naquela ocasião uma vereadora fez uso do microfone e disse "*senhor presidente, retira essa bixa louca dali*" (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA). O caso ganhou grande destaque na mídia local e regional sendo relatado por Ruan Melo no Portal G1 (FIG. 29).

FIGURA 29. ESTUDANTE ACUSA VEREADORA NA BA DE HOMOFOBIA: “CHAMOU DE BICHA LOUCA”

21/03/2014 18h34 - Atualizado em 21/03/2014 18h34

Estudante acusa vereadora na BA de homofobia: 'Chamou de bicha louca'

João Felipe conta que foi ofendido durante sessão da Câmara de Barreiras. Vítima foi à polícia e delegado vai ouvir os dois; ouça trecho de discussão.

Ruan Melo
Do G1 BA



João Felipe [de vermelho] durante confusão na Câmara de Vereadores de Barreiras (Foto: Fernando Pop/ www.fernandopop.com)

Fonte: Melo, 2014

No ano de 2016, João tinha a certeza que iria se candidatar à vereança e para isso precisaria pensar estrategicamente em um partido que poderia lhe garantir o sucesso eleitoral. Sua saída do PCdoB ocorreu também em função de um descontentamento a partir da escolha de um candidato a prefeito ao qual João sempre fez oposição. Sua primeira eleição ocorreu no ano de 2016, quando se tornou vereador do seu município pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Ao longo de sua trajetória, João se formou advogado pelo Centro Universitário Dom Pedro e se especializou em gestão pública e direito previdenciário. O vereador João Felipe se entende enquanto um homem cisgênero, branco e gay. Vive com o marido, com o qual é casado há 14 anos e se orgulha em ser “pai de *pet*”. Foi eleito em 2020 para o seu segundo mandato como vereador da cidade de Barreiras/BA pelo partido Democratas (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

FIGURA 30. KAKINHA DE JOÃO BATISTA - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO



Fonte: Página do vereador Kakinha de João Batista no Instagram⁷⁸

Vagno Alves ou Vagner Alves ou, como é conhecido em sua cidade, Kakinha nasceu na cidade de Nossa Senhora da Glória no estado do Sergipe no dia 01 de outubro de 1986. Kakinha nos contou que vive no povoado de Santa Rosa do Ermirio, no interior do município de Poço Redondo/SE.

É filho do fazendeiro João Batista do Clemente e Antonieta Alves Batista. Com nove anos de idade, o vereador perdeu sua mãe e passou a ser criado por uma irmã, que hoje considera como mãe. Ao longo da vida, Kakinha não teve uma vivência próxima com seu pai e não chegou a morar junto com ele, encontrava-o quando ia para a fazenda da família. Como veremos mais adiante, o seu pai foi uma figura central no processo da escolha por se candidatar e ele esteve ao lado do então candidato durante toda a campanha eleitoral.

⁷⁸ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C3dsvFfvi6W/?igsh=OHpkNDA4cXkxbjkw>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

O vereador Kakinha é conhecido em sua cidade devido ao seu Instagram. Como nos conta

fiz um Big Brother na minha casa e teve um monte de gente que acompanhou...quando, na final do Big Brother a frente da casa estava lotada de gente e tudo mais. Então, assim, eu sempre fui muito de povão, sabe? De mexer com pessoas, de estar no meio. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Kakinha se orgulha do trabalho desenvolvido via rede social que o auxiliou diretamente no processo eleitoral de 2020. O vereador utiliza a plataforma para realizar ações solidárias, eventos, além da produção de conteúdo próprio – como o Natal Solidário, um evento organizado por ele e divulgado por meio das redes sociais que busca arrecadar cestas básicas para a população em situação de vulnerabilidade.

Em suas redes sociais, Kakinha compartilha o seu amor pela Quadrilha Ouro Branco, nome que faz referência à riqueza do leite no município e às Vaquejadas. Como nos conta Kakinha, na Vaquejada, em sua cidade, um boi é solto na caatinga e diversos homens devem tentar capturar o animal. Como nos conta o vereador, essa é uma atividade muito famosa na região e que é marcada por muito machismo e LGBTifobia, Vagno participa e sente que muitos preconceitos são quebrados com sua presença no local.

Formado em Petróleo e Gás pela Universidade Tiradentes (UNIT) de Aracaju, possui também formação em Artes e Técnico em Enfermagem, mas pontua que não atua em nenhuma dessas áreas. Kakinha se entende enquanto um homem cisgênero, pardo e gay. Por mais que se entendesse como gay, foi apenas durante o processo eleitoral que Kakinha conseguiu falar abertamente sobre sua orientação sexual com seu pai e conseguiu sair, de uma vez por todas, dos armários de sua vida. Em 2020, foi eleito para o seu primeiro mandato como vereador da cidade de Poço Redondo/SE pelo Partido Social Cristão (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

FIGURA 31. LILIA KARIPUNA - REPUBLICANOS



Fonte: Página da vereadora Lilia Karipuna no Instagram⁷⁹

A vereadora Lilia Ramos Oliveira, mais conhecida como Lilia Karipuna, nasceu na cidade de Oiapoque, no estado do Amapá no dia 20 de agosto de 1990. A vereadora é indígena da etnia Karipuna e morou a maior parte da sua vida na aldeia do Manga no extremo norte do Amapá, quase na fronteira com a Guiana Francesa.

Lilia nos conta que sua formação política se deu dentro do movimento indígena. Desde seus 12 anos de idade, a vereadora já participava de grandes assembleias, reuniões, fóruns e conferências ao lado de caciques e de lideranças do movimento indígena. Como destaca “*os mestres da minha grande universidade de primeiro foi o movimento indígena*” (Lilia Karipuna, 33 anos, Patriotas, Oiapoque/AP). Foi ao lado dessas liderança que Lilia pôde compreender a fundo sobre a luta por direitos das populações indígenas em seu território e no Brasil.

Lilia é casada com sua companheira, Jaqueline Negrão, uma mulher não indígena. As duas vivem na cidade de Oiapoque, um lugar que, segundo Lilia, reproduz diversos preconceitos e violências que já foram superados nas aldeias. Essa vida na cidade e nas aldeias faz com que ela viva nesse trânsito constante para realizar seu trabalho como vereadora da cidade e para participar dos ritos e celebrações junto com seus pais e familiares.

Lilia se entende enquanto uma mulher cisgênera, indígena e lésbica. Foi eleita em 2020 para o seu primeiro mandato como vereadora da cidade de Oiapoque/AP pelo Partido Republicanos (Tribunal Superior Eleitoral, 2024). No dia 07 de março de 2023, dez dias antes

⁷⁹ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CbsVz5r1YR/?igsh=MTRIOWNpcjdwj13NQ==>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

da nossa entrevista, Lília se formou na graduação em Licenciatura Intercultural Indígena defendendo seu TCC em conjunto com sua irmã, Leonia Ramos Oliveira. O TCC versava sobre a atuação do Sistema de Proteção aos Índios (SPI) criado durante o governo de Getúlio Vargas entre os povos Karipuna na região.

FIGURA 32. LINS ROBALO – PARTIDO DOS TRABALHADORES



Fonte: Página da vereadora Lins Robalo no Instagram⁸⁰

A vereadora Lins Robalo nasceu na cidade de São Borja no estado do Rio Grande do Sul no dia 05 de junho de 1983. Lins se entende enquanto uma mulher travesti, preta e da periferia. É assistente social formada pela UNIPAMPA e nos contou que ingressou na Universidade no período do programa de ampliação das ofertas do Ensino Superior. Após terminar a graduação, Lins deu início ao seu mestrado em Ciências Sociais e a uma especialização em violência intrafamiliar.

Pela sua trajetória acadêmica aliada à atuação nos movimentos sociais da cidade, principalmente os movimentos LGBTI+ e aqueles ligados à cultura, a vereadora se tornou uma referência no campo cultural da região em que mora. A sua formação política, como destaca, ocorreu dentro de sua casa desde muito cedo. Sua mãe foi a fundadora do movimento LGBTI+ de São Borja, há mais de 15 anos.

⁸⁰ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C3dsvFfvi6W/?igsh=OHpkNDA4cXkxbjkw>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

Lins nos conta que sua mãe, percebendo a potencialidade das pessoas LGBTI+ dentro da casa dela – se referindo a Lins e seu irmão hoje falecido –, criou um espaço de valorização e de ajuda para pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes no município. Mesmo naquela época não sabendo o que exatamente estava construindo, a mãe de Lins “começou a instigar a gente a querer construir coisas que falassem sobre nós [...] sobre a nossa vivência no dia a dia” (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borja/RS). Futuramente, o movimento social virou uma organização chamada Girassol que até hoje luta em favor dos direitos LGBTI+. Foi eleita em 2020 para o seu primeiro mandato como vereadora da cidade de São Borja/RS pelo Partido dos Trabalhadores (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

FIGURA 33. NOEL HENRIQUE - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA



Fonte: Página do vereador Noel Henrique no Instagram⁸¹

O vereador Noel Henrique nasceu na cidade de Oiapoque, no estado do Amapá no dia 16 de dezembro de 1990. Noel é indígena da etnia Galibi Marworno e se entende enquanto um homem cisgênero gay. Sua formação política está intimamente ligada ao movimento indígena do qual faz parte desde sua juventude.

Noel relata que, desde 2012, discute a temática da população LGBTI+ dentro do movimento indígena, viajando para diversos eventos e diferentes cidades brasileiras. O vereador destaca que

em 2012 surgiu uma oportunidade, me convidaram pra participar de um encontro da Juventude Indígena em uma comunidade da BR onde se reuniram jovens indígenas

⁸¹ Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CuC8S-GLc_5/?igsh=MXV4Njlmc2w3dG9sdw==>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

das quatro etnias [*Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Gabili Kali'na*]. Foi ali que eu descobri que eu tinha um dom, eu falo dom, assim, um amor pelo movimento indígena. Desde então, 2012, após o término do encontro, eu fui estudar na cidade, tipo, eu saí da minha comunidade indígena e eu fui embora direto pra capital. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

A sua ida para capital fez com que Noel entrasse em contato com outros segmentos e se formasse ainda mais enquanto liderança, principalmente ao longo da sua graduação em Pedagogia.

Em 2020, antes do processo eleitoral, Noel ficou um período desempregado e logo foi convidado pelo Governador para trabalhar no Conselho Estadual de Educação. Foi por meio desse trabalho que o convite para concorrer à vereança ocorreu. O vereador foi eleito em 2020 para o seu primeiro mandato na cidade de Oiapoque pelo Partido Democrático Trabalhista (Tribunal Superior Eleitoral, 2024). Atualmente, é especialista em políticas públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e está cursando licenciatura intercultural. Noel, durante a entrevista, nos contou que é reconhecido nacionalmente por sua luta que alia a pauta das populações LGBTI+ com a indígena.

4.3 O que Bourdieu tem a dizer? Conversas sobre capitais, campos e *habitus* a partir das vidas de nossas interlocutoras

Quando nos referimos às possibilidades do que é provável que nossas vereadoras vivam ao longo do processo eleitoral, o que nos interessa aqui, particularmente, são os elementos socioculturais e materiais que foram acionados para sua eleição. Em outras palavras, interessa-nos compreender o “cultivo” dos capitais, a partir de uma noção bourdieusiana (Bourdieu, 1989), ou seja, a construção de um “crédito de reconhecimento” que possibilita a mobilidade social de indivíduos (da periferia em direção ao centro do campo). Para Bourdieu, existiria uma série de capitais, como: o capital econômico, o capital social, capital cultural, capital simbólico, que podem se desdobrar em outros mais específicos, como o capital político.

Nesse sentido, para Miguel (2003), o capital político estabelece uma relação de duas vias com as carreiras políticas, ou seja, é necessário capital para se ter sucesso na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos de posições hierárquicas mais elevadas representa um aumento desse capital para o indivíduo. Além disso, vale ressaltar que Bourdieu (1989) reconhece que determinados atributos tenderiam a facilitar (ou dificultar) o desenvolvimento desse capital, tais como escolaridade, renda, raça e gênero. Assim, de modo geral, o capital

político pode ser entendido como o reconhecimento social que permite que determinadas agentes tenham maior poder de decisão que outros no campo político.

Para fins da nossa pesquisa, utilizaremos esse entendimento de Bourdieu para compreender as possibilidades desigualmente distribuídas entre as agentes no campo político de lançarem as suas candidaturas e se manterem no jogo eleitoral. Justificamos, assim, a necessidade de se olhar para o perfil, trajetória, acesso a recursos simbólicos e materiais, para as relações com movimentos sociais, por exemplo, a fim de compreender como tais fatores contribuiriam para a legitimação das candidaturas nesse campo.

A nossa apresentação das interlocutoras da pesquisa foi um primeiro passo para compreendermos esse processo. Nas páginas que se seguem buscaremos apresentar algumas informações sobre a vivência das vereadoras que dialogam diretamente com as formulações teóricas de Bourdieu.

No que se refere ao conceito de capital político desenvolvido anteriormente no texto, não temos, no caso das vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020, nenhuma que ocupava um cargo eletivo superior à vereança. Conforme apontado pelo quadro abaixo, das trezes interlocutoras que participaram da Tese, apenas duas já haviam sido eleitas anteriormente e para o próprio cargo na vereança.

QUADRO 5. HISTÓRICO DE ELEIÇÃO DAS VEREADORAS ATÉ O ANO DE ELEIÇÃO

	Anterior	2016		2018		2020	
	Situação	Situação	Partido	Situação	Partido	Situação	Partido
Bia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PT
Carolina	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PSOL
Daniel	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PCdoB
Filipa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PT
Gilvan	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	DC
Icaro	N/A	Eleita Vereadora	PSB	Suplente Dep. Federal	PSB	Eleita	PDT
Iza	Não eleita Dep. Federal PSTU	N/A	N/A	Suplente Dep. Estadual	PSOL	Eleita	PSOL
Jhonatan	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PT
João	N/A	Eleita Vereadora	PTB	N/A	N/A	Eleita	DEM
Kakinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PSC
Lilia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	Republicanos
Lins	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PT
Noel	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Eleita	PDT

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

O próprio vereador Icaro Reveles, uma das reeleitas em 2020, pontuou que a reeleição foi mais fácil uma vez que já possuía conhecimento sobre os mecanismos políticos locais

enquanto outras “candidatas de primeira viagem” não usufruíam desse privilégio – é o que a Ciência Política chama de “vantagem do incumbente”. Porém, a não ocupação de um cargo hierarquicamente superior não significa que essas vereadoras não possuíam algum capital político. Por meio das entrevistas ficou evidente a existência de outras dinâmicas que afetaram a consolidação dessa esfera de influência e poder como, por exemplo, a ocupação de cargos institucionais prévios e não eletivos.

Dentro desse grupo podemos destacar Filipa Brunelli, que ocupou o cargo de Assessora Especial de Políticas LGBT da Prefeitura de Araraquara, ou então Noel Henrique, que atuou no Conselho Estadual de Juventude do Amapá – um cargo muito visado e importante, principalmente entre as comunidades indígenas. A ocupação desses cargos ocorreu a partir do reconhecimento de seus pares de que tais lideranças possuíam uma formação acadêmica/universitária que as possibilitava atuar em prol de determinada pauta. Buscamos ao construir os quadros 6 e 7 identificar o nível de escolaridade de nossas interlocutoras e suas respectivas áreas de formação.

QUADRO 6. NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Nível	Eleitas
Ensino Médio Completo	Gilvan
Graduação (concluída ou em andamento)	Bia, Filipa, Iza, Kakinha, Lilia e Noel
Especialização (concluída ou em andamento)	Icaro
Mestrado (concluído ou em andamento)	Carolina, Daniel, Jhonatan, Lins

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

É interessante perceber que, das trezes vereadoras, apenas uma somente terminou o Ensino Médio Completo. A formação universitária constrói, o que as vereadoras pontuaram, um caráter mais técnico e profissional para se fazer política – o que, por sua vez, não apagaria a importância da experiência com os ativismos e os movimentos sociais. Além disso, temos quatro vereadoras que são mestras ou que estão finalizando o mestrado com temáticas voltadas para Ciências Sociais, Administração Pública e Políticas Públicas.

Importante pontuar que o nível de escolaridade de uma liderança é um filtro para a elite política de determinada localidade, uma vez que o ensino superior ao mesmo tempo que é um espaço de formação de redes (políticas) também é um ambiente de formação e treinamento para

esse grupo seletivo. No entanto, é importante pontuar que não estamos dizendo que as instituições de ensino qualifiquem, mas sim que o processo de passar por elas podem produzir vantagens políticas.

QUADRO 7. FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO DAS ELEITAS

Formação universitária	Eleitas
Arquitetura e Urbanismo	Bia Caminha
Artes	Kakinha de João Batista
Ciências Sociais	Filipa Brunelli, Daniel Cabral
Design Gráfico	Carolina Iara
Direito	Icaro Reveles, João Felipe
Educação Intercultural Indígena	Lilia Karipuna, Noel Henrique
Letras	Jhonatan Alves
Pedagogia	João Felipe, Noel Henrique
Petróleo e Gás	Kakinha de João Batista
Serviço Social	Lins Robalo

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

No que se refere à área de formação, a maior parte das vereadoras participantes ainda está ou já concluiu cursos das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, com exceção do vereador Kakinha que cursou a sua primeira graduação em Petróleo e Gás. Outro ponto interessante é que Noel Henrique, João Felipe e Kakinha de João Batista possuem mais de uma graduação concluída, demonstrando o valor da formação acadêmica para os vereadores. A ideia compartilhada por esses vereadores é que a formação acadêmica os tornaria mais atentos às dinâmicas sociais e a entender as formas de superação de problemas em nossa sociedade.

Além da formação, um ponto compartilhado durante as entrevistas pelas vereadoras diz respeito à relação com os ativismos e as lutas sociais. Estes parecem ocupar uma posição importante no que se refere ao reconhecimento do próprio campo político que, por sua vez, garantiria que as agentes tivessem um poder reconhecido de tomar decisões. Lilia Karipuna pontua que durante sua campanha as pessoas não queriam saber de suas propostas, pois já sabiam que estas eram comprometidas com a luta indígena de garantia de direitos, uma vez que Lilia por meio de seu ativismo se estabeleceu como uma forte liderança em seu território. Para sistematizar tais informações, construímos o quadro 8.

QUADRO 8. LIGAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS ANTES DA ELEIÇÃO

Tipo de movimento	Nomes
Movimento Estudantil secundarista	Bia Caminha, Filipa Brunelli, Iza Lourença, João Felipe
Movimento Estudantil graduação	Bia Caminha, Iza Lourença, João Felipe
Movimentos da Juventude	Lilia Karipuna, Noel Henrique
Movimento de valorização dos Esportes	Icaro Reveles
Movimentos de Saúde	Carolina Iara
Movimentos de valorização da Cultura	Jhonatan Alves, Lins Robalo
Movimentos de Bairro	Carolina Iara, Iza Lourença, Jhonatan Alves
Movimento de Moradia	Carolina Iara, Jhonatan Alves
Movimento LGBTI+	Carolina Iara, Filipa Brunelli, Gilvan Masferrer, Jhonatan Alves, Lins Robalo
Movimento de valorização dos Servidores Públicos	Icaro Reveles
Movimento de direito à cidade	Bia Caminha
Movimento Indígena	Lilia Karipuna, Noel Henrique
Movimento Feminista	Bia Caminha, Carolina Iara, Iza Lourença
Movimentos Religiosos	Jhonatan Alves
Movimento negro	Bia Caminha, Iza Lourença

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

O quadro nos indica pelo menos dois pontos muito importantes. O primeiro deles se refere ao fato de que ser LGBTI+ não significa necessariamente estar dentro do movimento social: apenas cinco vereadoras pontuaram participar ativamente dos movimentos em seus municípios e das cinco, quatro são mulheres trans e travestis. Como veremos nos capítulos posteriores, principalmente no capítulo 06, a participação em movimentos sociais e nas respectivas pautas são compreendidas por cada candidata de forma diferenciada.

O segundo ponto interessante diz respeito à multiplicidade de movimentos sociais presentes nas entrevistas das vereadoras. Parece haver um processo de expansão de ligações a partir do sentimento de pertencimento a alguma pauta. Assim, se inicialmente pensaríamos que pessoas LGBTI+ estariam ligadas aos movimentos e pautas desse grupo, as entrevistas nos direcionam para outro lugar. Essa diversificação das lutas e dos ativismos para outras pautas além da LGBTI+ como, por exemplo, a causa animal, é algo que também é discutido posteriormente.

Quando nos referimos a certas dimensões que auxiliam no reconhecimento social da liderança por parte do eleitorado, a questão da família deve ser levada em conta. O capital familiar, ou seja, se a liderança possui algum parente próximo, como pai, mãe, tia etc., ocupando posições de liderança política, influencia diretamente a experiência no campo político. É o que Miguel, Marques e Machado (2015) pontuam:

Em todas as atividades profissionais há um grau de recrutamento endógeno, e com a carreira política não é diferente. A presença de pessoas do círculo íntimo exercendo aquela profissão gera a familiaridade e o interesse que estimulam uma opção similar. Por outro lado, trata-se de um “capital” exatamente porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante e, em especial, uma rede de contatos com outros operadores políticos, de cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas, que podem favorecer sua própria carreira (Miguel, Marques, Machado, 2015, p. 721).

Como destacado pelas autoras, o sobrenome é um elemento que traz reconhecimento direto para a atuação da liderança em determinada localidade. Isso foi um ponto observado em pelo menos duas entrevistas. Tanto para Icaro como para Kakinha a menção aos sobrenomes ou nome de algum membro da família se tornou mecanismo que, mesmo inconscientemente, potencializou a candidatura das atuais vereadoras.

Poxa, o Icaro é um advogado, um menino qualificado, é da nossa cidade, nasceu aqui, né, e a, é, família tradicional. Então, como eu falei, **eu era conhecido como Icaro Gibran mudei para aí para Icaro Revelis, que era o sobrenome da minha família.** Então até hoje eu consigo me identificar com Icaro Revelis, sabe, no começo não tive muito isso, mas então eu fiz um bom trabalho no meu primeiro ano que me deu um know how pra ser convidado a ser candidato a deputado federal, né. (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT).

Então, assim de primeira mesmo quem me acompanhou do começo ao fim que foi comigo, teve ali comigo, foi meu pai. Ele foi muito presente, então, é, no início, era Kakinha. Eu disse “**Não. Kakinha do João Batista**”...é meu pai que está comigo, foi ele que me botou nessa. **Então tem o nome dele.** Ele tem uma parcela muito grande também de culpa, digamos assim, dessa vitória. Ele esteve comigo, aí fora ele. (Kakinha de João Batista, 33 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Ao longo da entrevista de ambas as vereadoras não houve menção à adoção do sobrenome para obtenção de ganhos eleitorais estratégicos. Porém, a partir das discussões de capital familiar, parece que o peso familiar do nome é um elemento essencial para desvendar as dinâmicas da política local no Brasil, em conformidade com o estudo desenvolvido por Costa (1998).

Ainda segundo Miguel, Marques e Machado (2015), haveria aquelas candidaturas que se apoiariam exclusivamente nas redes geradas “pelas relações de parentesco quanto quem as combinou, em diferentes graus, com a militância em movimentos sociais ou a visibilidade midiática” (p.722). É o que é observado no caso de Bia Caminha. A vereadora se filiou ao PT por uma convergência ideológica e partidária, mas que também possui uma ligação com seu pai, que é um militante histórico e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará. Vale salientar que não foi possível, por meio das entrevistas, compreender se o fato de Bia Caminha possuir uma ligação de sangue com seu pai a favoreceu de alguma forma no processo eleitoral. Acreditamos que essa questão não se trata de uma estratégia eleitoral, mas sim de um processo de socialização política em que a vereadora esteve envolvida.

Não tem como discutir capitais a partir de Bourdieu sem apresentar dois outros conceitos essenciais na obra do autor. O primeiro deles diz respeito à noção de campo (Bourdieu, 1989) que pode ser pensado como um espaço social relativamente autônomo marcado por disputas sobre a hierarquia social, onde indivíduos posicionados em condições de dominância são capazes de estabelecer definições legitimadas e reconhecidas como universais para aquela dimensão do mundo social.

Para Bourdieu (1989), o campo político seria aquele onde os instrumentos de produção do que pode ser considerado e pensado como uma questão política estão desigualmente distribuídos entre mandantes, que definem problemas, conceitos, programas e respostas, e mandatários, que podem consumir ou contestar tais representações. Esse campo apresentaria regras próprias, sendo cada vez mais dominado por indivíduos que possuem certa experiência, ou expertise, que os diferenciariam das eleitoras comuns (“profanos”). Nesse contexto, políticos profissionais seriam aqueles que possuiriam os capitais necessários para o acesso e a permanência nesse campo, principalmente o capital político.

O problema dessa teoria de campo é que esse espaço continuaria sendo explorado pelas elites políticas tradicionais fazendo com que o campo ficasse fechado para dentro dele mesmo com o acesso de participação muito delimitado. Assim, como no caso das pessoas LGBTI+, romper a barreira e entrar no espaço de definição das normas é um processo ainda mais complexo, principalmente se analisado em conjunto com os marcadores sociais da diferença que compõem o indivíduo em questão, como identidade de gênero e orientação sexual.

Adicionalmente à discussão de capitais e campo, Bourdieu trabalha com a ideia de *habitus* que, segundo o autor, pode ser definido como “estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1989, p. 66), ou seja, como princípios socialmente

internalizados e constituintes das preferências e decisões dos indivíduos que organizam suas práticas e representações sociais (Bourdieu, 1989; 2021). O autor, ao longo de seu trabalho e no próprio conceito de *habitus*, buscou tensionar as argumentações e construções teóricas que informam o clássico debate agência vs. estrutura nas ciências sociais, posicionando-se em um entrelugar. Isso aparece em sua obra quando o autor evidencia a necessidade de reação ao estruturalismo e a forma como a filosofia da ação é trabalhada. Para Bourdieu, nenhum indivíduo é livre para tomar suas próprias decisões, uma vez que existem estruturas que constroem seu comportamento. Ao mesmo tempo, as estruturas, por si só, não são capazes de delimitar o comportamento individual (Bourdieu, 1989).

Para Bourdieu, o *habitus* é uma tentativa de evidenciar as capacidades ativas e inventivas de criação de uma agente, ao mesmo tempo em que pontua que tal ação não é fruto de um espírito universal ou de uma razão humana, mas sim de um conhecimento adquirido (Bourdieu, 1989). Em outras palavras, a capacidade de ação de uma agente social não é livre de constrangimentos estruturais que influenciam a sua forma de perceber e ler as relações em seu entorno.

As construções teóricas de Bourdieu, mesmo alvo de críticas, nos ajudam a compreender as vivências das pessoas LGBTI+ que participam do processo eleitoral a partir de múltiplas dimensões, seja pelas ações das vereadoras, pelo comportamento de lideranças partidárias ou das próprias eleitoras. Acreditamos que o caso do vereador Icaro seja um bom exemplo dos diálogos possíveis com a teoria de Bourdieu.

O vereador passa por uma socialização política uma vez que seus pais são servidores públicos e sua mãe pede ajuda do filho advogado (formação acadêmica) para resolver questões de progressão de carreira. Isso leva Icaro Gibran a ser conhecido na cidade, principalmente entre os servidores públicos municipais. A liderança é conhecida na cidade, também, por sua atuação enquanto atleta de handebol. Ao decidir por se candidatar, Icaro assume o sobrenome da família da mãe e passa a ser conhecido como Icaro Reveles.

Todas essas dinâmicas que permearam a construção da carreira política de Icaro Reveles e a teoria bourdieusiana trazem importantes ganhos para a compreensão desse cenário em questão. O caso de Icaro é apenas uma das possibilidades de análise que será diferente para a vivência de Bia Caminha, Noel Henrique, Filipa Brunelli, Lins Robalo e das outras vereadoras participantes da pesquisa. É importante ressaltar a nossas leitoras que Bourdieu é um autor polêmico, principalmente, no campo feminista, mas a adoção de sua teoria na nossa Tese se deu

a partir de uma tentativa de aproximação das construções teóricas do autor com a vivência das vereadoras LGBTI+.

4.4 Conclusões, por ora

Ao longo do primeiro capítulo da segunda parte da Tese buscamos apresentar as nossas interlocutoras que trabalharão conosco no restante do nosso texto. Nosso propósito foi buscar contar um pouco sobre suas históricas de vida, relações com as famílias, formação acadêmica e atuação em suas comunidades. Todos esses aspectos da vida das vereadoras são pontos importantes de serem conhecidos e analisados uma vez que influenciam diretamente o processo de conformação de suas carreiras.

A partir dos entendimentos que envolvem a vida e a realidade de cada vereadora, as teorias de Bourdieu, amplamente utilizadas nos estudos de carreiras políticas da sociologia política, nos auxiliaram a identificar pontos chave para essa análise. Identificar no histórico da vereadora o processo de socialização política (que acreditamos não ter sido tão bem trabalhado nesse capítulo, mas será no próximo), a formação da vereadora, a área de atuação, a ligação a movimentos sociais e também o pertencimento familiar nos ajudaram a compreender um quadro complexo de realidades entre as vereadoras LGBTI+.

O lugar ocupado pelo nível de escolaridade de cada vereadora é um fator interessante de se pensar. Todas as participantes da pesquisa finalizaram o Ensino Médio. Apenas uma vereadora não entrou no Ensino Superior. Quatro das entrevistadas finalizaram ou estão no mestrado em algum Programa de Pós-Graduação. Além da formação escolar, onze das treze vereadoras estão envolvidas em movimentos sociais em seus municípios, com exceção do vereador Daniel Cabral da cidade de Viçosa e do vereador Kakinha de Poço Redondo.

Outro ponto muito importante e que merece ser retomado diz respeito ao lugar ocupado pelo nome da família no processo de construção da carreira das vereadoras. Como apresentado nos casos de Kakinha de João Batista e de Icaro Reveles, a adoção da menção ao pai, no caso de Kakinha, e ao sobrenome da mãe, no caso de Icaro, fez com que houvesse uma forma de reconhecimento dessas lideranças pelo campo político. Há aí um processo que facilita uma aproximação com alguns atores-chave no processo eleitoral.

Importante pontuar que a família é uma entidade bem central quando pensamos na questão da representação política em nível local. Como foi possível observar ao longo desse capítulo e como veremos nos capítulos que se seguem, principalmente em municípios de

pequeno e médio porte, o status familiar parece influenciar fortemente o acesso a pessoas e recursos na eleição local.

Por meio da mobilização de tais discussões, esperamos que seja possível começar a esboçar um panorama com algumas dimensões importantes para compreensão, de maneira focalizada, dos desafios enfrentados por essas lideranças políticas no processo de construção de suas carreiras eleitorais no ano de 2020. Nos próximos capítulos discutiremos as percepções das vereadoras no que se refere às dinâmicas partidárias e as formas como representaram a si mesmas no processo eleitoral de 2020.

CAPÍTULO 05 – O JOGO DO PODER: PERCEPÇÕES DAS VEREADORAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

5.1 Introdução

Os partidos políticos exercem um papel central no jogo democrático concorrencial. Eles são responsáveis por, pelo menos, três importantes processos, sendo eles: (i) os agentes capazes de, por meio da agregação das preferências difusas, direcionar os interesses para as instituições políticas; (ii) os partidos organizam a atuação parlamentar, podendo afetar a formulação e implementação de políticas públicas para populações específicas e a condução de governos; e por fim, talvez o ponto que mais nos interessa na tese, (iii) os partidos têm como função organizar a competição política (Amaral, 2013).

Existem, no entanto, muitas outras dimensões que envolvem os partidos, tais como: a ideologia partidária, a estrutura interna, as suas respectivas normativas formais e informais (como diversas acadêmicas feministas como Lovenduski (1993), Phillips (2008) e Rezende (2019) vêm apontando há anos por meio de formulações do institucionalismo feminista) que, como já ressaltado anteriormente, apresentam-se de outra forma em nível local. Por meio das entrevistas realizadas tornou-se possível perceber uma série de situações que colocam em xeque alguns pressupostos e formulações teóricas de pesquisas que têm como foco os níveis estadual e federal que, por sua vez, não parecem dialogar com a realidade local⁸².

As lógicas partidárias nos municípios parecem seguir por uma outra direção. Não conseguimos observar, por exemplo, uma conexão tão forte entre a ideologia partidária e a realidade vivida e percebida pelas vereadoras filiadas ao partido. Para muitas vereadoras que participaram da pesquisa, os partidos são concebidos como meros “instrumentos” para se entrar na institucionalidade e eles devem ser escolhidos por meio de cálculo estratégico a partir dos benefícios a que as vereadoras terão acesso quando inseridas neles⁸³. Assim, como já apontado anteriormente, teremos um panorama de representação onde diversas vereadoras LGBTI+ eleitas por partidos como o DEM, PSC, DC e outros, estão no partido sem estarem aliados às principais pautas ideológicas dos mesmos.

⁸² Os estudos realizados sobre política local na Ciência Política como aqueles desenvolvidos por Maria Teresa Kerbauy e Marta Mendes Rocha (2014) não são capazes de captar toda uma dinâmica que envolve a realidade das dissidências de gênero e sexualidade nos municípios. Porém, tais discussões teóricas e empíricas estão presentes em nosso trabalho e nos auxiliaram a compreender um pouco mais da política local.

⁸³ Para algumas vereadoras, a escolha por partidos a partir de uma base ideológica é importante – como foi o caso de Bia Caminha, Iza Lourença e Carolina Iara. Porém, mesmo para elas é possível observar uma instrumentalização estratégica desses órgãos.

Assim, ao longo do presente capítulo apresentaremos uma série de análises que terão como propósito desenhar um panorama dos desafios e percepções vivenciadas pelas treze vereadoras em relação ao seu partido político. Para tanto, o capítulo está organizado em três seções, para além dessa introdução e das considerações finais do capítulo. Na seção intitulada “A política (no) local: promessas vazias, expectativas em alta” vamos discutir sobre a percepção das interlocutoras em relação a como foi a abordagem do partido, no que tange ao convite para concorrer ou para se filiar, e os determinantes dessa escolha pelo partido, na perspectiva da vereadora.

Na seção seguinte “O partido na campanha: impasses e potencialidades de uma relação desigual”, abordaremos a questão da percepção da vereadora em relação ao apoio financeiro e logístico do partido ao longo da campanha e também os casos de violência política intrapartidária. Ainda, apresentaremos as diferentes dinâmicas que envolvem a participação de nossas interlocutoras dentro dos partidos e os sentidos construídos para essa participação. Por fim, na seção “Para onde ir? Cálculos, planos e sonhos” trabalharemos com a questão da ambição política, destacando as estratégias, planos e a compreensão de nossas interlocutoras a respeito do futuro de sua carreira política.

5.2 A política (no) local: promessas vazias, expectativas em alta

Os processos e as histórias contadas por nossas entrevistadas a respeito de suas conexões e aproximações com certos partidos são muitas e diversas. Ao longo das entrevistas foi possível identificar uma variedade de dinâmicas e relações construídas entre as candidatas, hoje vereadoras, e os seus respectivos partidos políticos.

Assim, podemos destacar situações em que a vereadora sempre esteve ligada ao partido por causa de sua família e se filiou a ele por sentir uma convergência no sentido de sua luta e de projeto político de sociedade⁸⁴. E, também, temos aquelas que são convidadas a participar ou a concorrer por um partido com o qual não têm uma ligação ou projetos em comum.

Me filiei no **PT** com **18 anos de idade** no meu **aniversário de 18 anos**. Me filiei ao PT. (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

⁸⁴ Importante pontuar que, nesses casos, a filiação a um partido é diferente da escolha por se candidatar por esse partido. A entrada de Bia Caminha, Noel Henrique, Carolina Iara, Iza Lourença e Filipa Brunelli, por exemplo, ocorre muito antes da possibilidade de se candidatar. Acreditamos que há pelo menos dois cenários de filiação: aquelas pessoas que se filiaram em um tempo passado por acreditarem no projeto político partidário (e que posteriormente continuam ou decidem migrar de partido com vistas ao sucesso eleitoral) e aquelas que se filiam já sabendo que querem concorrer a um cargo eletivo.

Eu faço parte da **entrada do PSOL**. É, e, também, ajudei a articular. Estive próxima quando a outra ruptura do PSTU, a maior, acontece quando quase 1000 militantes saem do PSTU. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Entrei no PSOL porque é um **projeto político** de partido **que eu acreditava**. E **acredito**. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

Bom, na verdade no PDT, eu fiz a minha **filiação na época que eu estudava** na faculdade. **Eu nem sabia**. Então, assim não tenho receio, não tenho nada. Assim, pelo PDT em si. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

Eu estava no PL. Tudo partido **machista, misógino, transfóbico, homofóbico** de todas as maneiras. E o que aconteceu? Eu recebi uma ligação de noite de uma amiga minha, falou "Gilvan, sai desse partido, lá você não vai ter espaço. Lá, você não vai conseguir ganhar a eleição." [...] estava no salão fazendo unha, tinha marcado...estava um dia bom de ganhar um dinheiro. Marcado bastante unha. **De repente, recebi a ligação de um deputado** [do Democracia Cristã]. (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

Por meio dos fragmentos e das entrevistas realizadas, foi possível perceber que nos partidos considerados de esquerda, como o PT e o PSOL, existe certa motivação para a filiação da candidata muitas vezes ligadas a um senso de luta e justiça social. Mesmo em nível local, onde a ideologia partidária parece não ocupar uma posição significativa para o eleitorado e também para as candidaturas, parece haver uma construção subjetiva sobre o papel do partido na sociedade – levando essas lideranças a se vincular a essas estruturas.

A nossa conversa com a vereadora Filipa Brunelli do município de Araraquara nos ajuda a construir um entendimento melhor dessa relação. Por mais que Filipa e sua família tenham um histórico de aproximação e de votar no Partido dos Trabalhadores, sua filiação ocorreu em 2016, após os escândalos da Lava Jato e o golpe. Filipa pontua que: *“o que me deu força para mim, me filiar ao PT, foi a saída da Dilma, descendo aquela rampa com as ministras, com as mulheres ao lado dela.”* (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP).

Aí estava todo mundo debandando do PT. Lava Jato. Todo mundo saiu do PT, mas um monte de gente saindo do PT. Aí eu falei "**bem, esse é o momento de eu me filiar ao PT, porque agora PT vai estar limpo da sujeirada, das pessoas erradas**". Então é o momento da gente se filiar ao PT. Aí eu me filio ao PT em 2016. **2016 na época, mas todo mundo saiu do PT**, impeachment da Dilma, aquela coisa toda. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)⁸⁵

O *impeachment* de Dilma e a luta de Filipa dentro do movimento LGBTI+ no município foram os fatores que a levaram a se filiar. Há aí um entendimento da força do PT e da

⁸⁵ Importante pontuar que a filiação ao Partido dos Trabalhadores cresceu muito a partir do ano de 2016. Assim, vale pontuar que impressão de Filipa não se apoia aos dados disponíveis por órgãos como o TSE.

importância do partido para construção de direitos e das lutas que faziam parte da vivência da atual vereadora. Além disso, esse processo de ataque ao PT talvez tenha sido entendido como um momento em que se abriu uma janela de oportunidades para a diversidade entrar de vez no partido.

Foi através dessa participação no partido e no município que Filipa foi convidada, pelo prefeito Edinho, a se tornar Gestora Municipal LGBT de Araraquara. Acreditamos que essa aproximação foi fator central para a construção da candidatura de Filipa à vereança. Como nos conta,

Elas [as bixas] se organizam e elas lançam **abaixo-assinado**, que reuniu mais **de 300 assinaturas** que pedia a minha candidatura ao Partido dos Trabalhadores, ao partido ao qual eu era filiada. Diferente de como é feita a construção dentro dos partidos, que são os donos dos partidos que fala, "não, esse sai candidato, esse não sai". **O partido ficou em xeque** porque não tinha o que fazer. Uma **candidatura que já tinha 300 apoiadores**. Foi algo que era assustador, porque era isso nunca aconteceu. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

Então quando, é, eles enviam isso, porque primeiro chega pra mim, eles mandam pra mim esse abaixo assinado, tá? **E aí sou eu que levo para o presidente do partido**. Eu falo "Aqui, eu não sei o que eu faço porque a minha saída já não era essa". E aí deu um bug também aqui na época, porque **Araraquara nunca tinha lançado uma candidatura trans**. E aí chega esse abaixo assinado e aí no mesmo momento, mano, parece que foi, eu falo, foram as forças, assim, ocultas. No mesmo momento quase, o **Patriotas ia lançar uma travesti de direita**. [...] Mas enfim, então teve tudo isso, sabe Pedro, que eu acho que foi juntando uma coisa à outra, falando "**não, é tem que ser você a candidata do PT, até para defender e continuar defendendo as bandeiras**", porque, é, ser candidata é uma, é, eu também estaria defendendo, é, as bandeiras do governo que estava concorrendo à reeleição, né? Porque o Edinho estava concorrendo a reeleição. **Então eu sair candidatura também estaria enaltecendo [...] enquanto gestora, mas automaticamente também a atuação dele enquanto gestor municipal, enquanto prefeito**. Então eu acho que foi tudo assim, muito tetrís, tá ligado? Muito caixinhas assim, mas não foi fácil, foi difícil porque nem Cristo agradou todo mundo, não seria Filipa que agradaria todo mundo, né? (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

Assim, o relato de Filipa nos mostra que sua filiação esteve ligada a uma ideia de fortalecimento de partido em um momento em que o Partido dos Trabalhadores estava sob ataque diante dos escândalos de corrupção e que sua entrada naquele momento possibilitou a ela construir uma carreira no plano institucional. Primeiramente como gestora municipal, depois como vereadora, havendo, assim, uma forte conexão entre as pautas e lutas construídas historicamente por Filipa e pelo partido.

Essa, no entanto, não é a realidade de grande parte das candidaturas. Por mais que as eleições de 2020 tenham representado uma forte alteração na dinâmica partidária e eleitoral das pessoas LGBTI+, onde talvez pela primeira vez na história os partidos de esquerda e centro-esquerda tenham conseguido eleger mais candidatas LGBTI+, ainda existem casos interessantes

de pessoas LGBTI+ com discursos progressistas em partidos entendidos como conservadores e anti-direitos LGBTI+.

Esse é o caso do vereador Kakinha de João Batista, eleito pelo Partido Socialista Cristão, na cidade de Poço Redondo, em Sergipe. Kakinha nos conta que o processo de se candidatar foi organizado por seu pai que buscou aproximá-lo das lideranças políticas locais e dos partidos que estavam ligados às elites da cidade e do povoado de Santa Barbara do Ermirio – onde o vereador mora.

Aí é ele [o pai de Kakinha] me chamou pra almoçar, disse "**Tem vontade não de ser candidato para vereança?**" "**Não, pai. Deus me livre, Ave maria. não tenho não**" [...] Meu pai disse "**se não for você, vai ser o outro**".

A gente escolheu dessa forma...aqui no interior é muito assim, sabe? **Coloca lá no partido, escolhe o número e vota e pronto**, mas na verdade eu não tive vínculo nenhum com o partido. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

O processo de entrada no partido e até mesmo a decisão de se candidatar foram tomados em conjunto com seu pai que buscou garantir o sucesso eleitoral do filho, aproximando-o das lideranças políticas importantes na cidade, como o prefeito. E, nesse sentido, Kakinha decidiu-se por entrar em um partido que pudesse garantir a sua eleição, sem conhecer as suas estruturas internas, seus membros e as pautas defendidas. O vereador nos conta que foi apenas após a sua eleição, durante uma entrevista, que ele se deu conta de que o partido que o elegeu era um partido conservador.

Aí depois, em uma entrevista, depois que eu ganhei, foi que uma pessoa disse assim "**você sabe que o seu partido é o partido socialista cristão? um partido conservador**". Aí eu disse "**Pronto, aceitou um gay, pelo menos tem que bater palma pra mim e me agradecer**". (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE).

O caso vivenciado por Kakinha nos ajuda a complexificar as experiências e as realidades vividas pelas vereadoras LGBTI+ em diversos municípios brasileiros. Existe uma série de dimensões que envolvem a lógica política municipal que são particulares e os estudos sobre carreiras ou sobre eleições em nível estadual e federal não conseguem captar⁸⁶. Assim, pesquisas como essa que vocês estão lendo agora são necessárias para desvendar os processos únicos, mas que também são compartilhados em certa maneira sobre as eleições em nível local (Costa, 1998).

⁸⁶ Para mais informações sobre carreiras políticas em nível local, procurar por Gelape (2022).

Um ponto que apareceu nos últimos relatos e que nos interessa muito aprofundar agora diz respeito ao processo de convite para a filiação ou, quando a liderança já era filiada, para concorrer a eleição. Em alguns casos como os das vereadoras Lilia, Gilvan, Kakinha, Icaro e, até mesmo, Noel, observamos uma estratégia do partido de enviar lideranças como prefeitas, governadoras, deputadas estaduais e deputadas federais até a candidata - ou até mesmo por conhecidas e membros da família - para realizar o convite.

O convite feito por pessoas que ocupavam cargos importantes, ou ainda por amigos e membros da família, já gerava na liderança LGBTI+ um sentimento de importância que parece produzir nelas a oportunidade de sonhar com uma realidade antes negada ou impossibilitada. As figuras que ocupavam cargos importantes, normalmente, iniciavam o convite com a exaltação das lutas, das conquistas e da força das redes sociais das possíveis candidatas. A questão das redes sociais é ponto muito interessante que marcaram as eleições de 2020⁸⁷, principalmente, para as pessoas LGBTI+ e que iremos discutir no próximo capítulo.

Como nos conta a vereadora Gilvan Masferrer, dias após uma cirurgia, ela estava no salão onde é manicure e recebeu uma ligação.

De repente, recebi a ligação de um deputado. **“Nós queríamos muito trazer pro grupo de cá. Porque pelas suas redes sociais nós estamos vendo um potencial de voto.”** O que aconteceu? [...] **“Não, eu vou mandar um carro aí te buscar agora. Pode ficar aí esperando.”** Eu juntei, mais meu amigo, e nós fomos lá no escritório. Chiquérrimo. Eu vou lá, quando eu olhei o computador da Apple. Aberto. **A minha vida inteira. Meu Facebook, Instagram.** **“Nós estávamos aqui avaliando, você tem um grande potencial de ser eleita”.** (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

O convite, feito dessa forma, parece seduzir as candidatas. No caso de Gilvan, um carro foi buscá-la para encontrar com o deputado e, chegando lá, ela se deparou com um computador da Apple do deputado – que como todos sabemos não é um item barato – onde o perfil da liderança estava aberto em um documento. Essa atenção dada aliada à mudança de realidade do salão para um escritório “chiquérrimo”, como aponta Gilvan, é um processo que despertou sua ambição e seu senso de importância.

Gilvan não é qualquer pessoa. Ela é uma mulher trans que já passou por diversas situações complicadas e violentas que quase acabaram com sua vida e agora ela estava lá. Discutindo sobre seu futuro. Esse é um processo importante, até mesmo em termos psicológicos. Segundo a vereadora, já naquele momento ela perguntava sobre qual suporte ela

⁸⁷ 2020 foi uma eleição realizada durante a pandemia de Covid-19, em um momento em que a população brasileira ainda vivia em isolamento social.

teria durante a campanha e quem eram as pessoas filiadas ao partido, porém não obteve respostas.

Nesse sentido de exaltar as lutas, no caso do vereador Icaro observamos um processo similar.

[...] então eu recebi um convite do PDT, através **de uma militante** que "Icaro, você tem que conhecer o PDT", é, "vem pro PDT". "**A gente tem história**", né? "**Nós somos o primeiro partido com movimentos sociais, o primeiro partido com diretórios LGBT, pelas lutas e tals**". (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

O partido entrou em contato com ele, buscou argumentar como as lutas construídas pela candidata estavam alinhadas às bandeiras partidárias, demonstrando que ali a pessoa teria possibilidade de crescimento e de apoio. Esse convite de filiação ao PDT ocorreu durante seu primeiro mandato de vereador, quando Icaro ainda estava ligado ao PSD e foi o que o fez mudar de partido.

Esse processo de ser convidada por uma liderança para fazer parte do partido ou sair como candidata reflete um processo típico em sistemas proporcionais de lista aberta. Como aponta Araújo (2005),

[...] nos sistemas proporcionais, cada partido apresenta ao eleitorado sua lista coletiva de candidatos para cada distrito. Como, em geral, tais listas comportam vários nomes, o partido tende a ter um incentivo eleitoral para maximizar esse apelo coletivo, incluindo candidatos representando as diversas configurações sociais (Araújo, 2005, p. 195).

Araújo (2005) pontua que em sistemas proporcionais observa-se a existência de maior espaço no que se refere à busca pela diversificação de perfis de candidaturas em suas listas, pelos partidos políticos. Essa ação pode ser traduzida como a possibilidade de aumento na somatória de votos para a legenda e permite a emergência de novos perfis. Esse parece ser um caso recorrente nas candidaturas LGBTI+.

Nos últimos ciclos eleitorais é possível perceber, como apontamos no capítulo 03 ao citarmos o trabalho de Mendes e Barbabela (2021), como determinadas reivindicações como a própria demanda de ocupação dos espaços políticos não são pautas exclusivas de partidos de esquerda e de centro direita. Tais discussões são constantemente disputadas por diferentes agentes políticos que buscam captar as pautas e discuti-las a partir de seu ponto de vista e ideologia (Mendes, Barbabela, 2021). Isso é possível perceber em candidaturas e mandatos tais como o de Fernando Holiday e Jessião – discutidos anteriormente no capítulo 03.

O apelo do partido pela diversidade tem como objetivo central obter um maior número de votos (Araújo, 2005). Assim, ser uma pessoa trans, por exemplo, é interessante porque traz

para o partido uma ideia de abertura o que possibilita, também, o acesso a determinado eleitorado que não votaria naquele partido, mas que votaria na pessoa. Essa é uma estratégia muito presente em todos os partidos analisados na pesquisa. Em partidos de esquerda, observamos a construção argumentativa da importância da diversidade e de trazer as pautas defendidas para o centro do debate democrático⁸⁸.

"Esse partido vai me dar alguma visibilidade?", tanto eu sou a única mulher trans eleita do DC do Brasil. Falei "nossa, me trataram bem e aí vi lá que já tinha uma vereadora, que já estava tentando outro mandato, tentando dois. **Ela pegou e abaixou a máscara, na época do COVID, ela abaixou a máscara e falou assim, "ó, esse ano, é o ano de vocês".** E eu falei "**não, mas eu preciso de dinheiro para fazer campanha**". "Esse ano vai ser o ano apenas do santinho na mão". (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

É, eu não queria, no começo, fazer parte, é, eu lembro que a [nome suprimido] **fez três reuniões comigo pra me convencer que eu deveria entrar.** Que era **importante politicamente, ter uma mulher trans para pautar qual feminismo que a gente defendia,** é, tentar essa questão, né, da minha história. Pautar, né, a **pauta intersexo, a pauta do HIV,** né? E no fim, ela me convenceu. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Porém, ao mesmo tempo em que a diversidade é lida como “chamadora de votos”, a diversidade “em excesso” pode ser um problema. Durante conversa com Bia Caminha, a vereadora nos conta que algumas pessoas do partido vinham com conselhos de que ela deveria manejar e não dar visibilidade para suas identidades, pois isso poderia ser algo que a prejudicasse. Conforme conta,

[...] muita gente do próprio partido me procurava dizer pra eu não falar assim, "**Ah, tu já tens. Já tem outras coisas. Já vem no movimento estudantil, não sei o que, não precisa falar [sobre a sua sexualidade], tu vais perder voto**" e muita gente vinha no **ar de conselho,** sabe? (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

A operacionalização das identidades e das lutas sociais das lideranças pelos partidos, de forma às vezes quase predatória, fez com que muitas candidaturas que estavam concorrendo pela primeira vez relatassem ter escutado de lideranças partidárias que elas não seriam eleitas, mas estariam ali para agregar votos para o partido. Em entrevista com a vereadora Lilia Karipuna foi-nos dito que “aos olhos da outra sociedade [a vereadora se referia ao partido], eu estava ali para ser uma escada para outra pessoa subir” (Lilia Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP). O mesmo apareceu na fala de diversas vereadoras, dentre elas na de Daniel Cabral que diz:

⁸⁸ E, é claro, a questão de conseguir mais votos é um elemento essencial para a corrida eleitoral.

Inclusive **eu fui colocado no partido, não era para eu ser eleito**, era para eu **acumular voto para outra pessoa** ser eleita. Então a gente é meio que bucha de canhão, para isso que a gente serve, entendeu? Era isso. (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

Nesse sentido, como Araújo (2005) pontua, a escolha tomada pelos partidos será quase sempre baseada na compreensão de quem seriam as candidaturas consideradas “boas de voto” e aquelas consideradas “ruins de voto”, pensando sempre na competitividade da candidatura. E esse processo, claro, impacta a priorização de candidaturas e a distribuição de dinheiro de campanha. Esse ponto será discutido a partir da apresentação das análises das entrevistas realizadas na seção seguinte do capítulo.

O processo estratégico de escolha das “boas de voto” e das “ruins de voto” por parte do partido é apenas uma das faces desse jogo do poder. Em um processo anterior, as próprias vereadoras relataram que *“a escolha do partido foi uma escolha estratégica”* (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA). Antes mesmo de se filiarem, elas realizam um processo ativo prévio no município que irão concorrer para calcular o seu sucesso eleitoral. Assim, independentemente do partido e de sua ideologia, o cálculo das chances de sucesso é um dos pontos centrais que é levado em consideração para a escolha do partido⁸⁹.

Nas entrevistas uma constante observada nos relatos de diversas vereadoras são as descrições e pensamentos durante esse processo de análise do cenário político, como os fragmentos que se seguem:

"Ai, qual partido que eu vou conseguir me eleger?" Então eu entrei meio que nisso também, né? Eu, minha primeira filiação foi no partido Democrata, que era o **partido do prefeito na época**, né, que meus pais tinham contato, estavam lá trabalhando, e como era um ano antes, né, eu tinha que estar filiado e me filiei no DEM [...] próximo à eleição mudou a legislação, então eu pude mudar de partido, né, então eu comecei a estudar mais partido que aí eu recebi um convite do PSB [...]. **Era um partido que fazendo os cálculos, eu conseguiria me eleger**, então falei, "cara", eu tinha **uma noção do número de votos que eu poderia fazer**, né? Noção do meu tamanho. Aí eu falei assim, poxa, que o PSB é um partido legal, eu acho que aqui eu consigo me eleger. (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Aí nós começamos a fazer uma **análise política do campo de voto dos partidos** políticos da cidade. **quais eram os partidos políticos que tinham na nossa cidade? quantos votos cada partido precisava para eleger uma candidatura? e quais deles eram mais próximos das nossas pautas e das nossas ondas?** Aí nós chegamos em 3 partidos, que seria o PSOL, PDT e o PT. Eu era a única filiada do PT [...]. Aí a gente fez uma análise do PSOL. **O PSOL era um partido novo, tinha poucos militantes.**

⁸⁹ Porém, mesmo realizando os cálculos eleitorais, para as vereadoras que afirmaram que realizam esse processo parece haver uma atenção no que se refere à inclusão de certos partidos nessa análise prévia. Jhonatan, por exemplo, considerou apenas partidos compreendidos por ele como sendo de esquerda e centro esquerda como PSOL, PT, REDE, PDT. Lins e seu coletivo analisaram PT, PSOL e PDT. A mesma preocupação aparece nas falas de Daniel Cabral e Icaro Reveles.

Nós iremos precisar de um volume muito grande de voto, mais de 2000 votos, 2500-2800 votos para eleger uma candidatura, porque nunca havia tido uma cadeira. Não é um partido que tem uma nominata grande. Analisamos o PDT. **O PDT ia precisar de nós de um esforço menor.** Havia candidaturas sido eleitas com 500 votos, né, o PDT elege sempre de 4 a 5 cadeiras. **O PT elege sempre de uma a duas cadeiras, precisa em torno de 700 votos para eleger uma cadeira.** E a gente fez essa análise, **essa análise dessa conjuntura política e começamos a definir.** Bom, é impossível o PSOL, [...] E daí entre o PDT e o PT, por mais que nós precisássemos de mais votos no PT, o PDT tem certas dificuldades, porque **o PDT, hoje, ele é um partido muito mais próximo do centro, do que próximo à esquerda, né? E que nós, talvez, e, nós encontraríamos algumas dificuldades por conta das nossas pautas e das nossas lutas serem muito marcadas dentro da questão do racismo, da transfobia, LGBTfobia e da questão das periferias.** Daí, nós abraçamos o desafio de ser pelo PT, constituímos e pensamos, né, a ideia do projeto político que angariasse 2000 votos. **Mas a gente sabia que com 700 a gente ia se eleger, né?** (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba/RS)

Aí tinha aqui na cidade, tinha o PCdoB e o PT. **PT é um partido muito consolidado aqui, muito maior e tudo mais.** Só que assim eu sou um cara que entre o PT e o PCdoB, eu iria para o PT, por exemplo. Eu sou um cara que **sou estrategista político,** aí eu tenho a formação, aquela coisa toda. Gosto muito de marketing político dessas coisas, **no PT, não vou ter chance nenhuma de ser eleito,** uma vez que tem **muitos candidatos já consolidados.** E o PCdoB, que tinha um candidato muito forte [nome suprimido], só que ele estava saindo para se candidatar a prefeito. Falei, é isto aí, vou entrar porque **vai ser o PCdoB mesmo, porque vou ter os votos necessários.** (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

E aí a gente começou a fazer a reflexão e pensa assim, "Ah, **que partido que a gente acha que a gente conseguiria se eleger?** E a gente colocou alguns na mesa, né, é óbvio que **todos os partidos que a gente colocou eram partidos de esquerda**⁹⁰. Então a gente pensou no PDT, pensou no PSOL, pensou no próprio PT, pensou na REDE. Aí pensei na **REDE aqui, nem é organizado.** O **PSOL é muito frágil** aqui na capital, nunca elegeu nenhum vereador. **O PT já tinha um vereador de mandato,** sempre elegeu só um, só tinha 2 pessoas do PT. (Jhonatan, Coletivo Nos, 34 anos, PT, São Luís/MA)

Nos fragmentos apresentados acima, é possível perceber a convergência de alguns pontos em comum, tais como: o número de vereadoras eleitas pelo partido ou se havia uma prefeita eleita pelo partido na última eleição, a estabilidade do partido no sentido de estruturação e tamanho do partido⁹¹ e, principalmente, o cenário intrapartidário no que se refere às candidaturas em construção e que serão apoiadas e priorizadas pelo partido em questão. Esses são aspectos que transbordam a questão ideológica e estritamente partidária, estando presente na realidade das vereadoras eleitas por partidos como PT, PSOL, PSC, DEM, PCdoB, DC, PDT, entre outros.

Assim, é interessante perceber um duplo processo de instrumentalização que ocorre, tanto pelos partidos políticos como pelas candidatas e vereadoras. Porém, vale ressaltar que

⁹⁰ Assim como para Jhonatan e o Coletivo Nós, outras vereadoras como Lins Robalo, por exemplo, ao escolher o partido ao qual se filiar para lançar sua candidatura, tinham como norte a ideia da importância de se vincular a um partido de esquerda que estivesse alinhado às pautas das lutas sociais por justiça e equidade.

⁹¹ A questão da necessidade de haver um alinhamento às lutas políticas foram observadas apenas nas candidaturas de vereadoras que optaram por se filiar a partidos de esquerda.

essa relação é profundamente marcada por desigualdades, que produzem tensões e negociações entre esses dois polos sociais. Com níveis de poderes diferenciados, a disputa tende a favorecer os partidos maiores no município que possuem o controle sobre recursos e sobre o futuro da carreira da candidata dentro do partido.

5.3 O partido na campanha: impasses e potencialidades de uma relação desigual

Como havíamos indicado anteriormente, em sistemas proporcionais de lista aberta o desafio das candidatas é obter certas prioridades nos recursos destinados às candidaturas tidas como preferenciais pelos partidos políticos (Araújo, 2005). Assim, ao longo das entrevistas realizadas, a percepção das vereadoras em relação ao apoio (ou à falta dele) recebido pelo partido ao longo do processo eleitoral se tornou elemento central em suas falas.

Independentemente se a vereadora acabara de entrar no partido para concorrer à eleição aquela época ou se já fazia parte do partido, mas não conhecia as dinâmicas eleitorais, todas elas relataram mudanças na percepção em razão do apoio e do posicionamento sobre seus partidos. Um ponto frequentemente destacado foi a forma como suas candidaturas não foram consideradas prioritárias pelos seus respectivos partidos⁹². A mudança vem no sentido de críticas às estruturas internas e à falta de apoio financeiro e logístico durante a campanha eleitoral. Foram poucas as vereadoras que sustentaram o argumento de que o partido havia apoiado de forma estruturada suas candidaturas.

De forma geral, as duas vereadoras eleitas pelo PSOL, Iza Lourença em Belo Horizonte e Carolina Iara em São Paulo, parecem relatar os acontecimentos ocorridos durante a campanha de suas candidaturas com certa ponderação. Compreendemos que cada indivíduo apresenta as suas vivências de forma única e particular, porém das treze vereadoras entrevistadas, onze relataram tensões constantes com as lideranças partidárias e isso não ocorreu com as vereadoras do PSOL. Há o reconhecimento da imperfeição do partido, mas, ainda assim, o apoio às suas candidaturas e a postura de afirmar a convergência do partido com as pautas de luta das vereadoras pareceram ocupar uma posição central em suas entrevistas, conforme os fragmentos que se seguem:

⁹² A única pessoa que afirmou ter acesso ao apoio financeiro desde o início de sua candidatura foi o vereador Icaro Reveles que era o responsável pelo partido em seu município. Todas as demais vereadoras pontuaram a dificuldade de ser priorizadas e como tiveram que acessar diferentes esferas partidárias (estadual e nacional) para conseguir recursos adicionais.

Sempre compreendi o PSOL como um espaço de fortalecimento, não estou dizendo que o PSOL é lindo e maravilhoso, mas isso de ter jovens negras LGBT é muito presente do partido, né? Essa intenção é de ocupar a política com essa cara, tanto que a gente tem visto hoje boa parte dos partidos, não só da esquerda, mas principalmente da esquerda, também buscarem ter sua cara, né, assim também buscarem ter prioridade de recurso e tal que eu acho que foi uma ótima contribuição do PSOL, inclusive, eu acho ótimo de verdade, assim acho [...] que política de afirmação dentro do partido é muito importante. Achei que foi muito importante a decisão do, se não me engano do STF, do STJ na época. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

Esse apoio que a gente vai ganhando, tem sido muito importante no Brasil e eu vejo o PSOL como um partido que te impulsiona, sabe, que luta por isso e eu hoje...eu sou membro do Diretório Nacional do PSOL e tal. O PSOL, inclusive, que é o partido que mais tem mulheres na sua composição de cargos de direção, porque a gente realmente se preocupa mesmo com isso, sabe, qual que é a cara do nosso partido? Com quem as decisões partidárias vão ser tomadas e tal, como eu disse “não, não somos perfeitos, né”, não mesmo, mas a gente sempre se preocupa com isso, vai ver que muda a gente, o pessoal sempre lançar pessoas ainda que as pessoas não fossem muito conhecidas. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

Apostou. Mas não apostou como da segunda vez. Teve uma diferença. Porque, né, era novidade. Só que o partido já tinha tido a Bancada Ativista, né? Lembra, 2018 tinha tido a Bancada Ativista, que tinha sido muito bem votada. Então, é, tinham duas coisas, né? Além de ter a expectativa de que ia eleger, né, é um modelo que elege. E as figuras que estão dentro tem força para isso. Também tinha a questão de que nós estávamos em correntes com o aceito da Executiva Nacional. Isso faz toda a diferença. Toda a diferença. Como eu disse anteriormente: eu não entrei no jogo à toa. Eu não fui uma bobinha que entrei sem saber de nada. Eu entrei no jogo para jogar (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Os relatos de Iza Lourença e Carolina Iara parecem ser pontos fora da curva quando o assunto é “tecer críticas” sobre o partido e suas lideranças, como Bia Caminha destaca em sua entrevista. Acreditamos que não seja possível afirmar ao certo, por meio das entrevistas realizadas, o porquê de as vereadoras apresentarem suas percepções sobre o partido e o apoio recebido dessa forma. Porém talvez o fato das tendências às quais as vereadoras fazem parte, seja por ocuparem cargos importantes nos diretórios ou possuírem determinadas ambições e planos que dependam do aval de lideranças, possa fazer com que elas assumam uma posição de contornar possíveis conflitos e isso pode levá-las a ponderar mais ao relatar os casos⁹³.

Como já pontuado, o relato dessas interlocutoras vai na contramão das narrativas das demais vereadoras, que destacaram situações de discriminação, falta de apoio, conservadorismos e instrumentalização de suas identidades e histórias de vida.

Fui enganada e traída de todas as maneiras. **Me chamaram para me filiar em um partido onde me prometeram fundos e mundos.** Deu a última noite de filiação e eles colocaram só gente de dinheiro e gente que já tinha mandato para concorrer

⁹³ Importante pontuar que tanto Iza Lourença como Carolina Iara foram eleitas pelo PSOL em dois grandes centros urbanos (Belo Horizonte e São Paulo) onde o partido é forte e bem estruturado. As reflexões trazidas sobre as opiniões das vereadoras a respeito dos partidos podem ser em parte explicadas por esse contexto dos municípios.

comigo. Eu fui descobrir isso na madrugada. Como que você vai ganhar nesse partido? (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

O partido não me ajudou com nada, não entraram nem em contato comigo, **não sei nem quem é presidente do partido,** ninguém **nunca abriu as portas para mim.** (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

É um partido que me deu liberdade de entrar, mas ao mesmo tempo **ele me colocou algemas no braço.** Ele me prendeu, então isso para mim é muito dolorido. Respeito, respeito a todas as classes, não ao preconceito.

Só vim mesmo só para ajudar outra pessoa chegar. E ali dentro **eu sofri de uma certa forma muita discriminação, muito preconceito,** porque aos olhos da outra sociedade **eu estava ali para ser uma escada para outra pessoa subir,** mas aí foi ao, ao contrário do pensamento deles. (Lilia Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

De forma geral, os relatos das vereadoras parecem indicar uma dinâmica que envolve, ao mesmo tempo, o descrédito da candidatura aliada a uma cobrança para que sejam seguidas algumas orientações que acabam por restringir a atuação das candidatas. Porém, tal cobrança não é presente na vivência de todas as entrevistadas. A questão da falta de suporte financeiro e logístico são pontos constantes nas narrativas. O vereador Daniel Cabral do município de Viçosa refletiu sobre o fato de sentir-se como uma “peça de tabuleiro”, que pode ser jogado para escanteio a qualquer momento.

Quando chega na hora, **a gente não tem apoio, a gente é jogado por escanteio. O chefe do partido é que recebe os recursos.** (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

Esse processo de sentir-se frágil diante do partido e de suas disputas para acesso aos recursos partidários é um ponto interessante que nos faz pensar nas dinâmicas das eleições em nível local. Cada entrevistada apontou para um nível do partido (municipal, estadual e federal) com vistas a justificar a falta de repasse de dinheiro para a sua campanha, como podemos observar nas falas abaixo.

Querendo ou não, **nós aqui no município dependemos exclusivamente da estadual. Os recursos que vem do partido, eles não vêm do município, é do estado.** O estado que faz a **divisão,** entendeu, então não chega nada aqui, eu que tô como presidente municipal aqui, toda a estrutura é minha do meu gabinete de vereador, entendeu? Então, se eu não tivesse isso, eu não teria como fazer uma reunião, para alugar uma cadeira, fazer nada. Faço tudo isso com os meus recursos, entendeu? **Então eu acredito que eu assumir a estadual, é, seria uma realidade diferente pra gente poder fazer o trabalho diferente,** montar grupos em diversas cidades, principalmente para os LGBTs, que é algo que eu sou presidente estadual e onde a gente tem interesse e a gente sabe que tem público para isso. Nós temos LGBT em todas as cidades do Brasil e só nos partidos ainda não.... não nos veem como essa potência, né? Porque são... a grande maioria... muito machistas, né? Realmente não nos veem com esse potencial político, mas eu acredito que se a gente conseguir essa

presidência, a gente pode conseguir mudar um pouquinho a realidade aqui dentro do Mato Grosso. (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Assim, muita preocupação não foi a candidatura prioritária, porque aí depois a gente descobriu que a candidatura da menina da (...), **que era da direção nacional**, que era jovem, que era uma candidatura de **interesse do diretor estadual**, aí ela teve uma contribuição muito maior do que a nossa (Jhonatan, Coletivo Nos, 34 anos, PT, São Luís/MA)

O grupo que eu faço parte dirige o PT estadual, que o [...] tudo isso que eu estou falando, é, mas o PT municipal, não. **E o PT municipal tinha uma estratégia muito individual do presidente** e foi muito difícil assim... (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Parece haver uma miscelânea de entendimentos e de ações de diversos núcleos do partido que, às vezes, se sobrepõem e influenciam a priorização e o acesso à oportunidade das candidatas. Algumas pesquisadoras (Braga, Costa, Fernandes, 2018; Guimarães, Rodrigues, Braga, 2019; Cervi, Borba, 2019) vem buscando compreender as dinâmicas partidárias em nível local destacando principalmente a forma interligada entre os diferentes níveis de atuação partidária. Assim, por mais que certas priorizações ocorram em nível municipal elas sofrem certa influência de outros níveis.

Um ponto interessante nos relatos das vereadoras eleitas diz respeito ao envio de dinheiro por parte dos setoriais temáticos dos partidos políticos. Na maior parte dos casos, o partido municipal enviou uma quantia irrisória que não seria capaz de suprir os gastos nem superficiais de uma campanha. Em partidos como o PT e o PSOL, as vereadoras relataram terem recebido ainda um dinheiro adicional advindo das Secretarias e dos Setoriais do partido em nível estadual e federal.

Sem recurso, né, o Partido dos Trabalhadores de Araraquara, eles disponibilizaram para nós, né, **4000 reais para fazer campanha**, né? **E 4000 reais não faz porra nenhuma**, né, com 4000 reais, é, eu tive... **eu doei 900 reais**, que era o que sobrou da minha época enquanto gestora e o resto a gente falou, **"agora a gente vai pra rua, a gente vai fazer campanha"**. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

E aí eu sou muito grata, né, a tanto a **Secretaria estadual LGBT do PT como a Secretaria nacional LGBT que me incluíram no fundo especial do partido para as pessoas LGBTs** porque antes mesmo de se tornar lei, **se tornar obrigatório, o PT, ele já faz o recorte, né, para potencializar candidaturas LGBT**. E aí no meio da campanha eu recebi uma doação de **22000 reais** da Secretaria nacional LGBT, que foi que me deu um boom assim para mim conseguir continuar a campanha, fazer bandeira, fazer material, me impulsionar no Facebook. É, enfim, fazer os corres assim (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

E foi uma campanha que eu não tive apoio de **quase nenhum setorial**. A única articulação que eu recebi de recurso foi do... eu gastei menos de 40.000 reais na campanha, não lembro o valor exato. Mas foi entre 25 a 30 mil reais, um valor muito irrisório perto de qualquer outra campanha. Eu acho que das candidaturas eleitas da cidade é a que menos teve recurso, então, eu só recebi dinheiro do **financiamento do**

PT nacional na pasta de Juventude. E aí, setoriais, é, financiaram outras candidaturas, inclusive o setorial LGBT na época **financiou a candidatura de uma pessoa que nunca falou em nenhuma, que nunca nem falou em nenhum espaço que é LGBT**, nunca esteve em nada da pauta e **não financiou a minha candidatura, dizendo que eu não era LGBT** (risos). (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Em 2020, é, aí foi trabalho também um pouco sobre a relação com o partido. **Já foi surpreendente que o PSOL adotou uma política nacional de prioridade de recurso.** Porque 2020 foi a primeira campanha que a gente recebeu um recurso do fundo eleitoral, só precisava ter critérios, e no PSOL **desde 2020 tem critérios de que pessoas recebem uma porcentagem a mais, por ser negra, mulher vai ter uma porcentagem maior que ser mulher e uma porcentagem a mais por ser LGBTQIA+, né?** É, já, já teve essa resolução do PSOL, né? (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

O dinheiro recebido por essas vereadoras auxiliou na consolidação de suas campanhas⁹⁴. Porém, a maior parte das vereadoras entrevistadas de outros partidos relatou que não recebeu praticamente nada e que teve que contar com as boas ações de amigos e familiares. Foi o caso de Noel Henrique, vereador de Oiapoque, que nos contou que o PDT não o ajudou em nada durante a campanha e o sentimento de ser o “filho bastardo” do partido emergiu durante seu relato.

mas assim pelo PDT em si, eu não tive ajuda, não tive.... Eu não tive um apoio como todos os partidos têm...tem o fundo. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

Tem a **questão da logística**, do transporte. A gente vai visitar as cidades, vai visitar as aldeias, vai correr atrás de volta. **Paga, é, assessor, não tive.** Então, eu acredito que até o momento eu sou um filho bastardo do PDT. Mas, enfim, aí tu tens toda essa [inaudível] por ser homossexual e por ser indígena. Hoje eu sinto essa falta, desse acolhimento do PDT, então hoje eu acredito que apenas eu estou **assim com o nome do PDT, mas assim na prática não tendo apoio do PDT**, toda essa atenção que eu preciso. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

A **questão dos materiais.** Assim, eu falei que eu não tive apoio do PDT, mas assim... eu também **não sei por que não chegou nenhuma das contas que eu abri no partido**, mas assim, tive material, **tive apoio de uma prefeita que era prefeita do município**, então ela me apoiou. Ela também entrou em contato. Se aliou afinal ao governador e o governador estava apoiando-a, e **eu acredito que através dela, eu consegui os materiais.** (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP).

Quando discutimos sobre os apoios, houve também um caso de um suporte dado pelo partido, mas que ia contra as bandeiras e as lutas da candidata. Esta foi uma situação vivenciada pela vereadora Gilvan. Segundo ela, o partido não esteve presente ao longo da corrida eleitoral,

⁹⁴ Torna-se importante destacar que mesmo havendo resoluções partidárias é possível observar boicotes internos por parte de membros do partido que acabam por afetar o andamento das campanhas de algumas candidatas.

porém teve um momento em que o partido ofereceu um suporte na divulgação, mas acabou não saindo do jeito que ela pensava. Ela relata que chegou no sinaleiro da cidade e lá estava

O carro todo adesivado com fotos do ex-presidente do Brasil. As placas, imensas. "[suprimido nome de um candidato] com você e Uberlândia". Meu Deus. "**Vamos pôr a sua música aí no sinaleiro, nesse trio**". Eu falei, "**o meu povo é pobre, eu sou gay e o povo vai achar uma ideia muito louca, pode ir embora, eu vou ficar sem música aqui, sem nada**". Mandei eles embora. "**Nós vamos te dar gasolina**". **Até hoje eu estou esperando.** Gilvan, eu falei, me dá um papel grande e conta minha história de vida. "É, nós estamos sem fundo". Já tinha filiado, já estava em campanha. "O que nós conseguimos dar é apenas um santinho com seu número assim". Mosquitinho. (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

A falta de suporte do partido, muitas vezes, vem acompanhada de comentários violentos que marcaram a vivência das vereadoras ao longo do processo campanha eleitoral. Bia Caminha, a vereadora de Belém/PA e que nos inspirou a utilizar seu lema de campanha como nome da Tese, nos relatou uma série de situações em que a discriminação e a violência vinha de lideranças e militantes do Partido dos Trabalhadores do Município. Aqui retomaremos dois trechos já apresentados anteriormente para fundamentar nosso argumento em construção. Recorremos então a fala da vereadora Bia Caminha que nos conta que:

[...] muita gente do próprio partido me procurava dizer pra eu não falar assim, "**Ah, tu já tens. Já tem outras coisas. Já vem no movimento estudantil, não sei o que, não precisa falar [sobre a sua sexualidade], tu vais perder voto**" e muita gente vinha no ar de conselho, sabe? [...] Que na verdade não era conselho, **era violência, né? Porque se fala para alguém negar o que ela é, o que essa pessoa é, tu tá cometendo uma violência, mas vinha nesse ar de conselho.** E acho que teve esses dois formatos. **Dessa coisa mais do embate direto e essa coisa mais velada, né? De dirigentes, de todo tipo de gente assim.**

E foi uma campanha que eu não tive apoio de quase nenhum setorial. A única articulação que eu recebi de recurso foi do... eu gastei menos de 40.000 reais na campanha. Não lembro o valor exato. Mas foi entre 25 e 30 mil reais, um valor muito irrisório perto de qualquer outra campanha. Eu acho que das candidaturas eleitas da cidade é a que menos teve recurso, então, eu só recebi dinheiro do financiamento do PT nacional da pasta de Juventude. E aí, setoriais, é, financiaram outras candidaturas, inclusive o setorial LGBT na época financiou a candidatura de uma pessoa que nunca nem falou em nenhum espaço que é LGBT, nunca esteve em nada da pauta e não financiou a minha candidatura, **dizendo que eu não era LGBT** (risos). (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Os fragmentos da entrevista da vereadora levantam duas questões muito interessantes sobre essas dinâmicas vivenciadas pelas candidatas LGBTI+. A primeira diz respeito à mobilização das identidades como estratégias para atrair votos de diferentes segmentos do eleitorado. Na seção anterior, pontuamos que os partidos se utilizam dessa estratégia para conseguir mais votos, porém parece haver aqui um limite. O conselho de não trazer mais um

marcador social da diferença para a campanha para “não perder voto” foi lido pela vereadora como uma violência. Há um conservadorismo presente, inclusive, nos partidos de esquerda – apontamos isso na seção anterior.

O segundo ponto presente no fragmento diz respeito a um déficit informacional existente dentro do próprio partido, principalmente nos setoriais. Bia Caminha destaca não ter recebido fundos do Setorial LGBTI+ por eles dizerem que ela não era LGBTI+. Assim, como o Estado brasileiro não identifica ou busca saber quais são as candidaturas LGBTI+ que estão concorrendo, parece ocorrer o mesmo dentro do partido e, principalmente, no escopo do órgão partidário responsável por apoiar tais candidaturas⁹⁵.

Eu lembro que na véspera da eleição eu tinha uma nota pronta para falar mal. "Falar mal não, né? **Tecer críticas**" ao presidente do partido. Expondo todas as situações que eu tinha vivido. Eu, por exemplo, consegui entrar no grupo de prioridade a partir do meu grupo político. E aí, eu tinha mais programas de TV. Acho que eu tinha 7 programas de TV, isso é muito importante, né? **E, e aí, ele me passava 6 horas da manhã (respiro fundo). Tipo assim. "Ah, vai ter programa político, mas eu vou escolher o horário que ela vai passar".** Então, **essa foi a minha relação, assim, com o partido na eleição de 2020**, na de 2022, mudou muito em todas essas esferas, mas na de 2020 foi bem difícil. (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém do Pará/PA)

Bia Caminha relata ainda outro episódio que ela passou com o responsável do partido no município de Belém. Segundo o relato, o dirigente montou a grade de horário da propaganda eleitoral obrigatória priorizando os seus candidatos, e, claro, prejudicando a candidatura da atual vereadora.

E aí **ele colocava para passar no horário do Jornal Nacional um candidato que não teve nem cem votos** e me colocava 6 horas da manhã, ou então, não colocava. Mas como está na lei que a gente tem que passar e tem que ser de acordo com o que o partido define, **ele tinha que colocar de alguma forma.** (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

É o que Bia Caminha chama de “pequeno poder”, ou seja, a possibilidade que a liderança partidária tem de influenciar na dinâmica das campanhas para favorecer aquelas candidaturas consideradas, por ela, como sendo “boas de voto”, mesmo que na realidade a candidatura não tenha força e “não tenha recebido nem cem votos” (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém do Pará/PA).

⁹⁵ Em outro momento, em conversas com outras vereadoras que não participaram da presente pesquisa de Tese, relatos parecidos surgiram. Podendo indicar um quadro generalizado onde partidos não conseguem apoiar candidaturas por não conseguir identificá-las. Será que é só um problema de identificação? Se identificasse apoiaria? As análises anteriores parecem indicar que não...

Os relatos de violência política não ocorreram apenas com Bia Caminha. Lilia Karipuna, vereadora indígena eleita pelo município de Oiapoque nos conta que sua orientação sexual foi entendida como um problema para o Partido Republicanos, porém após ser eleita.

As minhas redes sociais, antes de entrar para a vereança, lá, **eles descobriram que eu vivia com uma outra mulher**. O partido **Republicano é um partido conservador**. Então, houve muita resistência.

Logo de cara eles falaram "Olha". Sim. **Eu recebi do presidente do partido de Brasília que eu retirasse ou parasse de alimentar as minhas redes sociais com a minha vida pessoal**. Então isso para mim foi um choque muito grande que eu bati praticamente de frente com todos. "**Não, a rede social é minha, o direito é meu**", né? Isso é liberdade, então **eu não vou parar por causa de vocês**. E houve uma resistência muito grande, então isso machucou muito, né? (Lilia Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

Lilia relata que sempre foi aberta em relação à sua orientação sexual. Todas as pessoas da aldeia a conheciam e sabiam que ela vivia com outra mulher e Lilia nos conta que isso nunca fora um problema. Nas reuniões *online* que Lilia participou ao longo do período eleitoral, inclusive junto com Noel Henrique, ela sempre se apresentou enquanto uma mulher lésbica. O partido tinha ciência da sua orientação sexual e parece ter utilizado dela para ganhar votos, porém uma vez eleita parece que o partido se viu de frente para um problema incômodo e, afinal, inconciliável com a sua ideologia partidária.

Filipa Brunelli é outra vereadora que relatou uma forma diferente de confronto vivenciado com alguns membros do Partido dos Trabalhadores de Araraquara que pode ser entendido como violência. Filipa indica a existência de amarras que atrasam o partido e a forma como ela busca tensionar padrões e pensamentos dominantes dentro do Partido dos Trabalhadores, gerando respostas não tão suaves.

Então, eu hoje vejo que ocupar o Partido dos Trabalhadores é fundamental, porque eu acredito no Partido dos Trabalhadores. Eu acho que, é, eu acho que não, é, né, é o maior partido da América Latina, né? É um partido de...de...de grande potência, né? Mas infelizmente, ele ainda fica muito **preso em algumas amarras que atrasam ele**. Mas a gente vai conseguir isso, né? A gente está, a gente está mudando, a gente tem 4 travestis eleitas vereadoras pelo PT, né? No estado de São Paulo já tem eu e a Isabeli, maravilhosa também. Então, assim, a gente consegue mostrar também que a gente está dando um sinal de vida e que a gente mostra, Pedro, e que inclusive, o que atrapalha muitas vezes a gente dentro do PT é que a gente traz pautas que eles falam muito "**Ah vai pro PSOL, vai para o PSOL, porque essa pauta não é nossa**", porque a gente traz a questão de redução de danos. A gente traz a questão, é, né, do antiproibicionismo, né? Mas a gente também está fazendo um debate geracional dentro do partido dos trabalhadores, né? (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

O conservadorismo de determinadas lideranças e ativistas dentro do partido apenas destaca o caráter generificado dessas instituições. Assim, em convergência com Rezende

(2019), podemos perceber que gênero é um marcador que organiza hierarquicamente as relações e as construções da realidade intrapartidária. As identidades de gênero não cisnormativas afrontam ainda mais as dinâmicas internas o que leva, por exemplo, ao não respeito do nome social.

Nós temos LGBT em todas as cidades do Brasil e só nos partidos ainda não... não nos veem como essa potência, né? Porque são... a grande maioria... muito machistas, né? Realmente não nos veem com esse potencial político, mas eu acredito que se a gente conseguir essa presidência, a gente pode conseguir mudar um pouquinho a realidade aqui dentro do Mato Grosso. (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Icaro aponta que muitos partidos, inclusive o dele, são marcados por pessoas e pensamentos machistas, que não abrem espaço e não acreditam no potencial político das lideranças LGBTI+. Isso nos faz refletir sobre as desigualdades dentro do movimento. Se Icaro, que é um homem jovem, pardo e gay reconhece o machismo e as atitudes discriminatórias dentro do partido e sofre com isso, refletimos o que ouvimos a partir das entrevistas demonstrando que a realidade desses outros segmentos é ainda mais chocante.

Há também um aspecto que merece ser pontuado. O corpo é um elemento central na realidade das vereadoras travestis e transexuais na política e nos processos eleitorais. Para as pessoas trans e travestis que não possuem passabilidade⁹⁶ as normas que regulam os corpos agem de forma mais violenta. Diferentemente das pautas levantadas pela candidata e a orientação sexual que é possível ser negociada, o corpo é algo presente que não dá para esconder e, portanto, para negociar. Assim, a vivência ao longo do processo eleitoral e depois de eleita para essas vereadoras trans tem a corporalidade como um elemento fundamental da vivência. Discutiremos esse assunto mais aprofundado no capítulo 06.

Em uma tentativa de ocupar espaço e transformar por dentro as dinâmicas do partido que refletem diretamente na sua participação política, Filipa, Carolina e Lins trazem para discussão a importância da adoção de uma estratégia voltada para a ocupação de cargos no interior do partido.

É, que você precisa não só ter força fora do partido, tem que ter força dentro do partido. [...] Para você conseguir dinheiro. Para você conseguir estrutura. Para você conseguir segurança, né, é, e eu vejo, foi uma fala que eu fiz, inclusive, em um encontro agora de LGBT eleitos, eleitas e eleites, é, de fato, nós precisamos formar

⁹⁶ O termo passabilidade, como destaca Cunha (2020), se refere a condição da pessoa trans de possuir uma aparência e algumas características que permitem que ela seja reconhecida e lida socialmente como alguém do gênero ao qual se entende pertencente. A passabilidade garante à pessoa transitar sem ser notada por apresentar as características esperadas por determinado gênero.

dirigentes, né, sociais, **dirigentes partidários** também, não só figuras públicas do movimento LGBTQIA+. Porque se você não....**se você não dirige nada da máquina, o que você vai fazer? Vai ficar sendo usado, né?** (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Assim, por conta do mandato, né? [...] Então **eu sou hoje da executiva municipal** e quando a gente vence, né, quando a gente tem um mandato, a gente passa a compor executiva, é, para tomar as decisões, né? E aí que tá a brincadeira. **A gente saiu de uma corrente política que tinha 3 pessoas e de repente a gente está na executiva com o mesmo peso de voto de correntes que tem 60 pessoas**, né, então, e aí a gente conseguiu inverter essa lógica também. Então eu sou da executiva, eu sou do diretório e consegui dentro desse momento de entender a importância da construção política. Nós temos uma representante da nossa tendência política hoje na Secretaria regional de mulheres, nós temos uma representante da nossa tendência na Secretaria estadual de mulheres e nossa...e a secretária municipal de mulheres é da nossa tendência também. **Eu entendi que a gente precisava ocupar os espaços e não precisava necessariamente ser só eu**, mas que a gente precisava **ocupar os espaços com pessoas da nossa tendência**, porque **é nesses lugares que se tomam decisões**. (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

As vereadoras entrevistadas pontuam que o partido poderia mudar com a entrada de pessoas novas e com identidades diversas. O acesso a recursos e a possibilidade de subir os degraus da carreira parlamentar foi, ao longo das entrevistas, relacionado diretamente com a ocupação de cargos dentro do partido. Ocupar a máquina partidária, entendido por muitas como uma empresa, possibilitaria um maior domínio da estrutura de oportunidades que antes fora negado para essas pessoas.

Se você quiser crescer dentro do partido, nada mais é do que uma **empresa** ou do que sei lá, se você quiser crescer lá dentro e ter voz, **você tem que conquistar espaço**. (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

O vereador do município de Várzea Grande, Icaro Reveles, pontua que, nas eleições de 2022, já ocupava uma cadeira na Câmara de sua cidade e era presidente municipal de seu partido, o PDT, o que tornou muito mais fácil a articulação e a construção de sua candidatura.

Então, **nas eleições municipais, tive o meu recurso, mas foi independente, foi porque eu já era um vereador eleito, era presidente municipal. Eu conversava com o candidato a prefeito, com o vice, né?** Então a gente teve essa abertura, como eu te falei, eu sinto que eu sou **privilegiado em detrimento de alguns candidatos que não tiveram** como dizer assim, **"a mesma sorte ou a mesma estrutura que eu tive"** (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Essa possibilidade de crescimento dentro dos partidos, aliada com ideias e ideologias próximas entre a candidata e o partido, é um ponto que João Felipe disse sentir falta em seus tempos no PCdoB. Para ele, partidos mais estruturados possuiriam uma vida política mais

orgânica com núcleos e encontros, enquanto aqueles menos estruturados⁹⁷ estariam ali para apenas para constar.

Oh...esses partidos e aí é onde eu **sinto muita falta do PCdoB**. **Esses partidos não têm uma vida orgânica**, apesar do União Brasil ser um partido muito sério, eu, eu considero, não é uma legenda de aluguel que só aparece de eleição em eleição. Tem todo uma estrutura, mas e aí, **quando eu falo que sinto falta do PCdoB, é porque o PCdoB tem essa vida orgânica, esse, esse núcleo de LGBT, núcleo de mulheres, de Juventude**. Eu nunca fui. Eu acho que eu. Eu não, não participo, **nunca fui convidado também, até porque muitas das pautas defendidas eu não concordo**. (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Todas as vereadoras eleitas, com exceção de Noel Henrique (PDT), Lilia Karipuna (Republicanos), Kakinha de João Batista (PSC), João Felipe (DEM) e Gilvan Masferrer (DC), afirmaram que o fato de serem eleitas em 2020 garantiu uma cadeira no Diretório do partido. Essa parece ser uma porta de entrada para a ocupação de outros espaços intrapartidários de maior hierarquia e para ascensão política em outras esferas.

5.4 Para onde ir? Cálculos, planos e sonhos

Eu sonho em ser prefeita. Eu queria ser. Eu queria, não, eu quero. A gente tem que profetizar, eu quero, vou conseguir, vai dar certo. Ser prefeita da cidade de Uberlândia, é, uma mulher trans. **Eu acho que é uma visibilidade imensa** [...]. Eu acho que aí, é, um peso muito grande. Ser uma mulher, enquanto uma mulher trans ser prefeita de uma cidade e assim as pessoas comentam muito nos meus posts "**futura prefeita**". "Eu quero te ver na prefeitura" (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

Assim como Gilvan, todas as vereadoras entrevistadas para essa pesquisa apresentaram a intenção de se manter ou de ascender na institucionalidade. Esse movimento planejado e estratégico, tomado por lideranças sociais, é o que a Ciência Política compreende como ambição política. Segundo Schlesinger (1966), a ambição política se refere às estratégias para avanço considerando as metas em termos de ocupação de cargos eletivos.

Como descreve Marques (2019), a teoria da ambição política de Schlesinger (1966) nos permite criar uma tipologia para se pensar os nossos casos. Haveria então: (i) *ambição discreta*, quando a pessoa que ocupa um cargo eletivo decide por não concorrer novamente, nem para o seu cargo nem para outro hierarquicamente superior, ou seja, desiste de se candidatar, (ii)

⁹⁷ Importante pontuar que parece que ideia desenvolvida por João possui algumas divergências. João sente falta de uma militância de base ativa no DEM como base em sua experiência no PCdoB, porém, por meio da entrevista dado pelo vereador fica claro que o DEM é um partido grande, estruturado, com reuniões constantes. O vereador, no entanto, não participa desses momentos por compreender que as ideias e discussões vão contra o que ele acredita.

ambição estática, que se refere à situação quando a pessoa busca a reeleição para o cargo que ela já ocupa e (iii) *ambição progressiva*, quando a pessoa se candidata a um cargo hierarquicamente superior na estrutura de carreira de determinado sistema político.

Por meio das entrevistas realizadas criamos um quadro (Quadro 8) para organizar os relatos no sentido de destacar a trajetória e os planos futuros no que tange às corridas eleitorais que ocorreram em 2020, 2022 e que viriam a ocorrer nos próximos meses em 2024. Assim, no que tange aos dados das eleições de 2024, muita coisa mudou ou está em processo de mudança desde o período que ocorreram as entrevistas. Daniel Cabral, vereador de Viçosa, por exemplo, durante as entrevistas pontuou o plano de concorrer a vice-prefeito em 2024. No entanto, recentemente em suas redes sociais, divulgou sua pré-candidatura a prefeito da cidade.

QUADRO 9. AMBIÇÃO POLÍTICA DAS VEREADORAS DE ACORDO COM AS ENTREVISTAS REALIZADAS (2023)

	2020 (CARGO CONCORRIDO)	2022 (CARGO CONCORRIDO)	2024 (CARGO PRETENDIDO)
Bia Caminha (PT)	Vereadora	Deputada Estadual	Vereadora
Carolina Iara (Ban. Feminista/PSOL)	Vereadora	Deputada Estadual	Vereadora
Daniel Cabral (PCDOB)	Vereadora	Deputada Estadual	Vice-prefeita**
Filipa Brunelli (PT)	Vereadora	-	Vereadora
Gilvan Masferrer (DC)	Vereadora	-	Vereadora
Icaro Reveles (PDT)	Vereadora	-	Não especificou o cargo
Iza Lourença (PSOL)	Vereadora	Deputada Federal	Vereadora
Jhonatan (Coletivo Nós/ PT)	Vereadora	-	Vereadora
João Felipe (DEM)	Vereadora	-	Prefeita
Kakinha (PSC)	Vereadora	-	Vereadora
Líliá Karipuna (Republicanos)	Vereadora	-	Vereadora
Lins Robalo (PT)	Vereadora	Deputada Estadual	Vereadora
Noel Henrique (PDT)	Vereadora	-	Vereadora

Fonte: Produção própria a partir de dados disponibilizados pelo TSE (2024)

Se fizermos uma análise rápida das treze vereadoras que participaram da pesquisa, sete parecem apresentar uma ambição estática, ou seja, quando a vereadora busca se reeleger no cargo que já ocupa. Porém, assim como pontua Carolina Iara:

Eu vou te dizer o seguinte. Antes de 2026, tem 2024. Então o nosso foco agora vai ser 2024. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Assim, para cada processo eleitoral parece haver um conjunto de dimensões que são levadas em conta a fim de conformar a ambição da vereadora.

O fato de Filipa, Gilvan, Icaro, Jhonatan, João Felipe, Kakinha, Lilia e Noel não terem concorrido a nenhum cargo em 2022 não significa que o plano de carreira é permanecer na vereança. Apenas indica que, durante aquele ano, as dinâmicas foram desenhadas de tal forma que suas candidaturas não participaram do processo. É o que Icaro relata ao falar como se sentia preparado para concorrer a deputado estadual em 2022, mas as circunstâncias “tiraram ele do páreo” por membros dos seus partidos e de outros.

[...] eu, infelizmente, não consegui ser candidato a deputado estadual esse ano, porque esse ano eu estava maduro o suficiente para uma campanha estadual, e eu estava muito bem com a população LGBT no meu estado, sabe? Então eu fui muito cobiçado, é, partidariamente, e houve o desmonte do meu partido por ser um partido fraco em nível de estado. Eles conseguiram realmente me tirar do páreo. (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Nesse sentido, uma questão interessante que surgiu nas entrevistas e que aparece tangencialmente no fragmento acima é que o escrutínio público parece ser vivenciado de forma diferenciada pelas pessoas LGBTI+ na política. O fato das vereadoras se identificarem como pessoas trans, travestis, lésbicas, pessoas intersexo, gays e bissexuais parece ser um fato que impacta os cálculos sobre a escolha de se candidatar ou não. Esse achado está em convergência com a produção de Angelia Wagner (2019), que discute sobre a forma diferenciada de escrutínio público vivenciada pelas pessoas LGBTI+. A autora pontua que os julgamentos normalmente vêm no sentido de questionar diferentes esferas da vida das pessoas LGBTI+ como aparência, relacionamentos e condutas pessoais. Esse julgamento externo parece fazer com que as pessoas LGBTI+ tentem se blindar de diversas maneiras. Icaro, no trecho acima, pontua que após três processos eleitorais (2016, 2018 e 2020) é que ele se sentiu realmente maduro para uma campanha estadual.

Para candidaturas heterossexuais e masculinas não haveria esse tipo de questionamento. Esse ponto é refletido por Filipa Brunelli e Kakinha de João Batista nas falas reproduzidas a seguir:

É diferente deles que tem o acesso, né? **Basta você ser um homem, né, branco, rico, né, cisgênero, heterossexual, que você pode falar, eu sou, eu quero.** Agora. Eles têm esse privilégio, nós não. Por isso nós temos que construir sempre coletivo para a gente tentar chegar mais próximo desses espaços de poder deles.

Tenho, sim, ambições políticas. Lógico que a gente tem ambições políticas e eu creio que não somente eu, mas o meu grupo tem muita ambição política, pelo meu grupo eu já seria deputada federal já pelo meu grupo político, as manas aqui ficam toda hora falando. Mas a gente tem que ser aquela...aquele terceiro ponto que eu falei para você da estratégia, sabe, Pedro? Eu tento prezar muito por isso e, por exemplo, na última eleição, eu via que a minha chance para disputar e, mais uma vez, eu falo, sou uma bicha periférica, sem recurso para fazer uma campanha estadual federal é muita grana. Então assim, né, eu preciso ganhar mais repercussão ainda, né, então é, porque, **eu só entro para a disputa se eu souber que eu tenho chances reais de ganhar.** E aí, de forma estratégica também, por que que eu falo isso? Não é eu que vou falar se vai ser meu nome ou não, **vai ser novamente a sociedade. Se eles acharem que eu tenho que ser deputada, se eles acharem que eu tenho que sair para prefeita, é isso que a gente...eu tô...Eu coloco, quando a gente coloca o nome para a política, é isso.** (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

hoje, se você quiser anotar, inclusive, **eu sou contado para ser o candidato a prefeito aqui, é porque eu acho que eu não quero, não é o meu tempo.** Preciso estudar mais. Só precisa ter uma ideia do que é que eu recebi, convite de várias, vários empresários, várias pessoas, de vários políticos grandes do estado para eu ser candidato a prefeito. Só que eu acho que não é o meu momento. **Se fosse outra pessoa, se fosse um homem, um ignorante, eu quero, eu vou.** "Não, eu preciso estudar mais. Eu preciso conhecer mais". Porque se eu for, **eu quero ser O prefeito. Quero que digam assim "caralho, o viado entrou e foi o melhor prefeito do município".** (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Pelas entrevistas, as vereadoras pontuam que homens cisgênero, heterossexuais possuem uma facilidade muito grande de se candidatar – mesmo não tendo apoio ou conhecimento para exercer o cargo. O mesmo não ocorreria com as LGBTI+ que precisam criar toda uma estrutura de suporte para concorrer e precisam estar preparadas, pois podem ser questionadas em relação à sua capacidade de ocupar um determinado cargo.

No que se refere às estratégias de eleição, questões como “*Com o público que eu conquistei, eu consigo me eleger para um cargo superior? As pessoas estão comigo? Eu terei apoio financeiro para isso? O partido está comigo?*” são frequentes na realidade das vereadoras que precisam fazer um cálculo preciso para, minimamente, dentro das condições adversas e não controladas por essas pessoas, conquistar mais um mandato e manter-se na institucionalidade. É o Icaro revela no fragmento:

E pensar bem a escolha desse partido político, porque pode estar correndo o risco de não ter o mandato. **Não adianta...político sem mandato, ele não é nada.** Não adianta ter bandeira LGBT e não ter mandato. (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

A manutenção do mandato de vereadora, ou seja, sua sobrevivência política, é o objetivo da maior parte das entrevistadas. Para tanto, elas realizam uma série de análises de cenários, onde são levadas em consideração tanto questões partidárias que focam no acesso a recursos, apoio do partido, dinâmicas intrapartidárias e competição com outras candidatas, como questões que envolvem o eleitorado.

Bom, se fosse pra escolher, **eu escolheria ser candidato a deputado federal. Por uma questão, também, de estratégia aqui, porque geralmente, estadual, são muitos candidatos.** Então um candidato a deputado federal, a gente é uma região muito forte a nossa acaba que a gente vota em muitas pessoas de fora e aqui, as pessoas daqui acabam ficando, enfim, são poucos as candidaturas (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

É, a grande questão é, né, é sempre difícil fazer esse cálculo, né, do se. **O cálculo do se é sempre difícil** até e a outra coisa é, é, **será mesmo, né, que a gente concorrendo com Sônia Guajajara, com o Boulos, Erika Hilton, Erundina, com todo mundo? Marina Silva que estava na federação, será mesmo que a gente ia ter tudo isso de voto?** [inaudível]. É, então, pelo menos a gente foi a dobrada de vários...tipo a Sônia... com certeza as nossas dobradas que mais deram votos, mas a gente fez esforço...foi a dobrada com a Sônia Guajajara e com a Érika Hilton. Realmente foram duas dobradas, muito acertadas, né? Uma na linha das duas mulheres trans do estado, né, com o feminismo, né, a aliança das duas mulheres trans do estado com o feminismo, né, é, e a outra linha é da aliança histórica de mulheres negras e mulheres indígenas, né, é, **eu acho que foi um puta acerto tanto que as 3 se elegeram, as 3 candidaturas se elegeram.** E elegeram bem, né? Elegeram bem. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

É, o meu, **esse grupo que eu faço parte, a Resistência⁹⁸**, é, nós começamos nacionalmente, nós temos organização nacional e acreditamos que o único lugar onde a gente tinha uma chance ainda que fosse pequena, **mas existe uma chance de ter uma cadeira no Congresso Nacional**, e seria aqui em Minas Gerais. Então por isso que eu fui candidata a deputada federal, porque era é o único lugar, a gente não sabe quem vai ganhar, **mas é o único lugar que a gente que tem uma chance de chegar ao Congresso Federal, porque a Resistência, não é uma das correntes maiores do PSOL**, pelo contrário uma corrente pequena, ainda que em Minas Gerais seja a maior corrente hoje, a maior tendência hoje, em Minas Gerais, mas no resto do Brasil é pequeno. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

A Filipa, ela tem essas ambições, mas quando eu falo de ambições políticas, eu não posso falar, **é pelo meu grupo**, como por exemplo, se eu fosse falar das minhas ambições políticas particulares, **eu já teria aceitado o convite que me foi feito pra mim assumir a pasta do Ministério de Direitos Humanos, agora, com a eleição do governo Lula, pra mim, assumir a pasta LGBT do governo Lula, mas não!** Porque eu tenho que acabar meu mandato, porque **eu quero avançar pra dentro do**

⁹⁸ A Resistência é uma tendência do PSOL. As tendências partidárias ou correntes internas são organizações políticas que possuem estrutura, funcionamento e cargos próprios – normalmente seguindo um conjunto de ideias e projetos que são compartilhados entre seus membros.

parlamento. Então eu acho que é um pouco disso, Pedro, eu acho que sim, a ambição política ela deve existir na gente e é muito difícil, porque a gente desanima muito fácil, Pedro. As vezes dá uma canseira na gente porque é tanta, é tanto coisa ruim, tanta coisa negativa, tanta gente querendo passar por cima da gente. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

Essa análise do cenário político local possibilita à vereadora compreender quais são os caminhos possíveis para sua trajetória política. Isso quer dizer que a depender dos resultados da análise, ela pode decidir por concorrer ao mesmo cargo ou buscar uma ascensão a um cargo hierarquicamente superior ao que já ocupa.

Uma questão interessante que aparece nas falas das vereadoras do PSOL (Iza Lourença e Carolina Iara) e do PT (Lins Roballo, Filipa e Bia) é o papel das correntes ou das tendências nas disputas internas dos partidos e na conformação de suas candidaturas. Ao analisar as entrevistas nos parece que tais organismos, às vezes, assumem uma posição central no debate, suplantando o lugar ocupado pelo partido no jogo eleitoral.

Em um momento da entrevista com a vereadora Carolina Iara questionamos a respeito do apoio do partido à sua candidatura e ela respondeu: “*É, o partido...você fala enquanto PSOL, né, não enquanto a corrente.*” (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP). O questionamento nos indica para um profundo aspecto relacionado às dinâmicas internas dos partidos de esquerda, onde grupos, tendências e correntes disputam constantemente espaço, acesso a recursos, indicações de candidaturas, entre outras coisas.

A existência dessas dinâmicas nesses partidos de esquerda pode ser explicada, talvez, pela existência de uma base de militantes ativos na vida intrapartidária, uma vez que tais partidos possuiriam um perfil de maior institucionalização, com estatuto, regimento interno, regras bem definidas e com uma organização interna mais bem estruturada (Freidenberg; Levitsky, 2007). Além disso, tais normas internas garantiriam assim um maior número de mulheres eleitas nesse partido, em conformidade com o argumento de Monzoy (2011)⁹⁹.

A ambição política parece estar conectada a um outro fenômeno importante: a permanência ou não no partido. Ao planejar concorrer para cargos hierarquicamente superiores, uma parte das vereadoras entrevistadas, principalmente aquelas filiadas em partidos de centro-direita e direita (mas não apenas estas), refletem sobre os ganhos que o partido as proporciona.

Há uma **discussão acerca de um retorno para o partido de esquerda que é o PCdoB**, talvez o PT. Enfim, a gente tem, eu tenho estudado, tenho conversado muito,

⁹⁹ No capítulo 03 utilizamos desse argumento para falarmos sobre o maior número de mulheres LGBTI+ eleitas em partidos de esquerda nas eleições de 2020.

é, acerca disso, **é o meu desejo**, o meu partido no coração é o PCdoB (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Então, eu estou cogitando a saída do Republicanos. Eu quero ir para um partido que nos abrace. Que nos dê voz e que lhe deem vez e que não têm vergonha de deixar a gente expor quem nós somos de verdade. **Eu não quero o partido que me coloque algema.** Eu quero que dê Liberdade para a gente de expressão, né? (Lília Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

Eu quero mudar de partido, amigo. Eu quero um partido que me representa. O partido que tem as políticas públicas, que tem ideologias, **um partido para mim.** (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

É, então **eu já tenho essa consciência e pode ser até que eu acabe saindo do PDT, né?** Nessas próximas eleições, porque assim o PDT após essas eleições, né, o Ciro ficou em quarto lugar, então deu uma desanimada numa galera aí no Brasil, né, a gente não sabe como que vão ficar as estaduais, então tá todo mundo assim. **E querendo ou não, na próxima eleição já bate na porta e a gente que tem a ambição de crescer, de representar, de fazer mais pelo meu município, de fazer mais pelas minhas bandeiras, você acaba pensando assim, "eu vou ficar no PDT?"** (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

O fato de as vereadoras já possuírem um mandato parlamentar torna as suas candidaturas futuras mais interessantes para diversos partidos – é o que a literatura chama de vantagem do incumbente. Assim, durante as entrevistas ocorridas em 2023, as vereadoras já me contavam casos de partidos que haviam feito convites e que prometiam uma maior atenção à sua candidatura. Interessante dizer que no momento da escrita da Tese, João Felipe já estava de volta ao PCdoB como pré-candidata à prefeitura de Barreiras, Icaro Reveles se filiou ao MDB e Lília Karipuna se filiou ao União Brasil.

Por fim, há um tópico interessante que achamos importante pontuar aqui. As candidaturas LGBTI+ normalmente estão vinculadas a grupos e movimentações sociais que dão suporte e sustentação à candidata. Filipa Brunelli nos conta, como abordamos anteriormente, que sua candidatura foi construída com este apoio, uma vez que foram as militantes que fizeram um abaixo assinado e entregaram ao partido, pedindo pela candidatura de Filipa. Com a vereadora Lília Karipuna isso também apareceu. Lília doou seu nome e seu corpo para a luta do movimento indígena na esfera institucional. Durante nossa conversa, percebemos que ela trabalhou com todas as suas forças para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas indígenas em seu município seja por meio do acesso à saúde, à educação e à cultura. Porém, a permanência na vida pública não é algo essencial para sua vida, como parece ser para outras vereadoras.

Então, eu tenho um sonho muito grande de sair, depois, tenho vontade de vir para essa reeleição, mas depois, **se não der certo, meu grande sonho é fazer o curso para fisioterapia daqui.** (Lília Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

Por meio da formação em fisioterapia, Lília conseguiria suprir uma necessidade central de sua comunidade, a falta de atenção na área de saúde. Seu papel de liderança, segundo a sua avaliação, permanecerá na construção de oportunidades para outras pessoas. Isso nos mostra que, mesmo fora da institucionalidade, essas lideranças LGBTI+ pretendem continuar atuando a fim de construir uma sociedade livre das desigualdades e dos preconceitos.

5.5 Considerações finais

A realidade das pessoas LGBTI+ que se dispõem a participar dos processos eleitorais para adentrarem a esfera institucional local é marcada por um complexo emaranhado de pensamentos, dinâmicas e sentimentos em relação às estruturas partidárias. Esse panorama, aliado com os padrões próprios de cada partido político em âmbito municipal, produz um enquadramento único em cada uma das experiências das vereadoras eleitas em 2020.

Assim, a intenção desse capítulo foi a de contribuir, por meio de uma análise da vivência dessas vereadoras, para um campo relativamente novo nos estudos sobre partidos políticos no Brasil. A realidade de pessoas LGBTI+ que participam de processos eleitorais locais ainda apresenta uma série de dinâmicas nunca antes interpretadas e que necessitam de análises mais aprofundadas e reflexões sobre os respectivos casos.

No entanto, ao longo do desenvolvimento do capítulo tornou-se evidente a existência de, pelo menos, quatro importantes tópicos de discussão, sendo eles: (i) o duplo processo de instrumentalização feita tanto pelos partidos como pelas candidatas, que envolve uma análise de contexto político, (ii) os entendimentos envolvidos em suas participações em instâncias intrapartidárias, (iii) as percepções sobre as concretudes de campanha após o convite para filiar ao partido ou a concorrer para a vereança, levantando uma questão sobre as promessas e as realidades ao longo da eleição e, por fim, (iv) a construção da ambição parece passar por um cálculo estratégico que se altera em cada processo eleitoral.

O primeiro deles diz respeito a um processo pouco discutido quando falamos sobre partidos políticos no país. Como a maioria das pesquisas focam na forma como partidos são organizados ou selecionam suas candidatas (Braga, Veiga, Miríade, 2009) buscando maximizar o acúmulo de votos com a diversificação de perfis (Araújo, 2005), se deixa de considerar a outra face da moeda. Assim, a presente pesquisa traz um novo olhar para a relação das vereadoras

com os partidos políticos brasileiros. A partir dos relatos das eleitas é possível reconstruir um novo quadro de entendimentos e de percepções que envolvem a seleção partidária.

As entrevistas nos mostraram que os partidos são entendidos por muitas como instrumentos necessários para se entrar na institucionalidade. Para tanto, é necessário realizar um estudo aprofundado sobre as possibilidades de sucesso eleitoral, o que as vereadoras denominaram como “análise do contexto político”, além da observância a respeito da convergência ideológica entre as suas lutas e as do partido.

A análise de contexto leva em consideração questões sociais como, por exemplo, o apoio do eleitorado e de determinados movimentos sociais, mas também foca nas dinâmicas partidárias. Isso quer dizer que as vereadoras realizam um processo pensado e estrategicamente focado para serem eleitas. Elas calculam o coeficiente eleitoral, realizam uma análise interna do próprio partido para avaliar a situação dos recursos e das prioridades, desenham o campo com as outras candidaturas do partido, entre outras ações. A depender do resultado, as vereadoras darão prosseguimento à filiação.

Assim, a literatura clássica coloca os partidos políticos como agentes ativos do processo de recrutamento e de organização do jogo político (Araújo, 2005; Braga, Veiga, Miriade, 2009; Braga, Costa, Fernandes, 2018; Cervi, Borba, 2019), enquanto as candidaturas apenas são selecionadas de forma passiva: percebemos por meio desse capítulo que a situação não é bem assim. Existe uma diversa gama de processos empreendidos pelas próprias candidatas que, por sua vez, ocorrem antes da filiação ou até mesmo antes da construção da candidatura. Reconhecemos, claro, a importância do desenvolvimento de outras pesquisas futuras capazes de compreender aspectos mais profundos dessa relação de instrumentalização mútua.

O segundo ponto levantado diz respeito aos entendimentos construídos por meio das experiências em âmbito intrapartidário no que se refere à ocupação de cargos no partido. Se essa instituição é considerada, como algumas vereadoras pontuaram, como uma empresa¹⁰⁰ que busca privilegiar certas candidaturas que são entendidas como “boas de voto”, para que a candidata possa ter chance de se eleger, de ter acesso a recursos e conseguir se movimentar dentro dos parlamentos ao ocupar cargos hierarquicamente superiores, é necessário ocupar o partido.

Essa ocupação não é algo individual, mas está ligada a uma ideia de campo político, ou de correntes ou tendências. Estar lá ou ter alguém do seu grupo ocupando posições dentro do partido possibilita uma construção mais consolidada de candidaturas, uma vez que quem está

¹⁰⁰ Com exceção de partidos como PSOL e PT.

no poder tem acesso a voto e a recursos. Assim, em partidos que possuem um grau maior de institucionalização como o PT, o PSOL e PDT, a ocupação de cargos é fundamental para se garantir o sucesso presente e também futuro das candidaturas.

O terceiro ponto que emerge desse capítulo diz respeito a um processo de rompimento de expectativas das vereadoras em relação ao partido. O que entendemos como o “primeiro contato”, que veio junto com a exaltação do histórico da candidata e as promessas de apoio e crescimento por parte do partido, parecem cair por terra na maioria dos relatos captados por nossas entrevistas.

Independentemente do partido e da classificação político-ideológica, os relatos nos mostram que, uma vez que a filiação ocorre, o partido retira as suas promessas e apoios para a candidatura. Isso não ocorre com todas as candidatas, como apontamos, partidos como o PT e PSOL enviaram verbas por meio de suas direções municipais, mas também de Secretarias e Setoriais específicos. Porém, dinâmicas internas que envolvem as Executivas Municipais, Estaduais e Federal marcam a vivência e a possibilidade de se construir candidaturas estruturadas e com reais chances de eleição para essas vereadoras. É o caso de Bia Caminha que, por mais que tenha recebido recursos, diz no seu entendimento não ter sido suficiente e relatou uma série de situações de boicote realizadas pelo presidente do partido no município.

Vale, no entanto, trazer para a reflexão alguns pontos importantes sobre as relações entre tais partidos, PT e PSOL, e o movimento LGBTI+. Como aponta Cleyton Feitosa Pereira (2022), ambos os partidos tiveram em sua formação uma base de militantes LGBTI+ que influenciaram a consolidação da agenda de direitos do segmento no interior dos partidos. No caso do PT, por exemplo, o autor chega a pontuar que “a abertura do partido aos movimentos sociais possibilitou a organização inicial de um núcleo de gays e lésbicas no começo da década de 90” (Pereira, 2022, p. 351). Sendo possível entender que, segundo o autor, o movimento LGBTI+ e o Partido dos Trabalhadores se coconstituem.

No mesmo sentido, o PSOL, mesmo tendo surgido 25 anos depois do PT, nasce em um contexto de discussões sobre direitos humanos e direitos da população LGBTI+, um ponto que naquele momento era discutido dentro do Estado. Somado a isso, como pontua Pereira (2022), por ter sido fundado por parlamentares da esquerda, o partido incorporou tais lutas em sua agenda e seu estatuto – criando um canal de comunicação e interação direta com o movimento (Pereira, 2022).

Assim, por mais que existam críticas em relação às priorizações e acesso a recursos, tanto o PSOL como o PT apresentam práticas diferenciadas se comparadas a outros partidos

políticos. Nos demais partidos, parece haver uma dinâmica que envolve deixar a candidata à mercê para “correr atrás de votos” e construir a sua própria candidatura. Isso é demonstrado quando nossas interlocutoras nos contam sobre a falta de diálogo, de dinheiro, de apoio financeiro e logístico ao longo de todo o processo eleitoral.

Um ponto interessante quando tratamos dessa questão é que das treze entrevistadas apenas duas já possuíam mandatos como vereadoras. Ainda, apenas Icaro já ocupava um cargo de direção municipal e foi capaz de ter acesso a recursos e ao poder de selecionar outros candidatos que iriam sair pelo PDT, demonstrando a importância da ocupação de cargos dentro do partido para se ter o controle dos recursos.

Por fim, o quarto e último ponto, diz respeito ao processo de construção da ambição política. Ao longo das entrevistas conseguimos perceber que as dinâmicas que envolvem a construção estratégica de planos futuros é algo constantemente atualizado por parte das candidatas. Desistir do processo, se candidatar para o mesmo cargo ou se candidatar para um cargo hierarquicamente superior é decidido, afinal, a partir das análises do contexto político. Como dito por Icaro “*político sem mandato, ele não é nada*”, assim, o cálculo que é feito tem como objetivo básico a manutenção do seu mandato parlamentar.

No próximo capítulo da Tese buscaremos trabalhar, a partir dos relatos e entendimentos das vereadoras entrevistadas, as estratégias adotadas ao longo da campanha no que diz respeito à visibilidade de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Em uma campanha em pandemia, as redes sociais foram ferramentas centrais e as diferentes formas escolhidas pela candidata para se representar durante a campanha foi também fundamental para essa dinâmica.

CAPÍTULO 6. REPRESENTAÇÕES DE SI: ESTRATÉGIAS PARA SE FAZER CAMPANHA

6.1 Introdução

O ano de 2020 representou para muitas um momento de inflexão sobre os caminhos escolhidos e as formas possíveis e imaginadas de vida. Foi um momento difícil que levou a óbito, até o momento da escrita da presente Tese, cerca de 711.502 brasileiras, segundo dados disponibilizados pelo portal Coronavírus Brasil, organizado pelo Ministério da Saúde.

O vírus se disseminou de forma rápida e mortal no Brasil e a falta de coordenação entre os níveis municipais, estaduais e federal influenciou no resultado de calamidade no país. Em 2020, estávamos vivendo o segundo ano do governo de Jair Bolsonaro, um político que não dava a devida importância para a pandemia fazendo piadas, simulando casos de pessoas com falta de ar e que buscou a todo momento enfraquecer as estruturas do sistema de saúde brasileiro.

A vida, no entanto, não podia parar. Entre aberturas e flexibilizações, as brasileiras tiveram que se adaptar a uma nova dinâmica que afetou todas as esferas da vida. Assim, como era de se esperar, a pandemia também impactou o processo eleitoral de 2020, fazendo com que o Congresso Nacional promulgasse no 2 de julho de 2020, a Emenda Constitucional de número 107. O documento adiava as eleições que inicialmente ocorreriam nos dias 4 e 25 de outubro para os dias 15 e 29 de novembro daquele ano (Almeida, 2021).

As mudanças propostas afetaram de forma direta as dinâmicas eleitorais das candidatas e, como sabemos, muitas estavam lançando pela primeira vez as suas candidaturas. Em meio ao caos político e social, elas tiveram que traçar suas estratégias políticas e alcançar seu eleitorado, a partir de soluções criativas que surtiram efeito e garantiram a elas o sucesso eleitoral na corrida de 2020.

Assim, o presente capítulo busca apresentar em um primeiro momento, a percepção das vereadoras a respeito *do se fazer a campanha eleitoral* de 2020. Discutiremos sobre as estratégias e as formas como elas buscaram estruturar a divulgação de suas candidaturas e de suas plataformas políticas, fosse de forma virtual ou presencial. Em um segundo momento, demonstraremos os processos que ocorrem de forma não deliberada a respeito da decisão sobre falar ou não sobre sua orientação sexual e identidade de gênero e de usar ou não esse tema como pauta de campanha. Observamos e já destacamos de antemão que observamos um alinhamento da liderança com outras pautas diversas.

Gostaríamos, por fim, de falar sobre as percepções das vereadoras no que se refere à recepção do eleitorado em relação a seus corpos, orientações sexuais, identidades de gênero e as respectivas pautas defendidas. Muitos relatos apontam para experiências centradas nas corporalidades das vereadoras, um tópico discutido no capítulo 5 e que será retomado analiticamente nesse momento.

6.2 Uma campanha em pandemia

Com o contexto de pandemia, a corrida eleitoral de 2020 para as Prefeituras e Câmaras Municipais foi marcada por uma combinação de três dimensões, conforme pontuam Marengo e Cate (2021). A primeira delas se refere aos efeitos da pandemia de Covid e as respostas, muitas vezes descontraídas, das autoridades federais, estaduais e municipais. A evolução preocupante dos indicadores sanitários com o aumento do número de internações e mortes em decorrência da disseminação do vírus levou diversos prefeitos a adotarem medidas de distanciamento social baseadas em protocolos científicos ou pela decisão da abertura do comércio e de outras atividades econômicas (Marengo; Cate, 2021). Porém, o que foi adotado em um município não necessariamente foi o mesmo que o município vizinho, e isso levou a uma aceleração dos casos da doença em diversas regiões do país.

A segunda dimensão se refere às mudanças da legislação eleitoral introduzidas em 2020. A nova lei proibia as coligações nas eleições proporcionais, afetando diretamente as vereadoras participantes da nossa pesquisa. A ideia era que a proibição diminuiria as possibilidades de os partidos políticos driblarem a exigência do quociente eleitoral, além de “neutralizar a fragmentação partidária, incentivando legendas com reduzida densidade eleitoral a adotar estratégias de fusões ou incorporações” (Marengo; Cate, 2021, p. 26). Isso afetaria fundamentalmente o “cálculo de competitividade” da candidatura e dos partidos, ao mesmo tempo que tal mudança nas regras do jogo poderia significar um momento propício para que novas lideranças surgissem e aproveitassem a oportunidade.

Por fim, a última dimensão diz respeito às alterações temporais das dinâmicas eleitorais no ano de 2020, acarretadas pela aprovação da Emenda Constitucional de número 107 (Marengo; Cate, 2021). Como foi relatado pela maioria das vereadoras, as eleições de 2020 foram descritas como sendo um momento particular em que tiveram que se adaptar às condições adversas de uma pandemia e se situar na nova configuração do jogo político.

Para tanto, as vereadoras tiveram que adotar novas dinâmicas, fazendo com que elas reinventassem suas estratégias clássicas de campanha, tais como as panfletagens, as visitas nas casas do eleitorado, as caminhadas e as carreatas e passassem a adotar um modelo híbrido que mesclava o presencial com a campanha na esfera *online*. Como nos contaram durante as entrevistas.

Ai, 2020 a gente fez a campanha. **É, tivemos uma campanha na pandemia, eu grupo de risco.** [risos]. Aí era um horror porque eu ficava trancada dentro de casa e tome *live*, tome *live*. **Eu estava a fazer live de 9 da manhã e ia até meia-noite, só na live, só em grupo de ZAP e só em reunião de Meet, para live pra reunião de Meet para cá, vou me chamar no [inaudível].** É, porque eu era a que tinha, a que mais tinha, né, comorbidades e tal entre elas. As outras meninas, **fizeram presencial também, né, usando máscara e tal, mas elas fizeram.** (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Eu tenho algumas comorbidades além da obesidade. Eu tinha, eu tenho bronquite, **então eu tinha muito receio de sair, então eu saí em alguns lugares assim, tipo, eu ia para lugares mais públicos e coletivos, menos casas, sabe?** Circular pelas ruas, mas que acabava com as pessoas do lado de fora, na rua. Então eu era, **tinha muito receios, sabe?** E morando na casa da minha mãe, **daí como é que eu ia fazer política?** Saía e voltava para casa dela, uma senhora de 62 anos de idade. É o descanso. Tinha era, tinha muito mais, **muito receio de tudo assim.** (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

2020 foi uma loucura completa. **No meio da pandemia, teve gente que foi morar nos fundos da minha casa.** Para você ter noção, que eu tinha uma filha. Começou a eleição minha filha tinha oito meses. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

[...] **não estava essa coisa de vacina, estava muito fraco essa coisa de vacinação e eu com comorbidade gorda.** Eu falava gente, pelo amor de Deus, **se eu pegar isso, eu vou morrer e aí eu com medo, com máscara, a gente [inaudível] um cagaço.** Foi, foi uma campanha, **foi um caos.** Porque eu já coordenei outras campanhas, né? **Eu participo de campanhas desde 2012, então assim, essa foi algo surpreendente, foi algo, é, não sei explicar, foi algo assim, louco.** (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

A gente não conseguiu fazer, então a gente começou a pensar, por exemplo, **bate-papo remotos, fazer grupos de WhatsApp, é, pra gente se colocar. Fazer debates pelo Instagram e aí se projetar fazendo muito isso na pré-campanha, né?** Fazer a grupos WhatsApp com as pessoas que tinham interesse em poder conhecer a proposta do coletivo, **aí a gente divulgava que ia ter uma reunião, uma plenária e aí de mandava no grupo do WhatsApp o link do Meet.** E aí as pessoas entravam na reunião e a gente começava a conversar com as pessoas assim, teve muita gente que só veio nos conhecer nos depois de ser eleito. Ou então quando o cessou a pandemia nos conhecer pessoalmente. (Jhonatan, Coletivo Nos, 34 anos, PT, São Luís/MA)

Porém como se tornou perceptível, a adoção de novas estratégias não excluiu a mobilização das formas antigas. Assim, parece que a pandemia foi vivenciada por cada vereadora de uma maneira muito única que esteve ligada a questões de saúde, como a presença de comorbidades ou, então, questões relacionadas a familiares como pais e filhas, mas também

por uma questão de regionalidade. O que estamos querendo dizer é que, para muitas vereadoras, a pandemia parece não ter ocupado uma posição de destaque no processo de se fazer campanha.

Filipa Brunelli nos conta que, mesmo estando no grupo de risco e tendo medo de entrar em contato com o vírus, sua campanha aconteceu na rua. O mesmo aconteceu com Daniel Cabral, Iza Lourença, Bia Caminha, Kakinha de João Batista, Jhonatan Alves, Lilia Karipuna, Noel Henrique, entre outras vereadoras entrevistadas. Por mais que as campanhas tivessem uma base virtual, a presença física nas ruas teve um espaço significativo no processo da campanha eleitoral.

"[...] agora a gente vai pra rua, a gente vai fazer campanha" e aí, Pedro, as bixas se juntaram e a gente...elas foram de graça e a gente ocupava as ruas. E as bixas **panfletava e andava**, não tinha preguiça e vai, faz aquela campanha maravilhosa assim. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

A cidade do interior é buraco, é isso tal. Então eu fiz um diagnóstico da cidade, de quais problemas? E eu ia para o calçadão passar a minha campanha foi isso. Eu passava o dia inteiro, calçadão, ficava muito queimado, inclusive. Eu abordava as pessoas e perguntava assim, "Ei, tá tudo joia? Meu nome é Daniel Cabral, sou o candidato mais jovem a disputar as eleições aqui no município de Viçosa e eu queria muito te mandar as minhas propostas pelo WhatsApp, te mostrar que realmente eu estou preparado e qualificado para representar você na Câmara Municipal de Viçosa." Era essa a frase. **Aí eu peguei o WhatsApp de todo mundo, eu pegava o WhatsApp. E chegava à noite e mandava o meu PDF.** (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

De 2020 teve muita campanha que foi em casa. **A gente fez campanha de rua.** A gente tinha muitos protocolos. **Se ia panfletar em bar, ninguém podia beber**, totalmente disciplinados, **todo mundo lá de máscara.** (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

Aqui em Belém, a gente ia em alguns lugares que a gente já tinha algum tipo de atuação, né? Na **biblioteca comunitária**, né? **De alguns bairros**, a gente tinha alguns **cursinhos populares** que a gente organizava em dois bairros através do movimento, a gente ia nesses lugares, é, a gente ia muito para **parada de ônibus. Na época das universidades**, né? Que eram o principal lugar que a gente teria para ir era **escola e universidade**, porque a gente sempre foi do movimento estudantil. **A gente foi muito em feira e à noite a gente fazia muita campanha em bar, em festa.** Nessas coisas **a gente estava abertas e funcionando.** Eram esses lugares assim que a gente ia. (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Não teve, teve. Teve um momento que a pandemia ela acessou um pouco, né? E ali a agosto, setembro e cessou entre aspas, né? **A gente botava a máscara no rosto e ia para a rua, então teve algumas caminhadas.** A gente participou de poucas caminhadas, porque a gente tinha muito medo. A nossa comunicação voluntária da época, assim muito, muito temerosa de "**Ah, como é que vocês dizem que são uma candidatura de esquerda, uma candidatura que dialoga com essas bandeiras, preocupado com a saúde pública, preocupado com as periferias, e vocês estão fazendo campanha na rua, fazendo caminhada**", então a gente é, campanha, é uma coisa louca assim é desastrosa. Então é. A gente ficou assim. **É. Era uma situação muito contraditória, mas a gente participou de algumas caminhadas, poucas caminhadas foram muitas, não, a gente fez um lançamento da campanha presencial, que foi na numa praça pública aqui no bairro da Cidade Operária.** E a gente fez uma **praça ao ar livre** também nesse sentido, né? Porque as pessoas

podiam ter o distanciamento. As pessoas tinham a questão de que não seria um espaço fechado, e a gente fez também. (Jhonatan, Coletivo Nos, 34 anos, PT, São Luís/MA)

Então, eu ia muito com meu pai, meu pai foi muito presente na campanha, ele me abraçava e como eu **posto tudo na minha rede social, então eu postava, né?** "Ah eu **tô indo aqui**", no interior passando por baixo de arrame, os cachorros correndo atrás, "corre papai os cachorros". (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

E na minha campanha, eles acompanharam a campanha toda. Eles conseguiram alcançar que **eu fui em todas as aldeias** que existe e aqui nós **somos 85 aldeias** (Líliá Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

Eu **reuni pessoas, famílias mesmo para conversar, é, sentar na mesa, comer, comer, almoçar, tomar café**. Eu durante a campanha, **eu saí às 7:00 da manhã, eu chegava 11 horas da noite em casa**. Então era a conversa de longas horas. Então veio qual é o futuro que a gente quer? Tem alunos... aí eu comecei a contar minha história, como estudei, como eu saí, como eu fiz para me formar como professor. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

Gostaríamos de pontuar, no entanto, que não há aqui nenhuma tentativa de desqualificar ou questionar a adoção do modo de campanha presencial mobilizado pelas então candidatas à vereança. Nosso intuito é gerar uma reflexão mais crítica a respeito do espaço ocupado pela relação face a face ao longo da corrida eleitoral. Porém, observamos um modelo de campanha híbrido na maior parte dos casos analisados. Como destaca Daniel, após um longo dia se apresentando e coletando números de *Whatsapp*, ele chegava em casa e enviava suas propostas em pdf via aplicativo. Essa estratégia foi fundamental para a garantia do seu sucesso eleitoral, e esse não foi apenas o caso de Daniel.

Como dito no capítulo anterior, muitas vereadoras relataram o pouco apoio financeiro recebido dos partidos para a construção de sua campanha. Segundo as vereadoras, a adoção de estratégias em meio *online* reduzia, muitas vezes, os custos na fabricação de panfletos e santinhos e facilitava também o compartilhamento entre o eleitorado das propostas e bandeiras da candidata. João Felipe nos relata uma situação interessante.

[...] conheço a minha base eleitoral, eu **sei onde o meu voto mora**, por isso que eu em 2020 eu não tive a minha dificuldade, não tive dificuldade de fazer campanha. **Quando eu entendi que as pessoas não queriam receber meu material**, que **não dava para fazer é caminhada**, que não dá... eu comecei a **fazer visitas pontuais onde moram os meus eleitores** e aí eu vou te falar os meus eleitores, a grande maioria são mulheres, são as mães dos LGBT, são minhas eleitoras. Então, assim, então é onde eu quero chegar com isso? Eu, é, é, há uma estratégia por trás disso, de saber onde mora o meu, o meu eleitor, de conhecer o meu eleitorado. (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Na análise da vereadora, o seu eleitorado, com medo de entrar em contato com o vírus da Covid, não queria receber materiais físicos na rua ou em suas casas. A estratégia de João teve que ser repensada e readaptada à campanha na pandemia. Essa simples reformulação possibilitou que o vereador acessasse seu público e construísse uma imagem de político preocupado com a saúde pública e com a necessidade do distanciamento e de outras ações de controle epidemiológico.

Nesse sentido, a questão das estratégias *online*, baseadas principalmente nas redes sociais, ocupou um espaço importante na corrida eleitoral. Muitas vereadoras pontuaram que aquelas que possuíam uma rede social mais consolidada saía à frente das demais. *Em tempos de pandemia quem está na rede é rainha* é o que pontua, por exemplo, o vereador João Felipe que destaca

E aí, onde entra **essa questão das redes sociais, é, um instrumento necessário...um instrumento importantíssimo nessa eleição de 2020**, porque, é, estávamos em meio a uma pandemia sem vacina. É, assim, desespero, é, com muitos óbitos, pessoas assim, próximas. E sabe um cenário muito estranho, de muita tensão, de muito medo. **As pessoas, elas não queriam receber nenhum material. Elas não abriam as portas de casa. Elas não desciam os vidros dos carros. Elas não queriam receber santinho.** [...] **o que facilita o meu trabalho é exatamente a internet.** (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

O trecho acima ajuda a sustentar as duas ideias anteriormente apresentadas: o medo da pandemia e a necessidade de reinventar a maneira de fazer campanha e a importância das redes sociais. João, ao apontar que “as pessoas, elas não queriam receber nenhum material. Elas não abriam as portas de casa. Elas não desciam os vidros dos carros. Elas não queriam receber santinho”, percebeu que a campanha *online* facilitaria esse processo, fazendo com que as plataformas *online* ocupassem um espaço central no seu processo eleitoral.

Essa parece ser uma postura adotada por outras vereadoras como Kakinha de João Batista e Icaro Reveles. Ambos os vereadores possuem uma rede social consolidada e forte. No momento de escrita desta Tese, Kakinha possuía 59,4 mil seguidores e Icaro 12,4 mil. Os vereadores nos relataram como as redes sociais afetaram suas campanhas.

Aí eu fui para rede social, **a rede social me ajudou muito.** Não sei se você percebeu, **eu tenho muitos seguidores**, então tinha como conversar diretamente com o povo. Como você falou, foi na pandemia, mas a rede social me ajudou bastante. **Eu chegava na casa de todos, eu tenho muitos seguidores no município, eu tenho na região, mas assim no município quase todo mundo segue.** Então quando eu não chegava no interior, nos interiores eu ia, e quando não, quando eu chegava na casinha, **"já conheço, ah, conheço você. Ah, lhe siga, eu conheço você"**, então me ajudou bastante. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Eu tenho, modéstia à parte, **uma rede social muito forte aqui no meu município. Sou o vereador com mais seguidores, com mais engajamento nas redes sociais**, também sou mais jovem, né, até hoje, apesar de eu já estar com 34 anos, ainda sou o mais novo da Câmara municipal. Então a gente tem esse apelo, né, de servidores, eu dou uma biscoitada bastante também no Instagram, né, para ter engajamento. **Então a gente sabe que isso também conta**, né, para ver... então eu quero que a pessoa veja o meu Instagram, você tem que se casar.... **A pessoa quer saber mais da sua vida pessoal do que a sua vida política. então, as vezes você tem que mesclar para fazer com as pessoas entrem ali e vejam o seu conteúdo...que você tem os projetos, que você aprovou etc.** Então eu fiz uma **campanha bem híbrida**, estava bem desanimado, confesso, né, assim para sair de casa, perdemos parentes na pandemia, todo mundo sofrendo, então, **fiz uma campanha de rede social bem forte**. Fiz reuniões também bem pontuais, que até assim, eu já tinha um público bacana. **Se você fizesse uma reunião com 1000 pessoas, você era apedrejado e ainda colocava em risco as mesmas pessoas que estavam lá.** Então nós fizemos poucas reuniões, fiz bastante visitas em casa, né, porque aqui ainda é uma cidade que você tem que ir tomar o cafézinho com com mãe de família, com a matriarca, como patriarca, você tem que participar de eventos, então eu fiz uma campanha híbrida. **Material bacana de internet, bastante material também impresso** (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Um ponto interessante a se observar nos casos de Kakinha e Icaro é a forma como as redes sociais das candidatas parecem se fundir. Como ocorre com algumas candidatas que criam contas paralelas – uma pessoal e outra profissional –, os dois vereadores utilizaram-se de apenas uma delas para gerir todos os conteúdos de suas vidas pessoais e de seu trabalho. Assim, as noções do que é público (profissional) e o que é privado (pessoal) pareceram estar em contante negociação – uma influenciando a outra. Pareceu ocorrer um processo calculado e constante de buscar equilibrar os diferentes conteúdos nas redes sociais. Ao mesmo tempo que a vereadora “dava uma biscoitada”¹⁰¹, ela trazia ações, políticas e projetos que foram apresentadas de forma criativa e simplificada para seus seguidores e eleitores.

Lins Robalo é outra vereadora que trabalhou constantemente no meio *online* durante sua campanha. A vereadora nos contou a forma que mobilizou o eleitorado e o fez refletir sobre política de uma maneira leve e crítica. Segundo a vereadora,

[...] nós vamos fazer assim, nós vamos gravar um vídeo questionando as pessoas [...] **E se o prefeito fosse uma mulher negra?** E daí ele [*uma pessoa ligada a campanha*] disse assim, não vai dar certo isso, as pessoas vão achar que ele vai acompanhar a prefeitura. Eu disse, é isso. **Eu quero que as pessoas achem que eu vou concorrer à prefeitura e isso vire notícia dentro da cidade. Eu quero que as pessoas compartilhem, os nossos amigos compartilhem, compartilhem os nossos familiares, compartilhem os jovens, compartilhem.** (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

A gente tinha muita lista de contatos [...] muitas redes sociais, muitos contatos, muita comunicação midiática. Assim, **nos stories, no Facebook, no Twitter, no Instagram,**

¹⁰¹ O uso da expressão “dava uma biscoitada” foi utilizado na entrevista de Icaro Reveles. O termo se refere à prática de algumas pessoas (não apenas as LGBTI+) de postar algumas fotos sensuais ou apelativas esperando assim receber likes e comentários de seus seguidores.

a gente foi muito comunicativo, sabe? Todo o tempo, quando eu estava na rua, as redes sociais estavam funcionando, tinha agenda funcionando. Tinha gente publicando coisas, tinha gente coisa acontecendo. (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

Lins continuou o relato contando que, dentro do Partido dos Trabalhadores de seu município, havia uma ideia de que a campanha deveria ser feita de forma tradicional, nas ruas. “*O PT trabalha com voto a voto na rua*”. O posicionamento do partido, no entanto, não impediu Lins e sua colega de partido Bárbara, hoje suplente de sua mandata, a adotar as redes sociais como meio mais direto de se chegar ao eleitorado.

Nós éramos 13 candidatos do PT, dos 13 candidatos do PT, só 2 pessoas usavam as redes sociais, que era eu a Bárbara, que a Bárbara hoje é minha suplente, né? Até a que fez votos, é a minha suplente que é uma mulher trans também. (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

Eu e Bárbara **fazíamos muito vídeo, muita interação com as redes sociais**, muita coisa, e a galera assim, a galera da **via campesina, né, do movimento do MST, das coisas não fazia muita mobilização, não ia para as redes sociais** e eu falei para Bárbara, Bárbara, nós vamos nadar, nadar, nadar e nós vamos morrer na praia porque nós não vamos ter voto suficiente. Não vamos dar conta. E eu falei na reunião disse **"gente, nós precisamos fazer vídeos, precisamos fazer card, precisamos dar uma movimentada nas redes sociais"**. "Ah, não, mas o PT é assim, o PT trabalha no voto a voto na rua". Eu disse **"gente, nós estamos no meio de uma pandemia. As redes sociais são a nova rua. A Juventude está nas redes sociais não tem como a gente fazer política sem estar nas redes sociais"** (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

O resultado positivo de suas estratégias fez com que Lins fosse a única a alcançar o sucesso nessa corrida. É interessante observar, a partir dos relatos, como algumas estruturas e lideranças partidárias são entendidas como conservadoras e que ainda parecem reproduzir pensamentos e ações que fogem da realidade atual. Essa atualização do cenário parece ser algo que falta ainda nos partidos e que, como se vê, influencia diretamente o processo eleitoral das candidatas.

As redes sociais também foram um espaço onde as candidatas puderam construir suas imagens para o eleitorado. Normalmente, nas redes as vereadoras postavam sobre suas histórias, identidades, bandeiras de luta e ideias para melhorar a cidade. Jhonatan nos conta que

E quando a gente lançou a ideia da candidatura, é, **no Instagram que a gente criou o coletivo**. Olha lá no início do Instagram do coletivo. É, a gente começa falando dos seis, né? Quem são as seis pessoas. Então, a primeira foto minha era uma foto **enrolada** com a **bandeira LGBT**. (Jhonatan, Coletivo Nos, 34 anos, PT, São Luís/MA)

O trecho da entrevista de Jhonatan nos faz refletir sobre a centralidade das redes sociais na campanha, mas ao mesmo tempo nos leva a pensar sobre o processo de construção de representação de quem é a candidata. Esse processo de escolher o que mostrar, quando mostrar e para quem mostrar será tratado de forma mais aprofundada na próxima seção desse capítulo.

6.3 Representando a si: “tu cortou o teu cabelo por causa da política ou não?”

Ao longo das entrevistas, uma questão pareceu ocupar uma posição central, mesmo ela não sendo reconhecida abertamente por todas as vereadoras. O que percebemos é que parece haver um processo ativo das candidatas em alguns momentos de mobilizar suas identidades de modo a sensibilizar certos segmentos do eleitorado e, em outros, o movimento era inverso: ocultar certas características para acessar outros públicos – muitas vezes mais conservadores.

Esse processo de representar a si mesmo é um tópico que instigou diversas autoras das ciências sociais como Erving Goffman. Em seu livro “*A representação do Eu na vida cotidiana*” (2014), o sociólogo buscou compreender uma série de processos que permeavam e atravessavam a formação da representação das identidades entre os indivíduos.

[...] todo homem¹⁰² está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros, é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos (Park apud Goffman, 2014, p. 27)

A maneira como um indivíduo escolhe se representar para algumas pessoas é diferente em cada contexto e grupo social. Assim, para o autor, a representação na vida cotidiana é um processo que envolve a maneira como as pessoas constroem e apresentam suas identidades, tanto as verbais como as não verbais, em contextos sociais específicos (Goffman, 2014). Dentro disso, há de se observar como as pessoas interpretam e respondem às representações das outras. Esse processo, assim como todo processo comunicativo, pode produzir ruídos e compreensões divergentes sobre a pessoa, uma vez que a mensagem e/ou imagem reproduzida por um indivíduo pode não ser aquela compreendida por outra.

¹⁰² Um ponto importante de pontuar na citação de Park reproduzida da obra de Erving Goffman (2014) é a forma naturalizada como o mundo é entendido como formado por homens. Uma visão masculina e que exclui da análise as múltiplas experiências que fogem da cisheteronorma.

Para Goffman (2014), a representação¹⁰³ pode, então, ser entendida como toda e qualquer atividade realizada por um indivíduo que se passa em um determinado período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma forma de ligação ou influência (p. 29). A fim de se representar, o indivíduo constrói uma espécie de “fachada pessoal”, ou seja, um mecanismo expressivo (in)conscientemente empregado durante o processo de representação.

Esse é um processo constantemente identificado ao longo das entrevistas realizadas com nossas interlocutoras.

A campanha eu acho que trouxe muito à tona a questão de ser **mulher negra** assim, né? **Mais do que da Juventude, mais do que da pauta LGBT**. Tanto que o slogan da campanha era: "para romper silêncios". E aí articulava muito em torno dessa disputa, é, da minha identidade mesmo, né? De ser **uma mulher negra, também LGBT, também jovem, mas principalmente uma mulher negra articulada dentro do feminismo negro**. Acabava que a minha **sexualidade** por ter gerava muito incômodo, sempre se tornava uma pauta muito forte também dos outros mais do que minha. Até porque eu não era articulada no movimento LGBT, né, quando eu fui candidata. Era muito mais articulada no movimento negro, no movimento de Juventude. E no movimento de mulheres. Bem menos no movimento LGBT, isso mudou depois também (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Diferente do corpo como o meu, né? Sou o grande, sou altona, né? Chega todo desse jeito assim, porque, inclusive, reivindico que eu sou uma **bixa travesti**, uma **mulher travesti**, porque eu reivindico essa coisa da nossa comunidade, né? Do que traz para nós essa **essência marginal**. (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

Nas falas recortadas acima, tanto Bia Caminha como Filipa Brunelli, parecem refletir sobre marcadores presentes em seus corpos e que, por sua vez, parecem conformar quem elas são. Ser uma mulher negra LGBTI+ e jovem não parece ser algo que poderia ser simplesmente apagado da vivência de Bia ou da forma como ela se representa ao longo do processo eleitoral e depois de eleita. Esse processo, novamente, nos remete à discussão de Goffman (2014) no que diz respeito à conformação da fachada pessoal.

O autor sustenta que há outros itens nos mecanismos expressivos que, de forma mais íntima, são identificados com a própria agente e que se espera que elas as sigam onde quer que elas estejam. Segundo Goffman (2014), entre as partes da fachada pessoal podemos incluir “vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes” (p. 31). Nesse sentido,

¹⁰³ Aqui pontuamos que estamos discutindo representação a partir do interacionismo simbólico da Sociologia. Acreditamos que tal teorização nos possibilitará trabalhar melhor com a realidade analisada. Assim, reconhecemos a centralidade da discussão de representação nos estudos legislativos dentro da Ciência Política, porém a discussão sociológica nos traz mais ganhos para a presente pesquisa.

vale pontuar que os corpos trans que não possuem passibilidade são aqueles mais suscetíveis a interpretações violentas por parte de terceiros.

Um ponto importante de pontuar, nesse sentido, é que as normas que constroem e segregam os corpos subversivos recaem sobre os indivíduos LGBTI+ de forma diferente. O efeito das regras ou então a forma como a sociedade lê um jovem cis gay branco na política é diferente daquele imposto a uma mulher trans de *mega hair* ocupando um mesmo espaço público. As pessoas que não possuem passabilidade, principalmente nos casos das pessoas trans, vivenciam o período eleitoral, mas não apenas ele, de forma mais violenta e dura.

Voltemos para a questão da fachada. Essas características que conformam a fachada pessoal e que acompanham constantemente as vereadoras são pontos interessantes de serem destacados no caso do vereador Kakinha de João Batista. Para muitos homens cisgênero gays, a forma como se comportam afeta diretamente as possibilidades de vida e, nesse sentido, alguns atributos, tais como uma voz mais fina, um cabelo longo, ou então, a forma de agir ou andar, transformam-se em problemas a serem superados.

Então a gente começou a nossa campanha, é, e andar mais e conversar com as pessoas e perguntar se aceitavam e tudo mais. **Eu quando entrei era aquele negócio [voz grave] "E aí, vamos ver, vou entrando. aii, eu não sei o que"**. Com aquela voz grossa, **aquele negócio para intimidar**, e, quando chegou no meio do percurso de disse **"poxa, esse negócio não vai dar certo. Eu acho que devo mostrar quem eu sou. As pessoas têm que votar sabendo quem é Kakinha"**. E aí foi complicado, porque eu pensei assim **"ah mais papai vai aceitar?"** tipo eu dizer que eu sou isso e chegar na casa"... até para mim, amigo, **eu vivo num mundo tão fechado aqui no interior que até para falar, às vezes, até eu falo um pouco de preconceito** por tudo que eu passo, entendeu? Não é que eu...até..., mas é, é, tão assim que às vezes eu acho difícil isso. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Então foi assim, aí foi quando eu me sentei e disse ó **"sou Kakinha, eu sou gay, eu não vou esconder para vocês, vocês vão votar numa pessoa sabendo**, eu não vou estar aqui chegando no campo **[com voz grossa] "Eu o deputado Kakinha prometo para vocês e não sei o que..."**. [Mudou a voz] **"Oi, oi, tudo bem? eu sou o Kakinha. eu tô aqui para pedir o voto de vocês, encarecidamente"**. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

E foi do meu jeito, com minha voz fina, sem precisa gritar. sem precisar explicar, **sem precisar mostrar machismo** para dizer, porque há, é, não é porque é macho que consegue, é, tanto que isso me fortaleceu. Quando eles **"cê não vai votar em homem, cê vai votar em viado."**(Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Kakinha de João Batista nos conta que o processo de se sentir confortável consigo mesmo e de se representar de forma verdadeira para si ocorreu em grande parte após o vereador se sentir aceito por seu pai. A figura paterna, no caso de Kakinha, parece ocupar uma posição importante que marcou a vivência do vereador ao longo do processo eleitoral. O vereador ao

longo de nossa conversa nos contou que durante parte de sua vida não havia tido muito contato com seu pai. Quando houve a conversa entre os dois em que o pai convida Kakinha a se candidatar, a questão da orientação sexual parece ter surgido como uma barreira tanto para a corrida eleitoral como para a relação entre os dois. A campanha foi um momento muito desgastante e, talvez, Kakinha se preocupasse que a sua homossexualidade poderia ser um fator que afastasse seu pai. Felizmente, para Kakinha, não foi o que aconteceu. Uma vez aceito por seu pai, Kakinha se sentiu seguro para ser quem ele quisesse ser.

Assim como Kakinha, o vereador Noel Henrique nos relatou uma situação um pouco diferente, relacionada com a mudança do seu corte de cabelo, dias antes de lançar sua candidatura a vereança da cidade de Oiapoque.

Quando fizeram esse **convite para mim**, na verdade, **eu tinha um cabelão**. Um cabelão **bem afeminado mesmo**. Então, todo mundo sabe quem é Noel Enrique. O meu pai é professor, já tem status. Aí eu comecei, é, toda essa história que eu te contei em 2012, então todos esses status, eu trabalhei no conselho estadual de educação, no emprego mais invejado dos povos indígenas daqui do Amapá. Então eu tive essa oportunidade e com isso eu vi que, é, eu podia, e eu sempre **falei com meus amigos que eu sou gay independente seja...**fui evangélico. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

Então, quando fizeram o convite para mim eu tinha um cabelão. Então, após quando eu cheguei na... Me deram convite, eu fui o último a...na verdade, eu formei a nominata. **Eu era a única pessoa que faltava, então me chamaram** e eu falei, **"não", eu tinha me enjoado já do cabelo, mas eu não cortei por causa por causa da política. Por causa das eleições**. Eu cortei meu cabelo porque eu queria me...eu me sentia, tipo, **me enjoei do meu cabelo**. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

Aí quando chegou o convite para mim todo mundo pensa, tipo assim, **"Ah, o Noel cortou o cabelo devido que ele vai concorrer às eleições. Ele vai mostrar que é hétero, que não é gay"**, toda aquela capa, mas na verdade **não foi o cabelo, com o cabelo ou sem cabelo, eu sempre ando desfilando, eu sempre tenho essa, eu sempre tenho essa postura sensível, brincalhão, limpinho, do jeito que as pessoas que me conheciam com o cabelo**. Então **nunca tive outras...** Minha postura sempre foi a mesma. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

A minha voz sempre foi a mesma, então, muita gente assim... já...eu já fiz várias entrevistas com pessoas, **"mas Noel tu cortaste o teu cabelo por causa da política ou não?"** "Não, não teve o cabelo por causa da política, **tinha cortado 2 dias antes**", aí que chegou o convite, então ficou esse...essa pulga atrás da orelha de várias pessoas até mesmo da minha família, até mesmo aqui da sociedade oiapoquense. **"Tu cortaste o cabelo porque tu vais concorrer"**. **"Não, gente. Eu não cortei por causa disso"**. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

Por mais que muitas concepções já tenham mudado em nossa sociedade, há algumas que ainda permanecem. Para alguns homens gays, a forma como vivem suas vidas é, muitas vezes, lida por outras pessoas como uma tentativa de se feminilizar. A ideia de precisar cortar um cabelo longo e “bem afeminado” para se enquadrar nos entendimentos da política e de quem

pode ocupar esse espaço foi algo presente na vivência de Noel. Novamente, ficam claras as diferentes formas de regulação dos corpos que fogem à norma. Quando tocamos, quase que acidentalmente no caso do cabelo, Noel sentiu a necessidade de explicar para que não houvesse dúvidas sobre o ocorrido – sinal de que este foi um ponto polêmico e recorrente ao longo de sua campanha.

Para além da representação física da candidata, observamos a existência de uma representação de si nos materiais de campanha. Para a maior parte das vereadoras que participaram da nossa pesquisa, existe em seus materiais a menção de ser uma pessoa LGBTI+. Apenas duas vereadoras que são LGBTI+ disseram não tem incluído essa faceta nos materiais, mesmo suas orientações sexuais sendo tratadas abertamente em seus municípios.

Falava, falava abertamente disso. **Todos os materiais, inclusive tinha a bandeira LGBT...**no adesivo. (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Então, ao mesmo tempo que eu tive **a felicidade de colocar num panfleto o HIV, a palavra intersexo**. Eu acredito que nós temos o mérito de ter **popularizado, nem que seja um pouquinho mais a palavra, intersexo com a campanha...**com as campanhas eleitorais. Pelo menos no estado de São Paulo, e eu acho que nacionalmente também, **porque aí a imprensa cobriu bem**. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Primeiro, eu quero iniciar, **essa foi uma das camisetas e a frase que a gente adotou...**teve dois bordões que nós adotamos para a nossa campanha e essa foi um deles, a **bandeira LGBT e o nome "aceita que eu sou toda estrutura"**, porque eu **acho que para na vida nós temos que ter uma estrutura para tudo**. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

Está no material de campanha, eu me apresento nas minhas redes sociais, a minha família, eu me apresento como **homossexual, casado**, enfim, é trago, inclusive, é, como um projeto de campanha, também dentro da minha plataforma de campanha, proposta, inclusive a nossa proposta foi a criação do conselho municipal de direitos humanos. Proteção...**é de direitos humanos**, que traz uma cadeira para o movimento (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

A escolha das palavras ao se apresentar via materiais de campanha, foi também, algo importante. Para muitas vereadoras, expor sua orientação sexual, identidade de gênero, sorologia, raça/cor e outros marcadores foi a maneira encontrada para se conectar com o eleitorado e com movimentos sociais ligados às suas pautas. Porém, observamos também um processo ativo e consciente por parte de algumas vereadoras de se apresentar por outras palavras, de uma forma mais neutra.

Mesmo sendo um homem abertamente gay e casado, João destaca que uma de suas plataformas de campanha foi a criação de um Conselho Municipal de Direitos Humanos. Englobar a pauta LGBTI+ no guarda-chuva dos Direitos Humanos tem sido uma estratégia

recorrentemente empregada por algumas vereadoras para acessar públicos que não estariam receptivos diretamente às demandas LGBTI+.

É, cabe ele, é, é uma questão mesmo do rito, da condução...da limitação do poder legislativo. Mas assim, eu não deixo de tratar, mas não é uma pauta central. Eu vejo que tem candidaturas. Eu acompanho, sigo algumas figuras. **A pauta central é o movimento LGBT, são as pessoas LGBT. Não, é uma vertente, sim...é um braço do meu mandato, enfim, mas não é a pauta central.** Eu falo que a pauta central do meu mandato é **dar voz as pessoas que não podem falar e quando eu falo disso a gente fala também das pessoas LGBT**, mas não é o vereador do, é, vereador LGBT, não. **Eu não deixo de me apresentar, sempre me apresentei a minha orientação, nunca foi problema para mim, enfim, trago dentro da minha, do meu estoque, da minha plataforma de campanha, ideias, propostas.** É. Mas não é aquela questão não. É a cereja do bolo, digamos assim. (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

E aí assim eu sabia o seguinte, **então eu sempre fui abertamente gay**, mas em **nenhum momento eu toquei isso em Viçosa**, sabe, na pauta da eleição, porque eu sabia, **uma coisa é você estar em Belo Horizonte**, com um público muito grande e inchado. **Outra coisa, é você estar em Viçosa. Os estudantes não votam aqui¹⁰⁴, então assim a realidade é outra.** (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

[...] a gente não usa muito a questão da bandeira LGBT em nível municipal, é, no caso, isso aqui...isso já era **uma coisa implícita dentro do... das minhas propostas**, porque **as pessoas já me conhecem, então a gente resolveu até utilizar termos mais de direitos humanos**, de um modo geral, porque até...porque é uma recomendação de nível nacional porque os nossos dirigentes LGBT nacionais, eles falam, "gente, LGBT não tem só carregar a bandeira do LGBT". Você entendeu? "Nós temos que mostrar trabalho", ó vê aí **Icaro, esporte, educação, cultura, saúde, infraestrutura** (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

E aí, estrategicamente falando, numa pretensão de...politicamente crescer na política, numa cidade do interior que é muito forte essa presença do...é, do agronegócio, esse coronelismo enraizado, enfim, **é trazer para a pauta central de um mandato só a pauta LGBT estrategicamente para mim, aí é uma visão é da minha equipe, enfim, uma visão estratégica mesmo, de que isso não agregaria e de fato, não agrega.** É, muito pelo contrário. Quando a gente tem, é, quando eu defendo, é, porque **eu estou nessa condição.** E aí é uma pauta que eu me vejo maior obrigação, mas eu não conto com esse apoio, com essa sustentação dessas pessoas. Eu não sei quais os motivos, então, aí nascem outras pautas, nasce a pauta da **empregabilidade.** (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Essa postura – de não assumir as pautas LGBTI+ como centrais dos planos de mandato – e adotar a utilização de termos mais aceitos pela sociedade, como a luta contra as injustiças ou a defesa dos direitos humanos, foi algo presente nas falas dos vereadores João Felipe, Daniel Cabral e Icaro Reveles. Importante notar que os três vereadores são homens cis e gays. A norma experienciada por essas pessoas é diferente e talvez menos intensa, fazendo com que seja possível para eles mobilizarem categorias “mais universais” para se misturar às demais candidatas.

¹⁰⁴ Viçosa é uma cidade universitária localizada na região da Zona da Mata mineira.

A falta de apoio dos movimentos LGBTI+ e da população, aliada a uma questão da região e do contexto político de voto no município, fazia com que fosse usada esse tipo de estratégia, a fim de agregar mais votos. Os vereadores não negaram as suas respectivas orientações sexuais e trabalharam com o tema de forma transversal, mas ainda assim entenderam ser a pauta um tema polêmico e que poderia afastar determinados segmentos do eleitorado.

Para tanto, esses vereadores como as demais, mobilizaram outras pautas de lutas como sendo suas. Assim, a questão do direito à cidade, da defesa das religiões de matriz africana, da educação, acesso à saúde, defesa do meio ambiente e outras surgiram no horizonte dessas vereadoras.

[...] e no direito à cidade, né, que é o meu campo de formação. É, também onde eu articulo o início da minha militância política, né? **Pelo direito de cidade, pela reforma urbana, pelo direito de morar, né, nas lutas pelo saneamento básico.** (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

Eu sou o primeiro gay, [inaudível] foi a primeira lésbica, **mas existem outras coisas atreladas a essas pessoas que puxam elas, nesses municípios.** Então, por exemplo, a Damires é a primeira lésbica, salvo engano, **mas ela puxa muita importância da mulher na política. Eu puxei para mim a questão muito técnica. A Suellen, ela também é muito, ela também puxou essa questão da mulher, mas ela é fisioterapeuta**, então é Suellen fisioterapeuta, inclusive nome de urna. Ou seja, ela puxou muito a **questão da saúde. A Amanda foi muito a questão da Juventude e da Universidade de Uberlândia.** Eu tô lembrando das campanhas, então assim, você entender como se foi construído a campanha dessas pessoas tá muito atrelado, **tem a questão LGBT.** Mas tem a questão também. Então, por exemplo, **a própria Duda, a Duda, hoje tá muito mais atrelada à questão ambiental.** (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)¹⁰⁵

Fortemente educação era o ponto central, tanto que uma das primeiras indicações minha foi essa. (Líliá Kariyuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

O que eu tenho que falar sobre **negritude**, eu tenho que estar falando sobre os as **pautas LGBTQP+**, eu tenho o que estar falando sobre a **periferia**, que é no lugar de onde a gente vem, porque nós somos todos do bairro, né? **É o teu que está falando sobre a periferia, é o teu que está falando sobre trabalhadora que é uma trabalhadora servidora pública e eu tenho que estar enquanto assistente social, sempre discutindo o direito dessas pessoas terem o direito de circular a cidade e existir enquanto sujeitos**, né? (Lins Robalo, 40 anos, PT, São Borba, RS)

Um ponto interessante a se destacar é o de que os mandatos coletivos conseguiram agregar essas pautas de forma muito inteligente. Ao selecionar candidatas envolvidas com lutas sociais diversas e com reconhecimento de seus trabalhos, a união das pautas nos mandatos

¹⁰⁵ No trecho, Daniel Cabral se refere às vereadoras Damires Rinarlly (PV/Conselheiro Lafaiete), Suellen Fisioterapeuta (PV/ Ponte Nova); Amanda Gondim (PDT/ Uberlândia) e Duda Salabert (PDT/ Belo Horizonte).

pareceu atrair, ainda mais, a atenção do eleitorado e, claro, conquistar mais votos. Como a vereadora Carolina Iara destaca

A Sílvia como professora de história, feminista, tal. No movimento há 30 e poucos anos. **Eu, né, uma mulher intersexo, travesti, vivendo com HIV, com o eixo do LGBT e da pop rua.** A Paula com, então, **das vítimas, né, do cárcere, é, da violência de estado, essa coisa contra o genocídio da população negra, segurança pública.** A Dafne, com relação ao urbanismo, **né, a questão das políticas urbanas, arquitetura e ambiente** e a Nati também com relação ao ambiente e também da **marcha de mulheres negras.** A gente conseguiu juntar. Eu acho que foi uma produção bem rica. [riso]. Acho que a gente marcou o cenário político brasileiro. É, sem falsa modéstia, sabe, mas eu acho isso mesmo. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

O processo de se apresentar para o público ou de representar a si mesmo não veio livre de contradições e de uma reação por parte do eleitorado. Muitas vereadoras disseram que, uma vez que suas orientações sexuais foram publicizadas, uma série de comentários e ações passaram a ocorrer como o caso relatado pelo vereador Icaro Reveles.

[...] "**nossa, mas você nem parece que é gay**", você começa a ver os comentários homofóbicos que são implícitos, né? "**Você não parece que é gay, mas você não é isso. Você não é afeminado, você não é isso, ta, ta, ta**" então eu percebi que a militância LGBT, inclusive até o apoio a mim recebido, também tem a ver com meu comportamento. **Se eu fosse um gay afeminado, entendeu?** (Icaro Reveles, 35 anos, PDT, Várzea Grande/MT)

Essa é uma discussão que iremos tratar na próxima seção.

6.4 A recepção do eleitorado

Eu acho que todos estes grupos, de alguma forma, talvez de menor e maior escala, né? Esse grupo mais conservador. Eu para falar a verdade não consigo articular de forma a entender a minha sexualidade. **Porque pegava o panfleto já era a cara de uma menina, que eles achavam que não tinha nem idade para ser candidata, tinha 20/21 anos. De uma menina negra de tranças, né, porque além de ser negra, é uma menina que afirmava a sua identidade enquanto uma mulher negra, e aí eles iam lendo, descobriam que eu era LGBT.** Então eu acho que era muito combinado assim, né? **Toda a opressão.** (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

A maneira de se apresentar nas ruas e nas redes sociais, por meio de suas múltiplas camadas de identidades, tornou-se um elemento disparador de reações do eleitorado. Como relataram muitas vereadoras, o processo de publicização produziu duas principais respostas. Por um lado, certos segmentos sociais reagiram de maneira violenta, com intuito de

desincentivar, por meio do medo e da intimidação, a participação da candidata na arena institucional. E por outro, através de apoio e atenção à sua candidatura.

Cada vereadora relatou uma série de situações que parecia se manifestar em cada um desses polos. A vereadora Bia Caminha nos relatou algumas experiências ao longo de nossa conversa. Segundo a vereadora,

Na internet, é, eu recebi muito, **inclusive ameaça de morte**, né? De **forma articulada em relação à minha sexualidade**. Mas também as outras questões. **Mas eu acho que esse público, talvez mais velho. Mais conservador era quem...**e muita gente, eu acho que é uma forma disfarçada, é, muita gente, **muita gente do próprio partido**.

E aí, no dia seguinte [*de ser eleita*] eu fiquei...**eu dei muita entrevista**, por ter sido a mais jovem, várias coisas e aí **eu lembro que o repórter da TV Liberal**, que é a filiada da rede Globo aqui, **que foi me entrevistar**, já era o Câmera, na verdade. Ele falou, "Ah, eu votei em você porque meu filho é gay e a gente tem muito medo do que pode acontecer com ele. Então toda a nossa família votou em você numa forma de proteção a ele, porque a gente ama muito ele", então acabava que essa **articulação, é, da minha sexualidade ser também uma bandeira sensibilizava**, não só as pessoas LGBT, mas toda a rede de apoio que essas pessoas também têm, né? (Bia Caminha, 24 anos, PT, Belém/PA)

A percepção das vereadoras em relação à recepção do eleitorado é algo que se relaciona de certa forma com o tópico discutido anteriormente, ou seja, as diferentes respostas do eleitorado fazem com que as candidatas escolham se representar de diferentes formas, a depender do contexto em determinado período temporal. Essa escolha pode ser entendida até como uma forma de se proteger de condições adversas ao longo da corrida eleitoral.

Essa proteção foi um ponto fundamental e presente de forma concreta nas falas das vereadoras trans eleitas. O contexto de violência que é traduzido por meio de experiências que perpassam casos de assédio, ameaças e a reprodução de preconceitos é um fator presente, especialmente, para as pessoas trans que não possuem passabilidade. Para elas, o processo de ocultar certas marcas é praticamente impossível.

Já na campanha. As ameaças online, é, não, não ameaças "Ai eu sei onde é a sua casa, vamos te matar", não era essas ameaças na campanha. **Eram xingamentos**, "ah você merece apanhar", era uma coisa assim e **muito assédio. Muito....assédio. Muitas fotos de pau...de tudo. Era um rio de pau, nas minhas redes sociais**. Até hoje é, tá? Até hoje é, mas assim, na época era mais. (Carolina Iara, PSOL, São Paulo/SP)

Carolina Iara relata que a violência foi e é constante desde que decidiu concorrer para a vereança. Ao longo do processo eleitoral, conforme conta, a violência vinha em forma de xingamentos e de assédios constantes, com o envio de nudes pela DM do *Instagram*. Ela lembra que poucos dias após tomar posse como covereadora da cidade de São Paulo foi vítima

de um atentado por arma de fogo, onde atiraram contra sua casa (FIG. 34). O caso foi divulgado por diversas plataformas de notícias e fez com que várias parlamentares emitissem notas de solidariedade a favor da vereadora.

FIGURA 34. MATÉRIA DO JORNAL EL PAÍS INTITULADA “COVEREADORA DO PSOL, QUE TEVE CASA ALVEJADA: “NÃO PODEMOS TER OUTRA MARIELLE FRANCO EM SÃO PAULO. UMA MARIELLE TRANS”



The screenshot shows the top portion of a news article on the EL PAÍS website. The page header includes the EL PAÍS logo, the word 'Brasil', and a yellow 'ASSINE' button with a 'FAÇA LOGIN' link. The article title is 'Covereadora do PSOL, que teve a casa alvejada: “Não podemos ter outra Marielle Franco em São Paulo. Uma Marielle trans”'. Below the title is a short introductory paragraph: 'Carolina Iara, uma das integrantes da bancada feminista do PSOL, teve a casa alvejada e cobra medidas de proteção por parte do Estado: “Até imaginei que poderia incomodar, mas não imaginei que seria tão rápido”'. The author's name 'GIL ALESSI' and a timestamp 'São Paulo - 29 ENE 2021 - 16:25 BRT' are visible below the text.

Fonte: Alessi, 2021

Vale ressaltar que esse caso não foi o primeiro e mostrou não ser o último no qual Carolina esteve envolvida. Uma vivência similar é relatada pela vereadora do município de Araraquara Filipa Brunelli. Segundo seu relato, a partir do momento que sua candidatura foi anunciada, uma chuva de comentários pejorativos invadiu as suas redes sociais.

[...] quando é noticiado, "Araraquara terá oficialmente a primeira candidata travesti concorrendo às urnas". Isso já faz com que a sociedade se repele, né? Então, é ameaça de morte nessa época não teve, foi só depois que eu assumo. Mas coisas como, é, "nossa, agora, olha que que vergonha. Araraquara virou palanque de circo". "Tomara que morra de AIDS," sabe? É, é, é. Eram coisas pesadíssimas assim que as pessoas falavam, e aí, durante...a na rua, é, eu, particularmente, a única violência que eu passei foi a importunação sexual.

[...]

Mas a importunação sexual teve, duas vezes durante a campanha e os meus, é, e os meus cabos eleitorais também passaram por situações de violência, inclusive, que a gente teve que mudar a estratégia da campanha inteira de como ir para as ruas. A gente começou a ir para as ruas em grupão, sabe, andar nas ruas em grupão, porque era assim que fazia a campanha. Mas e que também é, não desmerecendo a importunação, ela também é um tipo de violência destinados aos corpos travestis, né? Que, é, são prostitutas. São corpos que estão a serviço, né, então teve muito disso sim. E eu acho que essa foi a que mais marcou eu presencialmente. E é óbvio, né? A cara, o olhar e falar "ai, não, obrigado. Não quero papel" - jogar papel assim. A hora que eu pego e fala eu passo, estava "ai, credo", aí amassava e jogava no chão. Aí eu voltava a pegar o papel do chão, desamassava para entregar para a próxima pessoa. Então, assim é tinha essas questões que a gente enfrentou durante a

campanha. Mas eu acho, tudo bem, pode até ser que alguns casos a questão, a questão partidária tenha pegado porque a época estava muito forte o bolsonarismo, muito forte. Mas veja, Pedro, como eu vou falar para você que foi a questão PT, sendo que o **bolsonarismo ele condena, marginaliza e prega a extinção de corpos como o meu?** Eu não consigo falar para você.

[...]

É falando gorda, a galera adora me chamar de gorda na internet. "Gorda. Ah, vai emagrecer", é "nossa outra peruca", porque uso várias perucas também, "várias perucas" **assim é sempre o meu físico** que as pessoas julgam, né, e **a minha e a minha corporeidade enquanto travesti.** Então não é as outras questões, né? Enquanto os outros vereadores da esquerda são atacados, "aí vai pra Cuba", porque ainda tem gente [inaudível], mas vai pra Cuba que não sei o que lá. **Eu não, pra mim é atacando meu físico, ao meu corpo, então a gente vê que é a minha personalidade que incomoda, né?** Não é a minha ideologia partidária que incomoda, é a minha vivência e isso prova todos os índices, né, na sociedade, então eu...reflete muito e é, e é, é, é, é tanto é que se você pegar né, tem, inclusive, algumas coisas com o fantástico divulgou, né? **Você vai, você vai ver lá algumas ameaças, algumas coisas é sempre falando do meu físico, né?** (Filipa Brunelli, 31 anos, PT, Araraquara/SP)

Os relatos de Filipa nos trazem duas importantes reflexões que envolvem diretamente as vidas trans no espaço público. A primeira delas diz respeito à marginalização dos corpos trans e travestis e aí estamos nos referindo àqueles corpos que possuem uma expressão de gênero feminina¹⁰⁶. De acordo com a literatura feminista que trata sobre contrato social e a divisão sexual do trabalho (Pateman, 1993; Biroli, 2016), a “vida possível de ser vivida” pelas mulheres cisgêneras é aquela da esfera privada da família.

Enquanto para mulheres cis, os trabalhos do cuidado dos filhos e da casa são impostos a elas, para as mulheres trans lhes são negadas a possibilidade de vida e, conseqüentemente, de possuírem um lar e de constituir família. Há, como Filipa destaca, um entendimento ainda hoje vigente de que os corpos trans estão presentes para servir aos desejos e vontades (sexuais) dos homens heterossexuais que as procuram, muitas vezes, apenas no contexto de prostituição, para satisfazer suas paixões. Esse foco no corpo trans parece retirar a condição de humanidade dessas pessoas.

O tópico do corpo e da corporalidade é o segundo aspecto de reflexão presente nessa fala de Filipa. As ameaças, assédios e xingamentos direcionados não somente para ela, mas para outras mulheres trans e travestis que participaram da pesquisa, são direcionadas para a materialidade que se torna mais visível, mais saliente; os seus corpos. As críticas em relação ao peso, à forma de se vestir, ao cabelo etc., dizem sobre um incômodo da presença desses corpos que, por sua vez, fogem à regra cisheterossexual.

¹⁰⁶ As dinâmicas que envolvem os homens trans na política merecem mais atenção e estudo no campo das ciências sociais.

Assim, aquelas pessoas que não se adequam às normas de identidade de gênero do sistema da heterossexualidade compulsória e naturalizada mostram como as normas de gênero são socialmente construídas e mantidas. Butler (2003; 2020), por exemplo, utiliza os casos do tratamento comumente direcionado às crianças intersexo, no qual haveria a necessidade de aplicação e enquadramento de uma categoria para tornar as suas vidas habitáveis, para discorrer sobre o tópico. Segundo a autora, no caso dessas crianças, uma categoria seria atribuída a elas, ou seja, ao invés de esperar pela autopercepção da agente, deveríamos nos voltar para dimensões que estariam para “além do indivíduo”. As identidades ou as compreensões sobre si mesmas ocorreriam a partir de um processo de fora para dentro, mas sempre dentro de um quadro de repertórios de identidades já existentes (Miskolci; Pelúcio, 2007).

Nesse contexto, vale a pena abrir um breve parênteses para situar a leitora sobre o espaço ocupado pelo corpo na obra de Judith Butler. Em suas produções, observamos que a autora assume a existência de um corpo físico anterior à identidade, porém tanto a percepção “sobre o” como “a do próprio” corpo seria discursivamente construída por meio de uma série de estratégias que delimitam o seu desenvolvimento, como o tabu, a exclusão e a interdição. Assim, para Butler, o corpo não é apenas um fato no mundo, mas seria produzido e reproduzido constantemente por discursos (Salih, 2017; Silva, Santos, 2019). Esse padrão é visível nos relatos das vereadoras trans e travestis que contribuíram com a pesquisa.

A vereadora Gilvan nos relatou que sofreu uma série de violências por parte de alguns cidadãos de Uberlândia (Minas Gerais) ao longo do processo eleitoral. Houve um caso que a marcou muito e que nos foi contado na entrevista.

Enfiei um santinho meu dentro do carro do rapaz e fui pedir pra ele o voto. "**Oi, tudo bem? Sou Gilvan**" Eu falei tudo bem. **Ele acionou alguma coisa no veículo, travou a minha mão na porta.**

[...]

Travou minha mão na porta e eu falei, "**o sinalheiro agora vai abrir e ele vai me arrastar**". Nesse dia, **eu fui embora para casa, chorei muito** e pensei, falei assim, "**gente, será que eu desisto?**". (Gilvan Masferrer, 33 anos, DC, Uberlândia/MG)

Os trechos acima nos ajudam a pensar no processo de produção e reprodução das identidades dissidentes a partir da perpetração de violências. Se uma pessoa, por algum motivo, sai do caminho esperado, ela passa a sofrer uma série de sanções e, se for uma pessoa trans ou travesti, os mecanismos de controle parecem funcionar de forma mais violenta. Escutar de uma vereadora que ao sair de casa para fazer campanha ela não teria certeza de que voltaria viva demonstra a condição de vida precária a que essas pessoas ainda estão submetidas.

O contexto de violência não é algo presente apenas para aquelas que possuem identidade de gênero não cisgenerocentrada. A vereadora Iza Lourença nos conta que sua bissexualidade, ao longo do processo eleitoral, foi entendida por muitas pessoas como um problema.

Já na pré-campanha, é, estava aquela coisa, **eu já tinha uma filha**, em 2020, de um ano, **e trabalhando na pré-campanha** e conversando com apoiadores né, para poder fazer uma campanha competitiva de fato em 2020. Aí eu lembro que algumas pessoas ainda na pré-campanha, eu indo me apresentar: **“Eu sou Iza, jovem, negra e bissexual”**, e umas pessoas vieram questionar, né? **“Mas por que você está falando de bissexual? Qual que é a necessidade disso?”** E muita gente até falou assim: **“Mas assim, você já escolheu, né? Você já é casada com uma filha, é, você já escolheu. Por que que você tem que colocar na sua apresentação que você é bissexual?”** Aí eu fui bem assim, eu fui bem paciente, falei: **“Olha, primeiro, eu não escolhi isso, não existe isso. Não é porque eu estou casada com um homem que eu não sou bissexual. Não, é uma realidade, minha orientação sexual é maior do que o meu estado de relacionamento, é, e, de eu ser mãe ou não. Além disso, mesmo assim, eu não acho que como você está sugerindo, eu poderia esconder como você está sugerindo, poderia, mas eu não acho interessante essa é uma bandeira política minha.**

[...]

Hoje a pessoa prefere ficar calada a falar, mas em 2020, eu já tive em 2020, **teve gente ligou pro meu marido na época, né, quando eu estava casada, pra falar disso.** Para falar porque que eu estava falando que eu era bissexual na campanha. (Iza Lourença, 30 anos, PSOL, Belo Horizonte/MG)

O processo de recepção à orientação sexual da candidata é diferente da recepção relatada pelas vereadoras trans e travestis, no que se refere às suas identidades de gênero. No caso de Iza, assim como de outras vereadoras, parece que certos segmentos da população buscam confrontar a orientação sexual da candidata, com o intuito de envergonhar ou causar desconforto. O vereador Kakinha de João Batista compartilhou uma situação similar ao longo de sua campanha.

[...] porque as pessoas **se vão me atacar é esse lado.** "Ah ele é viado, vai votar no viado. ah não sei o que. **Será que não tem homem no município, para votar no viado? será que não tem homem em Santa Rosa?**" que eu ouvi essa conversa. **"No dia que o viado ganhar em Santa Rosa, eu me mudo daqui"**. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

No caso de Kakinha, mesmo sendo um homem abertamente gay, a maior preocupação que ele tinha era a de que os xingamentos e as tentativas de menosprezo, por parte de alguns

segmentos da população, afetassem seu pai¹⁰⁷. Como dito anteriormente, a figura paterna de Kakinha é muito presente e relevante ao longo da sua trajetória e também no processo eleitoral. Esse sentimento de medo pela aceitação do pai fez com que ele sentasse e se abrisse para o pai, apontando que situações como aquela seriam frequentes e que ele deveria ter ciência disso.

Essa questão da aceitação de pessoas próximas em relação à recepção da população apareceu também nas falas do vereador Jhonatan Alves do Coletivo Nós. No caso específico do vereador, a preocupação apareceu nas ações de um cocandidato que questionou a forma como Jhonatan se apresentava como LGBTI+ e, principalmente, pela escolha do candidato em se apresentar com uma bandeira do arco-íris.

Onde eu atuo, na paróquia, na pastoral da Juventude, na igreja, **ninguém nunca chegou pra mim e apontou o dedo** no espaço da igreja. **Talvez pelo fato de eu ser uma liderança na igreja** e tal, essa coisa toda. Já tenho status e espaço de liderança de destaque. As pessoas não vinham e me apontavam. Mas o [nome suprimido do vereador], por exemplo, que é lá do polo [...], e **que ele é de uma paróquia muito conservadora**, muito mais do que a minha, e com muitas pessoas conservadoras na paróquia dele. **Então eu sei que quando ele vinha, ele foi mandado. As pessoas vieram falar isso e ele era o único de nós que era casado, né?** Então quando ele veio falar disso, era muito também, **porque ele sabia que ia ter muitas pessoas da paróquia dele que iriam questionar. Que isso seria questionado em algum momento e quando eu fosse lá ele tinha medo das pessoas questionarem.** Isso com a minha presença, então, talvez, **era também num local de cuidado, né?** Cuidado comigo de ter também essa preocupação por saber como era o território lá dele. (Jhonatan, Coletivo Nos, 34 anos, PT, São Luís/MA)¹⁰⁸

Há também uma forma de violência diferente que nos foi relatada por Noel Henrique. A forma de desacreditar a candidata unia a orientação sexual com as pautas levantadas, ou pelo menos as pautas que o eleitorado pensava que a candidata levantava. Noel nos contou que algumas pessoas chegaram a dizer que não votariam nele ou que ele não as representava.

Inclusive na campanha **eu sofri muito preconceito**, eu recebi vários não. Tipo assim, **não entra aqui em casa porque a gente não vai votar em você porque você é gay**,

¹⁰⁷ Dentro desse debate, acreditamos ser interessante trazer, mesmo que de forma rápida, uma discussão sobre violência política de gênero (VPG). Como pontuam Matos, Marques e Carvalho (2021), a VPG gera uma reafirmação de padrões excludentes no campo político, passando a ideia de que haveria uma “ordem natural das coisas”, fundada na centralidade de poucos e na subalternidade de muitas, assumindo-se uma ordem internalizada de que mulheres em cargos de poder estão “fora de seu lugar” (Matos, Marques, Carvalho, 2021, p. 1). Para fins do trabalho, acredito que a violência política não se estrutura apenas sobre uma base de gênero e raça, mas que as experiências das dissidências sexuais e de gênero também sofrem e experienciam esses processos. A questão seria que a violência política seria voltada para todas aquelas que fogem da cisheteronorma patriarcal e racista.

¹⁰⁸ O caso de Jhonatan é muito interessante para se pensar nos limites entre as identidades LGBTI+ e as religiões, principalmente, as cristãs. A carreira do vereador surge da sua atuação na Igreja Católica e mesmo sendo abertamente gay, foi acolhido e incentivado a atuar de forma próxima em sua comunidade e a se candidatar tanto a conselheiro tutelar como para a vereança. Pela entrevista, Jhonatan não relata nenhuma tensão com os membros da Igreja baseada na sua orientação sexual. Inclusive, nos contou que já levou namorados para eventos e reuniões na Igreja – e que isso nunca foi um problema.

você é aquilo **que você vai levar o projeto para os nossos os filhos**. O que você vai representar para nós? **você não me representa**. Então são pequenas palavras em que me machucaram muito, e....me deram mais coragem para enfrentar esse desafio. (Noel Henrique, 33 anos, PDT, Oiapoque/AP)

João Felipe foi outro candidato que relatou ter vivenciado um caso parecido. Como João em 2020 foi eleito para o seu segundo mandato, ele nos conta que não sofreu diretamente com isso. Porém, em sua primeira eleição, em 2016, algumas pessoas chegaram a destacar que as pautas de seu mandato iriam contra a concepção de família tradicional e outros imaginários conservadores.

Em 2020, não, porque eu já estou no meu segundo mandato, né? Em 2020, não. **Em 2016, sim. Aquela ideia de que “a como vai ser? quais serão as pautas do mandato? quais são as leis que ele vai propor?” Aquelas fake news de banheiro unissex, do kit gay nas escolas**. (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Importante perceber que já naquele momento, em 2016, havia o emprego de pânico morais por algumas lideranças conservadores. O golpe contra Dilma foi uma forma de reafirmação de um ideal de masculinidade e da cisheteronorma. João nos conta como foi indagado sobre questões que envolviam banheiro sem gênero e sobre o kit gay já naquele momento – dois anos antes da eleição de Bolsonaro em que tais estratégias foram amplamente empregadas para atacar candidatas.

Por outro lado, como apontado anteriormente, as experiências de uma vereadora não eram apenas baseadas em casos de violência. Retomando o ponto apresentado nas primeiras linhas da seção, a segunda reação encontrada no relato das vereadoras dizia respeito a um sentimento de apoio e da admiração pelas pessoas que estão concorrendo à vereança. A própria fala reproduzida da entrevista de Bia Caminha, onde a vereadora relata uma conversa com um repórter, evidencia um pouco dessa experiência.

O vereador Kakinha de João Batista e a vereadora Lilia Karipuna nos contaram situações de apoio ao longo da corrida eleitoral. Fosse pela admiração pelos materiais de campanha coloridos e divertidos ou pelo histórico de luta e ativismos das vereadoras, muitas pessoas apoiaram suas candidaturas.

Como meu adesivo era todo coloridinho e eu na campanha todo colorido e vestia a roupa, fiz aquela...todo mundo queria o adesivo, até quem votava em outro candidato, até quem votava em outro candidato. Tem até um adesivo que tá na geladeira, todo mundo, porque não tinha o número, tinha só o arco íris e "aceita que eu sou toda uma estrutura". Aí os candidatos **"Uai você vota em quem?" "Eu voto em você, mas eu gosto dele e quero que ele ganhe"**. Mas queria o adesivo

colorido. Era interessante. Foi bem interessante. (Kakinha de João Batista, 37 anos, PSC, Poço Redondo/SE)

[...] **eu fui à pé e em casa em casa, assim conversando.** Andei bastante, foi o intensivo, tudo. Ia na casa, falava das minhas propostas e as pessoas, "**não, Lilia. A gente reconhece, sabe que tu vieste do movimento e a gente sabe até o do teu potencial. A gente conhece o teu caráter, o teu perfil. A gente precisa de uma pessoa que tem responsabilidade, que conheça toda as necessidades que a gente precisa, né?**" (Lilia Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

Olha aqui, eu trabalho muito assim pelas comunidades indígenas. Muito, por que a maioria eu não tive voto dentro do município, né? Quem me elegeu foram as comunidades indígenas. (Lilia Karipuna, 33 anos, Republicanos, Oiapoque/AP)

Lilia, no último trecho reproduzido, nos informa sobre uma questão muito importante. A vereadora foi eleita com votos que vieram das comunidades indígenas e não da cidade. Isso aponta, mais uma vez, para o fato de as populações não indígenas tratarem e marcarem as candidaturas indígenas por preconceitos e exclusões que não são experienciados por essas pessoas nas aldeias. Assim, as candidatas precisam lidar com suas orientações sexuais e etnias nesses ambientes majoritariamente não indígenas.

Antes de finalizar essa seção do capítulo, há ainda um último ponto a ser destacado. Quando nos deparamos com artigos ou entrevistas sobre a representação de mulheres na política, às vezes encontramos a reprodução da ideia, que hoje já é bem diferente, de "*mulheres não votam em mulheres*". Isso parece ser reproduzido para o caso de alguns homens gays.

[...] inclusive é muito curioso, porque hoje eu tenho toda essa visão e **eu apanho demais da comunidade LGBTQIA+**. Hoje, as minhas maiores redes são as comunidades LGBTQIA+, hoje qualquer vacilo tem algum gayzinho falando mal de mim no *Twitter* e eu fico bravo, falo assim ou "**vocês vão pra [palavrão], porque eu que tô aqui dando o meu sangue, lutando literalmente pra gente e vocês são muito críticos**".

(Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

Tinha umas gays que fizeram campanha contra e falavam essas coisas, então tipo assim, a gente sente muita falta do apoio da institucionalmente falando, tanto é que no mundo político todos os marketeiros políticos falam, "**ó, desencana dessa questão de comunidade LGBTQIA+ que isso não dá voto e que gay não vota em gay**" e é **muito verdade** isso. (Daniel Cabral, 26 anos, PCdoB, Viçosa/MG)

[...] **porque assim na hora da eleição essas pessoas, eu não tenho um apoio.** É. É incrível, assim eu não consigo ter. Eu consigo. **Eu tenho um apoio muito forte das mulheres lésbicas.** Eu tenho um apoio muito forte. **Agora dos gays, é, é uma coisa assim que eu não, é, é, eu não consigo entender o porquê, mas não tenho esse apoio assim.** (João Felipe, 31 anos, DEM, Barreiras/BA)

Parece haver alguma questão, que pelas entrevistas não é possível exatamente desvendar, sobre os motivos pelos quais homens gays têm dificuldade de votar em outros homens gays e acabam adotando uma postura supercrítica para com candidatas LGBTI+ de maneira geral. Talvez isso aconteça pelas múltiplas posições sociais ocupadas por pessoas LGBTI+ em nossa sociedade, ou seja, por não haver uma uniformidade social das pessoas LGBTI+. Temos aquelas pessoas brancas com alto poder aquisitivo que possuem oportunidades que são diferentes das pessoas LGBTI+ pardas, da periferia de uma capital brasileira. Para elas, compreender uma unidade nas lutas por direitos parece ser ainda uma questão difícil.

FIGURA 35. POC VOTA EM POC – JUNTAS 50180



Fonte: Behance, n.d.

É na tentativa de romper a ideia de que “gays não votam em gays” que algumas candidaturas LGBTI+ como as “Juntas” em Pernambuco e o candidato Vinicius Lara do Rio Grande do Sul passaram a adotar o lema “POC vota em POC”. O termo POC é comumente empregado pela comunidade LGBTI+ para se referir a uma pessoa LGBTI+. Assim, a intenção do adesivo era mostrar que as eleitoras LGBTI+ deviam votar na candidatura LGBTI+ uma vez que as bandeiras e pautas estão alinhadas no sentido de proteger e de buscar garantir mais direitos para as pessoas LGBTI+ em nosso país.

6.5 Considerações, por ora

Como tornou-se evidente ao longo dos capítulos anteriores, a pandemia parece ter influenciado a maneira das vereadoras organizarem as suas campanhas ao longo da corrida eleitoral de 2020. O impacto, no entanto, não limitou a possibilidade da realização das campanhas de rua, que continuaram a ocorrer com certos cuidados, tais como o distanciamento e o uso de máscaras. Muitas vereadoras relataram ter panfletado em festas e em ruas, visitado eleitores, realizados eventos a céu aberto como ocorre em campanhas em tempos normais.

No entanto, parece que há um fator relacionado à regionalidade nessas experiências. Algumas vereadoras relataram que tiveram que pensar em estratégias outras, uma vez que pertenciam a grupos de risco, ou viviam com pessoas que faziam parte desse grupo, não podendo, assim, sair de suas residências. Houve também casos em que as próprias eleitoras não queriam aceitar os panfletos ou receber visitas por conta do medo do coronavírus. Nesse sentido, as estratégias *online* serviram como o melhor meio disponível para se alcançar o eleitorado e tornar a campanha mais próxima da sociedade. Aquelas que possuíam muitos seguidores foram favorecidas ao longo da campanha, como pontua Icaro Reveles e Kakinha de João Batista.

O impacto em se pensar na organização da campanha influenciou o processo de representação de si, ou seja, a forma como as candidatas eram apresentadas, as “fachadas pessoais” de cada uma das vereadoras. Observamos a criação de um processo ativo e estratégico de selecionar como, de qual forma e quando se apresentar, o que falar e para quem falar por parte de nossas interlocutoras. Nesse sentido, a teoria de Goffman (2014) nos ajuda a perceber que a construção de uma representação própria, ou seja, de sua “fachada pessoal” está diretamente relacionada às diferentes interações estabelecidas ao longo de um período temporal entre o indivíduo e seu público.

Mas, o processo de fabricação da fachada não é totalmente controlado. Como tornou-se possível perceber tanto pela teoria mobilizada como pelas entrevistas, há uma etapa onde o público interpreta e responde à representação da pessoa (Goffman, 2014). Para muitas entrevistadas, a corporalidade pareceu se sobrepôr a qualquer outra dimensão da representação de si – como pontua Filipa Brunelli ao falar sobre ser uma bixa travesti, alta, gorda de *megahair*, sendo simplesmente impossível esconder o seu corpo no processo eleitoral. O mesmo pareceu ocorrer com Bia Caminha, ao falar sobre ser uma mulher jovem preta. O corpo não se camufla e ele acabou ocupando, para algumas vereadoras um lugar central no processo de campanha. É o que Butler (2003) pontua a respeito dos corpos e dos constrangimentos normativos impostos

sobre essas pessoas. Para a autora, o corpo, ao ser constantemente e discursivamente construído, acaba sendo delimitado dentro de um conjunto de processos de interdição e exclusão.

A corporalidade, ou seja, a forma como o indivíduo está no mundo faria parte do que Butler (2003) nomeia como performance. Essa ocorreria por meio da interpretação constantemente situada dos códigos, regras e sistemas normativos. É o que as vereadoras relatam e que se relacionam direto com a violência política (Matos; Marques; Carvalho, 2021). Se normas e entendimentos que são constantemente reproduzidos e (re)afirmados que marginalizam seus corpos e identidades, a participação em espaços de poder e decisão se torna um espaço onde essas pessoas não deveriam pertencer – e isso é construído e reproduzido por diversos agentes sociais.

A violência contra pessoas LGBTI+ na política recairia sobre esses corpos subversivos que buscam de certa forma desafiar as normas reguladoras. Porém, vale destacar que as experiências de cada liderança LGBTI+ vai ser condicionada à presença de certos marcadores como raça/cor, gênero (cisgênero ou transgênero, feminino ou masculino) entre outros. Assim, diferentemente de vereadoras como Daniel Cabral ou Icaro Reveles, que se entendem como homens gays e cisgêneros e que não levantaram a pauta do movimento LGBTI+, mesmo sendo abertos em relação a suas orientações sexuais, a convergência de marcadores sociais da diferença impactou certos corpos, claramente (im)possibilitando o acesso a determinados espaços e a recepção de determinados públicos.

Ser uma vereadora LGBTI+ por si só não é suficiente para atrair votos. Como pontuado por muitas, é necessário articular essa dimensão com outras lutas e pautas. Assim, muitas vereadoras que não levantavam a pauta LGBTI+ construíram uma representação de si a partir de atributos considerados por elas importantes e chamativos para o eleitorado, tais como o caráter técnico, a renovação na política, entre outros.

Esse processo de escolher estrategicamente a melhor faceta para se representar politicamente, publicamente produziu uma resposta do eleitorado. Algumas vereadoras pontuaram como sofreram com atitudes e campanhas contrárias às suas candidaturas por parte de determinados grupos e segmentos da sociedade. A ideia antiga e que fora amplamente difundida de que “mulheres não votam em mulheres” pareceu se aproximar da realidade de algumas vereadoras.

Relatos de que gays não votam em candidaturas LGBTI+ ou então apoiam outras candidaturas de pessoas não LGBTI+ foi algo presente em alguns relatos, assim como surgiram relatos de vereadoras que foram amplamente apoiadas por pessoas LGBTI+ ao longo da

campanha e depois de eleitas. Essa diversidade de experiências marcou, de forma estrutural, os relatos e as análises dessa Tese. Compreender as multiplicidades de vivências e costurá-las para buscar entender o quadro maior é um processo complexo, mas necessário, que buscamos apresentar neste último capítulo da Tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda Tese se inicia com questionamentos e reflexões de um tema que está intimamente ligado a nós mesmas. A escolha do “objeto de pesquisa” diz muito sobre quem somos, o que gostamos e sobre como visualizamos e entendemos o mundo à nossa volta. E com essa Tese não seria diferente. Ao longo de cada página e capítulo escrito, buscamos construir um espaço de diálogo com a leitora, desenhando um caminho capaz de guiá-la através dessa longa jornada de pesquisa.

Assim, no primeiro capítulo, já mostramos a adoção de uma epistemologia crítica e interpretativa que foi capaz de sustentar nossas argumentações e percepções de mundo. A forma como nossa história pessoal, particularmente a minha, se constrói e é atravessada constantemente com e pela nossa pesquisa de doutorado é um ponto importante a ser compartilhado. Ela diz muito também sobre as lutas travadas e as dificuldades enfrentadas, principalmente dentro da Ciência Política.

Como sabemos, trabalhar com as intersecções entre as carreiras políticas de pessoas LGBTI+ e a política local dentro do campo da Ciência Política se mostrou extremamente desafiador, principalmente devido aos poucos trabalhos anteriores sobre essa temática no Brasil e/ou sobre o contexto brasileiro. Historicamente, as principais produções acadêmicas existentes sobre pessoas LGBTI+ e o Estado eram mais voltadas para questões de acesso às políticas públicas, ou ainda diretamente focadas nas expressões de gênero e orientação sexual, nas organizações dos seus respectivos movimentos na esfera pública. Porém, a participação nos espaços de representação política foi praticamente esquecida.

Apenas nos últimos anos que algumas doutorandas de Programas de Pós-graduação em Ciência Política, mas também de áreas irmãs como sociologia e psicologia, passaram a desenvolver pesquisas para se tentar compreender melhor as dinâmicas da representação LGBTI+ no Brasil. Assim, não é pretensioso dizer que a Tese ““Para romper silêncios”: um estudo sobre carreiras políticas LGBTI+ nas eleições legislativas municipais no Brasil (2020)” já é original em si e que sua contribuição, mesmo que inicial, marca a necessidade de uma institucionalização dessa agenda de pesquisa em nosso país.

A Tese foi desenvolvida a partir da construção de um panorama desse novo campo de estudo por meio de abordagens históricas sobre os movimentos LGBTI+ no Brasil, sobre o direcionamento da dimensão de interesse da Tese: as vereadoras LGBTI+ eleitas em 2020 que fomos capazes de identificar. A eleição de Bolsonaro, em 2018, reafirmou ainda mais a

necessidade de se compreender a fundo como a vivência das pessoas LGBTI+ na política afeta a criação de políticas e direitos específicos para essas populações. Mas para participar é necessário dar um passo atrás e entender melhor quais são os desafios enfrentados por essas pessoas ao longo do processo eleitoral brasileiro.

Nesse sentido, a pesquisa, ao trabalhar a partir de uma abordagem interpretativista, que parte das vivências de nossas interlocutoras, buscou contribuir para a compreensão de todo um cenário político que tem sido negligenciado constantemente pela Ciência Política em nosso país. Ao ser capaz de acessar um conhecimento único e pessoal de cada vereadora, tornou-se possível compreender aspectos centrais da construção simbólica de cada ato e ação relatada a nós ao longo dessa corrida eleitoral.

O levantamento inédito conduzido pelas pesquisadoras ao longo de quatro anos, que contou com a identificação e a pesquisa sobre as vereadoras eleitas desde 1992 até 2020, nos possibilitou compreender também algumas importantes dinâmicas a respeito do perfil dessas eleitas, por meio de informações ainda pouco conhecidas para esse segmento tais como escolaridade, raça/cor, gênero, entre outras. No que se refere especificamente às interlocutoras da nossa pesquisa, pudemos perceber que em 2020, por exemplo, as vereadoras eleitas possuíam um alto grau de instrução com algumas tendo duas graduações e quatro delas, nível de mestrado (em andamento ou concluído).

A maior parte delas vem das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Praticamente todas estavam vinculadas a diferentes movimentos sociais, não apenas ao movimento LGBTI+. Esse último, inclusive, revelou ser um ponto de tensão entre as vereadoras. Outro aspecto a ser destacado em relação às eleitas de 2020 tem relação com o capital familiar. O peso do sobrenome de uma família parece abrir as portas e impactar diretamente o processo de se fazer campanha. Assim, algumas vereadoras preferiram criar ou alterar os seus nomes para identificar o seu núcleo familiar e o poder que advém dele.

Esse levantamento das vereadoras eleitas de 1992 a 2020 nos possibilitou, também, identificar e compreender alguns padrões que, até onde tenhamos conseguido identificar, ainda não tinham sido analisados. Trata-se das dinâmicas da política local na perspectiva desses segmentos LGBTI+. Há pelo menos dois pontos que nos interessa trazer à memória, um sobre os municípios onde as pessoas LGBTI+ estão sendo eleitas e outro mais especificamente sobre os partidos políticos.

O primeiro deles diz respeito à localidade. O levantamento nos permitiu compreender que as pessoas LGBTI+ têm tido mais sucesso eleitoral nas cidades de pequeno e médio porte.

Isso pode ser explicado por dinâmicas personalistas e familiares que ditam a forma como o jogo eleitoral ocorre nessas localidades. Assim, parece importar mais o fato de você ser filho de alguém ou ter um determinado *status* anterior à eleição, do que você ser lésbica, bissexual ou gay.

Nesses casos, as orientações sexuais das candidatas parecem ocupar uma posição marginal no processo de escolha por suas eleitoras. Porém, vale salientar que para mulheres trans e travestis a experiência parece ser diferente. Seus corpos marcados por uma identidade de gênero diversa impactam diretamente as suas experiências no processo eleitoral, se tornando um elemento estruturador e decisivo em suas vidas e relações. Nesse sentido, a presença dessas pessoas em qualquer lugar gerará respostas diferentes e, muitas vezes, contrárias à sua permanência nesses espaços.

O segundo ponto interessante a ser destacado diz respeito às dinâmicas partidárias. Quando tratamos de política local encontramos a ideia, muito difundida na Ciência Política, de que as lógicas da política local se distanciam daquelas do nível estadual e federal. E isso realmente ocorre. Em nível local as conexões ideológicas costumam ser mais fracas a depender do partido e da localidade. O PSOL, por exemplo, foi retratado por suas vereadoras como um partido onde a ideologia político-partidária esteve sempre presente e alinhada às lutas das vereadoras. Isso aparece também em algumas entrevistas de vereadoras do PT. Assim, por meio de nossas análises, conseguimos identificar um padrão histórico de filiação e de eleição de vereadoras LGBTI+ por partidos de direita e de centro-direita.

A relação com esses partidos, como demonstramos ao longo da Tese, não implica que as vereadoras possuam uma postura conservadora. Em nível local, os laços que prendem as vereadoras aos partidos não são fortes fazendo com que as vereadoras consigam traçar, elas mesmas, os seus próprios caminhos e atuar da maneira que mais se sentem confortáveis. Esse processo nos levou a compreender um duplo mecanismo de operacionalização: por um lado, nas eleições proporcionais locais, os partidos tendem a diversificar os perfis das candidatas para conseguir angariar mais votos; por outro, as candidatas instrumentalizam os partidos escolhendo aqueles que possam garantir seu sucesso eleitoral.

Os partidos, nesse sentido, e em convergência com as entrevistadas, são um meio necessário para adentrar a institucionalidade, mas não há necessariamente uma relação ideológica que mantenha as candidatas presas aos partidos. Assim, lideranças como Icaro Reveles conseguem transitar entre PSB, PDT e MDB ou, então, João Felipe com o PCdoB, PTB, DEM e PCdoB. Em nossas entrevistas percebemos que apenas partidos de esquerda como

PSOL e PT conseguiram manter filiados a partir da ideologia, mas ainda assim o cálculo eleitoral é levado em conta. As vereadoras estão abertas ou então indagam em alguns momentos das entrevistas sobre o sentimento de transitar entre os partidos.

Ao nos voltarmos para as entrevistas realizadas com as treze vereadoras eleitas, tendo-se essas informações combinadas com o levantamento histórico que realizamos, percebemos uma mudança nas dinâmicas de filiação, especificamente para as eleições de 2020. Se antes observávamos uma tendência a que esses segmentos se candidatassem e se elessem pelos partidos de direita e centro-direita, isso se alterou em 2020, com uma maioria de vereadoras eleitas por partidos de esquerda e centro-esquerda. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, elegeu o maior número de vereadoras LGBTI+ em 2020.

Acreditamos que isso tenha ocorrido, em grande parte, devido à situação política pós eleição de Jair Bolsonaro. Muitas candidatas passaram a compreender que a política local é um lugar importante de ser disputado e a filiação a um partido progressista foi um elemento importante para agregar mais votos e construir uma representação de si enquanto candidata progressista, que se distanciava ao máximo da política conservadora de Bolsonaro. Porém, isso não afastou todas as candidatas. Como vimos, algumas candidaturas aproveitaram do sucesso do bolsonarismo para conquistar o seu espaço nas Câmaras de Vereadoras de seus municípios. Tais candidaturas se apresentam sim como conservadoras e contrárias aos direitos das pessoas LGBTI+.

Ainda sobre partidos políticos, outro destaque interessante: partidos como PT e o PSOL possuem um grau de institucionalização com regras e normas mais bem estabelecidas que facilitam, por exemplo, o acesso a uma maior participação intrapartidária e acesso a recursos – o que ficou claro ao longo das entrevistas. O acesso a recursos é um tema de extrema importância quando falamos de eleições. Ter recursos financeiros garante a construção de candidaturas mais fortes e com maiores chances de sucesso.

Porém, mesmo estando em partidos mais institucionalizados e de esquerda, existem dinâmicas internas que impactaram negativamente o desenvolvimento da campanha de algumas vereadoras. Como foi pontuado, praticamente todas as vereadoras eleitas destacaram que não receberam suporte financeiro suficiente de seus partidos e que, muitas vezes, as relações com as lideranças partidárias foram fatores que dificultaram os andamentos de suas campanhas. Porém, é importante pontuar o inegável papel de partidos como o PT e o PSOL no fomento de tais candidaturas.

Há outra discussão importante de ser pontuada e que foi discutida profundamente no capítulo 06, qual seja, o lugar ocupado pelas identidades de gênero e as orientações sexuais ao longo da disputa eleitoral. Através das entrevistas foi possível perceber que esses marcadores eram negociados em um processo (in)consciente de escolha sobre o que mostrar, como mostrar e para quem mostrar. Assim, houve uma avaliação prévia por parte das candidatas sobre ganhos e perdas, levando-se em conta cada segmento social que era foco da candidata.

Isso, no entanto, não se aplicou a todas, como pontuamos anteriormente e conforme destacou Filipa Brunelli: havia coisas que não tinham como se apagar ou esconder. Para as vereadoras trans e travestis que não possuem passabilidade, suas identidades e corpos são postos no centro de todos os debates e são foco principal nos casos de violência política relatados nessa pesquisa. Porém, mesmo em candidaturas trans e travestis era possível observar algum grau de escolha da forma como identidade de gênero, a orientação sexual ou as pautas do futuro mandato eram apresentadas.

O processo de concluir uma Tese que começou a ser pensada e construída antes mesmo de entrar no doutorado é um processo realmente muito difícil. Condensar os conhecimentos produzidos nos últimos anos nessa Tese e nessas últimas páginas do texto é algo quase impossível. Buscamos, então, fazer um apanhado a partir de uma narrativa temática dos tópicos que foram mais relevantes, inovadores e conectados ao longo do trabalho. A presente Tese abriu uma infinidade de oportunidades a respeito de temas que precisam ser mais bem trabalhados, de forma mais aprofundada, e queremos utilizar essas últimas linhas do trabalho para incentivar outras pesquisadoras que possuem afinidade com a temática a desenvolver melhor esses tópicos.

A realização de trabalhos sobre pessoas LGBTI+, principalmente, mas não somente, escritas por pessoas LGBTI+ possui uma importância em si. Mesmo seguindo todos os critérios científicos que a Ciência Política (ou qualquer outra área do conhecimento) possa ter, construímos um conhecimento singular e comprometido com a sociedade e com a emancipação das populações LGBTI+ - muito em conformidade com as epistemologias feministas.

Por fim, esperamos que, assim como o título escolhido, “para romper silêncios”, inspirado no lema de campanha da vereadora Bia Caminha, essa Tese sirva para abrir caminhos em uma área de conhecimento que ainda parece negligenciar as dimensões das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes no jogo político eleitoral brasileiro. Esperamos que nos próximos anos consigamos fazer avançar ainda mais essa promissora agenda de pesquisas

e esperamos que a Tese tenha sido capaz de mostrar ser urgente trazer esse foco para o centro do debate democrático no país, uma vez que não existe democracia sem as diversidades.

Escrevemos essas últimas linhas no momento em que diversas pré-candidaturas LGBTI+ publicizaram as suas vontades de participar do próximo processo eleitoral em 2024. Esperamos que este trabalho as ajude nessa jornada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rafael Dos Reis. **O estado policial-securitário e as violências ANTI-QUEER no Brasil: a governamentalidade sexual da ditadura civil-militar à redemocratização (1964-1985)**. 2020. 256 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

ALESP. **Morre ex-deputado João Baptista Breda**. São Paulo, 22 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=369626>>. Acesso em: 12 abril 2023.

ALESSI, Gil. "Covereadora do PSOL, cuja casa foi alvo de tiros: 'Não podemos ter outra Marielle Franco em São Paulo, uma Marielle trans'". **El País**, São Paulo, Fev. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-28/covereadora-do-psol-cuja-casa-foi-alvo-de-tiros-nao-podemos-ter-outra-marielle-franco-em-sao-paulo-uma-marielle-trans.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Sobre nós**. 2022a. Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/sobre/>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Programa Vote com Orgulho**. 2022b. Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/voto-com-orgulho-programa/>>. Acesso em 01 dez. 2022.

ALMEIDA, Acir. Eleições Municipais e a Pandemia da Covid-19: alternativas de ação e possíveis impactos. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 25, p. 61-64, fev. 2021.

ALMEIDA, Debora Rezende. Representação coletiva e plural: desafios das candidaturas e mandatos coletivos. **Ninja**. 13 set. 2022. Disponível em: <<https://midianinja.org/opiniaio/representacao-coletiva-e-plural-desafios-das-candidaturas-e-mandatos-coletivos/>>. Acesso em: 16 dez 2024.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos da literatura. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 11–32, 2013.

ANTRA. **Eleições 2016**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/eleicoes2016/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ANTRA. **Mapeamento de candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020**. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193–215, jun. 2005.

BARBABELA, Pedro. **“La paz sin las mujeres ¡no va!”: um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz na Colômbia (2012-2016)**. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BARBABELA, Pedro. Os dilemas da representação política LGBTI+: notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Homocultura**, v. 04, n. 14, p. 427–451, 2022.

BEHANCE. **Adesivo Poc vota em Poc Juntas** [design gráfico]. Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/70552797/Adesivo-Poc-vota-em-Poc-Juntas-50180>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BENEVIDES, Bruna. Em 1992, Kátia Tapety Foi A Primeira Travesti Eleita Na Política Do Brasil. **Revista Híbrida**. 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/historia-queer/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719–754, jul. 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo A.; CODATO, Adriano. Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. **Uol. Observatório das Eleições**. 24 nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, Pierre. (org.). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p.163-207.

BRAGA, M. DO S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A.. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123–142, jun. 2009.

BRAGA, Maria do Socorro S; COSTA, Valeriano M; FERNANDES, Jean Lucas M. Dinâmicas de Funcionamento e Controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, nº 96, p.1-26, 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavirus Brasil** [recurso eletrônico]. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **PFL - Partido da Frente Liberal**. Brasília, n.d. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglas/pfl.html>>. Acesso em: 12 abril 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Vereadores**. Araraquara, n.d. Disponível em: <<https://www.camara-arq.sp.gov.br/Vereador/Listar/221>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Vereadores - Legislatura Atual**. Uberlândia, n.d. Disponível em: <<https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/vereadores/legislatura-atual/gilvan-masferrer>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

CAMILO, Bruna. **MASCULINISMO: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. 2023 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAMPOS, Bárbara Lopes. **Juntas em um único número de urna?: uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil (2016-2020)**. 2021. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAMPOS, Bárbara Lopes; MATOS, Marlise. Juntas em um único número na urna? As experiências de mandato coletivo e o desafio à política partidária tradicional e personalista no Brasil (2016-2020). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 40, p.1-37, 2023.

CARDOSO DA SILVA, Jovanna. **Resumo histórico do nascimento do movimento travesti no Brasil**. Rio de Janeiro, Fonatrans: 2021.

CASO Renildo: Mais um acusado julgado neste momento. **ALAGOAS24HORAS**. 30 maio 2006. Disponível em: <<https://www.alagoas24horas.com.br/842161/caso-renildo-mais-um-acusado-julgado-neste-momento/>>. Acesso em: 12 abril 2023.

CARVALHO, Arthur Henrique Santana. **A discussão conservadora dos direitos LGBTI+ na Câmara dos Deputados e o discurso do pânico moral**. 2022, 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

CARVALHO, Mario L.; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 28, p.65-92, 2019.

CFEMEA. **Plataforma 25 anos**. n.d.. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1979.php?iframe=2_onda_feminista>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CHARADEAU, Patrick. O discurso Político. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (orgs.). **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 251-268.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHEQUER, Jamile. **Das ONGs/aids ao movimento social travesti: interação Estado-sociedade, dinâmicas complexas e identidades em construção**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COLETIVO NOS. **Co-Vereadores**. São Luís, n.d. Disponível em: <<https://www.coletivonos.com.br/co-veredores>>. Acesso em: 17 de abril de 2024

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Filipa Brunelli. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2472531135039858>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAs: uma resposta comunitária à epidemia da AIDS no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero en America Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBa, 1998.

COSTA, Rogerio. Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: O caso do jornal “O Snob” (RJ, década de 1960). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.02, n. 02, p. 61-92, jul./dez. 2010.

CRUZ, Rodrigo Rodrigues da. **Do protesto às urnas: o movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)**. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. Além do gênero binário: repensando o direito ao reconhecimento legal de gênero. Tradução de texto original de THEILEN, Jens T.. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2020.

DE LA DEHESA, Rafael. **Queering the public sphere in Mexico and Brazil: sexual rights movements in emerging democracies**. Durham and London: Duke University Press, 2010.

DOS PASSOS, M. C. A.; GARCIA, C. C. Entre inexistências e visibilidades: a agência sociopolítica de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil (1979-2020). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 4, n. 14, p. 32–53, 2022

ESTIMGA, Fernanda. **CSBH: jornal O Lampion da Esquina foi a primeira publicação LGBT do Brasil**. Fundação Perseu Abramo. 2017. Disponível em:

<<https://fpabramo.org.br/2017/06/12/csbh-o-lampiao-da-esquina-primeira-publicacao-lgbt-do-brasil/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DIADORIM. **Carolina Iara**. 2023. Disponível em: <https://adiadorim.org/autor/carolina-iar/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. 241 f. (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2005.

FAZENDEIRO é julgado pela morte de vereador José Renildo. **ALAGOAS24HORAS**. 26 jul. 2006. Disponível em: <<https://www.alagoas24horas.com.br/845320/fazendeiro-e-julgado-pela-morte-de-vereador-jose-renildo/>>. Acesso em: 12 abril 2023.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. – São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

FERNANDES, Bruna Emanuele, LISSA, Barbara, RODRIGUES, Rita Lages. Boletim ChanaComChana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente brasileira. **Signo**, 45(84), p. 73-89, 2020.

FLEISCHE, David V. Renovação política - Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do "Pacote de Abril". **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 5-51, 1984.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, n. Cad. Pagu, 2006 (27), p. 13–34, jul. 2006.

FRANCISCO, Luiz. Comitê vai apoiar 24 candidatos gays pelo Brasil. **Agência Folha**, Salvador, 5 Jul. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u2615.shtml>> Acesso em: 13 abril 2023., 2000

FREIDENBERG, Flavia; LEVITSKY, Steve. Organización informal de los partidos em América Latina. **Desarrollo Económico**, v. 46, n. 184, p. 539-568, 2007.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL. **Uma homenagem à Herbert Daniel**. 14 dez 2016. Disponível em: <<https://fundacaoverde.org.br/uma-homenagem-a-herbert-daniel/>>. Acesso em: 12 abril 2023.

LEI aprovada dá direito a vereadora transexual de assinar documentos com nome social em MG. **G1**. Caldas, 24 out. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/lei-aprovada-da-direito-a-vereadora-transexual-a-assinar-documentos-com-nome-social-em-mg.ghtml>>. Acesso em: 12 abril 2023.

RESULTADO das Eleições e Apuração Colônia do Piauí-PI no 1º Turno. **G1**. 15 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/colonia-do-piaui.ghtml>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

TRANSEXUAL é eleita vereadora pela primeira vez em Caldas, MG. **G1**. Caldas, 05 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/eleicoes/2016/noticia/2016/10/transexual-e-eleita-vereadora-pela-primeira-vez-em-caldas-mg.html>>. Acesso em: 12 abril 2023.

GAMA, Maria Clara Brito. O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/88). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 82-108, 2021.

GELAPE, Lucas de Oliveira. **Apesar de tudo, carreiras políticas locais**: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores. 2022, 213 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

A HISTÓRIA do movimento LGBT brasileiro. **GLOBO GENTE**. 17 jun 2020. Disponível em: <<https://gente.globo.com/a-historia-do-movimento-lgbt-brasileiro/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONÇALVES FREITAS, Viviane. Vozes das mulheres negras na imprensa brasileira: interseccionalidade, pluralidade e cidadania. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; KUBÍK MANO, Maíra; SARMENTO, Rayza; GONÇALVES FREITAS, Viviane. **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019, p. 111-130.

GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **cadernos pagu**, p. 299-319, 2014.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (org.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2018, p.63-78.

GREEN, James N.. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Sobre nós**. Salvador. 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GrupoGaydaBahia/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL é o país mais homotransfóbico do mundo, diz Grupo Gay da Bahia. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-e-o-pais-mais-homotransfobico-do-mundo-diz-grupo-gay-da-bahia>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GUIMARÃES, Andre Rehbein Sathler; RODRIGUES, Malena Rehbein; BRAGA, Ricardo de João. A Oligarquia desvendada: Organização e estrutura dos Partidos Políticos Brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62 (2), p. 1-41, 2019.

HAIDER-MARKEL, Donald P. **Out and Running: gay and lesbian candidates, elections and policy representation**. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2010.

HAIDER-MARKEL, Donald P.; BRIGHT, Chelsie Lynn Moore. "Lesbian candidates and officeholders." In: THOMAS, Sue; WILCOX, Clyde (orgs.) **Women and elective office: past, present, and future**. 3rd edition. New York: Oxford University Press, 2014, p. 253-272.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.

HARAWAY, Donna (1995) "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*" **Cadernos Pagu** (5), p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Feminism and methodology**. Indiana: Indiana University Press, 1987.

HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado** [online]. v. 31, n. 1, pp. 99-127, 2016.

HOLANDA, Karla. **KÁTIA (dir: Karla Holanda; 2013; 74') option: English SUBTITLE**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aQok38s7mMA>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos Ael**, p. 289-311, 2003.

ÍCARO REVELES. **Sobre Ícaro Revéles**. n.d. Disponível em: <<https://www.icaroreveles.com/sobreicaroreveles/>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

IZA LOURENÇA. **Início**.n.d. Disponível em: <https://izalourenca.com.br/>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

KANTHAK, Kristin; KRAUSE, George A.. **The diversity paradox: political parties, legislatures, and the organizational foundations of representation in America**. Oxford: Oxford University Press: 2012.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **OPINIÃO PÚBLICA**, v. XI, n. 2, p. 337-365, 2005.

KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona. Introduction: Gender, politics, and institutions. *In*: KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona (orgs.). **Gender, politics and institutions**. Palgrave Macmillan, London, 2011, p. 1-20.

LEAVY, Patricia Lina. The Feminist Practice of Content Analysis. *In*: HESSE-BIBER, Sharlene Nagy; LEAVY, Patricia Lina (orgs.). **Feminist Research Practice**. Sage, California, 2007, p. 223-248.

LELIS, Rafael Carrano. Despatologização, Ética Jornalística e Constituinte: Elementos da articulação política do MHB na luta pela cidadania sexual na década de 1980. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 54-81, 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Délcio M. **Os homoeróticos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

LOVENDUSKI, Joni. Gendering Research in Political Science. **Annual Review of Political Science**, n.1, p. 333-356, 1998.

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris**: a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARENCO, André; CATE, Lidia Ten. Votos, partidos e pandemia: o que os resultados de 2020 projetam para o futuro? *In*: CADERNOS ADENAUER XXII. **Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil**. 2021. P. 26-38.

MARQUES, Danusa. **Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai**: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARQUES, Danusa. Por uma leitura feminista dos estudos legislativos no Brasil. *In*: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; KUBÍK MANO, Maíra; SARMENTO, Raiza; GONÇALVES FREITAS, Viviane. **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019, p. 209-226.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 95, p.1-20, 2021.

MARSH, David; FURLONG, Paul. A skin not a sweater: Ontology and epistemology in political science. **Theory and methods in political science**, v. 2, n. 1, p. 17-41, 2002.

MATOS, Marlise. Em busca de uma teoria crítico emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. *In*: MATOS, Marlise. (org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos: perspectiva feminista de gênero na política e nas políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MATOS, Marlise; PARADIS, C. G.. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57–118, jul. 2014.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Emergence of Intersectional Activist Feminism in Brazil: The Interplay of Local and Global Contexts. *In*: Glenda Tibe Bonifacio. (Org.). **Global Currents in Gender and Feminisms: Canadian and International Perspectives**. 1ed. Bingley, Reino Unido: Emerald Publishing Limited, 2018, p. 35-48.

MATOS, Marlise; MARQUES, Danusa; CARVALHO, Laila. A violência política de gênero e a violência política contra as mulheres. **Nexo Jornal**, São Paulo, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/07/13/a-violencia-politica-de-genero-e-a-violencia-politica-contra-as-mulheres>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MATOS, Thaís. Perfil médio do vereador eleito no Brasil é homem, branco, casado, com ensino médio completo e 44 anos. **G1**. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/cuFY2>. Acesso em: 05 ago de 2021.

MCRAE, Edward. **A construção da igualdade - política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EdUFBA, 2018.

MELO, Ruan. Estudante acusa vereadora na BA de homofobia: 'Chamou de 'bicha louca' [online]. **G1**. 21 março 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/03/estudante-acusa-vereadora-na-ba-de-homofobia-chamou-de-bicha-louca.html>>. Acesso em: 09 de maio de 2024.

MEMÓRIA BN. Movimento gay lança 9 candidatos em cinco estados. **Documento da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_19&pesq=%22Soraya%20Menezes%22&pasta=ano%202000&pagfis=38914>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MEMÓRIA BN. Gays terão cerca de 24 candidatos. **Documento da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pagfis=89056>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MEMÓRIA BN. Os gays na política. **Documento da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=170983>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MENDES, Bárbara; BARBABELA, Pedro. TRANSformar a política: notas sobre a representação política de pessoas travestis e transexuais eleitas em 2020. **Sexuality Policy Watch**. 10 abr. 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/gxMP1>. Acesso em: 06 ago de 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, jun. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 721–747, jul. 2015.

MIRELLA, Luanna. **Localidade ou metrópole?** Demonstrando a capacidade de atuação política das travestis no mundo comunidade. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília: 2010;

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 101–128, jan. 2007.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre Performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**. v. 7, n. 2, p. 257-269, 2007.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado**. [online]. vol.32, n.3, p. 725-747, 2017.

MONZOY, Andira. **Equidad de género y democracia interna de los partidos políticos:** políticas partidistas para la inclusión política de las mujeres en América Latina. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011.

MORANDO, Luiz. **Paraíso das Maravilhas.** Uma História do Crime do Parque. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MORANDO, Luiz. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **REBEH**. v. 1 n. 04, p. 1-15, 2018a.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (org.) **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2018b, p. 53-82.

MORANDO, Luiz. Movimento lésbico feminista e #ChanaComChana. **Anda Direito**. 2022. Disponível em: <<https://andadireito.com.br/blog/movimento-lesbico-feminista-e-chanacomchana/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MUCCIARONI, Garry. The Study of LGBT Politics and Its Contributions to Political Science. **PS: Political Science & Politics**, v.44, n.1, p.17-21, 2011.

KÁTIA Tapety é a 1º trans a disputar as eleições nas cotas de mulheres. Mural da Vila - Tô no Mural. 1 set. 2020. 1 vídeo [1:00]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c5MFXYSNJJE>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MUSEU BAJUBÁ. **Renildo José dos Santos, vereador gay assassinado em 1993:** criminosos ainda livres. n.d. Disponível em: <<https://museubajuba.org/renildo-jose-dos-santos-vereador-gay-assassinado-em-1993-criminosos-ainda-livres/>>. Acesso em: 12 abril 2023.

MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL. **Fotografia**. Facebook, [07 de abril de 2020]. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/museudadiversidadeoficial/photos/a.1419664374981036/2664902100457251/?type=3>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

JESSICÃO: primeira homossexual eleita no Paraná. 1M e 80 de altura, 150 quilos, contra a agenda LGBT. Leda Nagle. 7 de ago. de 2022. 1 vídeo [45:57] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9zHtosZHiQU>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da Política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NERI, Felipe. Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. **G1**. Brasília, 07 março 2013. Disponível em: <<http://glo.bo/3B3tHsw>>. Acesso em: 30 nov 2022.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. 'If Only More Candidates Came Forward': Supply-Side Explanations of Candidate Selection in Britain". **British Journal of Political Science**. Vol. 23, nº. 3, p. 373-408, 1993.

PAIVA, Vitor. O Pasquim: jornal de humor que desafiou a ditadura ganha exposição em SP ao completar 50 anos. **Hypeness**. 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2019/12/o-pasquim-a-incrive-l-historia-do-jornal-de-humor-que-desafiou-a-ditadura-e-ganha-exposicao-em-sp-ao-completar-50-anos/>>. Acesso em: 31 jan. 2023

PARK, Robert Ezra. **Race and Culture**. Scotland: The Free Press, 1950.

PARKER, Richard. Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/AIDS no Brasil: o desenvolvimento de políticas sobre o HIV/AIDS, 1982 – 1996. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 8-49, agosto 2003.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Rodolfo Viana; GELAPE, Lucas de Oliveira. Anacronismo do sistema proporcional de lista aberta no Brasil: o caso das razões originárias de sua adoção. **Revista de informação legislativa**, ano 52, nº 205, p. 261-270, 2015

FEITOSA, Clayton Feitosa. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. **REVISTA ÁRTEMIS**, v. 24, p. 120-131, 2018.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Movimento LGBTI+ e partidos políticos**: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil. 2022. 415 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press. 1995.

PHILLIPS, Anne "Democracy and Representation: Or, Why Should it Matter Who Our Representative Are?". In: PHILLIPS, Anne (org.). **Feminism and Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 224-241.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. P. 15-38. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. – São Paulo: Alameda, 2018, p. 15-38.

QUINALHA, Renan. Lâmpião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, (61), p. 1-17, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REIS, Toni. **Biografia**. 2022. Disponível em: <https://www.tonireis.com.br/?page_id=5>. Acesso em: 27 nov 2022.

RENILDO: Caso chocou o país e foi denunciado à anistia internacional. **THN1**. 12 out. 2015. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/renildo-caso-chocou-o-pais-e-foi-denunciado-a-anistia-internacional/>>. Acesso em: 12 abril 2023.

REYNOLDS, Andrew. Home. **Queer Politics**. n.d., s.d. Disponível em: <<https://www.queerpolitics.org/>>. Acesso em: 27 mar 2020.

REYNOLDS, Andrew. Representation and Rights: The Impact of LGBT Legislators in Comparative Perspective. **American Political Science Review**, v. 107, n. 2, p. 259-274, 2013.

REYNOLDS, Andrew. **The children of Harvey Milk: How LGBTQ politicians changed the world**. New York: Oxford University Press, USA, 2019.

REZENDE, Daniela. Partidos Políticos como instituições generificadas. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; KUBÍK MANO, Maíra; SARMENTO, Raíza; GONÇALVES FREITAS, Viviane (orgs.). **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019, p. 193-208.

REZENDE, Daniela Leandro; SILVA, Brenda Rodrigues Barreto. Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 11., 2018, Curitiba. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2018.

REZENDE, D.; SARMENTO, R.; TAVARES, L. Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sites eletrônicos. **Revista Debates**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 43–69, 2020.

ROCHA, Martha; KERBAUY, Maria Tereza Miceli (Orgs). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena**. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RODRIGUES, Cristiano. Feminismo Negro e interseccionalidade: praxis política e a consolidação de um pensamento sociopolítico para além das margens. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; KUBÍK MANO, Maíra; SARMENTO, Raíza; GONÇALVES FREITAS, Viviane. **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019, p. 93-110.

KATIA Tapety no Jô Soares. Carlos Rubem. 3 abr. 2019. 1 vídeo [27:21]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qJSbXlBSOOc>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

REPERCUSSÃO da entrevista de Kátia Tapety. Carlos Rubem. 3 abr. 2019. 1 vídeo. [22:23]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yrBNUWyCfxY>>. Acesso em: 12 abr. 2023b.

SÁ, Xico. Travesti vira líder político no sertão. **Folha de São Paulo**. 26 mar 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/26/brasil/21.html>>. Acesso em: 10 abril 2023.

SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SARDEMBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDEMBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p.1-35.

SCHIEBINGER, Londa. **Nature's Body: Gender in the Making of Modern Science**. Boston: Beacon Press, 1993.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and Politics: political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally & Company, 1966.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes. O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. **ALCAR-Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**, 2011.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. **Interpretive Research Design: Concepts and Processes**. New York: Routledge, 2012.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo. **As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil**. Brasília: Zenodo, 2021.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira; SANTOS, Emily Silva. Performances discursivas de uma “Bixa Travesty”: sobre corpo, gênero e identidade em Linn da Quebrada. **Fórum Linguistic**. v. 16, n. 2, p. 3627-3641, 2019

SILVA, Gustavo Souza da; ALVES-SILVA, Jamilson José. **As performances do cotidiano, da memória e de gênero no documentário Kátia**. Intexto, Porto Alegre, n. 53, p. 1-21, 2022.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOTANA, Edvaldo Correa; MAGALHÃES, Mellany Oliveira. Ativismo político em traços de humor: as charges veiculadas no jornal O Lâmpião da Esquina (1978-1981). **albuquerque – revista de história**. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015.

TAB UOL. **LGBT**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/lgbt/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. Políticas públicas em AIDS. In: PARKER, Richard (Org.). **Políticas, Instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ABIA, 1997.

TELES, Angela Aparecida. **Lâmpião da Esquina: imprensa e representação homossexual na Ditadura Civil-militar** (1978 - 1981). São Paulo: Alameda, 2014.

TEMPORADA DE CAÇA. São Paulo: The Academia Brasileira de Vídeo, 1988. 1 vídeo (29 min). Publicado por Rita Moreira Vídeos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1bWC3nFCu58&t=5s>. Acesso em: 31 jan. 2023.

TREMBLAY, Manon. Out LGBT politicians in Canada: A Descriptive Representation Profile. In: **5th European Conference on Politics and Gender**, Lausanne, Switzerland, 2017.

TREVISAN, João Silvério. O crime do jornal homossexual. **Veja**, São Paulo, n. 609, p. 120-121, 9 abr. 1980.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil - Da colônia à atualidade**. 4 ed. rev. atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só (Nova edição): A crise do masculino**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

SE ENTREGA à polícia homem que mandou matar ex-vereador Renildo José. Tribuna do Agreste. 13 nov 2015. Disponível em: <https://www.tribunaadoagreste.com.br/2015/11/se-entrega-policia-homem-que-mandou-matar-ex-vereador-renildo-jose/>. Acesso em: 12 abril 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato João Felipe - Eleições 2020**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/33634/50000681203>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Coletivo Nos - Eleições 2020**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/09210/100000805799>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidata Iza Lourença - Eleições 2020**. Disponível em:

<<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/41238/130000686199>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Icaro Reveles - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/91677/110000754935>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Gilvan Masferrer - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/54038/130001011609>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Filipa Brunelli - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/61638/250000764659>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Silvia da Bancada Feminista - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/71072/250000686837>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Daniel Cabral - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/54275/130001114205>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Bia Caminha - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/04278/140001170088>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Lilia Karipuna - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/06092/30000632853>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Noel Henrique - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/06092/30001031283>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Lins Robalo - Eleições 2020.** Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/88633/210001112097>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Candidato Kakinha de João Batista - Eleições 2020.** Disponível em:

<<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga#/candidato/2020/2030402020/32077/260001050202>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais: Katia**. Tribunal Superior Eleitoral. 2020. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga#/candidato/2020/2030402020/10227/180001168148>>. Acesso em: 12 abril 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais: Professor Israel**. Tribunal Superior Eleitoral. 2018. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga#/candidato/2018/2022802018/DF/70000614421>>. Acesso em 13 fev.2022.

TROTTA, Laura Cazarini. Participação social e pluralidade: mandatos coletivos como nova forma de fazer política. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1293-1315, 2020.

TV POÇOS. **Vereador transexual em caldas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=do-ofhW3_tU>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CAROLINA Iara: primeira deputada intersexo do Brasil. **UNIVERSA**. São Paulo, 07 out. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/10/07/carolina-ara-primeira-deputada-intersexo-brasil.htm>. Acesso em: Acesso em: 12 abr. 2023.

VEREADORA JESSICA. Perfil da vereadora. 12 abril 2023. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vereadorajessica/>>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

VOTELGBT. **Imprensa**. N.d. Disponível em: <<https://votelgbt.org/imprensa>>. Acesso em: 12 abril 2023.

WAGNER, Angelia. Avoiding the spotlight: public scrutiny, moral regulation, and LGBTQ candidate deterrence. **Politics, Groups and Identity**, 2019.

WIKIFAVELAS. **Cidade Olímpica (bairro)**. Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php/Cidade_Ol%C3%ADmpica_\(bairro\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Cidade_Ol%C3%ADmpica_(bairro))>. Acesso em: 09 de maio de 2024.

APÊNDICE 1. Roteiro de Entrevista

<p>“PARA ROMPER SILÊNCIOS”: um estudo sobre carreiras políticas LGBTI+ nas eleições legislativas municipais no Brasil (2020)</p> <p>Roteiro de Entrevista</p> <p>Entrevistador: Pedro Barbabela (PPGCP/UFMG)</p> <p>Duração média da entrevista: 60 minutos</p> <p>Local: Google Meet</p>
<p>Perfil da pessoa vereadora</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome, raça/cor, sexualidade, gênero e idade; - Formação (familiar, escolar e política) - Trajetória político-partidária (participação em movimentos sociais e partidos/mudança de partido). Você é a única pessoa da sua família que já foi eleita?
<p>Contexto da candidatura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Motivação para a entrada na institucionalidade: por que se candidatou? Por que continua na política? (Histórico eleitoral) - Período eleitoral de 2020: como foi? Percepções e ideias gerais? - Você tem o desejo de se candidatar novamente para o cargo de vereadora? E para outros cargos? Quais? O que te motiva a participar de outro processo eleitoral-Caso negativo para os dois últimos tópicos, o que te levou a renunciar à vida pública? Como foi esse processo para você?
<p>Partidos Políticos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolha do partido e atuação no Partido (ocupa algum cargo dentro do partido) - Percepção da vereadora sobre como partido lida com questões de orientação sexual e gênero - Setoriais LGBTI+, de mulheres, pessoas negras e indígenas: influenciaram sua candidatura? - Houve suporte financeiro? Fundo Especial de Campanha ou Fundo partidário? E outros tipos de suporte?
<p>Estruturação de campanha</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como você estruturou sua campanha no meio da pandemia? Contou com a ajuda de eleitores/pessoas que trabalhavam para você? - Público-alvo? Estratégias de engajamento? Como a mensagem era direcionada para o eleitorado? - Plataformas digitais? Trabalho de rua? - O seu gênero e/ou sexualidade foi abordado de forma aberta? Como você lidou com isso? - Você acha que para os seus eleitores ser LGBTI+ é importante para a atividade política? Esse seria um fator pelo qual eles votaram em você? - Você passou por algum tipo de violência ou preconceito durante o período eleitoral? A ação veio de quem? Houve resistência a sua candidatura?